

CSR | CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

ISSN: 2966-2893



02.

2025

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA FICHA TÉCNICA

Editores

Júlio Barroso, UNIFESP
Liana de Paula, UNIFESP
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS
Melvina Araújo, UNIFESP
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP
Carolina Pulici, UNIFESP
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Duo Criativo Comunicação

duo.creativocc@gmail.com

PARTICIPE DA CSR

Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

csr@unifesp.br



sumário

DOSSIÊ: A DEMOCRACIA NO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Apresentação: Dossiê A democracia no pensamento político brasileiro	06
Diego Rafael Ambrosini; Gabriela Nunes Ferreira; Maria Fernanda Lombardi Fernandes	
Os signos da República e da Tirania na crítica política de Eduardo Prado durante a transição do século XIX para o século XX	13
Rodrigo Perez Oliveira	
Dois leitores de Carl Schmitt no Brasil: Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda	34
Bruno Regasson	
A social-democracia de Celso Furtado: desenvolvimento, bem-estar e democracia (1950-1964)	53
Hélio Cannone; Pedro Paiva Marreca	
Revolução e dependência: o Golpe de 1964 em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)	70
Leonardo Belinelli	
Quando o “público” encontra a democracia: Werneck Vianna e a síntese de duas tradições	88
Igor Suzano Machado; Diogo Tourino de Sousa	

ARTIGOS

- Hierarquização de práticas acadêmicas e assimetrias em programas de pós-graduação no Brasil** 107
Daniel Guerrini; Ana Paula Hey
- Desigualdade negada: o discurso de Jair Bolsonaro sobre raça e ações afirmativas raciais no Brasil** 130
Allan Cavalcante L. Magalhães; Luís Fernando C. e Cardoso
- Poder de barganha e oferta de trabalho dos casais heterossexuais e homossexuais no Brasil** 153
Laís de Sousa Abreu Soares; Evandro Camargos Teixeira;
Salime Nadur Duarte Ferreira
- Do crime à violência urbana: desafios para o estudo do medo na América Latina** 175
André Luiz Gomes Soares; Joana Domingues Vargas
- Trabalho, cultura e temporalidade na indústria de jogos digitais** 197
André Campos Rocha

RESENHA

- A militarização da política e a recomposição de poder na democracia brasileira** 216
Ana Quele Passos

Apresentação: Dossiê A democracia no pensamento político brasileiro

Presentation: Dossier Democracy in Brazilian political thought

Presentación: Dosier La democracia en el pensamiento político brasileño

**Diego Rafael
AMBROSINI**

drambrosini@unifesp.br

Universidade Federal de
São Paulo.

**Gabriela Nunes
FERREIRA**

gabriela.ferreira@unifesp.br

Universidade Federal de São
Paulo.

**Maria Fernanda
Lombardi FERNANDES**

mfl.fernandes@unifesp.br

Universidade Federal de São
Paulo

O dossiê *Democracia no pensamento político brasileiro* teve por objetivo acolher trabalhos que explorassem a presença e o uso do conceito de democracia no âmbito do pensamento político brasileiro, em distintas perspectivas teóricas e metodológicas. Os cinco artigos que compõem o dossiê estão organizados em ordem cronológica, segundo o período abordado em cada texto, de forma a deixar mais claro o enquadramento histórico dos debates sobre democracia no Brasil. O tema da democracia atravessa, sob diferentes enfoques, todos os trabalhos aqui presentes, que versam sobre diversos autores, suas ideias e debates em que se envolveram: Eduardo Prado, Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, Luiz Werneck Viana são os autores/atores analisados nos textos. O dossiê pode nos ajudar também a refletir, a partir dos caminhos percorridos, acerca dos trajetos a trilhar na discussão atual sobre a democracia diante dos enormes desafios contemporâneos.

Palavras-Chave: *Democracia; Pensamento Político Brasileiro; República Brasileira; Apresentação.*

The special issue "Democracy in Brazilian Political Thought" is aimed to gather works exploring the presence and use of the concept of democracy within Brazilian political thought, from distinct theoretical and methodological perspectives. The five articles that make up this dossier are organized chronologically according to the period each text addresses. This arrangement aims to clarify the historical framing of debates on democracy in Brazil. The theme of democracy, approached from different angles, runs through all the works presented here, which cover various authors, their ideas, and the debates they were involved in. Eduardo Prado, Francisco Campos and Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and Florestan Fernandes, and Luiz Werneck Vianna are the authors/actors analyzed in these texts. This thematic issue also helps us reflect, based on the historical developments, on the future directions for the current discussion about democracy, given the immense contemporary challenges.

Keywords: Democracy; Brazilian Political Thought; Brazilian Republic; Presentation.

El dossier "Democracia en el pensamiento político brasileño" tuvo como objetivo acoger trabajos que examinaran la presencia y el uso del concepto de democracia en el ámbito del pensamiento político brasileño, desde distintas perspectivas teóricas y metodológicas. Los cinco artículos que componen este número temático están organizados en orden cronológico, según el período abordado en cada texto, para dejar más claro el encuadre histórico de los debates sobre la democracia en Brasil. El tema de la democracia atraviesa, bajo diferentes enfoques, todos los trabajos aquí presentes, que versan sobre diversos autores, sus ideas y los debates en los que se involucraron: Eduardo Prado, Francisco Campos y Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso y Florestan Fernandes, y Luiz Werneck Vianna son los autores/actores analizados en los textos. El dossier también ayuda a reflexionar, a partir de los caminos ya recorridos, sobre las sendas a seguir en la discusión actual sobre la democracia, ante los enormes desafíos contemporáneos.

Palabras Clave: Democracia; Pensamiento Político Brasileño; República Brasileña; Presentación.

A emergência de governos e governantes autoritários ao redor do planeta talvez seja o fenômeno político mais relevante destas primeiras décadas do século XXI. Regimes autocráticos e ditoriais nunca deixaram de existir, mas havia uma percepção entre estudiosos e elites políticas de que uma parcela da humanidade estaria a salvo de tais descaminhos políticos – as potências ocidentais e os países a ela alinhados, entre eles boa parte da América Latina, que parecia ter encontrado uma fórmula para acomodar sociedades desiguais sob

instituições minimamente democráticas e estáveis. No entanto, em sucessivas eleições – promovidas por regimes democráticos – assistiu-se à ascensão de líderes ligados à extrema-direita e abertamente hostis às instituições democráticas que os guindaram ao poder. Uma vez no governo, agiram abertamente buscando solapar aqueles regimes e instituir governos de viés autoritário: de Trump, no coração do mundo ocidental, a Erdogan e Bolsonaro, assistiu-se a uma verdadeira onda de políticos autocratas disputando e vencendo eleições.

A percepção e o entendimento de que as instituições e os regimes democráticos começavam a enfrentar uma crise de grandes proporções geraram uma série de estudos – de caráter empírico e/ou teórico – por parte de intelectuais e acadêmicos nos países centrais, mas também na América Latina e, em particular, no Brasil¹. O grande tema passou a ser a crise da democracia, em suas múltiplas dimensões: crise dos partidos, da representação, da comunicação, entre outras. Regimes democráticos considerados estáveis – e outros nem tanto – passaram a ser vistos por analistas e atores políticos como alvo de aventuras *populistas* – conceito resgatado e ressignificado.

Nesse contexto de crise, a própria ideia de democracia parece ter-se tornado objeto de disputa, já que várias dessas lideranças autocráticas não se reconhecem como antidemocráticas, mas sim como representantes legítimos da vontade popular e, portanto, como “verdadeiramente” democráticas. Tal controvérsia em torno do significado e da forma da democracia não é, entretanto, inédita. Em outros momentos da história ocidental, e também da experiência brasileira, a disputa em torno do significado do conceito de democracia se manifestou de forma especialmente acirrada. Na década de 1930, em particular, quando a crítica aguda ao ideário e às instituições liberais se tornou corrente entre intelectuais e elites políticas em grande parte dos países ocidentais, no Brasil também essa crítica veio intensificar o debate em torno do que mereceria ser chamado de “verdadeira democracia”. Foi assim que autores como Oliveira Vianna,

Francisco Campos e Azevedo Amaral usaram a ideia de “democracia autoritária” para defender o Estado Novo de Getúlio Vargas, operando uma dissociação, e mesmo uma oposição, entre “democracia” e “liberalismo”. Nesse sentido, reconstituir o fio dos debates e disputas em torno do conceito de democracia no pensamento político brasileiro pode nos dar mais ferramentas para pensar as disputas operadas no presente.

Nas últimas décadas, os estudos sobre o pensamento político brasileiro vêm se tornando cada vez mais presentes no campo das Ciências Sociais. O crescimento das investigações nessa área de pesquisa contribui para uma melhor compreensão da evolução histórica das ideias, valores e crenças que conformam a cultura política brasileira, incluindo diferentes visões sobre a organização política, econômica e social do país ao longo do tempo. Se a temática do autoritarismo no Brasil já foi bem explorada pela bibliografia especializada desde a década de 1970, não há, ainda, muitos trabalhos sobre a maneira pela qual diversas linhagens ou tradições intelectuais, em nossa história política e intelectual, debateram a democracia e seu significado. Essa é uma temática que vale aprofundar, já que uma das principais tarefas da pesquisa no campo da história das ideias políticas consiste justamente em desnaturalizar interpretações tidas como definitivas sobre determinados conceitos ou ideias políticas.

Foi pensando nessas questões que propusemos este dossiê, cujo objetivo foi acolher trabalhos que explorassem a presença e o uso do conceito de

¹ Alguns desses estudos estão indicados na bibliografia, um pequeno número dentro do universo de publicações sobre diferentes aspectos da crise da democracia e da ascensão de regimes autoritários e iliberais.

democracia no âmbito do pensamento político brasileiro, em distintas perspectivas teóricas e metodológicas. Podemos dizer que nossas expectativas foram atendidas; conseguimos selecionar uma variedade de artigos que buscam desenvolver reflexões sobre a forma pela qual a democracia foi tematizada em diferentes períodos históricos e por diferentes atores/autores políticos. Os cinco artigos que compõem o dossiê estão organizados em ordem cronológica, segundo o período abordado em cada texto, de forma a deixar mais claro o enquadramento histórico dos debates sobre democracia no Brasil.

O texto que abre o dossiê é “Os signos da República e da Tirania na crítica política de Eduardo Prado durante a transição do século XIX para o século XX”, de Rodrigo Perez. O trabalho acompanha a trajetória de Eduardo Prado para analisar sua crítica ao regime republicano então recém-instaurado no Brasil. O foco está em destacar como Prado mobiliza o conceito de “tirania” para fundamentar sua oposição aos militares então no poder e sua ação política em favor da restauração monárquica ao longo da última década do século XIX. Metodologicamente, o trabalho inspira-se nas reflexões sobre o republicanismo “neorromano” ou “cívico” desenvolvidas por autores como Quentin Skinner e Philip Pettit, para analisar a polissemia dos conceitos de “república” e “tirania” e a maneira como Prado os utiliza.

O civilismo de Prado, destaca Perez, se manifesta na definição da Monarquia brasileira como uma “república coroada”, na medida em que o regime monárquico cumpria os requisitos de uma “verdadeira república” pois, remetendo à tradição republicana clássica herdada dos ensinamentos de Aristóteles e Montesquieu, abria espaço para a “soberania popular” na feitura de leis que visasse ao “bem comum”. Nesse sentido, Prado aproximava-se das

formulações de seu antigo amigo e aliado político, Joaquim Nabuco, que também foi um crítico mordaz no governo republicano em seus inícios.

A contraparte da “república coroada”, como bem mostra Rodrigo Perez, é a “tirania republicana”. Aqui, Prado identifica no militarismo o traço despótico da república brasileira, caracterizando o regime como uma ditadura militar – o que aparece no título de um dos seus livros mais importantes, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de 1890. Mas, segundo Perez, a mobilização da ideia de tirania também cumpre outra função crítica, ao apontar o perigo das chamadas “utopias revolucionárias”, já que, em sua visão, a modernidade se apresentava como um “colapso das tradições” entre o fim do século XIX e o início do XX. Para sintetizar essa percepção e esse receio, Prado buscava apoio no pensamento conservador de autores como Burke, Renan e Tocqueville, de quem cita a conhecida passagem: “como o passado não ilumina mais o futuro, o espírito caminha em meio às trevas”. No Brasil, essa “tirania da utopia” se expressava no governo republicano, para o desgosto de Eduardo Prado.

A crítica à Primeira República – e às instituições liberais – também está presente no artigo de Bruno Regasson, que aborda a influência do jurista e filósofo político alemão Carl Schmitt sobre Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda. Porém, a natureza da crítica difere bastante: Eduardo Prado temia as transformações vindas com a modernidade, enquanto eram precisamente essas mudanças que animavam os autores discutidos neste segundo texto.

Regasson trata de um tema importante dos estudos sobre o pensamento político brasileiro: a discussão sobre a linhagem autoritária da reflexão política produzida nas primeiras décadas do período republicano. A presença de Francisco Campos como

representante dessa linhagem é bem difundida, mas a comparação com Sérgio Buarque de Holanda, um autor comumente ligado a um ideário progressista, possibilita a exploração de matizes e variações no interior das classificações consagradas. Regasson apoia-se, na sua análise, em trabalhos que já examinaram o caráter ambíguo da obra de Sérgio Buarque, mas traz uma bem-vinda contribuição ao debate.

Buscando entender o contexto intelectual de ambos os autores brasileiros, Regasson argumenta que os anos 1920 e 1930 foram balizados pela emergência de discursos marcadamente antiliberais. Foi no interior dessa moldura que as críticas à república brasileira foram construídas, não apenas pelos autores analisados, mas por toda uma geração. Desenvolvendo uma análise comparativa das obras de Campos e Holanda e buscando apresentar evidências diretas (citações, resenhas, inventário de bibliotecas) e interpretativas (proximidade de argumentos, conceitos, léxico) da influência de Schmitt, Regasson chama a atenção para “o manejo seletivo e criativo” da obra do jurista alemão pelos dois autores. Embora muito diferentes, o trabalho aponta aproximações possíveis entre o projeto de Holanda e o de Campos na década de 1930, ambos criticando o liberalismo e buscando alternativas em torno de uma liderança carismática, mais adaptada aos novos tempos e a um modelo democrático apartado do ideário liberal.

O terceiro artigo deste dossier, de autoria de Helio Cannone e Pedro Marreca, é “A social-democracia de Celso Furtado: desenvolvimento, bem-estar social e democracia (1950-1964)”, que tem como contexto a experiência democrática brasileira entre 1946 e 1964. As obras de Furtado escritas nesse período são tomadas por Cannone e Marreca para caracterizar o economista paraibano como um pensador social-democrata, que buscou ativamente construir um projeto de desenvolvimento para o país alinhado a essa ideologia.

Embora em Furtado se encontre uma crítica ao liberalismo, ela não se aproxima da efetuada pelo pensamento autoritário do entreguerras. Tal crítica, como demonstram os autores, está voltada para a dimensão econômica do liberalismo, em especial à abordagem neoclássica que, segundo ele, seria incapaz de dar conta das necessidades de um país periférico e desigual. Em países como o Brasil, defende Furtado, a ação do Estado seria necessária para superar os obstáculos e promover o bem-estar social. Ao mesmo tempo, a dimensão do liberalismo político que sustentava a democracia representativa, além de preservada, deveria ser reforçada com a ampliação da participação, mais do que necessária na emergência de uma política de massas, como era o caso dos anos 1950 e 1960.

Desse modo, Cannone e Marreca destacam o protagonismo reservado por Furtado ao Estado brasileiro e a suas instituições, que deveriam ser “capazes de comportar os conflitos sociais e as reivindicações dos setores sociais emergentes”. O que surge da análise é um projeto reformista que, se de um lado era crítico dos liberais neoclássicos, de outro recusava propostas mais ou menos radicais oriundas da esquerda, como o trabalhismo ou o comunismo. Ao iluminar essa faceta de Celso Furtado, a de ator político portador de um projeto nacional, Helio Cannone e Pedro Marreca chamam a atenção para a importância de olharmos para um intelectual e homem público capaz de ainda dizer muito sobre os caminhos do desenvolvimento econômico, social e político do país.

O quarto artigo do dossier, de autoria de Leonardo Belinelli, chama-se “Revolução e dependência: o golpe de 1964 em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)”. Com o objetivo maior de apreender os nexos entre os conceitos de “dependência”

e “revolução (burguesa)” – até então vistos como incompatíveis pela esquerda brasileira – nas formulações desenvolvidas no âmbito da Escola Paulista de Sociologia, Belinelli examina as análises sobre a instauração do regime militar desenvolvidas por dois dos principais representantes daquela Escola: Fernando Henrique Cardoso, especialmente em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967) e *O Modelo Político Brasileiro* (1972), e Florestan Fernandes, com ênfase em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975).

Uma diferença fundamental apontada por Belinelli entre as análises dos dois sociólogos é o caráter de continuidade presente na interpretação de Florestan, que viu o golpe de 1964 como um capítulo da revolução burguesa no Brasil iniciada ainda no fim do século XIX, em contraste com a ênfase na mudança dada por Cardoso, que enxergou no golpe de 1964 um sentido “progressivo” (embora não progressista, ao contrário) de atualização capitalista-dependente do Brasil. Relacionadas a esta e outras divergências estão, demonstra Belinelli, diferentes maneiras de conceber a história e o papel da política.

Finalmente, o artigo de autoria de Diogo Tourino de Sousa e Igor Suzano Machado, “Quando o público encontra a democracia: Werneck Vianna e a síntese de duas tradições”, é ao mesmo tempo uma homenagem a Luiz Werneck Vianna e uma análise de sua obra. Valendo-se de uma abordagem inspirada na noção de “linhagens do pensamento político brasileiro” proposta por Gildo Marçal Brandão, o artigo procura situar Werneck Vianna no cruzamento entre duas tradições. Duas das linhagens identificadas por Brandão – o conservadorismo estatista brasileiro bem representado por Oliveira Vianna e o liberalismo antiestatista à la Tavares

Bastos – remetem à distinção formulada por Werneck Vianna entre “iberismo” e “americanismo”. Como argumentam Tourino e Machado, Werneck Vianna procurou promover uma síntese entre a “dimensão republicana” de nossa tradição de pensamento conservador/autoritário, e a “dimensão democrática” de nossa tradição de pensamento liberal – recuperando, portanto, o lado positivo de cada uma das linhagens, ao eliminar o autoritarismo da primeira e o individualismo excessivo da segunda.

Um dos caminhos apontados por Werneck Vianna na promoção do encontro entre república e democracia, nos mostram Tourino e Machado, situa-se no papel do Direito e suas instituições na formação da cidadania e da esfera pública brasileira – papel assegurado pela Constituição de 1988. Tourino e Machado apresentam Werneck Vianna como um intelectual que, seguindo as recomendações de Ítalo Calvino, elegeu seus “clássicos” (Gramsci, Tocqueville, Tavares Bastos e Oliveira Vianna), para dar sentido aos “ruídos” de seu próprio contexto histórico. Da mesma forma, o artigo propõe que prestemos atenção às lições de Werneck Vianna para pensar o momento atual; por exemplo, o sentido da mobilização de procedimentos jurídicos em um contexto de judicialização da política e das relações sociais, assunto tão presente em nossa atualidade.

Os artigos reunidos neste dossier se debruçam sobre diversos intelectuais e correntes ideológicas de diferentes fases da história brasileira – da Primeira República à Nova República, passando pela Era Vargas, o regime democrático de 1946-64 e a Ditadura Militar de 1964-85. O tema da democracia atravessa, sob diferentes enfoques, todos os trabalhos aqui presentes. Esperamos que, além de contribuir para as pesquisas sobre os diversos autores e debates abordados – Eduardo Prado, Francisco Campos

e Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna – este dossiê ajude também a refletir, a partir dos caminhos percorridos,

sobre os trajetos a trilhar na discussão atual sobre a democracia, diante dos enormes desafios contemporâneos.

Boa leitura!



Referências

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lynch, C.; Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário*. São Paulo: Ed. Contracorrente.

Miguel, L. F. (2022). *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

Przeworski, A. (2022). *La crisis de la democracia: ¿adónde pueden llevarnos el desgaste institucional y la polarización?* Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Rocha, C.; Solano, E. (orgs.) (2019). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

Rosanvallon, P. (2021). *O século do populismo: história, teoria, crítica*. São Paulo: Ateliê de Humanidades Editorial.

Runciman, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.

Recebido em 17/06/2025. Aprovado em 24/06/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Os signos da República e da Tirania na crítica política de Eduardo Prado durante a transição do século XIX para o século XX

The signs of the Republic and Tyranny in Eduardo Prado's political criticism during the transition from the 19th to the 20th century

Los signos de la República y la Tiranía en la crítica política de Eduardo Prado durante la transición del siglo XIX al XX

**Rodrigo Perez
OLIVEIRA**

rodrigoperez@ufba.br

Universidade Federal da Bahia - UFBA

13

O objetivo deste estudo é examinar como o intelectual paulista Eduardo Prado (1860-1901) mobilizou os signos da República e da Tirania nas críticas que direcionou ao regime republicano brasileiro durante a transição do século XIX para o século XX. Busco inspiração teórica nas reflexões sobre o republicanismo neorromano tal como formuladas pelos autores da chamada “Escola de Cambridge”, sobretudo Quentin Skinner e Philip Pettit. Prado ganhou notoriedade ao longo da década de 1890 em virtude de seu enfrentamento às instituições brasileiras, tornando-se uma das principais lideranças do movimento político que tentou restaurar a Monarquia. O artigo está dividido em três partes. Primeiro, examino como Eduardo Prado mobilizou o vocabulário político do republicanismo neorromano para definir a Monarquia como uma “República coroada”. Em seguida, analiso seu esforço em criticar os governos militares que consolidaram a República através uso do signo da “tirania”, tal como foi formulado pelos autores canônicos do republicanismo clássico, sobretudo Aristóteles e Montesquieu. Por último, demonstro como o autor utilizou o conceito “tirania” para criticar a concepção moderna de tempo histórico, em diálogo direto com o pensamento conservador que desde o final do século XVIII estava confrontando as utopias progressistas.

Palavras-Chave: Eduardo Prado; República Brasileira; Crítica Política; Restauração Monárquica.

The aim of this study is to examine how the São Paulo intellectual Eduardo Prado (1860-1901) mobilized the signs of the Republic and Tyranny in his criticism of the Brazilian republican regime during the transition from the 19th to the 20th century. I seek theoretical inspiration in the reflections on neo-Roman republicanism as formulated by the authors of the so-called "Cambridge School", above all Quentin Skinner and Philip Pettit. Prado gained notoriety throughout the 1890s because of his confrontation with Brazilian institutions, becoming one of the main leaders of the political movement that tried to restore the Monarchy. The article is divided into three parts. First, I examine how Eduardo Prado mobilized the political vocabulary of classical republicanism to define the Monarchy as a "crowned Republic". Next, I analyze his efforts to criticize the military governments that consolidated the Republic through the use of the sign of "tyranny", as formulated by the canonical authors of classical republicanism, especially Aristotle and Montesquieu. Finally, I show how the author used the concept of "tyranny" to criticize the modern conception of historical time, in direct dialogue with the conservative thinking that had been confronting progressive utopias since the end of the 18th century.

Keywords: *Eduardo Prado; Brazilian Republic; Political Criticism; Monarchical Restoration.*

El objetivo de este estudio es examinar cómo el intelectual paulista Eduardo Prado (1860-1901) movilizó los signos de la República y la Tiranía en su crítica al régimen republicano brasileño durante la transición del siglo XIX al XX. Busco inspiración teórica en las reflexiones sobre el republicanismo neorromano formuladas por los autores de la llamada «Escuela de Cambridge», sobre todo Quentin Skinner y Philip Pettit. Prado ganó notoriedad a lo largo de la década de 1890 debido a su enfrentamiento con las instituciones brasileñas, convirtiéndose en uno de los principales líderes del movimiento político que intentó restaurar la Monarquía. El artículo se divide en tres partes. En primer lugar, examino cómo Eduardo Prado movilizó el vocabulario político del republicanismo neorromano para definir la Monarquía como una «República coronada». A continuación, analizo sus esfuerzos por criticar a los gobiernos militares que consolidaron la República mediante el uso del signo de la «tiranía», tal y como lo formularon los autores canónicos del republicanismo clásico, sobre todo Aristóteles y Montesquieu. Por último, demuestro cómo el autor utilizó el concepto de «tiranía» para criticar la concepción moderna del tiempo histórico, en diálogo directo con el pensamiento conservador que se enfrentaba a las utopías progresistas desde finales del siglo XVIII.

Palabras Clave: *Eduardo Prado; República Brasileña; Crítica Política; Restauración Monárquica.*

Introdução

Eduardo Prado era um combatente que usava as letras como adaga, um monarquista que não titubeou no ataque à tirania que entre nós atendia pelo nome de República
(Figueiredo, 01/09/1901, s/p).

Afonso Celso Figueiredo, que como visconde de Ouro Preto foi chefe do último governo da Monarquia brasileira, assinou o obituário do escritor paulista Eduardo Prado. O texto foi publicado no jornal “O Comércio de São Paulo”, que desde o final de 1895 era o principal veículo da imprensa brasileira a serviço da causa da restauração monárquica. Eduardo Prado, dono do jornal, foi uma das lideranças do movimento restaurador, bastante ativo na década de 1890 (Janoti, 1992; Berriel, 2003; Leonzo, 1993; Gomes, 2008; Perez, 2015). Prado morreu depois de contrair febre amarela, possivelmente na viagem que fez ao Rio de Janeiro para ser nomeado sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Ele era membro fundador da Academia Brasileira de Letras desde 1897, ocupando a cadeira 40 da agremiação. O ingresso no IHGB significou a consagração definitiva daquele que foi um dos principais personagens na cena política e intelectual brasileira na transição do século XIX para o século XX.

Na década de 1890, Prado escreveu os principais textos de ataque às instituições republicanas, com destaque para os livros “Fastos da Ditadura Militar Brasileira” (1890) e “A Ilusão Americana” (1893). Todo esse engajamento colocou o autor na mira dos militares que governaram a República brasileira entre 1889 e 1894. Eduardo Prado fugiu do Brasil em julho de 1893¹, logo depois da publicação do livro “A Ilusão Americana”, quando o governo liderado por Floriano Peixoto determinou sua prisão. Como o porto do Rio de Janeiro estava

monitorado pelo Exército, a fuga aconteceu por Salvador. O destino era Paris, onde o autor continuou escrevendo contra a República, fazendo de seu apartamento na Rua Rivolli o lugar de encontro para outros intelectuais brasileiros que também criticavam o regime, como José da Silva Paranhos Jr., o barão de Rio Branco, Joaquim Nabuco e o próprio Afonso Celso (Pagano, 1967; Mota Filho, 1967). Prado somente retornaria ao Brasil em 1895, depois que os civis assumiram o controle político do país.

No obituário, Afonso Celso capturou aquela que foi a principal chave semântica mobilizada por Eduardo Prado na sua jornada restauradora: a dicotomia Tirania X República, signos atribuídos, respectivamente, à República e à Monarquia. Meu objetivo neste artigo é analisar a forma como Eduardo Prado manejou esses signos nos textos que escreveu durante a transição do século XIX para o século XX. As formulações teóricas desenvolvidas pelos autores da chamada “Escola de Cambridge”, notadamente Quentin Skinner e Philip Pettit, são bastante inspiradoras para reflexão que estou desenvolvendo neste trabalho (Skinner, 1984, 1990; Pettit, 1999, 2002). Skinner e Pettit exploram a polissemia do conceito “liberdade”, mostrando que sua concepção liberal, fundada na ideia do indivíduo como célula política elementar, é apenas uma entre as diversas possibilidades que a categoria assumiu ao longo da história do pensamento político ocidental. A liberdade liberal seria “negativa” porque se baseava

¹ A vasta produção bibliográfica de Eduardo Prado chamou atenção de estudiosos especializados no pensamento político brasileiro, que destacam como o autor ocupa um lugar no conservadorismo nacional. Destaco o capítulo “O conservadorismo difícil” escrito por Bernardo Recupero para a coletânea organizada por Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho (2010) e o trabalho de Gabriela Nunes Ferreira (1999) sobre o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguaí que nos permite pensar o conservadorismo de Prado na linhagem da defesa conservadora do centralismo estatista.

na ausência de impedimentos externos capazes de coagir a livre movimentação do corpo individual. Os autores destacam como no repertório do “republicanismo neorromano” (formulação de Skinner) a liberdade é abordada no seu sentido “positivo”, condicionada à plena participação da comunidade política no governo da cidade. A célula política fundamental, aqui, não é o indivíduo, mas sim a comunidade, o “povo”. À medida em que me debruço sobre os escritos de Eduardo Prado, demonstro como ele acionou os conceitos liberal e republicano de liberdade para criticar a República brasileira e elogiar a Monarquia, especialmente o Segundo Reinado.

A reflexão está organizada em três momentos. Primeiro, analiso como Prado interpretou o legado político da Monarquia a partir do signo da “República coroada”. Em seguida, examino as críticas que o autor direcionou ao militarismo político, considerado por ele o fator responsável por transformar a República brasileira em uma “Tirania armada”. Por último, me debruço sobre como Eduardo Prado relacionou a Proclamação da República ao que considerava ser a tirania da temporalidade progressista moderna.

A Monarquia como uma Repúblida coroada

Na ocasião da Proclamação da República, Prado estava em Portugal, na companhia de importantes nomes das letras portuguesas, como Eça de Queirós e Ramalho Ortigão (Moreira, 2012; Perez, 2017). Foi Eça de Queirós o primeiro editor a acolher os textos de enfrentamento que Prado escreveu à República brasileira. Já em dezembro de 1889, a “Revista de Portugal”, dirigida por Queirós, publicou o primeiro de uma série de cinco artigos em que Eduardo Prado denunciava aquilo que acreditava ser os crimes cometidos pela “ditadura militar brasileira”. Em 1890, os

cinco artigos foram reunidos e publicados no livro “Fastos da Ditadura Militar Brasileira”. Os textos tiveram grande repercussão, sendo traduzidos e publicados em jornais alemães, ingleses e franceses, o que levou o governo a enviar à Europa o jornalista Eduardo Salomonde para rebater as críticas de Eduardo Prado. O jornal “A República Portuguesa” foi o principal espaço utilizado por Salomonde, contando para isso com a ajuda do publicista português José Pereira de Sampaio, o Bruno, o principal adversário que Eduardo Prado enfrentou na sua campanha internacional contra a República brasileira (Perez, 2015). Denunciando escândalos envolvendo membros do governo, militares, banqueiros e conseguindo comprovar a existência de violações às liberdades públicas e privadas, as críticas de Eduardo Prado instituíram a base ideológica do movimento monarquista (Janoti, 1992).

O pronunciamento de 15 de novembro interrompeu um largo e próspero período histórico de culto às liberdades políticas e à tolerância, praticadas até mesmo de forma ingênuas por S.M.D. Pedro II, que tanto subestimou os riscos da propaganda republicana, mas que República? No Brasil, a Monarquia foi a República, uma República coroada (Prado, 2003 [1889], p. 102).

Nos dois anos em que Pedro II esteve no exílio, entre 1889 e 1891, Prado foi uma das pessoas mais próximas do monarca e da família real, estando entre aqueles que ajudaram a sustentá-los na Europa. Mesmo assim, o autor não hesitou em elencar o que considerou ser um comportamento político ingênuo da parte do imperador como uma das principais causas da queda do trono. Entretanto, Prado atenua a responsabilidade de Pedro II, pois a tolerância com a movimentação republicana teria acontecido porque o monarca “estava convencido de que a liberdade é o mais valioso atributo de um regime político

civilizado” (Prado, 2003 [1889], p. 103). Em seguida, o autor nega o estatuto de “República” ao regime político instituído em novembro de 1889, a quem atribuiu a pecha de “Ditadura”. “Republicana” mesmo teria sido a Monarquia, uma “República coroada”, como Prado repetiu inúmeras vezes, ressonando, assim, a máxima “*O império é que era a República* formulada por Joaquim Nabuco (Lynch, 2012), um dos principais interlocutores e Eduardo Prado.

No artigo “Traição à Pátria”, Eduardo Prado, novamente, criticou D. Pedro II, agora por ter “aberto a intimidade da imperial família ao conspirador Sr Constant”. O autor faz referência ao fato de Benjamin Constant ter ministrado aulas de matemática para os netos de Pedro II no final da década de 1870, quando o militar já era publicamente conhecido pela propaganda positivista que fazia dentro do Exército, tornando-se uma das principais lideranças da intervenção militar de novembro de 1889 (Lins, 1967; Carvalho, 2005). Outra vez, a “tolerância” de Pedro II é lida não apenas na chave da ingenuidade, mas também por sua convicção de que a “civilização depende da garantia das liberdades políticas [...]. S. M. foi rei em uma República coroada” (Prado, 1899, s/p).

Ao estabelecer relação de compatibilidade possível entre Monarquia e República, Prado se movimentou nos limites do vocabulário político clássico, onde os termos não se referem a formas de governo opostas entre si, diferente do que acontece no pensamento político moderno, como tão bem destacaram Skinner e Pettit. Nessa perspectiva, “República” é um termo genérico que significa a “coisa pública, a coisa do povo, a comunidade, a empresa comum entre os cidadãos, dirigida por eles mesmos com o objetivo de construção do bem comum” (Aristóteles, 1991, p. 42). A *res publica*, portanto, possui uma natureza eminentemente pública (*polis*), distinguindo-se da vida privada. “República”

remete, também, a uma teoria da soberania política, segundo a qual todo poder tem origem no povo e todo ato de governo deve estar submetido a leis justas que procurem o bem comum (Skinner, 1990; Pettit, 2002). Ao utilizar o termo “República”, Eduardo Prado estava inspirado em Aristóteles, que entendia o conceito como “designativo à constituição mesma de um povo, suas instituições, regras de convivência e agências de administração e governo, cujas orientações derivam de um momento de instituição e fundação política” (Cardoso, 2004, p. 46). Em diversas ocasiões, Prado mencionou o filósofo grego, na maioria das vezes para elogiar a Monarquia a partir do signo da “República Coroada” e para criticar a República a partir do signo da “Tirania Armada”.

No texto “O Natal de Aristóteles”, Eduardo Prado afirmou que “não basta ter o nome de República para ser, de fato, uma República, assim como não ser chamado de República não significa que determinado governo não seja republicano, como já bem demonstrou Aristóteles” (PRADO, 1900, p. 23). A referência ao filósofo grego é mobilizada com o objetivo de demonstrar como a “Monarquia brasileira teria sido, em essência, republicana, pois sempre permitiu ao povo exercer a soberania nos negócios públicos” (Prado, 1899, p. 32). A tópica da soberania popular é constantemente utilizada por Eduardo Prado para afirmar a natureza republicana da Monarquia brasileira, pois no vocabulário aristotélico “a coisa pública pode ser entendida como a coisa do povo, o que permitiria a existência de uma Monarquia republicana e de uma Aristocracia republicana, desde que essas formas de governo sejam capazes de garantir a soberania do povo e direcionar seus esforços ao bem comum” (Bignotto, 2001, p. 32).

Nos tempos do sistema parlamentar no Brasil, quando se tratava de uma reforma qualquer, era ela a

princípio aventada nas câmaras, nas circulares dos candidatos, na imprensa; nos programas dos partidos, nos discursos do poder executivo; um parlamento eleito a discutia largamente, depois de o Conselho de Estado a ter examinado com madureza; e o poder legislativo, nomeado pela nação que representava, transformava a ideia em lei. O país tomava, pois, alguma parte no seu próprio governo, ou pelo menos influía no destino da nação um avultado número de cidadãos (Prado, 2003 [1890], p. 70).

Prado está se apropriando de dois importantes valores constitutivos do repertório do republicanismo clássico: a ideia de que em uma República o povo deve “tomar parte no seu próprio governo” e a definição das leis como a tradução da “vontade da nação”, sendo a missão dos governantes traduzir a “ideia em lei”, a “vontade popular” em “bem comum”. A Monarquia liderada por Pedro II teria sido republicana porque supostamente foi capaz de respeitar a soberania do povo na medida em que a “boa lei” traduzia os sentimentos populares. Estamos, aqui, diante de formulações que atravessam a história da tradição republicana ocidental, da antiguidade à modernidade, de Aristóteles a Montesquieu, pois o conceito moderno de República é herdeiro da *politeia* aristotélica que, como já sabemos, é uma “expressão grega genérica para as formas de associação de homens livres, as comunidades de cidadãos, definidas por oposição àqueles por natureza despóticas, em que os governantes, um ou alguns, governam como senhores a servos, em vista de si mesmos e segundo sua própria vontade” (Cardoso, 2004, p. 47). A diferença entre o cidadão livre e o “servo” seria o “direito” como tradução da vontade do “povo”, o que é considerado o princípio mais importante de um governo republicano. É aqui que Prado se aproxima do constitucionalismo republicano

que, segundo a filosofia política de Aristóteles, é o requisito fundamental para a “distribuição dos poderes públicos estruturada segundo uma finalidade especificamente integradora das diversas partes ou classes da cidade, ordenada, enfim, em vista de sua própria existência de sua produção e conservação como comunidade política” (Cardoso, 2004, p. 52). Para Aristóteles, o direito é a instância de racionalidade responsável por transformar a “simples vontade do povo” na “vontade geral republicana”, evitando, assim, que a cidade sucumba à tirania da maioria. Portanto, para o filósofo, “a vontade geral republicana” não é o simples somatório da vontade de cada um dos cidadãos que fazem parte da comunidade política, pois “a vontade do povo é sempre transitiva, quer isto ou aquilo, visa objetos (e, portanto, busca naturalmente o terreno da economia); a vontade geral republicana, através das leis busca as condições da coexistência civilizada (e, assim, inscreve-se de imediato no registro político)” (Aristóteles, 1973 apud Cardoso, 2004, p. 59). Nesse sentido, a lei é pensada como o resultado do trabalho do legislador filósofo que, agindo como um tipo de “herói cívico”, transforma a vontade do povo na vontade geral republicana, em um processo que não é mimético, podendo até mesmo ser contramajoritário. Portanto, a lei é definida por Aristóteles como o resultado da ação do legislador e o elemento responsável por permitir aos homens a vida política e civilizada. Foi isso que, para Prado, a República brasileira teria destruído ao extinguir a Monarquia, essa sim, constituída por instituições capazes de, nas palavras do próprio autor, “transformar a ideia em lei”. A atuação de Eduardo Prado na ocasião da epidemia de febre amarela no interior de São Paulo, em 1896, explicita a importância do republicanismo clássico para sua crítica política. Diante da “calamidade da epidemia”, Prado afirmou

que “o governo nada pode fazer, cabendo aos particulares o exercício da intervenção virtuosa” (Prado, 1896, s/p). Para o autor, a “classe dos agricultores” tinha a obrigação cívica de agir virtuosamente e conduzir o movimento de combate à epidemia.

Segundo Hannah Arendt, a relação entre virtuosidade e ação pública foi inaugurada por Sócrates, “que apontou um conjunto de atividades peculiares que caracterizam o homem enquanto agente relacional com o mundo que habita, que transforma e ao qual se condiciona” (Arendt, 2003, p. 43). A autora acredita que esse tipo de atividade constitui uma modalidade particular de existência sobre a terra, que ela examina nos seus trabalhos dedicados ao estudo da *vita activa*. Ainda que situe na ação política de Sócrates o momento fundador do princípio republicano da *vita activa*, Arendt afirma que foi Aristóteles o responsável pela sistematização conceitual desse princípio. Para a filósofa alemã, ao dizer que “só pela prática pública dos atos justos, será o homem justo, e pela prática pública de atos temperantes, o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom” (Aristóteles, 1972 *apud* Arendt, 2003, p. 47), Aristóteles definiu textualmente a relação entre justiça e ação pública virtuosa. Essa relação também foi mobilizada por Eduardo Prado nos textos em que criticou a atuação do poder público no combate à epidemia de febre amarela, o que o levou a conamar os proprietários paulistas a tomarem a dianteira na organização das medidas adequadas. No artigo “Epidemia”, de abril de 1896, o autor escreveu:

Para esse imenso mal que se avizinha não se descobre remédio. A administração pública não sabe, não quer, ou não pode vencê-lo; têm-se escoado rios de dinheiro na faina do saneamento, e o estado sanitário piora consideravelmente. Dir-se-ia que o dinheiro é malgasto e em

pura perda, o que Deus amaldiçoa os esforços dos nossos administradores. Daí a urgência da intervenção pública dos proprietários paulistas, daqueles que têm o dever agir com prudência e civismo tão urgentes na atual situação. Sorte é o fato de esses homens terem sido formados na escola da prudência e do civismo que foi entre nós a República Coroada governada por S.M. Pedro II (Prado, 1896, s/p).

A “prudência” e o “civismo” seriam virtudes indispensáveis aos cidadãos-proprietários, que naquele momento tinham a obrigação de abandonar o conforto doméstico, entregando-se à *vita activa*, para utilizarmos as palavras de Hannah Arendt. Prado vincula prudência e o civismo à ação política do homem virtuoso, que deve calcular a sua intervenção pública em função das particularidades das circunstâncias, que no caso aqui examinado eram “urgentes”, “catastróficas”, segundo os termos do próprio autor. A situação só não seria pior porque a “classe proprietária” estava habilitada a enfrentar o desafio da epidemia, pois teria sido formada na “escola de prudência e civismo” que havia sido a Monarquia. Meses depois, Eduardo Prado voltaria a utilizar a expressão, dessa vez no contexto das eleições gerais realizadas em outubro de 1896. No artigo “Eleições”, o autor estabeleceu uma comparação entre o comportamento eleitoral de republicanos e monarquistas.

Aproximam-se as eleições gerais, e, ao passo que os republicanos permanecem quietos, apenas contemplando silenciosamente a movimentação à espera do manifesto despótico e indiscutível dos chefes, nos arraiais monarquistas principiou já a agitação nos espíritos. Os monarquistas revelam desta arte a sua virilidade e pujança, a sua tendência para a discussão e para o confronto de opiniões, a fim de apurar

onde está a maioria, a verdadeira opinião pública do partido, único sistema que constitui a base legítima para a democracia moderna (Prado, 1896, s/p).

Nas vésperas das eleições, os republicanos estariam calados, esperando as ordens dos seus chefes, enquanto os monarquistas estariam agitados, mobilizando os eleitores. A diferença no comportamento sinalizaria para maneiras distintas de valorar o processo eleitoral e a própria democracia. Os republicanos seriam “autoritários” e estavam “conspirando para construir um regime de dominação que exclui o povo da participação política” (Prado, 1896, s/p). Já os monarquistas teriam “uma longa tradição democrática de eleições livres e estímulo à participação popular” (Prado, 1896, s/p). Prado utilizou o conceito “liberdade” na chave da tradição do “*republicanismo neorromano*” para associar a Proclamação da República ao ressentimento das classes proprietárias com a abolição da escravidão. No artigo “O golpe escravagista contra o império da liberdade”, ele estabeleceu uma relação de causa e efeito entre a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Na argumentação do autor, as lideranças envolvidas na fundação do Partido Republicano tinham interesses diretos na manutenção da escravidão, o que teria sido contrariado pelo engajamento do imperador D. Pedro II na jornada abolicionista. Prado reconstrói a cronologia da legislação abolicionista, começando na Lei do Ventre Livre, em 1871, e terminando na Lei Áurea, em 1888, afirmindo que o “monarca brasileiro era o primeiro abolicionista, inimigo visceral da iníqua instituição que por tanto tempo impediu a marcha civilizatória do Brasil” (Prado, 1897, s/p). Ao se empenhar tanto pelo fim da escravidão, D. Pedro II teria colidido com os interesses dos “barões

de terra e de homens” e isso explicaria a Proclamação da República, definida como a “ação ressentida daqueles que odeiam a liberdade e amam a escravidão” (Prado, 1897, s/p). Na performance discursiva de Eduardo Prado, a dualidade Monarquia X República é lida na chave de outro binômio conceitual: liberdade X escravidão, com a Monarquia considerada a responsável pela abolição da escravidão e com os líderes do Partido Republicano associados aos interesses escravocratas. Ao formular a crítica nestes termos, Prado estava operando com aquilo que posteriormente se convencionou chamar de “liberdade positiva”, que é um dos fundamentos do repertório do republicanismo clássico, *como argumenta Philip Pettit (2002)*. Nessa perspectiva, o “povo livre” seria aquele que se governa a si mesmo, em contraponto com “o escravo, que sequer é dono do próprio corpo” (Berlin, 2002, p. 23). Para ser livre no repertório Republicano são necessários outros atributos para além do “livre direito de ir e vir sem que obstáculos externos impeçam o livre trânsito do corpo”, como é estabelecido pelo liberalismo político moderno, com sua “liberdade negativa” (Skinner, 1984, p. 32), definida pela ausência de impedimentos à livre movimentação do corpo individual. Para Prado, ao se empenhar tanto na abolição da escravidão, Pedro II teria feito mais do que “apenas libertar indivíduos”, tendo criado as condições para que a população negra fosse “efetivamente iluminada pela cidadania, passando a fazer parte do povo e do próprio governo do país” (Prado, 1897, s/p). Pouco tempo antes, ele tinha formulado algo semelhante no livro “Anulação das Liberdades Políticas”, publicado em 1897.

É crime o manifestar por escritos ou discursos, a vontade de mudar, por meios não violentos a forma do governo? É crime manifestar

a mesma vontade por atos não violentos, como reuniões públicas ou em casas particulares, sem armas, sem perturbação da ordem? (Prado, 1897, p. 1).

A partir desses questionamentos, Prado analisa o §4º do artigo 90 da constituição de 1891 que proibia qualquer manifestação contrária à forma republicana de governo, algo que, segundo o autor, a “Monarquia jamais fez, sendo ela sim uma verdadeira República” (Prado, 1897, p. 2). Ao criticar esse dispositivo constitucional, o autor, mais uma vez, negou a atribuição do signo “República” ao regime político fundado em novembro de 1889.

A interpretação que a República deu ao nefasto dispositivo é que os cidadãos não podem discutir sobre a forma de governo e que não podem julgar a forma Republicana inadequada; que não podem agir, ainda que seja pacificamente, para mudar a forma de governo e que somente têm liberdade de pensamento e locomoção quando não criticam a forma de governo republicana. Bons tempos eram os da nossa Monarquia constitucional que bem poderia ser chamada de “República coroada” (Prado, 1897, p. 7).

Prado está mobilizando um conceito de “liberdade” abrangente o suficiente para permitir ao povo brasileiro o poder de alterar o regime político e restaurar a Monarquia. A concepção liberal de liberdade, que tem o indivíduo como célula fundamental e se define tão somente pela ausência de obstáculos que impeçam a livre movimentação individual, não teria força suficiente para sustentar a crítica política nestes termos. A reivindicação do autor não era apenas pela liberdade de livre trânsito dos indivíduos, mas sim pelo poder da comunidade política, do “povo”, em alterar a própria natureza do regime político. Eduardo Prado parecia estar convencido de que, se fosse

consultado, o “povo brasileiro” desejaría a restauração da Monarquia. Por isso, os fundadores da República brasileira não teriam “hesitado em anular as liberdades políticas já na constituição que impôs o regime, destruindo mais de 60 anos de uma história de respeito à liberdade” (Prado, 1897, p. 23).

Toda a crítica política que Eduardo Prado formulou ao longo da década de 1890 está fundada na antítese entre Monarquia e República. O republicanismo neorromano deu a Prado as munições para afirmar a natureza republicana do regime derrubado em 15 de novembro de 1889. No Brasil, a Monarquia seria a “República”, enquanto a “República” seria a “tirania”. Na próxima seção, mostro como nas suas críticas à República brasileira, Eduardo Prado mobilizou o conceito “tirania”, novamente tomando Aristóteles como inspiração.

21

A República como Tirania Armada

A rejeição ao militarismo político foi o elemento principal do enfretamento de Eduardo Prado à República, colaborando para a formação de uma tradição analítica que ganhou eco na historiografia especializada no tema (Carvalho, 2005; Castro, 1995). O autor estava convencido de que a Monarquia tinha sido derrubada quando era mais amada pelo povo em virtude da abolição da escravidão. A República, portanto, significaria o desencontro do poder com o povo, algo que somente teria sido possível porque os militares “usaram a espada para destruir o civilismo e ordem reinantes nos tempos do Império” (Prado, 2003 [1890], p. 21). A mudança de regime teria sido contrária à vontade do “povo” e garantida pela aliança entre os proprietários insatisfeitos com

a abolição da escravidão e os militares “doutrinados pela religião de Agusto Comte” (Prado, 2003 [1890], p. 23).

Ora, em todo o país em que houver um partido adverso à forma de governo, partido ardente e exacerbado pela impossibilidade de legalmente realizar a sua ambição, e ao lado desse partido houver um exército tão justamente descontente de si mesmo e de todo o mundo, como o Exército brasileiro, o acordo entre essas duas forças será fatal porque lógico (Prado, 2003 [1890], p. 2).

O militarismo político foi tratado como o vício de origem da República, aquilo que teria destruído a tradição civilista da Monarquia que por tanto tempo havia sido capaz de proteger o Brasil dos “pronunciamentos militares, tão frequentes na América Latina” (Prado, 2003 [1890], p. 23). As críticas de Eduardo Prado não ficaram sem respostas por parte dos militares que governaram o Brasil durante o início da década de 1890. Sob a liderança do marechal Floriano Peixoto formou-se um grupo político conhecido como “jacobinos”, que organizou a publicação de diversos jornais que circularam amplamente na capital da República (Queiroz, 1986). Prado era constantemente mencionado nas páginas desses periódicos, sempre tratado como “traidor da Pátria que difama a nação na Europa e conspira pela restauração da dinastia dos Bragança” (A Bomba, 1894, s/p). Prado respondeu às acusações.

Apenas uma acusação devemos levantar: dizem os sustentadores da ditadura que atacamos e difamamos o Brasil. Procuram os amigos do despotismo uma sombra por demais augusta para a abrigá-los. Dizer os erros e profligar os crimes dos dominadores do Brasil não é insultar aquele grande e nobre país. É preciso ser grande a insensatez do ditador,

dos seus parentes, dos seus ministros, de seus empregados e dependentes de toda a casta e espécie para ter qualquer desses homens a coragem de dizer; quem me ataca, ataca a pátria. Dizer a verdade ao opressor é defender o oprimido e acelerar a era da sua libertação. quem escreve estas linhas só atacou os dominadores do Brasil porque, como homem civilizado e do seu século, aborreceu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania (Prado, 2003 [1890], p. 10).

“Ditadura” não foi o único termo mobilizado por Eduardo Prado na sua crítica ao regime político brasileiro. Frequentemente, o autor acionou também “despotismo” e “tirania”, categorias fundamentais no vocabulário político aristotélico. Ao escrever sobre o processo político brasileiro, o autor imaginava um leitor versado nos conceitos-chave do vocabulário político ocidental. Chamar o regime político brasileiro de “República” significaria ativar as ideias de liberdade do povo e de respeito às leis. “Ditadura, “despotismo” e “tirania” remetiam a outra imaginação política, a valores que iam ao encontro do interesse do autor em comprometer a credibilidade das instituições brasileiras. Eduardo Prado movimentou-se nesse repertório, manejando os conceitos com autonomia e reivindicando a influência de Aristóteles.

Nos textos de Eduardo Prado, o conceito “Ditadura” vinha acompanhado do complemento “militar”. O autor sabia que a “ditadura” é uma instituição que faz parte da legalidade republicana, podendo ser acionada sempre que a *polis* se encontrar em perigo, como deixou claro o próprio Aristóteles, ao definir ditadura como uma “magistratura”, cuja função seria “intimidar o povo, e não puni-lo, devendo durar pouco tempo, e que o ditador fosse criado apenas para um único assunto, e só tivesse uma

autoridade sem limites em razão desse assunto, porque era sempre criado para um caso imprevisto" (Aristóteles, 1985, p. 75). O jacobinismo utilizou esse vocabulário para justificar as violências políticas perpetradas pelo governo de Floriano Peixoto. No editorial do jornal jacobino "A Bomba", a promessa era de "alcançar os restauradores onde quer que estejam", não havendo "limites ou conveniências para salvar a República, para que finalmente a nação possa dormir tranquila, livre da ameaça dos traidores que conspiram para a volta da dinastia dos Bragança" (A Bomba, 1894, s/p). A força seria necessária diante da ameaça que os monarquistas representavam para as instituições republicanas. No imaginário jacobino, a Monarquia equivalia à dominação portuguesa e sua restauração significaria a recolonização do Brasil. Por isso, o uso da força naquelas circunstâncias seria algo legítimo, como os próprios jacobinos reconhecendo que se tratava de uma excepcionalidade, de um momento de crise. No livro, "Anulação das Liberdades Políticas", Eduardo Prado criticou esse uso do signo "ditadura".

Para sobreviver contra o sentimento do povo, a República precisou do poder das armas de uma ditadura militar; os apoiadores da ditadura diziam que era necessário para manter a ordem, mas a ordem já estava mantida no Brasil sob a coroa de S.M, com os traidores aproveitando-se da paz reinante para tramá contra a harmonia e a tranquilidade. [...] O que aconteceu no Brasil naqueles anos não foi a ditadura legal e tolerável excepcionalmente, mas sim a usurpação do poder pelas armas e pela violência o que é sempre um crime contra as liberdades políticas (Prado, 1897, p. 13).

A ditadura "legal e tolerável" seria a ditadura temporária, excepcional, convocada pelo poder instituído para

conservar a ordem, como previu Aristóteles e outros representantes da tradição republicana. O que teria acontecido no Brasil no início da década de 1890 teria sido algo completamente diferente. A ditadura florianista estaria tentando manter a obra do ato original de traição ao povo, o próprio 15 de novembro, "quando o trono foi derrubado na força das armas e contra os sentimentos do povo brasileiro" (Prado, 1897, p. 14). Para Prado, a ditadura começou já na instauração do novo regime e não apenas no início do governo de Floriano Peixoto, em maio de 1891. O objetivo da força e da violência não seria "manter a ordem e intimidar os inimigos do bem comum, como reza doutrina", mas sim praticar "verdadeiros atos de garotagem e de vandalismo" (Prado, 2003 [1890], p. 21). O autor reconhece a existência da "doutrina" e a legitimidade da ditadura como instituição a serviço do "bem comum". O objeto da crítica é a sua instrumentalização pelo poder militar. Como argumento de fundo estava a defesa do poder civil, considerado pelo autor algo indispensável para a garantia das "liberdades políticas". O militarismo, em si, já significava a corrupção da "República", e exatamente isso que teria acontecido em 15 de novembro de 1889, com o Exército golpeando a "República coroada" liderada por D. Pedro II.

Também o conceito "despotismo" foi amplamente mobilizado por Eduardo Prado. Segundo o autor, o "pronunciamento de 15 de novembro" inaugurou no Brasil a era do despotismo da plutocracia", não sendo

uma simples banalidade a velha proposição de Aristóteles e Montesquieu de que as Repúblicas precisam ter como fundamento da virtude. Será inviável e uma fonte perene de males, qualquer outra República que não tiver o seu berço banhado na atmosfera da virtude

cívica. As sociedades políticas e as formas de governo precisam de nascer puras para ter a vida longa e próspera. Os organismos políticos são como os organismos animais e vegetais; quanto mais perfeitos nascem e quanto mais robusta é a infância, mais garantias apresentam de duração. Nunca se viu uma República nascer disforme para a vida de violência, do crime, da discórdia, da corrupção e do erro para dai se adiantar até à virtude, à paz e à verdade... A podridão é própria dos túmulos e não dos berços. O que há a esperar de uma existência humana cuja infância não tiver sido inocente? (Prado, 1980 [1893], p. 87-88).

Prado situa sua crítica aos “vícios de origem” da República brasileira na esteira da tradição do “Republicanismo cívico”, no qual estão situados Aristóteles e Montesquieu (Bignotto, 2001). Mas qual seria a “virtude” que faltaria à jovem República brasileira? E qual seria a corrupção perpetrada pelo regime? Eduardo Prado desenvolveria com mais atenção essa reflexão no texto “O golpe escravagista contra o império da liberdade”, onde argumenta que a República “corrompeu o perfeito equilíbrio estabelecido pela Monarquia”, com o “povo participando nos negócios públicos na câmara dos deputados gerais, nas assembleias provinciais e nas câmaras municipais”, com os “homens ilustrados inspirando a nação no conselho de estado e no senado” e com o “imperador garantindo a sobrevivência do Estado com sua autoridade constitucional” (Prado, 1897, s/p). A virtude da Monarquia que teria sido corrompida pela República era o equilíbrio entre diversas formas de dominação política. O poder do “povo”, da maioria, estava representado nas instituições legislativas. O poder constitucional do “Imperador” seria a garantia da estabilidade das instituições. O Conselho de Estado e o Senado são considerados

os espaços do poder exercido por uma minoria ilustrada. Impossível não ver aqui os ecos da teoria da polis mista fundada no princípio da medianidade, desenvolvida por Aristóteles nos tratados “Ética a Nicômaco” e “Política” (Berty, 2012). Nessa concepção, a função do governo é garantir o bem comum, sendo a mescla entre democracia e oligarquia a melhor maneira de fazê-lo. Para o filósofo grego, a corrupção da polis é o resultado da desestabilização da mescla, com uma modalidade de dominação política sobrepondo-se à outra, originando a “tirania dos poucos”, no caso de a balança do desequilíbrio pender para a oligarquia, ou a “tirania dos muitos”, para o caso de ser a democracia a forma política favorecida pela instabilidade da mescla. Na modernidade, esse elogio aos governos mistos ganhou seus contornos mais nítidos na obra de Montesquieu que, como sabemos, era outra fonte de inspiração para Eduardo Prado. Segundo Prado, a Monarquia foi capaz de garantir essa mescla, equilibrando as relações entre diversas instituições como Câmara dos Deputados, Senado, Conselho de Estado e o Poder moderador. A República teria corrompido esse equilíbrio, e o resultado foi definido por Eduardo Prado como “despotismo” e “tirania”, termos que ele não se preocupou em definir com precisão, relacionando-os sempre ao autoritarismo que acreditava ter sido implementado no Brasil pelo regime republicano.

Pode até ser que nessas Repúblicas, que são tão conhecidas entre nós pelos pronunciamentos e pelo militarismo, sejam capazes de calar pelo assassinio todos aqueles que tenham a ousadia de alterar a forma do governo, mas a possibilidade não é cerceada constitucionalmente, como acontece no Brasil. Por aqui, a República conseguiu ser ainda mais despótica do que nos vizinhos hispano-americanos (Prado, 1897, p. 17).

Eduardo Prado está outra vez se referindo ao artigo 90 da constituição republicana, que proibia qualquer tentativa, ainda que pacífica, de mudança do regime político. O autor argumenta que dispositivo dessa natureza não existia em nenhum outro regime republicano, nem na Europa, nem nos EUA e tampouco na América Latina. Ao afirmar que a constituição da República brasileira era mais autoritária do que a constituição das Repúblicas latino-americanas, Prado tocou em um ponto bastante sensível para o pensamento político brasileiro, que ao longo do século XIX associou o republicanismo latino-americano à barbárie e ao despotismo. Não foi à toa que no livro “Anulação das Liberdades Políticas”, ele se empenhou em examinar as constituições do México, da Argentina, da Bolívia, da Colômbia, do Chile e da Venezuela. O despotismo, aqui, está associado à estrutura jurídica de uma forma de governo descolada a tal ponto dos “sentimentos do povo que para manter-se necessita se impor pela força das armas e não do convencimento” (Prado, 1897, p. 18). “Despótica” seria a organização política que não traduz os sentimentos do povo em lei, impondo, assim, uma legislação que representava apenas a vontade de poder dos dominadores e, por isso, somente poderia sustentar-se pela imposição das armas. O autor definiu como “tirania” a manifestação concreta desse poder armado. Durante o governo de Deodoro da Fonseca, Eduardo Prado disse que “o povo brasileiro está hoje debaixo de uma tirania militar que ele não elegeu” (Prado, 2003 [1890], p. 15).

O governo absoluto exercido por outros indivíduos não é a República, cujo significado é o governo de todos. Alcunhem esta organização de República quanto quiserem; a palavra não corresponderá de modo algum à

realidade. Este governo absoluto, que não foi eleito pela nação, tem nome na ciência desde o tempo de Aristóteles, e esse nome é: tirania (Prado, 2003 [1890], p. 104).

Se “despotismo” era o adjetivo que Eduardo Prado atribuiu à formalidade jurídica da República, “tirania” seria a manifestação prática desse poder na forma da dominação militar. Em Aristóteles (1991), “tirania” tem, pelo menos, dois significados: “a Monarquia que somente tem por fim o interesse pessoal do monarca” (p. 64) e os “maus governos, reunindo os vícios e as falhas da oligarquia extrema e da demagogia” (p. 65). Ambos os sentidos apontam para a perversão do objetivo da República, que é o bem comum. Em um exercício de teorização elaborado a partir de diversas experiências concretas, Aristóteles argumenta que a tirania sempre resulta no poder pessoal abusivo imposto pela força. Para Prado, era isso que estava acontecendo no Brasil no início dos anos 1890. Ele acreditava que a “tirania” não pertencia ao “caráter nacional brasileiro”, sendo uma interrupção temporária da vocação do Brasil às liberdades políticas. Todo seu ativismo político passou a estar comprometido com a restauração dessa suposta “verdade nacional”. Assim, Prado colocou-se no debate político nacional como o intérprete do Brasil comprometido em atacar os “dominadores porque como homem civilizado e do seu século, aborreceu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania” (Prado, 2003 [1890], p. 133).

O conceito “tirania” teve, ainda, outra função na crítica política de Eduardo Prado, para além da influência da teoria política aristotélica e da denúncia do militarismo político. Tratou-se da crítica a certa concepção de processo histórico baseada na concepção de utopia futurista, interpretação que Prado

desenvolveu à luz da tradição analítica que se convencionou chamar de “conservadorismo” (Mannheim, 1987; Nisbet, 1987).

A crítica à tirania da temporalidade moderna

Em 15 de outubro de 1895, Eduardo Prado promoveu um jantar em São Paulo para a comemoração do aniversário de D. Pedro II. Com o fim do governo militar de Floriano Peixoto, Prado retornou ao Brasil, seguro de que os riscos envolvendo a oposição ao regime não seriam tão grandes sob a administração dos civis. Na ocasião, ele oficializou a compra do jornal “O Comércio de São Paulo”. Entre os convidados estavam Basílio Machado, Joaquim Nabuco, João Mendes e Afonso Arinos. Esses homens avaliaram que o início do governo civil abria a possibilidade para que o movimento monarquista saísse da clandestinidade e se institucionalizasse em um partido político. Surgiu, assim, o Partido Monarquista, cujo manifesto de fundação foi publicado no “O Comércio de São Paulo” exatamente um mês depois do jantar, no sugestivo 15 de novembro, sexto aniversário da República. A notícia foi recebida com entusiasmo pelos monarquistas do Rio de Janeiro, que fundaram o “Diretório Monarquista do Rio de Janeiro”, que teve seu manifesto publicado no “Jornal do Comércio” em 12 de janeiro de 1896 (Gomes, 2008). O militarismo

político deixava de ser o principal tema da discussão política desenvolvida por Eduardo Prado. O autor diversificou seus interesses, passando a dedicar-se à história da colonização portuguesa na América e à análise das circunstâncias políticas que possibilitaram o advento da República no Brasil. Prado adaptou à realidade brasileira a crítica que Edmund Burke fez à Revolução Francesa no livro “Reflexões sobre a Revolução Francesa”, publicado em 1793². Inspirando-se em Burke e em outros conservadores do século XIX, como Ernest Renan e Tocqueville, Prado formulou uma crítica ao progressismo revolucionário a partir da analogia entre a Proclamação da República brasileira e a Revolução Francesa. O argumento estava baseado na concepção de “tirania do tempo”, atribuída às doutrinas revolucionárias modernas. Já nos “Fastos”, Prado estabeleceu a relação entre o “pronunciamento militar” de 15 de novembro de 1889 e a Revolução Francesa. O critério da comparação foi a concepção de tempo histórico que, segundo o autor, inspirava os dois processos de ruptura política.

O sr Quintino Bocaiúva, dias depois de sua instalação no poder, mandou por um aviso arrancar de um velho chafariz do tempo da colônia a coroa real de Portugal. Da mesma forma como fizera a barbárie jacobina, os republicanos brasileiros pretendem recomeçar a história a partir do zero (Prado, 2003 [1890], p. 122).

² Como demonstra Christian Lynch (2017), os textos de Edmund Burke circularam amplamente no Brasil oitocentista, inspirando o desenvolvimento de uma cosmovisão conservadora baseada em três núcleos centrais: a preocupação com o controle da mudança, a crença nas origens extra-humanas da ordem social e a adaptação teórico/política aos adversários de pensamento. Lynch examina a recepção dos textos de Burke por cinco autores brasileiros: José da Silva Lisboa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José de Alencar, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

Quintino Bocaíuva foi uma das principais lideranças civis do movimento republicano brasileiro, ocupando o posto de ministro das relações exteriores entre 1889 e 1891. Na análise de Eduardo Prado, a República significava para o Brasil aquilo que a Revolução Francesa tinha significado para a civilização ocidental como um todo: a aniquilação da tradição por um projeto político/filosófico que na ambição de suas utopias futurísticas desejava apagar o passado, desconsiderando a utilidade das tradições legadas pelos antigos. Diante daquilo que considerava ser a pretensão do regime em fundar uma nova era na história do Brasil, rejeitando os ensinamentos acumulados ao longo do tempo, Prado apresentou-se como defensor das “tradições brasileiras” contra aquilo que chamou de “tirania das utopias revolucionárias”. As principais tradições a serem defendidas seriam a Monarquia e o catolicismo, o que explica a dedicação do autor à causa restauradora e à historiografia especializada na atuação da Companhia de Jesus durante o período colonial (Leonzo, 1993). O ativismo político de Eduardo Prado, portanto, desdobrou-se em uma interpretação “iberista” da história e da sociedade brasileira, que valorizou o legado do catolicismo português, idealizou o mestiço, o sertão e o sertanejo, elogiando o papel dos bandeirantes e dos jesuítas no passado nacional, em contraponto ao “liberalismo americanista” de matriz anglo-saxã mobilizado pela República em sua tentativa de aproximação diplomática e cultural com os EUA (Carvalho, 2008; Armani, 2020). Nessa interpretação, tem destaque a crítica ao regime moderno de temporalidade, que para Prado havia sido um dos aspectos que possibilitaram a Proclamação da

República no Brasil. É nessa discussão que o signo da tirania ganha outro sentido na crítica política do autor.

Na noite de 31 de dezembro de 1900 aconteceu a celebração de réveillon no apartamento de Eduardo Prado em Paris. Entre os convivas estavam Ramalho Ortigão e o barão de Rio Branco, todos ainda abalados pela recente morte de Eça de Queirós. Após o término dos festejos, o anfitrião escreveu no seu diário:

Foi, portanto, entre raios e trovões que apontou em Paris o século XX. Funesto agouro? Corri à janela para ver o céu. Dentro do salão fechado e com as cortinas cerradas não demos pela tempestade [...] Sobre o horizonte dos jardins das Tulherias havia já uma grande mancha de céu limpo e estrelado. As luzes do jardim do Louvre, acesas noutro século, tentavam brilhar neste, tentavam sem êxito, este século, tal como aquele que passou, teima em vagar em suspenso, no completo vazio (Prado, 1900, s/p).

Prado lamentou o fato de o século XX nascer sob o colapso das tradições. Ao formular a reflexão nestes termos, o autor estava ecoando as palavras de Alexis Tocqueville, que ao interpretar a modernidade afirmou que “remonto de século em século até a Antiguidade mais remota: não percebo nada que se pareça com o que está diante dos meus olhos. Como o passado não ilumina mais o futuro, o espírito caminha em meio às trevas” (Tocqueville, 2005 [1835], p. 399). Os autores compartilham o incômodo com a aceleração da temporalidade moderna, o que teria levado seus contemporâneos a desprezarem a tradição através da naturalização de certa concepção de processo histórico que afirmava o futuro como essencialmente superior ao passado, sendo o presente um

momento de breve transição (Koselleck, 2006). Em nome do “progresso” seria legítimo o sacrifício de todo acúmulo histórico, interpretado não como a fonte de ensinamentos úteis, mas sim como o atraso a ser superado. Para Eduardo Prado, foi essa concepção de tempo, traduzida pela “pregação positivista feita pelo Sr Constant”, que animou militares do Exército brasileiro à insubordinação em novembro de 1889 e ao uso da violência para consolidar o novo regime. A “tirania da utopia” teria se materializado na “tirania das armas”. O autor desenvolveu o argumento no artigo “O Natal de Voltaire”, publicado na “Revista Moderna” em 01 de janeiro de 1898. No texto, Prado criticou o discurso revolucionário francês do século XVIII, que teria dado

dimensão de reis aos homens das letras. [...] Os filhos daquele século chamado cético eram na realidade profundamente crentes e devotos: tinham a crença firme de que estava acabando o cristianismo e só reverenciavam aquele que lhes tinha ensinado a nada mais venerar” (Prado, 1898, p. 34).

Eduardo Prado está questionando o compromisso das correntes revolucionárias modernas com a implementação do Estado laico. Para o autor, a laicização era apenas um pretexto para atacar o catolicismo, na medida em que os revolucionários eram movidos pela “religião filosófica”. A constituição brasileira de 1891 seria a prova do cinismo que envolvia a proposta do “Estado laico”.

Mas o governo provisório não diz qual igreja fica separada do Estado. Será talvez a igreja católica, mas não é com certeza a igreja positivista que é a religião do governo, apesar de dizer talvez o Marechal Deodoro que, mistério por mistério, entende tanto

o da Santíssima Trindade como o da filosofia de Augusto Comte (Prado, 2003 [1890], p. 17).

Para o autor, o catolicismo era o esteio da civilização ocidental, o alicerce sobre o qual estava fundada a coesão e a estabilidade da sociedade. O “ímpeto revolucionário” teria desestabilizado a estrutura das sociedades ocidentais, sendo a Proclamação da República considerada o desdobramento disso no Brasil. A referência dessa discussão é o livro “Considerações sobre a Revolução Francesa”, de Edmund Burke, que Prado citou em diversas ocasiões. Segundo o filósofo irlandês, “a consagração do Estado por uma estrutura religiosa estatal é necessária para suscitar nos cidadãos livres um saudável temor; porque, para assegurarem a sua liberdade devem gozar de uma determinada dose de poder” (Burke, 2014, p. 74). O que o autor chama de “religião do Estado” é a “crença na existência de um destino único para a história humana possível de ser traduzida apenas pela lógica revolucionária” (p. 74). Esse foi o mote tomado por Eduardo Prado para tratar a República como resultado da aplicação da ideologia da utopia revolucionária no Brasil.

Ainda não voltemos a dizer – Os Brasis –, como cá no Reino se dizia nos velhos tempos, mas talvez a força das coisas traga em breve o antiquado termo ao uso da linguagem corrente. Isto sucederá, se, dentro de alguns anos, a palavra – Brasil –, por obra da República, deixar de ser a expressão da integridade de uma nação, para ter o valor de uma designação geográfica (Prado, 2003 [1890], p. 10).

No quadro pintado por Eduardo Prado, a Proclamação da República representa um movimento geral de destruição dos valores políticos e institucionais sem os quais o Brasil

não existiria. A República seria o presente destruidor do passado, a ingratidão sob a forma de regime político, pois “esta transformação contínua, esta instabilidade ao mesmo tempo destruidora e criadora afeta, sem dúvida, a vida material e o aspecto do cenário onde todos temos de representar nosso papel” (Prado, 2003 [1890], p. 11). Na semântica do tempo histórico formulada pelo autor, a República representa o presente instável e ameaçador, enquanto a Monarquia representa a tradição, a estabilidade, “o patrimônio moral, do povo, aquilo que não pode estar sujeito a essas mudanças destruidoras” (Prado, 2003 [1890], p. 32). Prado retomou o tema no livro “A bandeira nacional”, publicado postumamente em 1903, sob a direção de Afonso Arinos.

A força desfilou pelas ruas sem que sobre as baionetas rutilantes ao sol flutuasse o velho símbolo da pátria. Têm o seu destino as bandeiras neste final do século XIX, quando a marcha do processo histórico pretende fazer ruir a lealdade e a decência; pela manhã, o exército lhe fazia continências; à tarde, eram largadas, talvez, a um canto escuro do quarte. Ontem, paladino sacrossanto do patriotismo, a que foram feitos os juramentos mais solenes; hoje, pedaço de pano, que o soldado teve de abandonar e de esquecer (Prado, 1903, p. 4).

O evento “Proclamação da República” é tomado como o gatilho de aceleração de um processo histórico que ameaçava as virtudes mais fundamentais da nacionalidade brasileira. O tempo republicano teria marcha tão acelerada que, em menos de vinte e quatro horas, transformou o “paladino sacrossanto do patriotismo” em símbolo de um regime decaído. A bandeira da Monarquia, que durante tanto tempo havia sido jurada,

fora violada pelos mesmos militares que deveriam protegê-la. O Exército é tratado como o agente responsável pela aceleração, cuja atuação política seria conduzida pela “tirania da doutrina positivista que enxerga na República a mais superior forma de organização política” (Prado, 1903, p. 5). A “tirania” seria essa concepção de futuro, que na modernidade é definido como a morada da utopia, onde o processo histórico deve encontrar seu desfecho, custe o que o custar (Hartog, 2014; Koselleck, 2014). Essa forma de encarar o processo histórico sugere uma ética política disposta a sacrificar o presente em função do futuro, que acabaria legitimando, inclusive, a violência política, segundo a crítica conservadora que começou a ser desenvolvida no século XVIII com Justus Möser e Edmund Burke, foi reforçada no século XIX por Alexis de Tocqueville, Ernst Renan e François-René de Chateaubriand, e chegou até o século XX com Hannah Arendt. É essa discussão que Eduardo Prado estava desenvolvendo no final do século XIX, a partir da realidade política brasileira. Na sua percepção, a violência política perpetrada pelos militares não se explicava apenas pela ambição dos generais ou por um suposto desvio moral dessas lideranças. Tratava-se de um juízo político formado segundo a convicção de que os desígnios do processo histórico deveriam ser cumpridos, ainda que pela força das armas. Assim, Eduardo Prado combina “tirania da utopia” com a “tirania militar”, com o vocabulário político conservador complementando o percurso crítico iniciado a partir do vocabulário político da tradição republicana.

Eduardo Prado qualificou como “ingênuos” os apoiadores da República que estavam convencidos de que o 15 de novembro 1889 era o desfecho do

processo histórico de modernização política do Brasil, pois “quem garante ao Brasil que a Revolução de 15 de novembro será a última?” (Prado, 1980 [1893], p. 15). O autor está sugerindo que o regime político proclamado em novembro de 1889 poderia ser corroído pelo mesmo tempo histórico destruidor que lhe deu a vida. Para Prado, a despeito do que diziam os filósofos progressistas (e aqui ele está discutindo com os adeptos do positivismo de Augusto Comte), o século XIX não era a “primeira etapa de germinação das liberdades plantadas pela ação revolucionária do século passado [século XVIII], mas sim o momento da tiranização dos homens pelas utopias metafísicas” (Prado, 1898, p. 37).

A humanidade não para. Se há uma escola, hoje já pouco respeitada na ciência política, que fez da República o ideal dos governos, quem nos diz que o futuro achará outra fórmula mais adiantada? Quem nos diz que a nossa sociedade burguesa de hoje não desaparecerá, para dar lugar a outra baseada no socialismo? (Prado, 1897, s/p).

Eduardo Prado situou a República na esteira da aceleração do tempo histórico, sugerindo que o novo regime era tão frágil quanto todos os outros valores que fundavam a modernidade, pois nada mais era definitivo já que a “humanidade não para”, nas palavras do autor. Por isso, se a República nasceu “do dia para noite, alterando todo o regime de vida que durante mais de sessenta anos fez do Brasil o refúgio da civilização na América” (Prado, 1897, s/p), quem garantiria que outra revolução não alteraria, novamente, os rumos da história do Brasil? O futuro é tratado na perspectiva da incerteza, como enigma, o que se explica pela percepção do autor de que a concepção moderna de tempo histórico havia implodido os laços entre passado, presente

e futuro. Se a tradição consolidada pelas experiências pretéritas não era mais capaz de conduzir os passos dos homens no presente, não era possível saber como seria o futuro, diferente do que diziam as utopias filosóficas modernas, que prometiam progresso como o desfecho do processo histórico. A imagem do futuro como incerteza permitiu que Eduardo Prado esboçasse um prognóstico algo otimista para o Brasil.

A geração que aí vem com a rapidez do tempo e que nos impele para o túmulo com todas as nossas dissensões, os nossos ódios e as nossas faltas, essa achará a pátria em ruína e, amaldiçoando a nossa obra, terá como ideal o restabelecimento da civilização brasileira, com a volta à liberdade e à tolerância, bens supremos de que nos despojamos e que os nossos filhos saberão reconquistar (Prado, 1902 [1895], p. 129).

O autor parece estar convencido de que sua geração não veria a tão sonhada restauração da Monarquia, mas a mesma “rapidez do tempo” que derrubou o trono, haveria de “restabelecer a liberdade e a tolerância”, mostrando à “pátria” como a República significava a “ruína” da nação. O mesmo regime de temporalidade que tiranizou o Brasil através das crenças utópicas dos militares, restabeleceria a “civilização brasileira” através da ação política das gerações futuras. À tirania do tempo histórico moderno, Eduardo Prado contrapôs a ação política virtuosa, sugerindo, assim, uma ética não comprometida com ideias supostamente abstratas de futuro e progresso, mas sim com o que ele acreditava ser a concretude do presente garantida pelo acúmulo dos ensinamentos do passado.

Para concluir, uma breve reflexão sobre conservadorismo político no Brasil

No final da década de 2010, formou-se no Brasil aquilo que alguns analistas chamam de “onda conservadora”, em referência ao processo de fortalecimento de uma certa Direita radical que culminou na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Outros estudiosos questionam a tese, argumentando que o conservadorismo brasileiro não é exatamente uma “onda”, mas sim uma tradição de longa temporalidade na história política nacional, sendo sua novidade na contemporaneidade manifestada no radicalismo da disruptividade em relação às instituições democráticas. A despeito das diferenças de interpretação, é consenso relativamente estabelecido o fato de que nos últimos anos a identidade política conservadora ganhou prestígio no Brasil, no contexto da experiência de crise da democracia liberal-representativa que pode ser observada, também, em outros países do mundo. Se até pouco tempo, o adjetivo “conservador” despertava algum constrangimento, agora isso não acontece mais, pois parcela relevante da sociedade brasileira está reivindicando o pertencimento a esse campo político (Messemberg, 2017).

Como acontece com todos os conceitos políticos, “conservadorismo” tem significado elástico o suficiente para se transformar ao longo do tempo. Na atual conjuntura brasileira, ser “conservador” significa defender a dita “família tradicional” e os valores religiosos vinculados ao cristianismo neopentecostal, endossar o punitivismo e a força policial no tema da segurança pública, ver com simpatia o legado da Ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 e se opor vigorosamente ao que se convencionou

chamar de “ideologia de gênero” e outras políticas culturais e comportamentais vinculadas às esquerdas (Miguel, 2021). Meu esforço neste artigo foi examinar a atuação de um escritor e ativista político que performou o conservadorismo em termos bastante distintos. Eduardo Prado conhecia os textos canônicos do pensamento político ocidental, tendo mobilizado os signos da tradição do republicanismo cívico para promover a reputação da República brasileira. O conservadorismo de Eduardo Prado estava inspirado na teoria política conservadora desenvolvida entre fins do século XVIII e ao longo do século XIX, caracterizada pela rejeição às utopias futuristas que orientavam filosofias progressistas da história. As críticas que Eduardo Prado direcionou à jovem República brasileira desdobraram-se em uma sofisticada interpretação da história e da sociedade brasileira que foi projetada no século XX através das diversas reedições de seus principais textos, inspirando a historiografia especializada na transição da Monarquia para a República. Prado inspirou, também, importantes representantes do pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre, Alberto Torres, Oliveira Vianna e José Murilo de Carvalho.

Ser conservador no Brasil na época de Eduardo Prado significava a defesa da restauração da Monarquia, mas não apenas isso. Significava, sobretudo, a contundente oposição ao militarismo político através da intransigente defesa do poder civil. Esse foi um dos principais legados do autor à inteligência brasileira: a radical rejeição à militarização do processo político. A tradição religiosa defendida contra o laicismo moderno era o catolicismo, com protestantismo sendo visto com enorme desconfiança (Perez, 2015). O tempo passa e tudo se transforma. Definitivamente, os conservadores de hoje já não são como os de antes.



Referências

- Alonso, A.; Abranches, S. et al. (2019). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2003). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Aristóteles. (1985). *Política*. Brasília. Ed. UNB.
- Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural.
- Armani, C. H. (2020). O Brasil e a sombra dos EUA: discursos sobre a autodeterminação nacional em Eduardo Prado e Araripe Jr. *Revista Brasileira de História*, 40(84).
- Berlin, I. (2002). *Dois conceitos de liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Berriel, C. E. O. (2003). Vida literária no período de Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. In: F. T. Silva; M. R. C. Naxara; V. C. Camilotti. *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Ed. Unesp, p. 83-105.
- Berty, E. (2012). *El pensamiento político de Aristóteles*. Madrid: Gredos.
- Bignotto, N. (2001). *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Botelho, A.; Ferreira, G. N. (2010). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Burke, E. (2014). *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: EDIPRO.
- Cardoso, S. (2004). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Castro, C. (1995). *Os militares e a República*: Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Carvalho, J. M. (2005). *As Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Carvalho, J. M. (2008). Eduardo Prado e a polêmica do iberismo e do americanismo. *Revista Brasileira*, 13: 71-87.
- Ferreira, G. N. (1999). *Centralização e descentralização no Império*: o debate entre Tavares Bastos e o Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34.
- Figueiredo, A. C. A. (1901). Eduardo Prado, obituário. *Jornal O Comércio de São Paulo*, 01/09/1901.
- Gomes, A. M. (2008). Monarquistas, restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, 21(42): 284-302.
- Hartog, F. (2014). *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- Janoti, M. L. M. (1992). *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo*: estudos sobre história. Rio de Janeiro: ContraPonto.
- Leonzo, N. (1993). *A historiografia antirrepublicana*: a obra de Eduardo Prado. São Paulo: Ed USP.
- Lins, I. (1967). *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lynch, C. (2012). O Império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua Nova*, 85: 277-311.
- Lynch, C. (2017). O conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político no Brasil oitocentista. *Lua Nova*, 100: 313-362.
- Mannheim, K. (1987). *Conservative thought*. Londres: ED P&C.
- Messenberg, D. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, 32(3): 621-648.
- Miguel, L. F. (2021). O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, 62.
- Moreira, F. A. (2012). *A Geração de 70*: notas para história de um conceito. Coimbra: Ed. Da Universidade de Coimbra.
- Mota Filho, C. (1967). *A Vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- Nisbet, R. (1987). *O conservadorismo*. Lisboa: Editora Estampa.

- Pagano, S. (1967). *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: Ed. O Cetro.
- Perez, R. (2015). *O conservadorismo de Eduardo Prado: a combinação entre os repertórios antigo e moderno do pensamento político ocidental*. Tese de Doutorado: Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ.
- Perez, R. (2017). Uma República Iuso-brasileira das letras: amizade e socialização intelectual entre Eduardo Prado, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós no final do século XIX. *Revista Maracanã*, 17: 166–185.
- Pettit, P. (1999). Republican freedom and contestatory democracy. In: I. Shapiro; C. Hacker-Cordon (eds.). *Democracy's value*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 163-90.
- Pettit, P. (2002). Keeping republican freedom simple. *Political Theory*, 30(3): 339-356.
- Prado, E. (1896a). A epidemia. *O Comércio de São Paulo*, 25/03/1896.
- Prado, E. (1896b). Epidemia. *O Comércio de São Paulo*, 19/04/1896.
- Prado, E. (1896c). Eleições. *O Comércio de São Paulo*, 17/10/1896.
- Prado, E. (1897a). Editorial. *O Comércio de São Paulo*, 17/01/1897.
- Prado, E. (1897b). *Anulação das Liberdades Políticas*. São Paulo: Livraria Civilização.
- Prado, E. (1897c). O golpe escravocrata contra o Império da liberdade. *O Comércio de São Paulo*, 18 de março de 1897.
- Prado, E. (1898). *O Natal de Voltaire*. "Revista Moderna", 01 de janeiro de 1898.
- Prado, E. (1899). *Traição à pátria. O Comércio de São Paulo*, 18 de novembro de 1899.
- Prado, E. (1900). *O Natal de Aristóteles*. Revista Moderna, 26 de dezembro de 1900.
- Prado, E. (1902). *Coletâneas* (Vol.2). São Paulo: Tipografia Salesiana.
- Prado, E. (1903). *A bandeira nacional*. São Paulo: Tipografia Salesiana.
- Prado, E. (1980 [1893]). *A ilusão americana*. São Paulo: Ed. Ibrasa.
- Prado, E. (2003 [1890]). *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.
- Prado, E. *Diário pessoal*. Coleção Spencer Vampre (IHGB). Pasta 32, doc. 7.
- Queiroz, S. R. R. (1986). *Os radicais da Repúbliga*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense.
- Ricupero, B. (2010). O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (orgs.). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec.
- Skinner, Q. (1984). The idea of negative liberty: philosophical and historical perspectives. In: Q. Skinner; R. Rorty; B. Schnegwind (eds.). *Philosophy in history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skinner, Q. (1990). The republican ideal of political liberty. In: Q. Skinner, M. Viroli; G. Bock (eds.). *Machiavelli and republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tocqueville, A. 2005 [1835]. *A democracia na América*: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 17/02/2025. Aprovado em 28/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Dois leitores de Carl Schmitt no Brasil: Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda

Two Carl Schmitt's Readers in Brazil: Francisco Campos and Sérgio Buarque de Holanda

Dos Lectores de Carl Schmitt en Brasil: Francisco Campos y Sérgio Buarque de Holanda

**Bruno
REGASSON**

brunovregasson@hotmail.com

Doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina.
Pesquisa financiada pela Fapesc

34

Este artigo tem como questão central interpretar a influência de Carl Schmitt em Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda. O trabalho argumenta que esta comum referência ajuda a localizar os autores no contexto intelectual nacional do começo do século XX, explicitando diferenças entre Campos e os intelectuais autoritários do período e, no sentido oposto, mostrando a proximidade de Holanda com a crítica antiliberal à Primeira República.

Palavras-chave: *Carl Schmitt; Francisco Campos; Sérgio Buarque de Holanda; Pensamento político brasileiro; Pensamento social brasileiro.*

This article's central question is to interpret Carl Schmitt's influence on Francisco Campos and Sérgio Buarque de Holanda. The work argues that this common reference helps to locate the authors in the national intellectual context of the beginning of the 20th century, making explicit differences between Campos and the authoritarian intellectuals of the period and showing Holanda's proximity to the anti-liberal criticism of the First Republic.

Keywords: *Carl Schmitt; Francisco Campos; Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian political thought; Brazilian social thought.*

Este artículo tiene como cuestión central interpretar la influencia de Carl Schmitt en Francisco Campos y Sérgio Buarque de Holanda. El trabajo sostiene que esta referencia común contribuye a situar a los autores en el contexto intelectual nacional de principios del siglo XX, explicitando las diferencias entre Campos y los intelectuales autoritarios del período y, en sentido opuesto, mostrando la cercanía de Holanda con la crítica antiliberal a la Primera República.

Palabras clave: *Carl Schmitt; Francisco Campos; Sérgio Buarque de Holanda; Pensamiento político brasileño; Pensamiento social brasileño.*

Introdução

No começo do século XX, espalhava-se no pensamento ocidental um diagnóstico profundamente crítico do liberalismo enquanto linguagem e prática política. A emergência da sociedade de massas, a instabilidade de regimes políticos liberais, a crise econômica de 1929, a materialização de um projeto socialista após a Revolução Russa, a ascensão de lideranças fascistas na Europa: todos estes eram movimentos que colocavam em xeque aquela que se desenhava como a linguagem hegemônica da política no século XIX. No Brasil, a experiência da Primeira República mobilizava, por sua vez, um conjunto de críticos contundentes, que enxergavam no liberalismo político o germe dos problemas experienciados pelo país. O cenário era propício, portanto, para a assimilação daquelas diversas correntes de pensamento antiliberais construídas no forjar das disputas do aspirado norte global.

Este é o contexto deste trabalho, que aborda um exemplo do fenômeno narrado: a recepção do autor alemão Carl Schmitt (1888-1985) no Brasil na primeira metade do século XX. Em seu estudo sobre o tema, Gilberto Bercovici afirma que as ideias de Schmitt chegaram ao Brasil já nos anos 1930, sendo referenciadas especialmente por juristas, mas conclui que “a doutrina publicista brasileira irá recepcionar a obra de Carl Schmitt de maneira apenas formal, como mais um

dos autores que devem ser mencionados [...] nos livros de direito constitucional” (2009, p. 90). Tomando o diagnóstico como, de modo geral, correto, isto não significa dizer que Schmitt não teve leitores mais entusiasmados.

Este artigo tem como seu problema de pesquisa compreender duas recepções consequentes dos argumentos do alemão por dois importantes intelectuais das ciências humanas brasileiras: Francisco Campos (1891-1968), central por sua atuação institucional no século passado, e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), cânone das ciências sociais nacionais. O interesse, aqui, é o período de emergência e afluência dos discursos antiliberais brasileiros do início do século: de 1900 a 1940.

Estudo enquadrado na área de pensamento político brasileiro, o trabalho realiza uma análise comparativa de obras de Francisco Campos, Sérgio Buarque de Holanda e Carl Schmitt no período. Procura-se apresentar evidências diretas (citações, resenhas e inventário de bibliotecas pessoais) e interpretativas (proximidade de argumentos, conceitos, léxico e construção textual) da influência de Schmitt no pensamento dos brasileiros. A ideia de influência, aqui, é pensada pela chave do manejo seletivo e criativo em interação com a rede de crenças dos autores (Bevir, 1997). Busca-se analisar

as leituras realizadas por Campos e Holanda da obra de Schmitt, apresentar semelhanças e diferenças nestas leituras e cotejar as particularidades de seus projetos políticos com outros discursos antiliberais do Brasil do começo do século XX. O trabalho está organizado em duas seções, expondo primeiramente como Campos lê, interpreta e mobiliza argumentos de Schmitt e fazendo o mesmo, logo após, com Holanda.

A obra de Carl Schmitt é extensa, seus argumentos (e o significado político destes) mudam significativamente no decorrer de sua vida, seus objetos de estudo são variados e passam por preocupações dos campos jurídico, político e cultural – sempre interligados, na visão do próprio autor. Jens Meierhenrich e Oliver Simons (2016) propõem utilizar a busca de Schmitt pela ordem, sua criação e manutenção, como o motif que atravessa os seus textos, construídos em uma época de instabilidade e mudança: a República de Weimar, na Alemanha, e a transformação dos regimes democráticos de instituições políticas oligárquicas para democracias de massa (Bercovici, 2009). Schmitt, é claro, é um crítico da modernidade, da sociedade burguesa e industrial, do materialismo, do utilitarismo e do universalismo racionalista. É, fundamentalmente, um crítico do liberalismo: “a tradição liberal desempenha na sua reflexão teórica um duplo papel: ela é pensada e constituída como objeto de crítica e como uma espécie de contraimagem, em relação à qual Schmitt elabora as suas próprias ideias” (Ferreira, 2013, p. 140).

Qualquer tentativa de síntese do pensamento do autor, todavia, teria de enfrentar sua alta complexidade, suas ambiguidades, oscilações e seu teor pouco sistemático. A polissemia da recepção contemporânea do autor, vilipendiado como autor do totalitarismo antisemitas nazista por alguns

(Habermas, 2008) e recuperado no campo da Esquerda por outros (Mouffe, 1996), é um atestado da abertura de seu trabalho. Por isso, este estudo realizará uma discussão assumidamente seletiva da obra de Schmitt, apresentando-a a partir do exame do pensamento de Francisco Campos e de Sérgio Buarque de Holanda, conforme oportuno.

1. Uma leitura conhecida: Francisco Campos

Francisco Campos foi um advogado, jurista, professor e político brasileiro que viveu e participou de diversos grandes momentos políticos do século XX brasileiro. Formado intelectualmente na linguagem antiliberal da crítica à Primeira República, Campos foi deputado estadual e federal, ocupando o espaço parlamentar para defender efusivamente os governos de Artur Bernardes (como presidente provincial e federal) e Epitácio Pessoa. Sua postura, desde então, era a de um político conservador e centralizador: criticou o excesso de autonomia municipal em prol do governo estadual, afirmou a doutrina das questões políticas contra a intervenção do Supremo Tribunal Federal em ações realizadas em estado de sítio, foi um defensor e um teórico dos institutos de exceção frente ao contexto de agitação tenentista da década de 1920 (Campos, 1979). É de 1913, quando ainda era estudante, sua famosa afirmação: “O futuro da democracia depende do futuro da autoridade” (Campos, 1940, p. 12). Em 1930, Campos foi partícipe do golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder e o colocou no cargo de Ministro da Saúde e Educação do governo provisório. Foi o principal redator da Constituição de 1937, ano em que chefiou o Ministério da Justiça, sendo, portanto, de sua caneta a carta legal do Estado Novo, regime que apoiou e compôs.

Campos e Schmitt (que deu apoio intelectual e laboral para o governo nazista) partilham a trajetória de teóricos críticos de um regime liberal que se tornam colaboradores influentes de um regime iliberal que o sucede. A literatura sobre as relações entre as ideias de Francisco Campos e Carl Schmitt é vasta e consolidada, apesar de sensivelmente diversa em suas conclusões (são exemplos: Castelo Branco, 2014; Fernandes, 2007; Dos Santos, 2006, 2021; Santos, 2007; Bercovici, 2009; Chacon, 1997). Está correto o diagnóstico de Pedro Castelo Branco, em oposição ao de Pádua Fernandes (2007), de que Campos utiliza de maneira criativa as ideias do autor alemão, adequando-as às “vicissitudes da realidade brasileira, e não como mero decalque de ideias schmittianas” (Castelo Branco, 2014, p. 117). Porém, no que se refere à interpretação do significado da influência de Schmitt e do conteúdo ideológico das obras de Campos, as mais certeiras diretrizes de compreensão estão expostas no texto de Rogério Dultra dos Santos (2021).

Como aponta Santos, o pensamento de Campos passou por importantes transformações entre os anos 1920 e 1930. Na primeira década, o autor já defendia um programa de unidade nacional elitista, descrente no parlamentarismo individualista, com anseios voltados à política de massas, mas propunha consolidá-lo por meio de um “governo dos legistas”, um “governo jurídico” com elites nacionalistas, numa

chave saudosista da tradição de estadistas do Império¹. Nos anos 1930, construiria um arcabouço teórico mais consistente e inovador no cenário intelectual brasileiro defendendo um constitucionalismo antiliberal, plebiscitário, de massas e Cesarista. É neste momento que a influência de Schmitt se torna central.

Em *O Estado Nacional* (1940), principal obra de Campos, a grande questão colocada é a emergência das massas nas democracias e a nova relação entre sociedade e Estado resultante: o governo passa a ter novas e complexas funções, novos atores se fazem presentes, o controle político diz respeito a um número cada vez maior de interesses e tensões. Além disso, dado o comportamento intrinsecamente irracional das massas, o modo de criar unidade política exige novas técnicas de integração, também eminentemente irrationais. Campos chega, assim, ao seu diagnóstico: “não há formas relativas de integração política, e o homem pertence, alma e corpo, à Nação, ao Estado, ao partido” (Campos, 2001, p. 20).

Para o brasileiro, o liberalismo político e o modelo parlamentar se tornam incapazes de lidar com as novas exigências da política. O liberalismo é fundado no pressuposto de que processos racionais de deliberação e formação de consenso são os mais adequados para criar decisões políticas positivas. O processo democrático, porém, possui um inescapável momento de irracionalidade: a formulação da

¹ O fato de que Francisco Campos mudou de ideia durante o período delimitado não significa que seja correto entender sua trajetória como a de um simples “situacionista”, disposto a servir qualquer governo da ocasião, como argumenta Jarbas Medeiros (1978). A posição de Marco Antonio Cabral dos Santos, apesar de hiperbólica em momentos, parece ser mais exata: Campos “não figurou simplesmente como um ideólogo circunstancial para o Estado Novo” (2007, p. 47), sua colaboração com Vargas faz sentido dentro de sua biografia e suas ideias tiveram influência na própria constituição do regime.

vontade geral das massas, em estado dinâmico de forças e tensões. Há, portanto, um “divórcio, hoje confessado, entre democracia e liberalismo” (Campos, 2001, p. 24) e o regime parlamentar faz-se obsoleto pela sua incapacidade decisória: “Para as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu” (p. 34). Daí segue que o processo de representação que importa efetivamente é aquele capaz de representar este povo em homogeneidade, esta “massa” – que Campos difere de “multidão” pelo seu nível de organização e coesão. A massa, porém, não se forma espontaneamente. A integração política não é natural, dada: ela precisa ser construída.

Aqui, Campos avança dois argumentos schmittianos. O primeiro deles é a integração total do Estado com a sociedade nos regimes de massa, que contradiz as premissas da teoria liberal. O segundo é uma forma específica de dissociação entre liberalismo e democracia: para Campos e para Schmitt, a democracia pressupõe homogeneidade substancial, um povo situado concretamente no tempo e no espaço (Dos Santos, 2021).

Em Schmitt, o processo democrático, intensificado com o tempo em sua forma de sociedade de massas, leva ao aprofundamento da intervenção estatal: “como ocorre necessariamente em uma coletividade democraticamente organizada [...] surge o Estado total da identidade entre Estado e sociedade [...]”

tudo, pelo menos enquanto possibilidade, é político” (Schmitt, 2008b, p. 24). Do contrário, o parlamentarismo liberal, crente na discussão pública como instrumento de obtenção da verdade e na liberdade da opinião privada que contrapõe e controla o Estado, demonstra uma incompreensão e hostilidade ao que é típico da política - o poder, a força, a autoridade, a guerra e a soberania - e afirma a possibilidade de emancipação da sociedade em relação ao Estado e à política (Ferreira, 2013). Há uma “contradição interna entre democracia e Estado constitucional liberal” (Schmitt, 2008b, p. 25). O liberalismo, afirma, nunca construiu uma teoria positiva do Estado, mas apenas uma crítica a este, em prol de sua contenção.

Uma verdadeira ordem democrática, alega Schmitt, não pode ser calcada em bases liberais. O conceito fundamental de uma teoria da democracia para o autor alemão é o de igualdade, não o de liberdade. E a igualdade não pode ser compreendida em uma chave formal e universalista e necessita de conteúdo substantivo: “a igualdade democrática [...] pertence não à humanidade abstrata e universal, mas à concreta homogeneidade da distinta unidade política” (Magalhães, 2021, p. 94, tradução nossa). Em *Teoria da Constituição* (publicado em 1928), Schmitt avança argumentos de Sieyès ao afirmar o poder constituinte do povo como a moderna e secular² fonte da autoridade política. Este povo, porém, é aquele constituído como comunidade

² Schmitt dedicou-se a estudos sobre religião e teologia. Seu cristianismo, porém, era “formal”: “seus principais interesses não eram nem dogmas, nem a fé, nem os ensinamentos éticos e sociais da Igreja, mas sim sua arquitetura institucional e como ela conseguiu alcançar uma contínua representação do divino na Terra, depois de Cristo, o mediador original, desaparecer. [...] A Igreja constitui o modelo para, e o precursor do, Estado moderno” (Magalhães, 2021, p. 69, tradução nossa). Seu maior interesse era o processo de secularização de instituições e/ou conceitos sagrados, que utilizava frequentemente para contrapor a instituições e/ou conceitos do liberalismo.

homogênea de interesses, como “Nação”³ (Schmitt, 2008a) - diferenciação que lembra aquela entre “massa” e “multidão” em Campos. Para Schmitt, o poder constituinte sozinho também é uma massa informe que necessita ser unificada e organizada.

Em *Crise da democracia parlamentar* (publicado em 1923), o autor alemão tematiza o papel importante do mito como narrativa criadora de ação coletiva. Elogia o socialista George Sorel pela redescoberta da dimensão mítica da política, mas descarta a luta de classes como mito fundador, já superado historicamente pelo nacionalismo, como comprovava a Itália de Mussolini (Schmitt, 1996). No decorrer de suas reflexões nos anos 1920, como em *Teoria da Constituição*, o tema da organização das massas seria tratado também pela necessidade da representação em inspiração hobbesiana: o soberano é pensado como o único representante da unidade política do povo; representação simbólica, “dando corpo à essência invisível do *demos*” (Rasch, 2016, p. 330, tradução nossa). O movimento que costura o revolucionário francês d’O que é o terceiro Estado? com o absolutista d’O Leviatã⁴ permite a Schmitt defender “a ideia do poder constituinte do povo como a fundação do Estado moderno, mas [...] simultaneamente nega[r] ao povo

a capacidade de agir sobre tal poder” (Kelly, 2016, p. 237, tradução nossa), dando esta capacidade ao soberano.

Campos, em 1935, afirma que a integração da “multidão” se deu de modos diferentes em distintos momentos históricos: primeiramente pela fé e, depois, pela racionalidade. Na contemporaneidade, ela precisa ser realizada pelo mito. Aqui, a linha argumentativa espelha perfeitamente Schmitt: o elogio a Sorel, o descarte da luta de classes como mito fundador, a valorização do nacionalismo, com Mussolini como exemplo (Campos, 2001). No argumento, é necessário organizar o povo irracional, amorfo, desintegrado e em estado latente de violência por meio da instrumentalização de um grande mito capaz de mobilizar o inconsciente coletivo. Trata-se, de fato, de uma técnica de controle, que tem valor não por sua verdade, mas por sua capacidade de gerar ação, de canalizar a força coletiva em um projeto político.

Segundo Campos, o mito mais potente de integração é o da personalidade. Seu caráter de “experiência imediata”, personificada e concreta em um líder carismático, possui “um poder de expressão simbólica maior do que nos mitos em cuja composição entram elementos abstratos” (Campos, 2001, p. 23). A fascinação das massas com a

³ Schmitt usa em momentos o conceito de Nação para definir o Povo que possui homogeneidade, levando uma tradição de intérpretes a apontar para um apelo nacionalista do autor. Porém, como John McCormick aponta, sua obra “intencionalmente resiste a uma avaliação moral da substância particular que une uma específica coletividade” (2016, p. 280, tradução nossa). Em seus anos de envolvimento com o nazismo, o conteúdo que ocupou este espaço em seus textos foi racial.

⁴ A importância de Hobbes na obra de Schmitt é vasta. Para John McCormick, Schmitt buscava reavivar os ensinamentos hobbesianos, sua antropologia pessimista, a centralidade do medo na filosofia política. Comparando a Alemanha de seu tempo com a Inglaterra de Hobbes, o jurista buscava demonstrar a iminência constante do conflito civil e a necessidade de o Estado centralizar e monopolizar a garantia da paz e da segurança. “A distinção amigo/inimigo de Schmitt tem a intenção de servir como um papel teórico-político análogo ao estado de natureza de Hobbes” (McCormick, 2016, p. 274, tradução nossa).

personalidade carismática é o centro da integração política. É esse governante, conduzindo o processo de representação pelo alto, que dá forma para a multidão, mobiliza a massa, dá sentido unitário para a coletividade e age em nome da vontade geral. No argumento, o Estado é produzido pela vontade popular, mas isso não implica “que o sufrágio universal seja um sistema necessário de escolha, nem de que o Presidente da República deva exercer o seu cargo por um curto período de tempo” (p. 76), i.e., não implica em formalismos liberais. Do contrário:

Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que escolha (Campos, 2001, p. 23).

Mais uma vez, chama atenção a similaridade com o arcabouço schmittiano. O esquema teórico de Schmitt aproximou o alemão a uma forma institucional que valoriza um Executivo (1) forte, o que significou uma aposta na estabilização do regime de Weimar pelo fortalecimento da figura do presidente, e (2) legitimado popularmente por institutos aclamatórios como o plebiscito, forma de reunião das massas que o jurista positiva frente ao voto individual e secreto da fórmula parlamentar. Como aponta Pedro Magalhães (2021, p. 66, tradução nossa), a teoria (e a prática) democrática de Schmitt é:

(1) neoautoritária, no sentido de que formula a necessidade de governo pessoal [...] sem recursos aos conceitos tradicionais de autoridade e legitimidade, e (2) populista, no sentido de que enxerga “o povo”, compreendido como um sujeito coletivo homogêneo, como a entidade que ao mesmo tempo resulta do

exercício do governo neoautoritário e constitui a fonte última de sua validade.

Elaborando sobre o poder constituinte do povo em seus escritos de teoria constitucional, Schmitt afirma que ele possui três relações simultâneas com a constituição: é “anterior” e “superior” a ela, sendo, assim, seu sujeito originário e criador; está “dentro” dela, exercendo poderes constitucionalmente regulados; e “ao lado dela” permanentemente, visto que o poder do povo como fenômeno informe e desorganizado nunca deixa de existir, é inesgotável e inabsorvível pelas instituições (Schmitt, 2008a). A nova e democrática fonte de legitimidade do poder, portanto, faz com que novos apelos ao poder constituinte sejam sempre possíveis, novas revoluções sempre admissíveis. Em seus estudos sobre as diferentes formas de ditadura, Schmitt postula que a modernidade não enfraquece o Estado: ela dá a ele uma teoria e uma prática que justifica, inclusive, as ditaduras soberanas, transformativas e revolucionárias (Schmitt, 2014).

O problema da efetivação da norma, que permeia o debate que Carl Schmitt estabeleceu com Hans Kelsen (1881-1973), é solucionado pelo que considera sua leitura “realista” de Hobbes: a afirmação da personalidade jurídica autorizada a decidir e aplicá-la (Vatter, 2016). A autoridade, Schmitt enfatiza, é personalista: “a vontade pessoal do soberano está tanto na origem quanto no final da ordem política e legal; ele cria a situação normal em primeiro lugar e é seu garantidor dentro dela” (Magalhães, 2021, p. 84, tradução nossa). Um momento de decisão por parte de um tomador de decisões concreto é requerido para a criação da ordem social. Schmitt cunhou o termo *decisionismo* para sua teoria.

Valorizando a necessidade da tomada de decisões definitivas, dramáticas e excepcionais, o decisionismo “faz a política liberal de compromissos e negociação parecer não apenas uma evasão da política, mas efetivamente perigosa para sua existência” (Moyin, 2016, p. 296, tradução nossa).

Está em Campos a necessidade de efetivação da lei, a afirmação de que a constituição é decisão política e concreta proveniente da autoridade soberana (Castelo Branco, 2014), a ênfase no caráter personalista da autoridade política. A relação entre o soberano e o povo, a concepção de representação simbólica, o elogio à aclamação e ao modelo plebiscitário: todos remetem a Schmitt. A noção da política como uma esfera essencialmente dos antagonismos, tema central de Schmitt em *O conceito do político* (publicado em 1932), também está presente: o processo político “não se trata [...] de resolver uma divergência de ideias ou de pontos de vista intelectuais, mas de compor um antagonismo de interesses, cada um dos centros em conflito fazendo o possível para reunir a maior massa de forças” (Campos, 2001, p. 33). O Estado também aqui “deixaria de existir” se eliminasse por completo o conflito: “admitir a integração política da humanidade é postular um estado apolítico, porque a humanidade não poderia constituir uma constelação polar” (p. 36). Comparativamente, em Schmitt: “O fenômeno do político só pode ser compreendido por meio da referência à possibilidade real do agrupamento do tipo amigo-inimigo” e “um planeta definitivamente pacificado, seria um mundo sem a distinção amigo e inimigo, por conseguinte, um mundo sem política” (Schmitt, 2008b, p. 38 e 37). Toda esta tese de Campos amarrada por uma antropologia negativa que

ressalta a natureza violenta do homem, remetendo à linhagem hobbesiana de filosofia política, à qual pertence também Schmitt.

A maioria dos trabalhos sobre o pensamento de Campos o analisa em conjunto com os de outros intelectuais antiliberais dos anos 1920 e 1930, autoritários como Alberto Torres, Azevedo Amaral e Oliveira Viana (Oliveira et al., 1982; Lamounier, 1992; Silva, 1998; Fausto, 2001). A interpretação da vasta influência que Schmitt teve sobre o pensamento de Campos, porém, indica para a certidão do diagnóstico de Santos (2021): agrupá-lo com os autoritários, apesar das semelhanças notáveis, obscurece a compreensão das especificidades do projeto de Campos.

Nas palavras de Boris Fausto (2001, p. 10), “os autoritários [...], preocupando-se com o enquadramento das massas, jamais defenderam a mobilização destas para alcançar seus objetivos”. Para Bolívar Lamounier (1992, p. 398), defendem uma “demarcação jurídica e burocrática entre Estado e sociedade”. Não é possível enquadrar sem deformar as ideias de Campos nestas definições, sendo ele um intelectual que defendia a “necessidade de trazer as massas em estado permanente de excitação” e alegava que “as reservas de violência por tanto tempo acumuladas na alma coletiva [...] não podem ser restituídas ao estado de inação, têm de ser permanentemente utilizadas” (Campos, 2001, p. 36). Essa mobilização se faz pelo mito, encarnado na figura pessoal do líder, que estabelece um vínculo populista e não mediado institucionalmente com a massa.

Por vezes, a literatura sugere que a ligação de Campos com o Estado Novo, um regime autoritário, tecnocrático, corporativista e desmobilizador, atesta sua filiação ao modelo. Este argumento, porém, simplifica a formação de

coalizões de governança que, mesmo em Estados autoritários, abarcam tendências diferentes e, por vezes, em disputa.

Francisco Campos somente defendeu propostas corporativas de organização política em escritos de propaganda do Estado Novo – seu foco, no período, esteve sempre na representação simbólica e sem intermediários do líder (Dos Santos, 2021). Como membro do regime, o autor teorizou fertilmente sobre ações e instrumentos de difusão da imagem de Getúlio Vargas, o domínio dos meios de comunicação, a atuação do Estado em formar e mobilizar a opinião pública: “não por acaso a máquina de propaganda varguista passou por importante fortalecimento a partir do golpe de 10 de novembro” (Santos, 2007, p. 42). É fato notório que a Constituição de 1937, de autoria de Campos, previa recursos plebiscitários – nunca efetivados.

Campos também manteve, nos anos 1930, uma proximidade com o movimento integralista brasileiro. Já Ministro da Educação e Saúde do governo provisório, foi um dos fundadores da Legião de Outubro, tipo de organização estadual fomentada pelo governo que tinha por propósito dividir os velhos partidos republicanos e organizar e orientar a opinião pública local em prol da Revolução de 30. A organização tinha clara inspiração fascista na estética e no uso do Squadristmo. Logo depois, a Ação Integralista Brasileira reuniu diversos ex-membros das Legiões (Bertonha, 2016). Correspondências de Plínio Salgado (1895-1975) apontam para a simpatia de Campos pela AIB, que para ele deveria ser “a base do Estado Novo”. O próprio líder integralista afirma conhecer “as ideias fascistas do Sr. Francisco de Campos” (Salgado, 1938, p. 6-7).

A clara perspectiva mobilizadora de Campos, bem como sua leitura do fascismo europeu contrastante com a maioria dos intelectuais estadonovistas que enfatizavam da experiência italiana a ordem e a hierarquia, não a mobilização popular (Bertonha, 2016), demonstram um evidente afastamento entre ele e os autoritários brasileiros do período. Sua atuação no Estado Novo, na realidade, é a de um intelectual que, apesar de influente, teve pretensões de liderança nacional freadas: “no momento da implantação do regime, o governo vai deixar clara a distância entre [sua] política autoritária e o que o ministro da Justiça poderia pretender” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2009, p. 155). Como argumenta João Bertonha (2016, p. 121):

Talvez [...] houvesse uma perspectiva mobilizadora, como potencial de reserva, a ser utilizada em momentos de crise [...]. Não obstante, era um potencial que nunca foi explorado na sua totalidade e não espanta como Vargas tenha recusado todos os pedidos de intelectuais como Francisco Campos para dotar o Estado Novo de uma base doutrinária mais precisa e de um partido e organizações capazes de mobilizar a massa [...].

2. Uma leitura não tão conhecida: Sérgio Buarque de Holanda

Apresentar Sérgio Buarque de Holanda é, em boa medida, dispensável: Buarque integra o cânone das ciências sociais brasileiras e é incontornável no debate acadêmico e mesmo no debate público. A imagem do autor que entrou para a história é aquela do “coerente radical democrático” (Candido, 1995), do intelectual progressista e ativista político do campo da Esquerda. Uma frutífera

onda de estudos vem demonstrando, todavia, que a biografia de Holanda é mais complexa: em sua juventude, é evidente que o paulistano possuía uma visão de mundo mais coerente do que contrastante ao caldo intelectual antiliberal no qual se formou. A publicação de *Raízes* em 1936 tem sido alvo específico de estudos (Eugênio, 2010; Waizbort, 2011; Feldman, 2016) que demonstram uma radical mudança de mensagem política entre edições.

Buarque trabalhou como correspondente de *O Jornal* na Alemanha e na Polônia entre 1929 e 1931. A estadia europeia intensificou suas já existentes afinidades com o historicismo alemão e correntes irracionalistas e organicistas (Eugênio, 2008). Como aponta João Eugênio (2010), Holanda possuía em sua biblioteca pessoal oito títulos de Schmitt, sete publicados ainda antes de 1935⁵. Na década de 1930, Schmitt seria referido por Holanda como o “sábio professor de Bonn” (Holanda, 1989a, p. 300), ou “ilustre professor de Direito Público” (Holanda, 2016, p. 258). Em 1935, Buarque publicou no jornal *Folha da Manhã* uma resenha de *O conceito do político*. Este texto coloca o paulistano na lista de receptores precoces de Schmitt para Bercovici (2009). A interpretação do autor é a de que Buarque realiza uma crítica negativa da obra - uma leitura incorreta, provavelmente obscurecida pela sombra do democrata radical. Ao contrário, o paulistano afirma que o argumento central da obra, a definição do político, é apoiada “numa argumentação precisa” e “tornou-se justamente famosa”

(Holanda, 1989a, p. 299 e 301). O curto texto permite concluir que não apenas a distinção amigo-inimigo é aceita por Buarque, mas que Schmitt o influenciou em outros dois pontos importantes: na compreensão de que “a política em si representa uma atividade irracional, que tem sua raiz nas regiões obscuras, inconscientes, do homem” (p. 299) e na crítica à hegemonia liberal, que parecia ter “alcançado para generalidade dos homens essa ‘posição irrefutável’ a que aspiram, por definição, todos os programas políticos” (p. 298). A análise do problema político e a conclusão que Schmitt dela deduz, nas palavras de Buarque, possuem “excepcional importância” (p. 299) para o seu tempo. A conclusão de Schmitt, como discutido anteriormente, é a de que o liberalismo e o parlamentarismo são fenômenos despolitzadores e perigosos.

Em 1936, Buarque publicou *Raízes do Brasil*. Na obra, o paulistano apresenta a categoria do homem cordial: fruto de nossa formação colonial e agrária, é a estrutura psicogênica do brasileiro, caracterizada pela atitude afetiva de sociabilidade, pela incapacidade de estabelecimento de relações epidérmicas com outros indivíduos, pela falta de polidez. Em termos políticos, a cordialidade leva o brasileiro a importar sistemas de ideias fechados, mesmo que alheios à realidade nacional. Isto porque o brasileiro (cordial) é descrito em *Raízes* como um homem que possui um “secreto horror à nossa realidade” (Holanda, 2016, p. 219), com um ímpeto à evasão do real e à criação de uma

⁵ *Romantismo político* [edição de: 1920], *A Ditadura* [1921], *O guardião da constituição* [1931], *Legalidade e legitimidade* [1932], *O conceito do político* [1933], *Saatsgefuge und Zusammenbruch des zuveiten Reiches* [sem tradução para o português, 1934], *Teologia política* [1934] e *Teoria constitucional* [1965].

“realidade artificiosa e livresca” (p. 224). Sua atitude intelectual é eminentemente bacharelesca, facilmente impressionada pela “erudição ostentosa” (p. 104), pelas abstrações, pelos grandes sistemas de ideias – isto é, ornamental.

Qual seria a solução para o dilema? Ao contrário do programa democrático assumido em 1948 - a superação da cordialidade em prol da modernização liberal -, o diagnóstico de 36 é de que o vigor da cultura do personalismo, da ética da aventura, do ruralismo e da cordialidade devem ser considerados na construção de instituições adequadas às características nacionais (Feldman, 2016). Logo, é um equívoco a pretensão da elite local de fundar uma ordem política assentada em um modelo inorgânico: “As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas” (Holanda, 2016, p. 255).

O modelo inorgânico, ressalta-se, é o liberalismo. Buarque era sem dúvidas um autor antiliberal, crítico do “utilitarismo yankee” (Holanda, 1989b, p. 43), do parlamentarismo, da crença da “infalibilidade” do sufrágio universal (Holanda, 2016, p. 266). O “mal entendido da democracia” advém da sua inadequabilidade ao Brasil, que sucumbirá inevitavelmente à estrutura psicogênica do brasileiro (Waizbort, 2011). O seu objetivo é a “superação da doutrina democrática” (Holanda, 2016, p. 247). A saída política que encontra para o país é explícita: o personalismo.

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva — talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade. Isso explica bem como

nos países latino-americanos, onde o personalismo — ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo — conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível (Holanda, 2016, p. 265).

Harmonioso à índole cordial do brasileiro, o personalismo é um princípio a ser incutido nas instituições políticas para gerar a estabilidade ausente na Primeira República. O trabalho de Douglas Ribeiro (2017), primeiro a realizar uma análise detida da influência de Schmitt em *Raízes*, argumenta que há uma ligação deste argumento personalista com a preferência cesarista schmittiana e que esta é mediada por Max Weber: o paulistano adota a preferência pelo tipo de dominação carismática em prejuízo da dominação tradicional e da legal-burocrática como método político. Esta escolha, aliás, foi a mesma que Weber tomou em seus escritos maduros na Alemanha (Eliaeson, 1998), quando afirmaria o caráter democrático do carisma, que repousa no reconhecimento dos dominados e se encerra com a retirada desta crença (Sell, 2011). O papel do líder carismático seria de, em momentos de excepcionalidade, gerar novos valores, se contrapor à burocratização, gerar liderança unificadora e coordenadora das massas (Eliaeson, 1998). A figura típica (ideal) deste líder carismático moderno é o demagogo, que exerce sua atividade de dominação por meio de referendos e plebiscitos. Schmitt, é claro, foi leitor de Weber – como a maioria dos intelectuais políticos alemães do período. Mas as teses do autor são mais radicais do que aquelas contidas na teoria de dominação weberiana: em Schmitt, a liderança personalista é central na arquitetura

política – não possui função extraordinária, é sua criadora e garantidora – e a eleição do líder é secundária ao fenômeno da aclamação. Holanda teria, portanto, lido o debate weberiano acerca do carisma através da interpretação de Schmitt.

Este trabalho avança argumentos em sentido diverso daquele de Ribeiro. Primeiramente, a tese de que a sociologia da dominação weberiana especificamente influenciou de modo significativo a obra de Schmitt é questionável (Magalhães, 2021), apesar da proximidade dos argumentos. Em segundo lugar, o elo que liga o argumento personalista de Holanda à Schmitt existe, mas é outro. Ao mencionar que a obediência é “o único princípio verdadeiramente forte” dos povos ibéricos, ganhando forma na ditadura, Buarque ecoa os argumentos de Schmitt em *A ditadura* (Waizbort, 2011). Buarque, neste sentido, está se dedicando ao “exame dos fundamentos antropológicos das sociedades para a compreensão das doutrinas de Estado” (Holanda, 2016, p. 266), esforço que dialoga com a busca do “princípio antropológico das teorias políticas” (Schmitt, 2008b, p. 63) de *O conceito do político* - referenciada diretamente no trecho. A antropologia que Holanda encontra é, justamente, a estrutura psicogênica do brasileiro: a cordialidade. Sendo esta insuficiente por si só para criar bons princípios políticos, é preciso encontrar na alma do povo o princípio de autoridade e estimulá-lo. Retorna-se, aí, ao personalismo, capaz de acordar “os instintos e sentimentos mais vivos do povo”. Central para esta tese não é Weber: além de Schmitt, é perceptível uma costura de intelectuais irracionalistas como Friedrich Nietzsche (a centralidade da busca pelo impulso à dominação, base das formas de organizações amplas) e Ludwig Klages (o vitalismo, que encara a relação entre o formalismo liberal e a cordialidade como embates entre

o “espírito” e a “vida”), influências já mapeadas por Eugênio (2010) e Waizbort (2011).

Neste mesmo sentido argumenta o estudo recente de Luiz Feldman (2024): a ligação de *Raízes* com Schmitt está na busca pela antropologia das doutrinas de Estado. Para Feldman, Buarque conclui que a cordialidade contraria o universalismo da proposta schmittiana: ela seria uma exceção para a definição da política como a distinção amigo-inimigo, posto que o homem cordial buarquiano em 1936 ainda era fundamentalmente associado com a docilidade e afabilidade das relações (a influência central, aqui, é Gilberto Freyre). Em termos políticos, a antropologia cordial não se coadunava nem com o liberalismo – este afirma a bondade do homem, mas propõe a organização social como um sistema de laços jurídicos impessoais, contrastante com a parcialidade e a cordialidade –, nem com o autoritarismo – que presume a maldade do homem e organiza o Estado pela força e violência, incompatíveis com a docilidade nacional.

A interpretação de Feldman parece acertada. Argumenta-se aqui, todavia, uma pequena diferença de ênfase: a cordialidade, por sua excepcionalidade antropológica, é um problema a ser equacionado. Feldman aparenta subestimar a afirmação de que a cordialidade e a bondade “não criam os bons princípios” (Holanda, 2016, p. 252), argumento que ainda se assemelha à ideia schmittiana de que antropologias que presumem a bondade humana não são capazes de construir teorias políticas “autênticas” (Schmitt, 2008b, p. 66). Não se trata apenas da finitude da cordialidade aos espaços particularistas. Logo à frente, em outra nota de rodapé, Buarque reafirma a preocupação, argumentando conforme Nietzsche que nem sequer as famílias são consolidadas

e organizadas, de fato, por laços afetivos “de sangue e de coração” (Holanda, 2016, p. 257). É necessário, portanto, buscar o elemento normativo sólido na alma do povo para erigir a autoridade política, ainda que invariavelmente suavizada pela cordialidade: a obediência, avivada pelo elo representativo como o líder personalista.

Alguns exemplos ajudam a ilustrar o caráter schmittiano deste elo representativo pensado por Holanda. Em sua estadia na Polônia, o paulistano vivenciou o regime ditatorial de Józef Pilsudski (1867-1935). As impressões deixadas no intelectual são amplamente positivas: Pilsudski teria sido capaz de superar os entraves do parlamentarismo polônio e evitar uma situação de crise similar à de Weimar. Seria, ainda, uma figura extremamente popular, capaz de falar a língua do povo, tendo chegado ao poder não pela violência, mas pelo carisma. Na posição que ocupava, Pilsudski poderia oferecer uma solução “para a presente crise do regime democrático, remoçando-o e dando-lhe nova vida” e “conduzir a nação a uma nova democracia” (Holanda, 1989c, p. 160). A ideia de uma “nova democracia”, como apresentada, sugere não um expediente excepcional, mas uma proposta de norma.

Além do caso polonês, outro projeto político digno da simpatia de Holanda é o batllismo. Como apontam Nicolás Gonçalves e Rafael Mantovani (no prelo), Sérgio Buarque via com bons olhos a experiência uruguaia. José Batlle y Ordoñez (1856-1929), presidente e vice-presidente do Uruguai entre 1903 e 1915, havia estabelecido uma espécie de caudilhismo urbano no país, costurando uma institucionalidade modernizante com o personalismo oligárquico, uma tensa (e inédita) união entre blancos e colorados e estabelecendo um projeto nacionalizante e centralizador. Batlle teria pretendido realizar, “ao menos em

teoria, a consequência lógica do ideal democrático moderno” (Holanda, 2016, p. 246). Esta apontada consequência lógica é “o mecanismo do Estado funcionando tanto quanto possível automaticamente” (p. 246) e, fato notável, ela é alcançada pelo caudilhismo, normalmente colocado “no polo oposto à despersonalização democrática” (p. 246). Aqui, a experiência uruguaia surge como um exemplo para que, entre nós, se dê a “superação da doutrina democrática”, vencendo a “antítese impersonalismo-caudilhismo”, porque o Brasil “requer que, atrás da estrutura abstrata do Estado, existam personagens de carne e osso” (p. 247 e 264). No fundo, o argumento é uma afirmação da necessidade personalista para a efetivação da norma.

Adicionalmente, se é verdade que Buarque abraçava um projeto oligárquico de país, continuidade política do personalismo (Waizbort, 2011), o projeto schmittiano de democracia “vincula os dominados ao polo ativo da dominação e atrela-os apenas à figura do líder carismático” (Ribeiro, 2017, p. 155). A simpatia batllista ajuda a compreender esta união entre um projeto oligárquico, mas também centralizador. A proposta buarqueana era, portanto, centralizadora, tal qual a uruguaia e a corrente na crítica brasileira à Primeira República.

Foi apontado previamente que Buarque possuía uma postura crítica ao voto como processo de seleção de líderes. Aqui, há outro elemento que, sugere-se, o aproxima da solução aclamatória de Schmitt. A aposta no voto secreto, aspiração dos liberais republicanos brasileiros no período, é descrita como vã e ingênua, informada pelo copismo do bacharelismo nacional. Mas o retrato que emerge do próprio sufrágio universal também é negativo: o de mais uma utopia do liberalismo político. Segue a citação completa, anteriormente recortada:

[o utilitarismo] sustenta-se na ideia absurda de que o maior grau de amor está por força no amor ao maior número de homens, e, por isso mesmo, insiste na excelência, na infalibilidade, na intangibilidade do voto da maioria (“o povo não erra”, pretendem os declamadores liberais), subordinando, assim, sub-repticiamente, os ideais qualitativos à quantidade (Holanda, 2016, p. 266, grifos nossos).

Finalmente, estapsequisatrazdadospara a comparação do pensamento de Sérgio Buarque com o chamado pensamento autoritário dos anos 1920/1930, realizando outro reparo importante ao texto de Douglas Ribeiro. Ao analisar (corretamente) as divergências entre o prognóstico de Buarque e o de Oliveira Viana, Ribeiro extrapola duas conclusões menos consistentes. Primeiramente, não parece correto afirmar, como faz o autor, que “o projeto de Holanda contrapõe-se drasticamente [à] tradição que enxerga em [Alberto] Torres um exemplo ideal” (Ribeiro, 2017, p. 141).

É verdade que o paulistano critica textualmente Torres por seu projeto ortopédico e institucionalista para equacionar o problema político do país. Mas a concordância, também textual, é

bastante notável. Torres teria diagnosticado certeiramente o problema central de Raízes do Brasil: a separação da política e da vida social. A obra de Buarque enquadrarse perfeitamente na tradição da reflexão sobre o destrero, do Brasil real versus o Brasil idealizado, que está também em Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Os argumentos, por sua vez, estão recheados de temas típicos do conservadorismo político⁶. É evidente que se diferencia dos projetos tecnocráticos e corporativistas de Torres e Viana. Contudo, isto ocorre porque Holanda foi, antes de mais nada, “um organicista radical, que criticou os organicistas inconsequentes” (Eugênio, 2008, p. 451). Pelo mesmo motivo, negou o comunismo, o fascismo e o despotismo para o Brasil: não por diretrizes normativas e ideológicas ou por um antiautoritarismo principiológico⁷, mas porque estas não se coadunam organicamente com o país – são, também, desenraizadas. Não há, portanto, uma contraposição tão drástica entre Holanda e Torres.

Em segundo lugar, ao afastar Holanda de Oliveira Viana, Ribeiro busca afastá-lo também da “corrente vencedora” da crítica ao liberalismo - composta, segundo ele, por Viana, Amaral e Francisco Campos. Aceitando o agrupamento dos intelectuais

⁶ “[...] o verdadeiro topo da elucubração bastarda, daquilo que é ou está desconectado da realidade, e a sua contraface, o primado da ‘realidade’ como instância da verdade; a crítica explícita ao liberalismo; a compreensão romântica de ‘povo’ como coletivo totalizante e morfologicamente indefinido e indefinível; o recurso essencialista aos instintos e sentimentos como instâncias geradoras de autenticidade e verdade e, por fim, a noção mesma de elite como protagonista política por excelência” (Waizbort, 2011, p. 42). Holanda se enquadra ainda na tradição do arielismo, que instrumentalizava o mito shakespeariano de Caliban para se contrapor ao imperialismo estadunidense, negar o utilitarismo e afirmar valores aristocráticos, católicos e elitistas. Escreveram sobre a luta de Ariel e Caliban no Brasil autores como Plínio Salgado e Alceu de Amoroso Lima (Flores, 2006). Francisco Campos também tematizou o arielismo para criticar o liberalismo em A política em nosso tempo. Anos antes, Buarque publicou o artigo Ariel (Holanda, 1989b) com a mesma finalidade, adicionada a crítica ao imperialismo. Campos era leitor de Ernest Renan (1823-1892) e seu Caliban, Continuação da Tempestade, autor de enorme influência para o Ariel de José Enrique Rodó (1872-1917), intelectual uruguai que Buarque admirava.

⁷ “A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal” (Holanda, 2016, p. 253)

autoritários típico da literatura, perde-se de vista que existem aproximações possíveis, marcadas pela influência schmittiana, entre o projeto de Holanda e aquele que Francisco Campos teorizou na década de 1930: uma política Cesarista, populista, personalista, calcada na figura da liderança carismática e próxima de uma democracia aclamatória e plebiscitária. A Constituição escrita por Campos em 1937, aliás, ficou conhecida como “polaca” graças à sua inspiração naquela arquitetada por Pilsudski, o líder polonês elogiado por Buarque.

As diferenças também são notáveis, é claro. A principal delas é o sentido do elo entre a liderança personalista e o povo. Em Campos, o mito da liderança carismática é uma *técnica de controle*, não necessariamente calcada na verdade representativa. Holanda, pelo contrário, busca erigir uma representação legítima, *orgânica* para com a sociedade brasileira. Neste sentido, está correta a afirmação de Ribeiro (2017, p. 158) que, “nos termos da tradição antiliberal, o expediente de Holanda é essencialmente democrático, concebendo o termo como [...] a relação identitária entre governante e governados”. Vale apontar: uma teoria democrática oligárquica e, assim como a de Schmitt, neoautoritária e populista, pois formula a necessidade do governo pessoal e concebe “o povo” como sujeito coletivo totalizante ligado ao soberano sem intermediários.

Outras diferenças entre os autores são importantes. Campos tinha admirações fascistas e era próximo do integralismo; Buarque rechaçava as duas alternativas e nunca ecoou os argumentos sobre a tendência totalitária dos regimes de massa. A violência possui centralidade e potência política em Campos; em Buarque, é secundária, posto que não plenamente compatível com a cordialidade. Campos se tornou figura ativa do Estado Novo; as relações de Buarque com o regime estadonovista são mais complexas e menos conhecidas⁸. Schmitt é muito mais central para Campos do que para Buarque. Campos escrevia de modo universalista, dirigindo-se ao problema global da entrada das massas na política; Buarque estava fundamentalmente interessado na interpretação da realidade brasileira.

Mas mesmo neste último distanciamento, há uma aproximação. Campos não parecia ter amplas discordâncias com a interpretação do Brasil de Buarque. Em 1936, após receber um exemplar de *Raízes* como Secretário da Educação do Distrito Federal, endereçou uma carta para o paulistano com suas impressões sobre o livro:

Pela riqueza do material recolhido, pela finura e penetração da análise a que foi submetido esse material, pela exatidão das observações e interpretações, e pela segurança das conclusões, o seu livro constitui, sem dúvida, um admirável subsídio

⁸ Buarque ocupou cargos de cunho político-pedagógico e propagandista do regime (Furtado, 2012). A tese da cordialidade também foi matéria-prima para a legitimação da ditadura pelas mãos de Almir de Andrade (1911-1991) na obra *Força, cultura e liberdade* (1940) (Feldman, 2016). Nela, Vargas aparece como líder personalista capaz de orientar conscientemente as qualidades psicológicas do brasileiro (cordial). Segundo o autor, a encomenda veio do próprio Vargas após ele desagrardar-se do conteúdo de *O Estado Nacional*, de Campos, encontrando uma alternativa doutrinária em Andrade - e na cordialidade. Em 1941, Sérgio Buarque escreveu para uma revista editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Andrade. Porém, já a partir de 1942, Holanda passa a publicizar críticas ao Estado Novo, culminando na sua participação em movimentos pela redemocratização.

ao exame da formação do Brasil nas suas raízes antropológicas, nos fundamentos da sua história e nos traços individuativos de sua fisionomia social, e vem, com a lucidez e o senso de objetividade que o caracterizam, estabelecer novos rumos ao estudo dos fatos sociais em nosso país. É, por tudo isso, um índice poderoso da cultura e da inteligência jovens do Brasil (Campos, 1936, p. 1).⁹

Considerações finais

Francisco Campos e Sérgio Buarque de Holanda buscavam, com seus textos no início do século XX, realizar uma crítica ao liberalismo. Não é polêmico afirmar que as intenções de Campos eram intervencionistas, posto o caráter prático que ele mesmo deu a suas ideias em sua atuação política. Mas o mesmo deve ser dito sobre Holanda. Seus escritos, especialmente Raízes do Brasil, são frequentemente analisados como obras ensaísticas ou historiográficas, interpretações da realidade nacional. Não se objetiva aqui dizer que não o sejam. Porém, sua interpretação também tinha fins intervencionistas em um debate político, ademais pouco secretos. Parece claro que tanto Campos quanto Holanda intencionavam, nos anos 1920 e 1930, fazer algo parecido: “romper as resistências da máquina democrática para dar livre curso ao ideal democrático” (Campos, 2001, p. 79), ou então superar “a doutrina democrática” (Holanda, 2016, p. 247). Ou seja: modificar a ideia de democracia imperante da Primeira República, que argumentavam ser

errônea por ser liberal. Ambos avançavam argumentos que buscavam tencionar e modificar o conceito de democracia e, no movimento, realizavam um giro conceitual schmittiano: suas premissas eram antiliberais, personalistas, carismáticas, Cesaristas, influenciadas pelo modelo aclamatório de Carl Schmitt.

Não obstante, a pesquisa busca assinalar os significativos contrastes nas leituras de Campos e Holanda, que se interessaram por argumentos schmittianos diferentes e criativamente mobilizaram a obra do autor alemão. Estes diferentes usos, em interação com as diferentes redes de crenças dos autores, resultaram em projetos políticos distintos para o Brasil.

Finalmente, o trabalho aqui realizado avança outro argumento: a influência de Schmitt em Francisco Campos e em Sérgio Buarque de Holanda, além de ampliar a compreensão sobre as ideias destes autores, ajuda a localizá-los no contexto intelectual brasileiro do começo do século XX. No caso de Campos, explica diferenças significativas entre ele e os chamados intelectuais autoritários dos anos 1920/1930. No caso de Buarque, faz o contrário: demonstra sua proximidade com a crítica antiliberal à Primeira República. Retirando a sombra de democrata coerente e radical de Buarque, joga-se luz sobre a complexidade de sua biografia. Entendendo seu projeto político, ilumina-se a diversidade das críticas antiliberais brasileiras do começo do século XX. Para estas, Carl Schmitt foi apenas uma das muitas fontes.



⁹ O documento faz parte do Catálogo do Fundo Sérgio Buarque de Holanda, do Arquivo Central/Siarq da Unicamp.

Referências

- Bercovici, G. (2009). Carl Schmitt e a tentativa de uma revolução conservadora. In: J. Almeida; W. Bader (org.). *Pensamento alemão no século XX: Grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil (Volume 1)*. São Paulo: Cosac Naify.
- Bertonha, J. (2016). *O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. Salvador: Editora Pontocom.
- Bevir, M. (1997). Mind and method in the history of ideas. *Rev. History and Theory*, 36(2).
- Campos, F. (1936). [Correspondência] *Carta de Francisco Campos a SBH agradecendo por ter recebido um exemplar de "Raízes do Brasil" e comentando a respeito do mesmo*. Rio de Janeiro, 16 dez. 2p.
- Campos, F. (1940). *Antecipações à reforma política*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Campos, F. (1979). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Campos, F. (2001). *O Estado Nacional*. Brasília: Senado Nacional.
- Candido, A. (1995). O significado de Raízes do Brasil. In: S. Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castelo Branco, P. (2014). Juristas de chumbo: o autoritarismo em Carl Schmitt e Francisco Campos. *Insight Inteligência*, 66: 115-128.
- Chacon, V. (1997). A recepção de Carl Schmitt no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia*, 47.
- dos Santos, R. (2006). *Teoria constitucional antiliberal no Brasil: Positivismo, Corporativismo e Cesarismo na formação do Estado Novo*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- dos Santos, R. (2021). *Teoria constitucional, ditadura e fascismo no Brasil*. São Paulo: Tirant Lo Blanch.
- Eliaeson, S. (1998). Max Weber and Plebiscitary Democracy. Em: R. Schroeder (ed.). *Max Weber, Democracy and Modernization*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Eugênio, J. (2008). Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920 - 1935). In: P. Monteiro; J. Eugênio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Eugênio, J. (2010). *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Fausto, B. (2001). *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Feldman, L. (2016). *Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Feldman, L. (2024). El concepto de lo político en Raíces del Brasil. *Prismas: Revista de historia intelectual*, 28: 1-20. <https://doi.org/10.48160/18520499prismas28.1464>.
- Fernandes, P. (2007). Setenta anos após 1937: Francisco Campos, o Estado Novo e o pensamento jurídico autoritário. *Prisma Jurídico*, 6: 351-370. <https://doi.org/10.5585/prismaj.v6i0.1150>.
- Ferreira, B. (2013). O Totalmente Outro: Alguns aspectos da Crítica de Carl Schmitt ao Liberalismo. *Revista Ágora Filosófica*, 13(1): 139-168. <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2013.v1n01.p139-168>.
- Flores, M. (2006). O mito de Caliban na interpretação do Brasil acerca do americanismo na República Velha brasileira. *Diálogos Latinoamericanos*, 11: 50-71. <https://doi.org/10.7146/dl.v6i11.113638>.

- Furtado, A. (2012). Resquícios do passado e memória incompatível: o caso de Sérgio Buarque de Holanda durante o Estado Novo (1937-1945). Em: XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012, São Gonçalo. *Anais* [...]. p. 01-09.
- Gonçalves, N.; Mantovani, R. No prelo. *As raízes latino-americanas de Sérgio Buarque de Holanda: o caudilhismo urbano como solução para o homem cordial*.
- Habermas, J. (2008). Liquidando os danos: os horrores da autonomia. In. C. Schmitt. *O conceito do político/Teoria do partisão*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Holanda, S. (1989a). O Estado Totalitário (1935). In. F. Barbosa (org.) *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Holanda, S. (1989b). Ariel (1921). In. F. Barbosa (org.) *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Holanda, S. (1989c). O marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês (1929). In. F. Barbosa (org.) *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Holanda, S. (2016). *Raízes do Brasil*: edição crítica. Org. P. Monteiro; L. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kelly, D. (2016). Carl Schmitt's Political Theory of Dictatorship. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lamounier, B. (1992). Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: Uma Interpretação. In. B. Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. p. 371-405.
- Magalhães, P. (2021). *The Legitimacy of Modern Democracy: A study on the political thought of Max Weber, Carl Schmitt and Hans Kelsen*. Nova Iorque: Routledge.
- McCormick, J. (2016). Teaching In Vain: Carl Schmitt, Thomas Hobbes, and the Theory of the Sovereign State. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Medeiros, J. (1978). *Ideologia autoritária no Brasil, 1930/1945*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Meierhenrich, J; Simons, O. (2016). A Fanatic of Order in an Epoch of Confusing Turmoil: The Political, Legal, and Cultural Thought of Carl Schmitt. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Gradiva: Lisboa.
- Moyin, S. (2016). Concepts of the Political in Twentieth-Century European Thought. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Oliveira, L.; Velloso, M.; Gomes, A. (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Editor.
- Rasch, W. (2016). Carl Schmitt's Defense of Democracy. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Ribeiro, D. (2017). *As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Salgado, P. (1938). [Correspondência] *Carta do chefe nacional da "Ação Integralista Brasileira" Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República em 28 de janeiro de 1938*. Rio de Janeiro, 28 de jan. 17p.
- Santos, M. (2007). Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. *Locus: Revista de História*, 13(2): 31-48.

- Schmitt, C. (1996). *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta.
- Schmitt, C. (2008a). *Constitutional theory*. Londres: Duke University Press.
- Schmitt, C. (2008b). *O conceito do político/Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Schmitt, C. (2014). *Dictatorship*: From the origin of the modern concept of sovereignty to proletarian class struggle. Cambridge: Polity Press.
- Schwartzman, S.; Bomeny, H.; Costa, V. (2009). *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas.
- Sell, C. (2011). Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5: 139-166. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100006>.
- Silva, R. (1998). *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Vatter, M. (2016). The Political Theology of Carl Schmitt. In. J. Meierhenrich; O. Simons (ed.). *The Oxford Handbook of Carl Schmitt*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Waizbort, L. (2011). O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 26(76): 39-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>.

Recebido em 20/12/2024. Aprovado em 28/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A social-democracia de Celso Furtado: Desenvolvimento, bem-estar e democracia (1950-1964)

“Will I be the owner of this party?”: memory, carnivals and the expectations about the Constitution

“¿Seré yo el dueño de esta fiesta?”: memoria, carnavales y las expectativas sobre la Constitución

**Hélio
CANNONE**

helio.cannone@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

**Pedro Paiva
MARRECA**

pedropaivamarreca@gmail.com

Arquivo Geral da Cidade
do Rio de Janeiro.

53

Inserindo-se nos estudos de pensamento social e político brasileiro, este artigo pretende ajudar no preenchimento da lacuna sobre a recepção de ideias social-democratas no Brasil. A nosso ver, esta ideologia é elemento que existe com relativa força na cultura política nacional e pode ser acessada pela análise da obra do economista Celso Furtado. Para fins de recorte, nos atemos aos seus escritos durante a República de 1946 para compreender como o economista articulou um pensamento social-democrata para propor as transformações necessárias em seu tempo, assim como para apontar crítica a outras esquerdas, como aquelas na esfera do marxismo.

Palavras-Chave: Social-Democracia; Pensamento Político Brasileiro; Esquerdas no Brasil; Pensamento Econômico Brasileiro.

Inserting itself in the studies of Brazilian social and political thought, this article intends to help fill the gap on the reception of social democratic ideas in Brazil. In our view, this ideology is an element that exists with relative strength in the national political culture and can be accessed by analyzing the work of economist Celso Furtado. For purposes of selection, we stick to his writings during the Republic of 1946 to understand how the economist articulated a social democratic thought to propose the necessary transformations in his time, as well as to criticize other lefts, such as those in the sphere of Marxism.

Keywords: Social Democracy; Brazilian Political Thought; The Left in Brazil; Brazilian Economic Thought.

Insertándose en los estudios sobre el pensamiento social y político brasileño, este artículo pretende contribuir al llenado de la laguna existente sobre la recepción de ideas socialdemócratas en Brasil. A nuestro juicio, esta ideología es un elemento presente con relativa fuerza en la cultura política nacional y puede ser abordada mediante el análisis de la obra del economista Celso Furtado. Como recorte temporal, nos centramos en sus escritos durante la República de 1946 para comprender cómo el economista articuló un pensamiento socialdemócrata con el fin de proponer las transformaciones necesarias en su tiempo, así como para señalar críticas a otras corrientes de izquierda, como aquellas vinculadas al marxismo.

Palabras Clave: Socialdemocracia; Pensamiento Político Brasileño; La Izquierda en Brasil; Pensamiento Económico Brasileño.

1. Introdução

A social-democracia é um fenômeno do universo político que, mesmo na literatura internacional, não conta com uma definição unânime. Em uma acepção ampliada, o termo remete a um tipo de experiência política de Estado de bem-estar social que surgiu na Europa a partir da adesão de partidos de viés socialista aos métodos institucionais de participação política (Przeworski, 1991). Em perspectiva histórica, o termo surgiu a partir de agremiações políticas que criticavam a “democracia burguesa” durante o século XIX e propunham outra, organizada a partir dos interesses dos trabalhadores (Lenin, 2020; Luxemburgo, 2002). Existem autores que entendem a social-democracia enquanto uma ideologia política com um conteúdo substantivo próprio. Ou seja, para estes, a social-democracia seria um conjunto específico de ideias sobre a organização da sociedade e da economia, cujo sentido estaria na busca do bem-estar social a partir de políticas reformistas, inseridas dentro da lógica da democracia representativa e o do Estado de direito. Eles se dividem entre os que classificam a social-democracia como um tipo de socialismo moderado (Freeden, 2006) e os que a consideram o encontro de

pautas socialistas com pautas liberais, cuja grande referência seria a obra do economista John Maynard Keynes (Jackson, 2013).

A literatura brasileira que trata da social-democracia geralmente a define de maneira genérica, como tipo de governo ou de política pública voltada para o bem-estar social (Teixeira, 1985). Enquanto podemos acompanhar importantes esforços teóricos na direção do estudo de manifestações ideológicas da cultura política nacional sobre o conservadorismo (Ricupero, 2010), o liberalismo (Santos, 1978) ou o socialismo (Brandão, 1997), o mesmo não ocorre com o caso da social-democracia. Por vezes, ao tratar dos estilos de pensamento de Esquerda reformista, a literatura adota ou enfatiza outros termos como nacionalismo popular (Kaysel, 2018) ou trabalhismo (Gomes, 2005), sem que seja traçado um paralelo com essa importante ideologia emergente em meados do século XX. A nosso ver, embora a escolha desses conceitos auxilie na compreensão das linguagens e ideologias políticas em questão, elas acabam por destacar a singularidade do pensamento político brasileiro, sem chamar atenção para as semelhanças com outras categorias produzidas fora do

país. Enquanto isso, a social-democracia acaba sendo utilizada no debate brasileiro como doutrina exógena ou com história recente entre nós. Porém, isto não significa que não tenha havido esforços de construir um pensamento político social-democrata no Brasil. A nosso ver, a obra do economista Celso Furtado no período entre 1946 e 1964 é paradigmática deste esforço.

Apesar de o autor ser muito visitado nos estudos de pensamento político e social brasileiro como clássico de nosso pensamento econômico (Cardoso, 2021) ou como intérprete do Brasil (Cepêda, 1998), ele é pouco mobilizado como um intelectual e ator político que empreendeu esforços para construir um projeto político para o Brasil de seu tempo. Entretanto, existe uma parcela da literatura que enfatiza este aspecto: Reginaldo Moraes (1977, 1995) e Bernardo Ricupero (2005) apontam para um pensamento propriamente político de Celso Furtado, o relacionando com a obra de Caio Prado Jr. e com a produção econômica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A supracitada autora – Vera Cepêda – não desenvolveu um texto específico sobre a questão do entendimento de Celso Furtado enquanto social-democrata, mas adota esta classificação como premissa em alguns textos seus. Nas palavras da cientista política:

Furtado não era, no entanto, um revolucionário, mantendo-se no campo do reformismo político. Mas, no caso da forte herança autoritária brasileira, alguém que falasse do lugar da socialdemocracia (que me parece ser a predileção política de Furtado) já era muita coisa (Cepêda, 2004, p. 6).

Reconhecendo os méritos e as contribuições dos demais trabalhos sobre sua obra, a intenção deste artigo é interpretar o pensamento político de Celso Furtado como um esforço de organizar um modelo social-democrata no Brasil. Centrado nas questões que envolviam o desenvolvimento econômico, a desigualdade social e os condicionamentos econômicos aos quais estavam submetidas as economias periféricas, Furtado rejeitava as fórmulas liberais e, ao mesmo tempo, não aderia diretamente nem ao trabalhismo e nem ao comunismo – ideologias que disputavam o engajamento das principais forças políticas de Esquerda na República de 1946. A nosso ver, o economista e operador do Estado¹ Celso Furtado tentou conciliar a abertura política para a representação da democracia liberal, com a ampliação da participação e com uma concepção de Estado voltada para a superação do atraso e para a geração de bem-estar social. Inserido em um contexto de ascensão

¹ Celso Furtado participou de várias iniciativas do Estado brasileiro, dentre elas, a composição do grupo misto de estudos entre Cepal (órgão o qual ele também compôs) e o BNDE em 1953; depois, em 1958, fez parte do núcleo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste (GTDN) no governo JK, que culminaria em 1959 na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do qual ele foi primeiro superintendente. Em 1962, Celso Furtado é indicado como Ministro do Planejamento de João Goulart, oportunidade em que elaborou o Plano Trienal que visava orientar a política econômica do governo para a recuperação econômica do país, mas que encontrou resistências tanto da Esquerda quanto da Direita em sua aplicação. Furtado abdicou do cargo em junho de 1963, voltando a se dedicar exclusivamente à Sudene. Após o golpe de 1964, ele foi cassado pelo AI-1 e retirou-se do país. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado. Acesso em: 21 dez. 2021.

da política de massas, urbanização e industrialização, Furtado defendia que para dar continuidade a estas mudanças, haveria de se tomar ações na direção da ampliação dos marcos da democracia representativa. O objetivo a ser alcançado com o desenvolvimento deveria ser o aumento do bem-estar e a diminuição radical da desigualdade social, entretanto estes movimentos deveriam se dar a partir de uma perspectiva reformista, e não revolucionária. Os protagonistas do processo deveriam ser o Estado e suas instituições, que precisavam se demonstrar capazes de comportar os conflitos sociais e as reivindicações dos setores sociais emergentes.

Tendo como suporte teórico as definições de social-democracia de Michael Freeden (2006) e Ben Jackson (2013), consideramos o estilo de pensamento de Furtado como social-democrata. Para estes autores, a social-democracia é uma ideologia política desenvolvida durante o século XX que apostava em fórmulas reformistas para a solução do problema da desigualdade e que era crítica tanto do marxismo quanto do liberalismo econômico, além de fortemente preocupada com o conceito de bem-estar social. Para ele, a social-democracia poderia em alguns casos históricos ter mais ou menos proximidade com os mecanismos de organização da própria classe trabalhadora, mas essa não seria uma condição necessária sua. Para Jackson (2013, p. 416), tal ideologia seria o encontro do liberalismo progressista desenvolvido no pós-guerra, cujo arquiteto principal seria John

Maynard Keynes, com as organizações de trabalhadores que se moderaram para ocupar as instituições, tal qual analisado por Adam Przeworski (1991). Portanto, tanto para Freeden como para Jackson, a social-democracia não se resume ao caso concreto da Escandinávia ou da Alemanha, mas enquanto ideologia, incorporaria também o partido trabalhista inglês e outras formas de terceira via que visavam conciliar bem-estar social com instituições representativas da democracia liberal. Nossa argumento neste artigo é que situar Celso Furtado como social-democrata é inseri-lo nesta discussão internacional do pós-guerra sobre alternativas de Esquerda reformista ao comunismo.

Como destaca Michael Freeden (2006, p. 33), por vezes um intelectual ou ator político mobiliza conceitos e valores de uma ideologia sem conscientemente se ver como vinculado a ela. Para o britânico, isso faz com que um pensador possa estar inserido em uma ideologia sem que conscientemente se perceba enquanto tal, ou mesmo se considerar de uma ideologia e compartilhar mais elementos na sua visão de mundo com outra. Em sua obra, este seria o caso, por exemplo, de Friedrich Hayek que se afirmava liberal, mesmo partilhando de uma morfologia conceitual conservadora². Partindo desta premissa metodológica, consideramos que o fato de Celso Furtado não ter à época dos textos aqui analisados se reivindicado como social-democrata não é condição suficiente para negar sua filiação. O economista não declarava qualquer

² Em sua obra *Ideologies and political theory* o autor dedica toda uma seção do capítulo específico sobre liberalismo a casos como este, em que determinado autor se filia a uma ideologia, mas apresenta todas as características de outra. Isso é o que Freeden chama de “liberal pretenders” (Freeden, 2006, p. 276). O cientista político deixa claro que isso não é específico do liberalismo e pode acontecer em qualquer ideologia.

filiação política específica, o que permitiu que ele chegasse a ser classificado como tecnocrata autoritário (Moraes, 1977) sem que nenhum dos dois termos lhe fosse nativo. Para nós, naquele contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, sua preocupação com o bem-estar social e sua crença nas instituições democráticas representativas como forma de realizá-lo em uma chave que não é nem marxista nem liberal seriam elementos suficientes para considerá-lo social-democrata. Acrescenta-se, ainda, ao argumento o fato de que alguns dos principais marcos teóricos de Celso Furtado eram o economista sueco Gunnar Myrdal, filiado ao Partido social-democrata e John Maynard Keynes³, apontado por ampla bibliografia como constituidor de um pensamento político-econômico fundamental para a social-democracia, seja pelas suas próprias ideias (Hoover, 2003; Freedon, 2006; Jackson, 2013) ou pela apropriação delas pelos partidos social-democratas como alternativa reformista ao marxismo (Przeworski, 1991). O uso de categorias singulares, específicas ao debate nacional pode, por vezes, tratar como específicas questões que perpassam fronteiras. A filiação de Celso Furtado na social-democracia permite, ainda, refletir sobre o pensamento político brasileiro como produção intelectual que, embora seja produzida a partir de um lugar específico, existe no mundo e está ligado a ele – ou pelo menos nas discussões ocorridas no Ocidente, do qual o Brasil historicamente se considera parte periférica (Lynch, 2013; Maia, 2013).

Neste artigo, interpretaremos a obra de Celso Furtado como social-democrata a partir dos seguintes pontos: 1) sua crítica às escolas clássica e neoclássica de economia e seu entendimento da ciência econômica como uma ciência social; e 2) seu conceito de revolução brasileira e sua crítica às esquerdas de caráter revolucionário. Na seção que se segue, apontaremos de que modo o pensamento político e econômico de Celso Furtado se distanciava das ideias liberais-econômicas. Já nas seções seguintes, trataremos de como a ideia da necessidade de construir o bem-estar social dentro de um marco institucional da democracia representativa lhe era especialmente cara e enfatizaremos seus contrapontos às formas mais radicais da Esquerda, as quais enquanto social-democrata ele também opunha.

2. Crítica às escolas clássica e neoclássica: o lugar da economia enquanto ciência e política

57

Celso Furtado se afasta do pensamento liberal como um todo, sobretudo em sua perspectiva sobre qual deve ser a atuação e função do Estado. Para ele, o liberalismo se limitaria a uma concepção das instituições ligadas à proteção individual, que só teria feito sentido enquanto ideologia quando o obstáculo a ser superado era a aristocracia. Na medida em que a burguesia se consolidou nos Estados europeus, o liberalismo teria se tornado insuficiente para as demais

³ Ambos são autores altamente referenciados na obra de Furtado, não só por suas ideias econômicas, mas pela junção delas com a política. Cf. FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.

classes, que reivindicavam direitos sociais e participação nas decisões coletivas (Furtado, 1964). Mesmo assim, o maior alvo de críticas do autor era o liberalismo econômico, que para ele, além de politicamente equivocado, era uma teoria econômica obsoleta. A principal obra na qual Furtado aponta formalmente um juízo crítico contra a importação de ideias das escolas clássica e neoclássica de economia é *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, uma coletânea de textos publicada originalmente em 1961⁴. Citando os *Aspectos políticos da teoria econômica* do social-democrata Gunnar Myrdal (1962), o economista brasileiro lamenta que sua disciplina teria se convertido em uma dogmática que abandonou a tarefa de fazer a crítica dos pressupostos da teoria clássica (Furtado, 2009, p. 29). Ele considerava que a realidade histórica de cada país impediria a aplicação dos mesmos pressupostos econômicos por toda parte. A economia política de Adam Smith e David Ricardo remetia às condições pertinentes ao desenvolvimento inglês nos séculos XVIII e XIX, e pouco ou nada tinha a ver com a realidade dos países subdesenvolvidos em meados do século XX. Como projeto político, o liberalismo concebia o progresso econômico dos países desenvolvidos como uma via natural e inescapável para o desenvolvimento, ignorando os condicionantes históricos, sociais e políticos de cada ente nacional e região.

Partindo do método do estruturalismo latino-americano da Cepal (Bielschowsky, 2004, 2010; Cepêda, 1998), Furtado se coloca como um crítico do enfoque microeconômico da teoria clássica.

Para o economista, fatores elementares determinavam ser absurdo derivar a teoria do desenvolvimento de uma nação a partir da comparação com o funcionamento de uma empresa. O desenvolvimento nacional não deveria ser medido por produtividade, visto que seu efeito direto incidiria apenas nos lucros dos empresários; o desenvolvimento nacional deveria sim ser quantificado pelo aumento da renda *per capita*. Portanto, partindo de uma perspectiva social-democrata (Freeden, 2006), Furtado defendia que o objetivo do desenvolvimento deveria ser o bem-estar da comunidade.

Os neoclássicos são igualmente criticados. De fato, para o autor, os primeiros seriam até melhores, porque seus pressupostos teriam sentido histórico inovador, de luta contra instituições feudais, enquanto as propostas de seus sucessores não passavam de “[...] uma ideologia defensiva e, até certo ponto, reacionária” (Furtado, 2009, p. 66). Eles teriam empreendido esforços intelectuais sem uma verdadeira preocupação científica, impelidos somente pela necessidade de responder combativamente ao avanço das teorias marxistas do valor. O resultado dessa empreitada teria sido o estabelecimento de uma “teoria do equilíbrio”, que era “tão abstrata e tão afastada da realidade” (Furtado, 2009, p. 60) quanto baseada em pressupostos individualistas, hedonistas e utilitaristas – no mesmo sentido da crítica feita por Myrdal (1962 [1932]) em *Aspectos políticos da teoria econômica*. O fundo implícito nesta escola seria o de associar o bem-estar do trabalhador com o do capitalista, daí que a teoria do

⁴ O livro é composto de textos seus de 1952 até 1960, com a introdução assinada com data de 1961. O capítulo 1 é de 1954, o 2 de 1952, o 3 de 1955, o 4 e 5 de 1958 (originado de seu concurso de cátedra de economia política da faculdade de direito da Universidade do Brasil) e o 6 é de 1960.

desenvolvimento intuída a partir dela seria a de que o aumento da produtividade do trabalho era uma consequência da acumulação de capital, que, por sua vez, dependeria, da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais (juros) e do preço de oferta e da poupança (Furtado, 2009, p. 62). O ponto de chegada seria de que só poderia haver aumento salarial quando ele estivesse em linha com o crescimento da remuneração de capital.

Embora fosse crítico da falsa científicidade da economia clássica e neoclássica, isto não significava que Celso Furtado via sua posição como a de um realista puramente científico e que tivesse uma noção neutra da economia, para ele isso era impossível (Cepêda, 1998). Em *A pré-revolução brasileira* ele dedicou o capítulo “Da objetividade da Ciência econômica” (Furtado, 1962, p. 80) apenas para esta questão. No texto, ele aponta:

A objetividade na ciência econômica é tanto maior quanto mais explícitos estejam os princípios básicos de convivência social que haja sido postulados e aceitos pelo economista. A diferença fundamental entre nós e os economistas da geração que nos precedeu está exatamente nisto: não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamento de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos de grandes disparidades de graus de desenvolvimento econômico e integração social – para não falar dos antagonismos que prevalecem com

respeito aos ideais da convivência social – seria totalmente errôneo postular para o economista uma equívoca ideia de objetividade, emprestada às ciências físicas (Furtado, 1962, p. 80-81).

Para Furtado, ser objetivo e científico em economia seria entender que, como cientista social, o economista não estaria menos relacionado com seu contexto e seus valores do que os outros. A solução possível era entender esses determinantes e propor medidas vinculadas a eles. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, receituários do FMI ou dos países desenvolvidos não poderiam ser aceitos acriticamente, tal como sugeria “[...] o dogmatismo simplório dos economistas que escrevem crônicas de jornal em tom oracular”⁵ (Furtado, 1962, p. 101). A crítica feita pelos países centrais e por seus representantes locais sobre o problema inflacionário brasileiro seria também fora do lugar, porque o Brasil não seria um país homogêneo e estável em que controlar inflação era manter alto o grau de crescimento. Por aqui, se aceitássemos o receituário de redução de gastos públicos e de constrangimento dos investimentos, os efeitos sociais seriam mais nefastos do que a pressão inflacionária sobre os salários, como o aumento do desemprego, que afetaria mais ainda o poder de compra. A defesa do *laissez-faire* significaria igualmente continuidade da miséria (Furtado, 1962, p. 88); em uma nação que demandava um Estado planejador das atividades econômicas e investimento e ativo no combate à pobreza esse tipo de postura seria um retrocesso.

⁵ Aqui é possível que Furtado estivesse se direcionando a economistas liberais que escreviam contra sua atuação no Ministério do Planejamento, tal como Roberto Campos e Eugênio Gudin.

A análise econômica do subdesenvolvimento – condição na qual o Brasil se encontraria – demandava uma observação sistemática da realidade e a compreensão das limitações à validade das teorias econômicas “em razão do caráter histórico dos fenômenos econômicos” (Furtado, 1962, p. 97-98). Essa observação sistemática da realidade e o caráter histórico dos fenômenos econômicos determinavam que, especialmente em um contexto subdesenvolvido, o condicionamento periférico implicava na necessidade de superação das doutrinas em direção à formulação de teorias. A economia devia ser compreendida como uma ciência, isto é, devia operar com esquemas conceituais que, por sua vez, necessitavam de ser testados a partir da “observação do mundo objetivo”. Entretanto, a “grande dificuldade” que enfrentava o estudante de economia na periferia era que as teorias ensinadas “se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive” (Furtado, 1962, p. 95).

O autor negava a separação estrita entre economia e política e, ao mesmo tempo, não compactuava com a visão marxista de que a segunda seria mero epifenômeno da primeira. Para formular sua concepção de desenvolvimento, Furtado defendia uma aproximação entre economistas, sociólogos e cientistas políticos e suas disciplinas, afirmando ser “dever do economista, particularmente daquele que atua no plano da política econômica, encarar a realidade desarmado de preconceitos

doutrinários, diagnosticar essa realidade através do pensamento reflexivo e não do raciocínio intencional” (Furtado, 1962, p. 70). Essa aproximação era requisito para evitar atitudes antissociais – conscientes e inconscientes – por parte dos formuladores da política econômica de um país, afastando-os de modelos e doutrinas prontas. Para isso, estes deveriam buscar “alto grau de independência no plano das formulações teóricas” (Furtado, 1962, p. 71). Imperava em sua visão a necessidade de “conjugar-se a ação de especialistas dos diversos ramos das ciências sociais” – e entre eles o economista –, enquanto responsabilidade daquela geração, na tarefa de diagnosticar e equacionar os vícios estruturais, definir diretrizes e elaborar “instrumentos hábeis para transformar diretrizes em ação” que teriam por finalidade última “transformar a realidade social” (Furtado, 1962, p. 72-73).

3. Revolução brasileira e crítica às esquerdas de caráter revolucionário

Tal como apontado por Michael Freeden (2006) e por Ben Jackson (2013), a social-democracia do pós-guerra viu na intervenção do Estado na atividade econômica uma forma de realizar o bem-estar social. Naquele contexto, o conceito de planejamento ganhou força como ideia que poderia fazer as instituições políticas se sobrepor a interesses predatórios do mercado, colocando como atividade-fim da economia o próprio bem-estar social⁶. Inserido neste contexto, Celso

⁶ Também Adam Przeworski (1991) considerava que a adesão ao keynesianismo e a ideia de planejamento econômico foi fundamental para fornecer um discurso econômico não marxista e valorizador do Estado para os movimentos social-democratas. Nas palavras do autor: “A sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado – essa era a nova descoberta dos social-democratas” (Przeworski, 1991, p. 53).

Furtado partia de uma análise histórico-estrutural inspirada pela sua atuação na Cepal e entendia sua disciplina como insuficiente por si mesma, sendo necessário um ecletismo com as demais ciências sociais (Cepêda, 1998, 2004). Leitor de Mannheim, Keynes, Hegel e Marx, ele combinava estes autores em uma concepção do papel do intelectual enquanto *intelligentsia* que precisaria apontar os caminhos de efetivação do desenvolvimento brasileiro a partir de uma análise de sua estrutura histórica e social. O horizonte normativo buscado era de um modelo de democracia que fosse ao mesmo tempo política e social e na qual o Estado era fundamental como instituição que planejaria as atividades econômicas e impediria que seus proveitos fossem gozados por poucos. Para Michael Freeden (2006), isto é um elemento central da social-democracia, que a diferencia de outras formas de pensamento socialista. Se o comunismo teria como preocupação a abolição da sociedade de classes e do próprio Estado, os social-democratas acreditariam que a forma de se atingir uma sociedade mais igualitária seria a partir das instituições. Já a síntese final que encerraria a luta de classes seria vista como impossível.

Para Furtado, a Revolução brasileira – que chegou a dar título a seu livro de 1962 – não era uma ruptura política e econômica com a democracia liberal burguesa, mas a transformação das estruturas sociais por via reformista, na qual o conflito era comportado pelas instituições, que deveriam se tornar cada vez mais porosas às reivindicações sociais. Em detrimento de uma revolução cujo fim era o comunismo, ele defendia a revolução social-democrata. A relação de Celso Furtado com o marxismo é carregada de ambiguidades e críticas, tal como se espera de autor com pensamento político social-democrata naquele contexto

histórico, no qual o marxismo tinha força na Esquerda brasileira (Kaysel, 2018). Ele respeitava a teoria e a enquadравa como um “[...] humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade” (Furtado, 1962, p. 19). Também eram consideradas benéficas algumas premissas do marxismo como: a ordem social se basearia na exploração do homem pelo homem; o reconhecimento da historicidade da realidade social; e a agência dada aos indivíduos na modificação da realidade tal como ela se encontrava. Entretanto, ele é crítico à adesão aos métodos marxistas naquele momento da história no Brasil. Para ele, o desafio posto naquele contexto deveria ser o de conciliar liberdade com o desenvolvimento (entendido como condição para o desmantelamento das desigualdades). Casos como a URSS e Cuba eram compreensíveis, visto que estas sociedades viviam em regimes autocráticos e não estavam experienciando um momento de liberdades individuais e ampliação da participação política, como era o caso do Brasil. Portanto, dada nossa história, nossa política e nossa sociedade, instaurar qualquer tipo de ditadura seria um retrocesso.

Celso Furtado, entretanto, não era apenas um crítico de outros projetos em curso, ele tinha propostas concretas, que implicavam em sua conceitualização da ideia de Revolução, como podemos ver de forma mais nítida em A pré-revolução brasileira. Crítico do modelo marxista e ministro do então presidente João Goulart, ele defendia que o Brasil elaborasse uma via própria para o seu desenvolvimento, com participação ativa do Estado e dos setores emergentes da sociedade. Como ressalta Vera Cepêda:

[...] para Furtado a ação corretiva do Estado (órgão encarregado de planejar, orquestrar e executar

as mudanças) é acompanhada do aumento da participação política da população, indicando uma firme convicção de que a existência do capitalismo moderno depende de uma crescente democratização das formas políticas de gestão e participação (Cepêda, 1998, p. 220).

Embora discordasse de seus métodos, em *A pré-Revolução brasileira* o economista estava em linha com o entendimento de socialistas daquele período que sugeriam a necessidade de se completar a transição entre a economia colonial e a nacional (Prado Jr., 2014; Sodré, 1963; Ramos, 1958). Estariam abandonando o equívoco de achar possível nos desenvolver via exportações e cada vez mais a indústria se tornaria nosso setor dinâmico. Caberia ao Estado continuar direcionando este movimento, em prol da coletividade. Fazendo isso, nós superaríamos a condição de subdesenvolvimento que nos foi legada historicamente. Entretanto em *Dialética do desenvolvimento*, produzido em contexto de crise, Celso Furtado se manifesta mais enfaticamente como defensor de um modelo de desenvolvimento democrático, representativo e com participação popular – ou seja, social-democrata. Escrito pouco antes do golpe de 1964, o livro é um apelo a favor da formulação de soluções institucionais para o problema em um contexto de crise política e econômica.

Segundo Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfeld Bastos e Victor Leonardo de Araújo (2020), o governo João Goulart foi um esforço de capitalismo reformista em um cenário econômico problemático. Findada a gestão de JK, Jânio Quadros assumiu o Executivo com uma dívida externa de U\$ 3 bilhões (dos quais U\$ 2 bilhões deveriam ser quitados já em seu governo) e a inflação estava na casa dos 26% (Melo et al., 2020, p. 223). A solução aventada foi uma política de estabilização

com moldes ortodoxos e seguindo o FMI. Após esta presidência breve e marcada por controvérsias, João Goulart assumiu com um programa trabalhista moderado que tentava conciliar distribuição de renda e crescimento do PIB. Segundo os autores, o azar do ex-ministro do trabalho de Vargas era que seu governo teria coincidido com o ciclo de esgotamento do Plano de Metas. Na questão da dívida externa, João Goulart teria tentado negociar com Washington, mas não quis atender as exigências do governo norte-americano de rompimento diplomático com Cuba e com demais países socialistas, além da livre remessa de lucros e dividendos para empresas com sede na potência do Norte.

O ano de 1962 terminou com uma inflação de 53,7%, que se tratou de tentar resolver após a vitória do plebiscito pela volta do presidencialismo. A partir daí, a diretriz econômica passou a ser dada pelo Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. Ele conciliava aspectos econômicos ortodoxos e heterodoxos (Melo et al., 2020, p. 236), com receituário cepalino de substituição de importações, ao mesmo tempo que combatia a inflação via contenção monetária e fiscal. Entretanto, as pressões políticas do funcionalismo e dos sindicatos e os efeitos nos salários tornaram impossível a manutenção desta rigidez. Em 1964 o plano foi abandonado sem que as tensões sociais e econômicas encontrassem resolução. Esse é o contexto no qual é publicado o livro de Celso Furtado.

Dialética do Desenvolvimento marca a tentativa mais clara do economista de apresentar uma narrativa do desenvolvimento político e econômico da modernidade ocidental que coloca a democracia como ponto de chegada de um longo processo de incorporação de novos grupos nas decisões políticas, em um claro entendimento social-democrata do processo histórico (Freeden, 2006;

Jackson, 2013). Para Furtado, já que o desenvolvimento econômico era “fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas” (Furtado, 1964, p. 63) ele implicaria modificações estruturais nos sistemas de distribuição e de produção. Portanto, ele dependeria tanto da continuação da acumulação quanto do impulso dinâmico dos setores sociais pela melhoria das suas condições de vida. Se o segundo não ocorresse, a acumulação atingiria um limite e o desenvolvimento estagnaria.

Em fases avançadas do desenvolvimento econômico capitalista como a que o Brasil estaria entrando, era a classe trabalhadora que passaria a ser esse polo dinâmico. Mais especificamente, o dinamismo do sistema passava pelo aumento da demanda dos trabalhadores por maior participação na renda e no consumo. E, segundo essa interpretação, foi por este tipo de demanda que o capitalismo teria continuado avançando no mundo. O incremento tecnológico contínuo seria consequência da tentativa dos capitalistas de suprir a escassez de mão de obra, porque ela aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores. Esta tensão entre burgueses e proletários geraria produtividade global e taxas de lucros altas. Ao mesmo tempo, percebeu-se que dar abertura para a classe trabalhadora impediria que o capitalismo entrasse em depressão e houvesse colapso do consumo.

Embora compartilhasse com autores marxistas como Caio Prado Jr. (2014) o diagnóstico da necessidade de superação do atraso nas relações de trabalho no Brasil a partir de uma maior conscientização por parte do proletariado, ele não considerava que isso deveria ter um objetivo final de ruptura com o capitalismo. Informado pela concepção de Mannheim (1976) de planejamento

democrático, Celso Furtado acreditava que a pressão de distintos grupos em direção ao Estado para reivindicar direitos era um fim em si mesmo, que permitiria conciliar produção de riqueza e distribuição. Daí em diante, a sociedade capitalista poderia se constituir como uma sociedade democrática, que progredia pelo antagonismo entre as classes, sem atingir qualquer síntese marxista de superação de uma pela outra. Para Furtado, o conflito social era um elemento fundamental da dialética, ostentando caráter positivo; cabendo às instituições políticas processarem as distintas demandas sociais, abrindo-se para as reivindicações das classes ascendentes. A ampliação da representação popular figurava então como dever dos Estados modernos: “Quanto mais ampla a base de um governo representativo, mais este estará em condições de captar as tensões sociais criadas pelos obstáculos ao desenvolvimento e traduzi-las em linguagem política” (Furtado, 1964, p. 73). O Estado seria neste esquema um árbitro entre os grupos, que precisaria funcionar acima dos interesses imediatos das classes sociais, tal como no arranjo de planejamento democrático de Mannheim (1976), que inspirou as ideias políticas de Furtado.

Na Europa do século XIX, a luta entre os grupos burgueses industriais e financeiros e a aristocracia rural era similar ao desenvolvimento político e econômico descrito acima, como uma “autêntica luta de classes” (Furtado, 1964, p. 83). Só que em países subdesenvolvidos como o nosso, a aristocracia rural deteria a base do poder político e atuaria contra o desenvolvimento, visto que se beneficiaria do atrofiamento do mercado interno. Enquanto ocorreria um conflito entre as facções da classe dominante pelo controle da máquina estatal, as classes trabalhadoras permaneceriam

alienadas e manipuladas, porque não possuiriam condições de formação de uma consciência de classe própria. Como país subdesenvolvido, o Brasil precisaria se encaminhar para esta fórmula democrática e moderna de resolução de seus conflitos. Atingir este estágio representaria “condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido” (Furtado, 1964, p. 88).

A relação de Furtado com o marxismo não era de puro antagonismo (tal qual ele manifestava ser para com liberalismo). O economista valorizava os ideais marxistas e comunistas, sua crítica era à universalidade do método revolucionário implantado na União Soviética, e ao entendimento comunista da necessidade de superar a democracia estabelecida e o capitalismo. Enquanto social-democrata, Furtado discordava da ideia de que só seria possível atingir rápidos níveis de desenvolvimento material da coletividade em países subdesenvolvidos a partir de métodos revolucionários; e que estes pressupunham a supressão de liberdades individuais. Essa “falsa alternativa” estaria sendo reforçada por ambos os lados da contenda: os liberais usavam do argumento para legitimar “o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras”, e algumas correntes do movimento comunista compactuavam da ideia, com base na experiência soviética, para afirmar a necessidade de ruptura com o capitalismo via ação revolucionária:

A universalidade com que vem insistindo na referida alternativa decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem.

Aqueles que argumentam do lado oposto deduzem a mesma alternativa do mesmo fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura (Furtado, 1964, p. 37).

O argumento de Furtado, frente a essas supostas alternativas é social-democrata, pois se funda na defesa incontestável da manutenção da institucionalidade democrática e na crença da possibilidade de conciliação entre um rápido desenvolvimento material para a coletividade e a manutenção de um regime fundado na liberdade individual, a partir de reformas políticas (Przeworski, 1991; Freedon, 2006; Jackson, 2013). Sua interpretação é que aquele era um momento de ampliação e consolidação da democracia brasileira que, apesar das faltas e vicissitudes, deveria ter prosseguimento. Furtado compreendia o Estado ainda como representante primordial da classe dominante naquele momento histórico, porém, ele percebia um movimento de aumento da interferência e poder das classes subalternas junto a este, devido ao próprio encaminhamento do processo de desenvolvimento, aquisição de consciência reivindicatória e incremento das pressões sociais. Ao mobilizar como objetivos primordiais o “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”, ou “liberdade e desenvolvimento econômico”, Furtado irá argumentar que estes representavam os interesses nacionais que, ainda que situacionais, operavam acima das contradições de classe. O conceito de humanismo estaria posto para contrastar com a concepção liberal/individualista do conceito de liberdade, e o desenvolvimento econômico atrelado

à distribuição de renda. Nos importa reter que o autor defende a possibilidade de conjugar esses elementos em oposição tanto ao liberalismo quanto ao marxismo-leninismo. Como dissemos anteriormente, sua leitura do marxismo-leninismo não se dá no sentido de uma negação intransigente de seus preceitos, mas na crítica à sua aplicação em sociedades abertas à participação. No caso do Brasil, que contava com um regime em processo de democratização – ainda que limitado especialmente pela restrição de voto dos analfabetos –, seria necessário tornar efetiva essa democracia e não a derrubar por meio de uma revolução:

Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político (Furtado, 1962, p. 41).

Ou ainda:

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias (Furtado, 1962, p. 44).

Portanto, as revoluções marxistas-leninistas seriam métodos coerentes quando aplicadas a regimes fechados à participação como a Rússia tsarista e a Cuba de Fulgêncio Batista. Ao tratar da Revolução Cubana e da União Soviética, ele reforça sua visão de que não foram as revoluções que fundaram governos ditoriais, mas que estes as precediam. No Brasil, porém, a ocorrência da dualidade na estrutura

político-social brasileira implicaria na existência de um setor mais vulnerável à adesão às técnicas revolucionárias por estar excluído da participação institucional: a classe camponesa. Na ausência de leis trabalhistas no campo que legitimassem as manifestações da classe camponesa, esta se tornaria mais suscetível ao discurso revolucionário. Nessa formulação fica exposta a relação que o autor estabelece entre exclusão de participação política e suscetibilidade a métodos revolucionários que demandariam a ruptura institucional:

[...] nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é completamente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes (Furtado, 1962, p. 42).

A crise que o economista vivenciava no momento da escrita do texto teria a ver, segundo ele, com as contradições geradas por este conjunto de questões. O modelo de desenvolvimento brasileiro teria “[...] características próprias que o distinguem do modelo clássico de desenvolvimento capitalista [...]” (Furtado, 1964, p. 113). A nossa economia industrial estava desestruturando o modelo colonial voltado para o mercado externo, só que as medidas tomadas desde 1930 não foram feitas por um projeto nacional deliberado, mas pela contenção da crise instaurada em 1929.

Como consequência, aquela oposição encontrada na história Ocidental entre aristocracia rural e burgueses industriais não teria ocorrido em nosso país. Aqui, foram motivos externos que deram o primeiro impulso contra o sistema arcaico. As nossas classes dirigentes jamais teriam passado por uma “tomada de consciência” (Furtado, 1964, p. 128) em que entendessem seu papel no desenvolvimento e sua distinção fundamental de interesses com a classe dos proprietários agrícolas da “velha estrutura feudal” (p. 128). Já o Estado, embora tivesse tido papel ativo nas mudanças, o fez de maneira improvisada e sempre em reação à conjuntura imediata, sem planejamento a longo prazo. O grande efeito negativo teria sido a falta de estratégia para conter as consequências da inflação. Ou seja, para Furtado, a Revolução brasileira – que chegou a dar título a seu livro de 1962 – não era uma ruptura política e econômica com a democracia liberal burguesa, mas a transformação das estruturas por via reformista, na qual o conflito era comportado pelas instituições – que deveriam se tornar cada vez mais porosas às reivindicações sociais. Em detrimento de uma revolução cujo fim era o comunismo, ele defendia a revolução social-democrata.

Para Furtado, a política industrializante e de substituição de importações iniciada nos anos 1930 via uso da inflação teria encontrado seu limite, na medida em que teríamos passado a depender de produtos de capitalização elevada. A inflação havia perdido qualquer efeito na distribuição de renda, operando contra ela. O esgotamento teria ocorrido antes que o sistema econômico fosse totalmente capaz de se suprir internamente com seu capital. A queda do câmbio em 1955 é apontada pelo economista como período-chave que intensificou esta crise.

Ao mesmo tempo, a classe trabalhadora estava em progressiva expansão de sua organização e de tomada da consciência de

seus interesses, entrando em forte tensão com as classes dominantes. Elas, por sua vez, teriam se aliado entre si para defender seus privilégios no poder legislativo, sem compreender que o que beneficiava o setor agrícola voltado para o abastecimento interno não beneficiava o setor mercantil voltado para a exportação. Tão contrastante quanto seria o interesse dos industriais com estas outras classes, mas este setor também teria preferido compor com eles contra os trabalhadores. Esta confusão teria levado inclusive alguns industriais a acharem que a ação do Estado lhes era maléfica.

Na percepção de Furtado, a situação em que nos encontrámos nas prévias do golpe de 1964 seria a de impasse no qual as classes dirigentes não se demonstravam capazes de resolver as questões importantes para o desenvolvimento social, político e econômico. Por isso, teria se vislumbrado em alguns setores alternativas fora da legalidade. Entretanto, ele alertava que isso produziria alto custo social sem garantia de reestruturação do país. Para ele, a melhor alternativa seria por uma via reformista, na qual parte da população tomasse consciência das raízes do problema e criasse um novo projeto nacional. Tendo impacto na opinião pública, este projeto poderia dar condições para uma cisão das classes dirigentes, em que parte dela auxiliasse na construção de reformas que captassem “os autênticos interesses sociais” (Furtado, 1964, p. 142). Apesar do apelo de Furtado, sabemos que o desenrolar da história não seguiu na direção almejada pelo autor.

4. Considerações finais

Buscamos neste artigo auxiliar no preenchimento da lacuna existente nos estudos de pensamento político brasileiro sobre o pensamento social-democrata. Isso foi realizado a partir da análise de

textos de Celso Furtado durante o período da República de 1946. Tendo por ponto de partida a literatura internacional sobre social-democracia, consideramos que o economista e operador do Estado se distingue enquanto autor social-democrata, pois defende a igualdade política e social como horizonte normativo, entretanto acredita que ele é melhor executado por via reformista, a partir das instituições políticas vigentes. Estas, por sua vez, não deveriam permanecer estáticas, mas acompanhar a mudança social e política, de modo a conseguirem enquadrar dentro de si o conflito.

O percurso adotado para demonstrar nossa interpretação da obra de Celso Furtado se deu em três partes, enfatizando características apontadas por Michael Freeden (2006) e Ben Jackson (2013) como suficientes para distinguir um pensamento social-democrata quando juntas. Na primeira seção após a introdução, demonstramos seu distanciamento com o pensamento liberal econômico, pelas suas críticas às escolas clássica e neoclássica, que ele considerava a-históricas e portadoras de uma visão equivocada da natureza científica da economia. Contra eles, Furtado reivindicava uma ciência econômica enquanto ciência social, que dialogava com a ciência política, a sociologia e a história, a partir da abordagem do estruturalismo latino-americano. Com este tipo de instrumental analítico, o economista latino-americano estaria apto a compreender a realidade social e econômica de sua região e lhe propor as mudanças necessárias. Na seguinte, analisamos como Furtado comprehendia o processo histórico ocidental enquanto ampliação do bem-estar social (conquistado pela mediação do Estado) a partir das demandas

concretas de grupos oprimidos, ao mesmo tempo que contrastava outras realidades históricas com a brasileira. Em nosso país, haveria uma mudança em curso desde os anos 1930, na qual havia centralidade do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social. Tratamos do entendimento de Furtado sobre o processo em curso nos anos 1950 e 1960 enquanto Revolução brasileira, diferenciando este seu conceito daquele da tradição marxista. Para ele, a revolução devida era aquela que não romperia com as instituições democráticas no combate às desigualdades. Para frustração do economista, o modelo adotado foi outro, que rompeu a institucionalidade liberal, todavia não a partir das esquerdas, mas por um projeto conservador que iniciou uma ditadura que durou vinte e um anos.

Passado mais de meio século dos escritos social-democratas de Furtado, é possível relê-los em um novo contexto. A ditadura militar foi formalmente encerrada em 1985 e o Brasil recebeu uma nova Constituição três anos depois. As transições de governo ocorreram via eleições e – com exceção de Jair Bolsonaro – com respeito a esta via de tomada de poder. Dentro do período da chamada Nova República, dois partidos políticos que estiveram no poder do Executivo Federal reivindicavam a social-democracia. O PSDB a carregava no nome, e o PT em sua via de combate às desigualdades, por meio de políticas sociais e da conciliação em capital e trabalho. Mais uma vez, tendo como presidente um partido que reivindica de algum modo este legado, nos parece fundamental entendê-lo como elemento de nossa cultura política e como a obra de Celso Furtado pode continuar iluminando o caminho do desenvolvimento econômico, social e político do país.



Referências

- Bielchowsky, R. (org). (2010). *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.
- Bielschowsky, R. (2004). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Brandão, G. M. (1997). *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec.
- Cardoso, F. G. (2021). *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí: Paco.
- Cepêda, V. A. (1998). *Raízes do pensamento político de Celso Furtado desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em ciência política), Universidade de São Paulo, 257 f.
- Cepêda, V. A. (2004). O pensamento político de Celso Furtado. *E-Latina* (Buenos Aires), 3(9): 11-24.
- Freeden, M. (2006). *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Furtado, C. (1962). *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (2009). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento.
- Gomes, Â. de C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Hoover, K. R. (2003). *Economics as ideology: Keynes, Laski, Hayek, and the Creation of Contemporary Politics*. Oxford: Rowman & Littlefield.
- Jackson, B. (2013). Social-democracy. In: M. Freeden et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaysel, A. (2018). *Entre a nação e a revolução*. São Paulo: Alameda.
- Lenin, V. I. (2020). *O que fazer?* São Paulo: Boitempo.
- Luxemburgo, R. (2002). *Reforma ou revolução?* Luxemburg Internet Archive (marxists.org).
- Lynch, C. E. C. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, 56(4): 727-766.
- Maia, J. M. E. (2013). Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. *Cadernos de Estudos Culturais*, 5: 103-70.
- Mannheim, K. (1976). *Liberdade, poder e planificação democrática* São Paulo: Mestre Jou.
- Melo, H. P.; Bastos, C. P.; Araújo, V. L (2020). A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: V. L. Araújo; F. A. M. de Mattos (orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, p. 221-246.
- Moraes, R. C. C. de (1977). *Planejamento: democracia ou ditadura? Intelectuais e reformas socioeconómicas no pós-guerra*. 1977. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Moraes, R. (1995). *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da CEPAL*. São Paulo: Ática.
- Myrdal, G (1962). *Aspectos políticos da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Prado Jr, C. (2014). *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Przeworski, A. (1991). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ramos, A. G. (1958). *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro.

Ricupero, B. (2005). Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos avançados*, 19(53).

Ricupero, B. (2010). O conservadorismo difícil. In: G. N. Ferreira; A. Botelho (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp.

Santos, W. G. dos (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: duas cidades.

Sodré, N. W. (1963). *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.,

Teixeira, S. M. F. (1985). Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. *Cadernos de Saúde Pública*, 1(4): 400–417.

Recebido em 02/12/2024. Aprovado em 26/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Revolução e dependência: O Golpe de 1964 em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)

Revolution and Dependency: The 1964 Coup in Florestan Fernandes and Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)

Revolución y dependencia: El golpe de 1964 en Florestan Fernandes y Fernando Henrique Cardoso (1967-1975)

**Leonardo
BELINELLI**

belinelli.leonardo@gmail.com

Professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Com o objetivo de apreender os nexos particulares entre os conceitos de "dependência" e "revolução" nas formulações da chamada Escola Paulista de Sociologia a partir do golpe de 1964, o artigo proposto examina as análises de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sobre a instauração do regime militar, com destaque para as encontradas nos ensaios "Dependência e desenvolvimento na América Latina" (1967) e "O modelo político brasileiro" (1972), ambos de Cardoso, e "A revolução burguesa no Brasil" (1975), de Florestan Fernandes. Além de indicar os sentidos distintos dos conceitos de "revolução" e "dependência" nas obras dos dois autores, será sustentado que ambos assinalam que o processo de modernização nas sociedades dependentes é ambivalente, na medida em que tende a tensionar as exigências de aprofundamento da acumulação capitalista e as demandas pela expansão da cidadania.

Palavras-Chave: Dependência; Revolução Burguesa; Escola Paulista de Sociologia; Fernando Henrique Cardoso; Florestan Fernandes.

We try to understand the particular links between the concepts of "dependence" and "revolution" in the formulations of the so-called Escola Paulista de Sociologia after the 1964 coup, the proposed article examines the analyzes of Florestan Fernandes and Fernando Henrique Cardoso on the establishment of the military regime, with emphasis on those found in the essays "Dependence and development in Latin America" (1967) and "The Brazilian political model" (1972), both by Cardoso, and "The bourgeois revolution in Brazil" (1975), by Florestan Fernandes. In addition to indicating the different meanings of the concepts of "revolution" and "dependence" in the works of the two authors, it will be argued that both point out that the process of modernization in dependent societies is ambivalent, insofar as it tends to tension the demands for deepening capitalist accumulation and demands for the expansion of citizenship.

Keywords: Dependence; Bourgeois Revolution; Escola Paulista de Sociologia; Fernando Henrique Cardoso; Florestan Fernandes.

Con el objetivo de comprender los nexos particulares entre los conceptos de "dependencia" y "revolución" en las formulaciones de la llamada Escuela Paulista de Sociología a partir del golpe de 1964, el artículo propuesto examina los análisis de Florestan Fernandes y Fernando Henrique Cardoso sobre la instauración del régimen militar, con énfasis en los ensayos "Dependencia y desarrollo en América Latina" (1967) y "El modelo político brasileño" (1972), ambos de Cardoso, y "La revolución burguesa en Brasil" (1975), de Florestan Fernandes. Además de señalar los sentidos distintos de los conceptos de "revolución" y "dependencia" en las obras de ambos autores, se sostendrá que ambos destacan que el proceso de modernización en las sociedades dependientes es ambivalente, en la medida en que tiende a tensionar las exigencias de profundización de la acumulación capitalista y las demandas por la expansión de la ciudadanía.

71

Palabras Clave: Dependencia, Revolución Burguesa, Escola Paulista de Sociologia, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes.

Introdução

Entre o final dos anos 1950 e meados da década seguinte houve um período de radicalização teórica e política na América Latina. Síntoma da intensidade dos conflitos e da ansiedade por mudanças diante das crises pelas quais passava a região à Direita e à Esquerda, é o uso corrente do termo “revolução”. No Brasil, o Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, afirmava que “o que houve e continuará a

haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução” (Brasil, 1964). Na Argentina, os militares que tomaram o poder em 1966 declaravam que estavam dirigindo a “revolução argentina” (Argentina, 1966).

No campo à Esquerda, o termo era ainda mais utilizado. Os marxistas brasileiros, por exemplo, falavam

sobre a “revolução brasileira” desde 1920 (Pericás, 2019, p. 14). É certo, porém, que foi nos anos 1960 que o debate sobre os seus sentidos ganhou impulso renovado, o que se explica pela combinação entre efervescência política do período, impulsionada renovação, também teórica, trazida pela Revolução Cubana, expansão do mercado editorial, no qual passaram a circular obras de autores antes desconhecidos, e a entrada em cena de novos intelectuais, muitos deles militantes munidos pelo arcabouço partidário combinado com o acadêmico. Em 1963, Franklin Martins publicou *Que é a revolução brasileira?*, mesmo ano em que Elias Chaves Neto, na revista Brasiliense, publicou o artigo “Revolução Democrática”. Escrito também em 1963, mas aparecido apenas dois anos depois, “Aspectos políticos da revolução brasileira”, de Luciano Martins, fornecia uma caracterização geral do que se entendia, à época, por “revolução brasileira”:

A revolução brasileira deve ser compreendida, pois, como a fase histórica que se caracteriza pela reorientação dos recursos nacionais e adaptação das estruturas do país às novas formas de produção, tecnologia e de progresso de nosso século, tendo em vista a satisfação de determinadas necessidades e aspirações sociais internas, e tendo em vista a melhoria da posição relativa do país no conjunto da economia e das decisões mundiais (Martins, 2019, p. 205).

Note-se como a caracterização de Martins aliava três eixos: (a) atualização das novas formas de produção; (b) foco no mercado interno e nas “aspirações sociais internas”; e (c) melhoria da posição relativa do Brasil no cenário

internacional. Esta visão não está longe da sustentada por Caio Prado Júnior em *A revolução brasileira* (1966) (Prado JR., 2014, p. 12). Na fração nacionalista não comunista da inteligência brasileira, Celso Furtado havia utilizado a ideia em “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira” (Furtado, 1962). Os mesmos eixos informavam os comunistas. O Partido Comunista, então o formulador mais influente na Esquerda nacional, sustentava que “a revolução no Brasil [...] não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática” (PCB, 1958) e que sua realização dependeria de uma aliança entre proletariado urbano, burguesia e pequena burguesia contra os setores “entreguistas” e o imperialismo norte-americano.

Seja na sua forma marxista e/ou nacionalista, a “revolução” em debate comungava de uma perspectiva histórica progressiva e progressista. Em outras palavras, quaisquer que fossem as posições dos autores vinculados ao debate acerca do seu sentido, há um aspecto essencial que os unia: a conjunção entre desenvolvimento capitalista, autonomia nacional e democracia. Desse ponto de vista, o golpe de 1964 implicou uma fratura profunda na própria visão da história adotada pela Esquerda brasileira, simbolizada dramaticamente pela disjunção entre a democracia interrompida e o aprofundamento das formas de produção e socialização capitalistas.

Tendo tais considerações em mente, o artigo pretende explorar como dois dos principais autores da chamada “Escola Paulista de Sociologia” (Arruda,

1995; Bastos, 2002) operaram inflexões nesse debate. Mais especificamente, trata-se de examinar como Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes operaram uma fusão entre os conceitos, até então contrapostos, de “dependência” e “revolução” (burguesa). Ou, dito de outra maneira, a revolução (burguesa) poderia se combinar, e até mesmo aprofundar, a dependência. Se Cardoso sustentará que a nova dependência implicará uma revolução econômica burguesa, Fernandes verá o golpe de 1964 como a manifestação máxima da formação de classes numa sociedade dependente, uma revolução que se afirma como contrarrevolução. Pretende-se explorar como chegaram a tais formulações e seus impactos nas ações dos dois autores.

O que se segue está articulado em quatro seções. Na primeira, revisitaremos o contexto em que se forma a problemática da dependência na Escola Paulista de Sociologia. Na seção seguinte, examinaremos alguns dos principais “passos” dados por Cardoso até sua formulação do golpe de 1964 como forma de “revolução (econômica) burguesa”; depois, investigaremos como o problema da “revolução burguesa” aparece nas formulações de Fernandes dos anos 1960 e 1970, em especial em *A revolução burguesa no Brasil* (1975). A última parte chama a atenção para as diferentes maneiras como os dois sociólogos operaram a ‘história’ e ‘política’ e como tais diferenças impactam suas concepções sobre a revolução burguesa no Brasil e suas possibilidades democráticas.

1. A Cadeira de Sociologia *I no pré e no pós-1964: do subdesenvolvimento à dependência*

Em novembro de 1961, foi criado o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit). Associado à Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), o Cesit marcava a entrada dos sociólogos paulistas no debate nacional sobre o desenvolvimento e mudança social (Romão, 2006, p. 94). Especialmente revelador da preocupação do grupo à época da fundação do Cesit é a coletânea *A sociologia numa era de revolução social* (1963), de Florestan Fernandes. Toda construída em torno das questões referentes ao compromisso do sociólogo com a realidade cambiante de seu tempo (Fernandes, 1963, p. 5), a publicação examina as condições da investigação sociológica na América Latina, o estado do ensino de Ciências Sociais na USP e, para os nossos propósitos, traz dois textos fundamentais: “Reflexões sobre os problemas da mudança social no Brasil” e o projeto de pesquisa fundador do Cesit, “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”.

“Reflexões sobre os problemas da mudança social no Brasil” corresponde à sistematização de artigos publicados em sete edições do Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo*. Nele, o sociólogo assinala três aspectos que impediram ou dificultaram a modernização da sociedade brasileira e, portanto, constituiriam o nosso “dilema social”. Em um primeiro plano,

destaca o descompasso entre discurso modernizador e ação tradicionalista daqueles que teriam poder de mando; depois, enfatiza que os grupos oposicionistas acabariam antes por agir em combate ao primeiro grupo, mas seriam carentes de planos coerentes e, por fim, assinala que faltaria ao país cientistas e técnicos verdadeiramente modernos. Em síntese, o diagnóstico de Fernandes assume que os diversos agrupamentos da sociedade brasileira estariam vinculados a concepções e padrões de comportamentos próprios à ordem tradicional. Investigar sociologicamente tal “dilema social” é o objetivo do projeto de pesquisa “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”.

A referência ao conceito de “subdesenvolvimento” demonstra a aproximação do grupo paulista em relação à agenda desenvolvida por Celso Furtado, que o sistematizou em *desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) (Furtado, 1961). A partir daí, o grupo se esforçou por produzir uma análise crítica do subdesenvolvimento a partir de um ponto de vista “sociológico”. Como veremos, o debate crítico em relação às teses furtadianas continuou a ser feito ao longo dos anos 1970 e constituiu elemento decisivo para a compreensão adequada dos posicionamentos teóricos e políticos dos sociólogos paulistas (Fregonese, 2023).

Entre os temas de pesquisas elencados no projeto estava o da “*mentalidade do empresário industrial*, elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (Fernandes, 1963, p. 304, grifo nosso). Exatamente, pois, o assunto que Fernando Henrique Cardoso

desenvolverá em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, sua tese de livre-docêncie defendida em novembro de 1963.

Incorporando a formulação weberiana sobre a “mentalidade” do empresariado brasileiro, porém a partir do problema da “ideologia” na tradição de Marx (Brito, 2019), Cardoso aliava sua investigação sociológica a um problema político. Em questão estava o comportamento político da burguesia brasileira. Perguntava-se o candidato à livre-docêncie: estaria o empresariado brasileiro apto e disposto a cumprir o papel que lhe fora designado na teoria da “revolução democrático-burguesa”?

Sua resposta, como se sabe, é não. A formação rápida e recente da classe, ainda sem sedimentação de “tradição” de classe e sua heterogeneidade, dificultava a “decantação de modos uniformes de pensar, sentir e agir e dificultam a formação de uma ideologia industrial capaz de nortear a ação de todos em função dos interesses comuns” (Cardoso, 1972, p. 171). Ademais, concorriam para o mesmo quadro a falta de um antagonismo de classe, uma vez que o mesmo processo atingia o operariado, e as altas rendas propiciadas mesmo com o emprego de práticas tradicionais de produção e gestão. Comportavam-se, pois, como massa (p. 175) e, portanto, reagiam à política nacional, mas não a conduziram. “Falta à massa dos industriais a socialização necessária para o desempenho dos papéis a que deveriam responder como cidadãos de uma república democrático-burguesa” (p. 175). Deste prisma, a revolução burguesa liderada pela burguesia, tal como preconizada pelo PCB, saía de cena, restando apenas a disjuntiva: “subcapitalismo ou socialismo?” (p. 198).

Quatro meses depois de defendida a tese, veio o golpe instaurador da ditadura militar 1964. Naquele momento, Fernandes dedicava-se à conclusão de sua tese de cátedra, *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Nos anos seguintes, concentrar-se-ia a responder intelectualmente ao 31 de março. Em 1965, passou um período na Universidade de Columbia (EUA), onde trabalhou “num esquema geral de interpretação da formação e desenvolvimento do capitalismo e das sociedades de classes no Brasil” (Fernandes, 1978, p. 27). De volta ao país, em 1966, ministrou a disciplina “Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira” para o quarto ano do curso de ciências sociais da USP (Fernandes, 2018), experiência a partir da qual desenvolve os assuntos tratados nas duas primeiras partes, que começa a escrever no mesmo ano de *A revolução burguesa no Brasil*. Fernandes permaneceria lecionando na USP até a sua cassação em 1969, pelo Ato Institucional n. 5.

Cardoso, ao contrário, saiu do país assim que os militares tomaram o poder. Depois de passar um mês em Buenos Aires, chegou em Santiago em 1º de maio de 1964. Além de se vincular ao Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), órgão ligado a Cepal, Cardoso lecionou nas Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Foi nesse contexto que Cardoso começou a desenvolver sua perspectiva a respeito da “dependência”, uma espécie de aprofundamento em relação à sua livre-docêncie. O momento inicial de sua elaboração ocorreu em seminário

interno realizado pela Cepal. Dirigido por Raúl Prebisch e com participação de intelectuais como Celso Furtado e Aníbal Pinto, a reunião tinha como objetivo repensar as contribuições do pensamento cepalino para o desenvolvimento latino-americano. Os problemas em debate diziam respeito à inflação surgida nas economias latino-americanas que tomaram medidas inspiradas nas formulações da instituição e, claro, ao problema da estagnação econômica. Segundo o próprio Cardoso, teria sido nessa ocasião que, em parceria com Enzo Faletto, começou a preparar um relatório no qual fossem sistematizadas suas críticas à abordagem cepalina. O documento inicial apareceu em 1965 (Cardoso, 1965,), mesmo ano em que Celso Furtado preparava a publicação de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), e tomou forma no ano seguinte, sendo terminado em 1967. embora fosse publicado em espanhol apenas em 1969, pela editora Siglo XXI, com o título *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*.

Uma segunda versão do documento inicial só foi publicado depois de *Dependência e desenvolvimento* (Cardoso, 1969). Não se encontra no documento nem uma definição estrita do que seja a “dependência”, nem exatamente o argumento a respeito do desenvolvimento “dependente associado”, que será a resposta de Cardoso e Faletto às teses “estagnacionistas” de Furtado. O documento estiliza o ponto de vista que será desenvolvido na versão posterior, bem como discute os setores-chaves da sociedade latino-americana, em torno

das quais as análises posteriores serão feitas. Nesse sentido, como é comum na tradição sociológica paulista, Cardoso enfatiza, sobretudo, questões de método.

A suposição mais geral [...] é a de que a constituição e a atuação dos agentes sociais de mudança e conservação na América Latina tem um condicionante geral determinado pela forma como as distintas sociedades nacionais vincularam suas economias ao mercado mundial, para dar vigência ao modo capitalista da produção internacional (Cardoso, 1969, p. 24-25).

Embora distantes, Cardoso e Fernandes continuarão a dialogar. Como conta o segundo, as duas primeiras partes de *A revolução burguesa no Brasil* foram lidas por Cardoso, além de outros alunos e assistentes (cf. Fernandes, 1978, p. 27). E o mesmo Fernandes reconhece que “me foi muito útil a primeira formulação da teoria da dependência, elaborada por Fernando Henrique em 1965, e que chegou às minhas mãos em 1966” (p. 27).

Estava em formação o ponto de vista “dependente” – ou “paradigma da dependência”, como designei em outro texto para diferenciá-lo do “paradigma da formação” (Belinelli, 2024) - que permitiria avançar na crítica às teses de Furtado. E é a partir dele que os conceitos de “revolução” e “revolução burguesa” serão reinterpretados.

2. A Ditadura Militar como revolução (econômica) burguesa: forma e sentido

Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966) (Furtado, 1968) foi o primeiro livro publicado por Celso Furtado

depois do golpe de 1964. Nele, argumenta que uma das razões para o surgimento do problema da estagnação latino-americana seria os impactos negativos da absorção da tecnologia pelos setores industriais mais avançados (bens de capital e bens de consumo), incapazes de empregar mão de obra. Como decorrência, haveria o estreitamento do mercado interno e o reforço da concentração de renda, do que conclui que “a própria penetração da técnica engendra instabilidade social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes” (Furtado, 1968, p. 13).

Dependência e desenvolvimento na América Latina (DDAL) foi uma resposta à essa argumentação. Por um lado, sua defesa da “análise integrada do desenvolvimento” faz uma crítica metodológica à perspectiva cepalina, que combinaria uma visada excessivamente endógena com uma compreensão tecnicista/voluntarista da política; por outro, procura chamar a atenção para os novos marcos do capitalismo que, embora anunciados desde o final dos anos 1950, ganharam força decisiva com o golpe de 1964. É justamente nessa altura que o termo “revolução” passou a ser utilizado pelos autores, possivelmente como uma forma de enfatizar a distância em relação ao diagnóstico furtadiano.

Cardoso e Faletto sustentavam que “essa revolução industrial de novo tipo conduz a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira que implica a reordenação das formas de controle social e político” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 128, grifo nosso). Os chamados países “periféricos, industriais e dependentes” passariam por uma

intensa mudança social que remodelaria as relações sociais entre grupos internos e também seus vínculos com setores externos; ou, dito de outro modo, as fronteiras entre o “interno” e o “externo” se alterariam de tal maneira que, pelo menos nos países com economia nacionalmente controladas, “certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas; *a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional*” (Cardoso; Faletto, 1975, p. 130, grifo nosso). Ainda que conflituosamente, essa nova forma de desenvolvimento implicaria na marginalização de setores antes centrais no sistema de dominação, como os latifundiários, exportadores e a burguesia ligada à produção de bens de consumos leves. Na nova etapa da economia capitalista, entraram em jogo setores ligados ao capital monopolístico internacional e o setor financeiro ligado ao mercado interno.

A expressão “revolução industrial de novo tipo” punha ênfase, claro, em um sentido clássico do termo “revolução”, o econômico-produtivo, sugerindo que estaríamos diante de uma nova forma capitalista de produção de bens. Ademais, procura assinalar que se trata de uma modificação profunda no plano das relações sociais e políticas, impactado justamente pela transformação do mercado. Nesse sentido, carrega uma

espécie de temporalidade própria, pois anuncia um novo tempo, como é próprio do sentido moderno da “revolução”, que, no entanto, não consiste na plena negação do anterior. É uma tese diametralmente oposta à perspectiva apresentada por Furtado no ensaio “Brasil: da República oligárquica ao Estado militar” (1967), no qual o economista sustentava que o regime militar pretendia instalar um programa de “normas de bom comportamento para um país latino-americano *antes de 1929*” (Furtado, 1979, p. 18, grifo nosso).

Tendo diante de si a instabilidade política e econômica pela qual passava a região, Cardoso e Faletto não deixam de observar que uma das implicações dessa “revolução” seria a exclusão social e política de parcela significativa da população, agudizando os conflitos redistributivos. Aqui se revelaria a complexidade própria do processo em curso, que implicaria, ao mesmo tempo, reformulação do aparato produtivo e repressão. Porém, segundo ambos, as novas condições do mercado mundial não impediam a compatibilização entre exclusão social e desenvolvimento, como também produziriam uma cisão entre elementos arcaicos e modernos em cada setor da economia. Nesse plano, inserem um tópico que será intensamente desdobrado nos debates posteriores a respeito do “milagre econômico”: o papel do Estado¹. É justamente nessa altura que o conceito de “revolução” surge noutro sentido:

¹ O tema será desenvolvido por Guillermo O’Donnell em *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism* (1973). Para uma discussão sobre a questão, ver Belinelli e Ricupero (2024).

De fato, a passagem do regime democrático-representativo [...] ao regime autoritário-corporativo, que se apresenta como a alternativa provável nas condições políticas e econômicas atuais, faz-se por intermédio de revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que as burguesias nacionais ou internacionalizadas, que atuam e se reorganizam. Obviamente, a situação estrutural que dá sentido à ação desses grupos é a que foi descrita neste trabalho e, portanto, as burguesias internacionalizadas continuam sendo o eixo do sistema de dominação (Cardoso e Faletto, 1975, p. 134, grifo nosso).

Na citação, a “revolução” aparece em sentido mais comum: como tomada do poder político, plano em que se intersecciona com outro conceito clássico da teoria política, o de “golpe de Estado”. De um ponto de vista formal, centrado na análise dos agentes, o acontecido em 1964 seria melhor descrito como “golpe de Estado”, entendido como a tomada do poder político por aqueles que já o controlam ou estão inseridos no aparelho estatal (Barbé, 2004). Porém, este elemento não esgota o sentido da diferenciação entre os dois conceitos. Segundo Gianfranco Pasquino (2004, p. 1121, grifo nosso), “a revolução se distingue do golpe de Estado porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e socioeconômicos”. Eis o ponto: o que Cardoso e Faletto estão procurando destacar é justamente o sentido das profundas mudanças dos “mecanismos

políticos e socioeconômicos” iniciados com os “golpes de novo tipo” na América Latina. Ou seja: como compatibilizar uma mudança política conservadora com impactos econômicos profundos?

É desse ângulo que podemos compreender outra questãoposta para qualquer análise política dessa modalidade de processo social: quem são os seus agentes principais? Já vimos: a burocracia pública e o Exército, aos quais se associaria a “burguesia internacionalizada”. Na lista, portanto, não consta um agente que desempenhará papel importante nos esquemas interpretativos de Furtado (1979) e Fernandes (2005): a oligarquia fundiária. O golpe, para Cardoso e Faletto, foi realizado pelos setores modernos da sociedade brasileira e o termo “revolução” é empregado no sentido de destacar sua feição “modernizante”. Em especial, vale notar a contraposição ao argumento de Furtado, para quem o golpe foi dado por “por uma aliança dos grupos oligárquicos, com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, tudo com proteção e assistência técnica dos agentes imperialistas” (Furtado, 1979, p. 18).

O mesmo problema apareceria na intervenção feita por Fernando Henrique Cardoso em seminário realizado na Universidade de Yale no mês de abril de 1971, depois publicada com o título “O regime político brasileiro” na Estudos Cebrap (Cardoso, 1972). O seminário, organizado por Alfred Stepan no Instituto de Estudos Latino-Americanos, tinha como objetivo debater exclusivamente o caso do regime inaugurado em 1964 e daria origem ao livro *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future* (1973).

Partindo da disputa retórica e conceitual entre os que acreditavam que os militares deram um “golpe de Estado” ou fizeram uma “revolução”, Cardoso procurava destacar a particularidade histórica do regime implantado no país, distinto, a seu ver, das “formas anteriores de autoritarismo havidos no Brasil” (cf. Cardoso, 1972, p. 87). Na esteira dos argumentos de DDAL, frisa que “houve uma alteração no próprio padrão de desenvolvimento econômico e na correlação de forças que o sustentava” (Cardoso, 1972, p. 88) com o consequente deslocamento do “eixo hegemônico do sistema de poder e [d]a base dinâmica do sistema produtivo” (p. 89,) cujo resultado foi uma “revolução econômica burguesa” (p. 105, grifo nosso). A “revolução” de *Dependência e desenvolvimento* tornava-se “revolução econômica burguesa”.

O esforço de especificação merece ser notado. Há grande diferença entre usar o termo “revolução” de maneira genérica, como que para designar a troca do regime político ou a mudança na dinâmica produtiva, e se valer da ideia de “revolução burguesa”, com nítidas implicações teóricas – em pleno florescimento da chamada sociologia histórica (Helayel, 2024) – e políticas.

Em primeiro lugar, registre-se que a expressão aparece entre aspas e com a ressalva de que “é nesse sentido limitado”; nítido sinal das incertezas do autor. Porém, as dúvidas não se davam a respeito do conteúdo da ideia defendida, mas sim

do lance linguístico, talvez demasiado arriscado. Em outras palavras: a dúvida ocorria quanto à recepção da formulação². Uma das consequências possíveis, e aquela precisamente que se procurava evitar, é que o argumento fosse lido como se favorável ao regime militar, como que reconhecendo sua dimensão libertadora – reclamada no Ato Institucional n. 1, como vimos. Àquela altura, a expressão “revolução”, à Esquerda e à Direita, tinha conotação emancipatória – fosse nacional ou de costumes. Aliás, o próprio Cardoso, ao comentar na mesma apresentação a perspectiva de Philippe Schimtter sobre o golpe de 1964 como “movimento restaurador”, explicitava a “acepção corrente da palavra” como uma “uma modificação nas bases do poder de tal modo que camadas social e economicamente antes dominadas tivessem passado, depois de 64, a dispor de maior poder de decisão” (Cardoso, 1972, p. 86).

Daí que o autor, ao mesmo tempo, distinga as duas frentes na sua análise do regime: economicamente revolucionário, politicamente reacionário. Aqui, pois, o conceito assume uma espécie de cisão revelada na palavra intermédia “econômica”. Uma das implicações dessa estratégia analítica é cindir aquilo que a expressão “revolução burguesa” classicamente designa: um processo de passagem ao mundo moderno, organizado em bases capitalistas e democráticas.

² Prova do risco da formulação foram os surgimentos de respostas formuladas por Francisco de Oliveira e Paul Singer à perspectiva de Cardoso (Ridenti; Mendes, 2012).

Com efeito, “revolução econômica burguesa” é expressão que visa reunir os dois sentidos assumidos pelo termo “revolução” no ensaio coescrito com Faletto: atualização capitalista e transição para o regime autoritário. Porém, deixa de se referir aos aspectos gerais do processo para especificar, ainda na linha de DDAL, no que exatamente consiste a dimensão singular da revolução econômica burguesa no Brasil. Esse sentido fica claro quando sustenta que o golpe de 1964 pôs a “burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica” (Cardoso, 1972, p. 106). Em suma: o conceito é utilizado como uma forma de explicitação do sentido progressivo, ainda que não progressista, do golpe – por oposição às posições de Furtado e Schmitter, por exemplo.

Se esse é o sentido geral da revolução em curso no país, caberia refletir sobre os papéis históricos desempenhados pelos seus atores. E aqui a inflexão do conceito assume seu sentido mais explícito, pois o suposto personagem principal – a burguesia – ocupou, na verdade, um lugar coadjuvante. Segundo o sociólogo - em um novo uso do conceito de “revolução”, agora focando o sentido do processo para uma classe - “a sua ‘revolução’ consiste em integrar-se no capitalismo internacional *como associada e dependente*, lutando, naturalmente, para obter o máximo de proveito possível, mas limitada por um processo objetivo: a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa” (Cardoso, 1972, p.106, grifo nosso). Sua atuação associada corresponde, pois, à sua dimensão dependente.

Surge, por consequência, um novo problema teórico. “Revolução burguesa” é um conceito que se vincula à capacidade de direção de uma classe específica – a burguesia – sobre a mudança social. Se está ausente essa capacidade, faria sentido mobilizá-lo? Para tanto, Cardoso operou uma outra alteração: dissocia-o do processo histórico-econômico que designa “revolução burguesa” da liderança política da classe burguesa. Ao enfatizar tal aspecto, aborda o clássico problema do pensamento social brasileiro e latino-americano: como compreender o deslocamento categorial existente entre teorias produzidas em contextos centrais e realidades periféricas. O sociólogo nem descarta a ideia de “revolução burguesa”, mas também não a toma em sentido enrijecido. Antes, inscreve a dependência no núcleo de sua formulação a respeito da revolução econômica burguesa no Brasil, o que implica, por um lado, não apenas deslocamento do seu “agente clássico”, mas também a sua implicação suposta: o controle do aparato estatal e produtivo por uma classe capaz de dar uma direção autônoma à nacionalidade. Não se trata da eliminação da “agência” de classe em face do predomínio absoluto das “estruturas”, mas sim de sublinhar como as “estruturas” próprias à condição dependente alteram a mentalidade e as possibilidades de ação das classes sociais.

Na comunicação feita em seminário realizado no Instituto de Investigaciones Sociales da Universidade Nacional Autônoma do México em junho de 1973, mas só publicada em *Autoritarismo e democratização* (1975), Cardoso opera um novo deslocamento no conceito, possivelmente incorporando as observações críticas de Francisco de

Oliveira (2011 [1972]). Nesse texto, afirma que a “revolução burguesa dos países dependentes” – já não apenas “econômica” – corresponde ao processo de “dinamismo dirigido” e ao “deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populistas, que foram substituídos pela burguesia-internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar [...]” (Cardoso, 1975, p. 130). Nessa formulação, a “revolução burguesa” é revolução do conjunto de uma fração de classe (a “burguesia internacionalizada”) com setores sociais aninhados no Estado repressivo, estes sim os condutores do processo. Embora o problema relativo à “nova dependência” continue inscrito na formulação, há menos peso na atualização capitalista do que ao processo político de substituição das classes dirigentes no comando do aparelho estatal.

3. A Ditadura Militar como uma contrarrevolução burguesa

O tema da “revolução burguesa” não aparece na obra de Florestan Fernandes apenas no ensaio de 1975. A questão já ocupava lugar central em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), em que aparece como um conceito que designa o processo de passagem da sociedade estamental-escravocrata para a sociedade de classes. Não é difícil compreender o motivo: afinal, se procurava examinar as formas pelas quais os negros foram incorporados à sociedade de classes brasileira, era preciso compreender o próprio processo de sua formação. Em sentido estrito, ambos os problemas surgem juntos, datados da Abolição – razão pela qual o

livro discute o que chama de “revolução abolicionista”, cujas limitações já indicariam as fronteiras estreitas nas quais a formação da sociedade de classes aconteceria no país.

Embora conte com variações posteriores, essa forma de compreender a “revolução burguesa” no Brasil permanecerá estruturante em suas reflexões. Tendo isso em vista, já aqui podemos indicar um contraste fundante em relação à perspectiva de Cardoso. Ao enfatizar a “revolução burguesa” como o processo histórico-estrutural de construção da sociedade de classes no país, Fernandes dá menos ênfase às mudanças de regime político e à atualização na forma da produção capitalista. Inspirado na sociologia da Escola de Chicago (Park; Burgess, 2014), o sociólogo paulista pressupunha a formação de uma ordem social competitiva, fundamentada nos princípios da igualdade civil e da dinâmica de mercado. Sua tese de cátedra, no entanto, concluía que a sociedade de classes formada no Brasil não possuía tais características, constituindo-se, antes, como uma forma em que padrões excludentes do “antigo regime” seriam reatualizados na nova dinâmica social aberta com a instauração da República no final do século XIX. O golpe de 1964 aliado ao diagnóstico feito em *A integração* serão elementos-chave na reorientação das reflexões do autor.

A reflexão sobre a “revolução burguesa” seria aprofundada posteriormente. Se as duas primeiras partes de *A revolução burguesa* foram escritas em 1966, a primeira publicação desse processo de reorientação teórica e política é o ensaio “Sociedade de classes e

subdesenvolvimento” (1967) (Fernandes, 2008). O artigo é importante, em primeiro lugar, porque manifesta sua primeira mobilização explícita do conceito de dependência. Depois, pela própria embocadura que elege para compreender a articulação entre sociedade de classes e capitalismo, interpretando como atuou a “ordem social global sobre a absorção do capitalismo no Brasil” (Fernandes, 2008, p. 23, grifo nosso). O dínamo do processo que culminará na revolução burguesa no Brasil agora é identificado mais diretamente com o capitalismo, entendido como uma “complexa realidade sociocultural” importada dos países centrais ao longo do século XIX. É justamente esse ponto de vista que será reafirmado nas duas primeiras partes de *A revolução burguesa no Brasil*, que discute, essencialmente, duas de suas questões: a adequação do uso dos conceitos de “revolução burguesa” e “burguesia” no Brasil, e o deslanche que possibilitou as mudanças sociais do final do século XIX; isto é, o capítulo inicial da nossa revolução burguesa.

Na terceira parte, escrita em 1973, há um deslocamento analítico que impactou o sentido do conceito de “revolução burguesa”. Na arquitetura geral da obra, é possível indicar que a primeira parte do livro presta mais atenção à ação dos agentes, enquanto a terceira é mais focada no papel das estruturas (Ricupero, 2007, p. 189-190). Esse contraste não se deve ao que poderíamos chamar, para usarmos termos conhecidos, de uma “ruptura epistemológica” entre ambas. O que está em jogo na parte final do ensaio é o exame da consolidação – e do simultâneo estreitamento – das possibilidades da dominação burguesa

no país à medida em que pressões democratizadoras se instituem. Para sua compreensão, Fernandes confere centralidade às passagens das modalidades do capitalismo, que culmina na sua versão monopolista em crise – tese rejeitada em DDAL. Na periferia do sistema, o seu resultado é o agravamento da combinação entre a “força selvagem” e a “debilidade crônica” da burguesia, resultado da sua dificuldade de romper com o passado (Fernandes, 2005, p. 237-238). Sinal disso é que o termo “dominação burguesa” aparece, pela primeira vez, no capítulo 5, aquele que abre sua parte final. O conceito de “dominação burguesa” estabelece uma relação tensa com a ideia de “ordem social competitiva”, com o desenvolvimento histórico do primeiro implicando a negação completa do segundo. Trata-se, portanto, de compreender como a transformação social que deveria resultar no seu surgimento acabou negando-lhe.

Não é preciso entrar na reconstituição detalhada da argumentação do sociólogo, bastante conhecida. O fundamental está em assinalar que a era histórica da “dominação burguesa” no Brasil surge no momento de rearticulação da “hegemonia da oligarquia”, premida pela abolição da escravidão, mas diante de uma burguesia incipiente, do que resultou o que o sociólogo chama de “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil” (Fernandes, 2005, p. 245). Para Fernandes, as “tendências autocráticas e reacionárias” no seu “estilo de atuação histórica” se deveriam ao lugar que as oligarquias (velhas e novas) tiveram no processo que instituiu a dominação burguesa no Brasil. Tais oligarquias “converteram a burguesia em uma força

social naturalmente ultraconservadora e reacionária" (p. 250). Portanto, a revolução burguesa teria sido fruto de uma "transação" entre oligarquia e burguesia, com direção do setor senhorial. Nesse momento-chave de suposta afirmação da transição do "antigo" para o "moderno", o período republicano revelou a inversão da problemática clássica da revolução burguesa: seu problema não seria a democracia, mas a ordem.

Tratar-se-ia, portanto, de um processo histórico no qual há uma *desconexão* entre o seu suposto sentido e o seu agente histórico prioritário – como na perspectiva de Cardoso. Em outras palavras: Cardoso e Fernandes puderam fundir "revolução burguesa" e "dependência" porque, de alguma forma, desconectaram "revolução burguesa" da ideia de "direção burguesa". Segundo Fernandes (2005, p. 240), a burguesia brasileira "não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade"; ao contrário, na verdade; ela tira proveito dos "tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quanto do 'adiantamento' das populações" (p. 241). Porém, é dessa tibieza que nasce seu apetite pela dominação, pois desde o início desse processo teria compreendido que seria no "terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe" (p. 240, grifo nosso).

A isso se combinaria a influência dos países centrais, ângulo pelo qual a problemática da dependência entra em cena. Na chave teórica do imperialismo, o autor introduz a noção de "apropriação

dual do excedente econômico", que visa sublinhar a apropriação do excedente econômico tanto pela burguesia nacional, como pela burguesia das nações hegemônicas. Essa exploração radical dificultaria o "desenvolvimento capitalista" periférico, poishá menor renda a ser reinvestida para sua dinamização. Atrasa-se, assim, a própria revolução burguesa (Fernandes, 2005, p. 344). Cria-se, por outro lado, uma profunda concentração da riqueza, a qual convive com "formas pré ou subcapitalistas de trabalho", resultando na redução do valor do trabalho assalariado. A exploração profunda e os valores disseminados pelo capitalismo democrático das nações centrais criariam "altos níveis de aspiração ou pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política" (p. 341). A combinação de força da oligarquia, fraqueza da burguesia e imperialismo, sob condição dependente, faria com que "os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente, portanto, de um beco sem saída para outro" (p. 347, grifos nossos).

Em suma: a "dupla articulação" impede a revolução burguesa clássica e, por outro lado, sugere que a "Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias" (Fernandes, 2015, p. 343, grifo nosso). A ênfase na dimensão "política" no trecho deve ser interpretada como uma forma de enfatizar

a centralidade da coerção no processo de revolução burguesa dependente. Por outro lado, parece surgir um problema de consistência teórica: seria a revolução burguesa um conceito “histórico-estrutural”, como sugerido na primeira parte do ensaio, ou “um fenômeno essencialmente político” – no que se poderia aproximar da visão de Cardoso? Florestan não trata do problema diretamente, mas poder-se-ia supor que não existe uma incompatibilidade radical entre “estrutura” e “agência”; ao contrário, trata-se de pensar como a agência cria uma certa estrutura – por exemplo, a ação da oligarquia na revolução burguesa – e como a estrutura modula a agência – por exemplo, a questão da dependência.

O desenvolvimento endógeno da sociedade de classes – que promove, ainda que lentamente, a diferenciação de interesses e valores – tornou-se um fator a mais na gestão da ordem, cujas pressões opostas entre acumulação capitalista e expansão da cidadania impunham dificuldades específicas. A solução para tanto teria passado por um processo específico de acomodação nos setores dominantes: *o reconhecimento de todos como proprietários e, portanto, portadores de interesses similares* (Fernandes, 2005, p. 246-247, grifo nosso). Tal horizonte comum estabeleceu um inimigo comum: os setores sociais subalternos, vitimizados por uma série de iniciativas que visavam manter, ainda que de formas variadas, a dominação. Seriam representantes dela o mandonismo, o sindicalismo corporativista e os “demagogos conservadores ou oportunistas”. É nesse escopo que Florestan formula a ideia de “autocracia burguesa”, o principal conceito do ensaio,

entendida como uma “*oligarquia coletiva das classes possuidoras*” (p. 387, grifo nosso). Ou seja, trata-se de uma forma de organização do poder político restrita aos seus participantes, proprietários, ou aos seus opositores permitidos. O conceito dissolve as eventuais oposições de interesses entre os diferentes setores dominantes (agropecuários, burgueses, internacionais) para acentuar seu ponto comum. A “autocracia burguesa” corresponde, portanto, ao processo de consolidação da dominação burguesa e o ponto culminante na formação da sociedade de classes no país. Este processo ensejou aquilo que o sociólogo chamou de uma “*contrarrevolução autodefensiva*”, o golpe de 1964, que se explicaria pelas pressões econômicas, sociais e políticas surgidas na passagem do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista no país. De um lado, pressões externas, oriundas da reconfiguração global da produção capitalista e da lógica da Guerra Fria; de outro, as pressões das massas e, por fim, os temores diante da ação do Estado na economia. Diante dessas três pressões, os “setores dominantes das classes alta e média” se conjugaram ao redor de uma “*contrarrevolução autodefensiva*, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (Fernandes, 2005, p. 255, grifo nosso). Com o golpe, rearticulou-se os vínculos com os setores capitalistas internacionais e o Estado tornou-se ferramenta repressiva para o controle da ordem interna, ao mesmo tempo em que permitiu realizar as mudanças requeridas pela nova fase capitalista que se iniciava.

Epílogo: história e política, da revolução burguesa à democracia no brasil

Em *A revolução burguesa no Brasil*, Fernandes afirmou que, com o golpe de 1964, “um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático burguesa” (Fernandes, 2005, p. 257-258). Tese similar pode ser encontrada nos escritos de Cardoso. No entanto, esse ponto comum não faz com que ambos tenham a mesma interpretação da história representada pelo golpe.

Partamos de uma diferença básica e estruturante entre ambos: enquanto Florestan pensava o golpe de 1964 como um capítulo da revolução burguesa no Brasil, iniciada no fim do século XIX, Cardoso afirmava que “não me parece que se possa explicar a situação atual em termos de uma continuidade histórica” (Cardoso, 1972, p. 87-88). A essas diferentes percepções acerca da relação entre a história nacional e o golpe de 1964 estão associadas muitas outras diferenças entre ambos. Cardoso viu no golpe de 1964 um movimento que, embora reacionário no plano político, representou uma atualização capitalista-dependente do Brasil, agora definitivamente em compasso com o modelo “global”. Florestan Fernandes não diferirá de seu ex-aluno, mas defenderá que se tratou de um movimento “pelo qual o passado se repete no presente [...]” (Fernandes, 2005, p. 258, grifo nosso).

Em Cardoso, a história é progressiva, embora não necessariamente progressista; isto é, corresponde à

modernização, o que não quer dizer que seja emancipatória. Fernandes, por sua vez, percebe a repetição do passado no presente, razão pela qual relativiza a modernização, percebendo-a como uma espécie de combinação tensa. Ou seja, trabalha com uma noção dupla de temporalidade, em larga medida derivada da sua tese da “dupla articulação”, negada por seu ex-aluno.

As duas maneiras de lidar com as ambivalências da modernização brasileira histórica influenciam os modos como os quais ambos interpretavam o papel da política. Sim, conferiam peso decisivo ao plano da política em suas reflexões sobre os processos contingentes que resultaram no golpe de 1964. Cardoso procurava examinar o presente em questão, as rupturas, de modo a identificar suas brechas, seus limites, suas potencialidades (Belinelli; Helayel, 2022). Reveladoras dessas características são as categorias que utilizou para interpretar o modelo político estabelecido em 1964. No seminário de Yale, falava de uma “autocracia militar-burocrática, economicamente desenvolvimentista” (Cardoso, 1972, p. 116); a partir daí, se valerá do conceito de “autoritarismo” (Cardoso, 1975). Por sua vez, Florestan caracterizava-se pela ênfase na continuidade, como bem revela o conceito de “autocracia burguesa”, cunhado para designar a característica da dominação de classe no Brasil desde o início do século XX. Como vimos, a “política”, em *A revolução burguesa*, aparece, prioritariamente, em sentido repressivo.

Não espanta, portanto, que tenham chegado a posições políticas distintas. Em especial a partir do início dos anos 1970, Cardoso procurava

indicar as contradições internas ao regime instalado em 1964 para, a partir daí, formular propostas políticas democráticas. Fernandes, mais cético, se encaminhará para uma visão alternativa, marcada pela defesa do rompimento global com o

processo histórico que deu origem à sociedade de classes do país, único modo de se garantir, a seu ver, uma sociedade democrática. Democracia com capitalismo, democracia contra o capitalismo, eis as posições, respectivas, de Cardoso e Fernandes.



Referências

Argentina (1966). Acta de la Revolución Argentina (com sus anexos). *Secretaria de Estado de Gobierno*, 1969. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/acta_de_la_revolucion_argentina-1966.pdf

Arruda, M. A. (1995). A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: S. Miceli (org.). *História das ciências sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: IDESP/Sumaré/Fapesp.

Barbé, C. (2004). Golpe de Estado. In: N. Bobbio; N. Matteucci; G. Pasquino (orgs.). *Dicionário de política* (vol.1). São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/UnB.

Bastos, E. R (2002). Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: S. Miceli (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002* (vol. IV). São Paulo: Sumaré.

Belinelli, L.; Helayel, K. (2022). Teoria, História e Política em Fernando Henrique Cardoso (1969-78). *Novos Estudos CEBRAP*, 41(2): 253-271. <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020004>.

Belinelli, L.; Ricupero, B. (2024). O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um conceito? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1: 1-21. <https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10712>.

Belinelli, L. (2024). Crítica da ideologia e paradigma da dependência: relendo *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. In: L. Belinelli; P. L. Lima; K. Helayel (orgs.). *Fernando Henrique Cardoso: modos de ler*. São Paulo.

Brasil (1964). Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. *Presidência da República*, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm.

Brito, L. O. B. (2019). *Marxismo como crítica da ideologia*: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. São Paulo, SP. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

Cardoso, F. H. (1965). *El proceso de desarrollo en América Latina*. Santiago: Relatório ILPES.

Cardoso, F. H. (1969). Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina (um programa de estudos). In: F. H. Cardoso. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL.

Cardoso, F. H. (1972). O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, n.1.

Cardoso, F.H. (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cardoso, F.H.; Faletto, E (1973). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

Fernandes, F (1963). *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Fernandes, F. (1978). *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

Fernandes, F. (2005). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.

- Fernandes, F. (2008). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. In: F. Fernandes. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global.
- Fernandes, F. (2018). Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. In: A. David. (org.). *O Brasil de Florestan*. São Paulo/Belo Horizonte: Fundação Perseu Abramo/Autêntica.
- Fregonese, G. F. (2003). *Entre a ciência e a política: uma análise da revista Estudos Cebrap (1971-1980)*. São Paulo, SP. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo.
- Furtado, C (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1962). Reflexões sobre a pré-revolução brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(2): 40-56.
- Furtado, C. (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Furtado, C (1979). Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: C. Furtado et al. (orgs.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Helayel, K. (2024). *Fernando Henrique Cardoso, um perfil intelectual*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, L. (2019). Aspectos políticos da revolução brasileira. In: L.B. Pericás (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- O'Donnell, G. (1973). *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism*. Berkeley: University of California.
- Oliveira, F. (2011). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Park, R. E.; Burgess, E. W. (2014). Competição, conflito, acomodação e assimilação. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 13(38): 129-138.
- Pasquino, G. (2004). Revolução. In: N. Bobbio; N. Matteucci; G. Pasquino (orgs.). *Dicionário de política* (vol.2). São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/UnB.
- PCB (1958), *Declaração Sobre a Política do PCB*. Voz Operária, 22-03-1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>.
- Pericás, L. B. (2019). Introdução. In: L.B. Pericás (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Prado Júnior, C (2014). A revolução brasileira. In: C. Prado Júnior. *A revolução brasileira/A questão agrária*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ridenti, M. S.; Mendes, F. (2012). Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. *Caderno CRH*, 25(66): 601-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000300014>
- Ricupero, B (2007). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Romão, W. (2006). *Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas.

Recebido em 23/12/2024. Aprovado em 28/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Quando o “público” encontra a democracia: Werneck Vianna e a síntese de duas tradições

When the “public” meets the democracy: Werneck Vianna and the synthesis of two traditions

Cuando el “público” se encuentra con la democracia:
Werneck Vianna y la síntesis de dos tradiciones

**Igor Suzano
MACHADO**

igorsuzano@gmail.com

88
Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professor licenciado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

**Diogo Tourino
de SOUSA**

diogo.tourino@ufjf.br

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O presente trabalho presta tributo à obra de Luiz Werneck Vianna como uma obra clássica do pensamento social e político brasileiro. A obra do autor é analisada em sua contribuição original ao combinar a dimensão republicana da nossa tradição de pensamento autoritária, com a dimensão democrática da nossa tradição de pensamento liberal. Argumentamos que tal síntese é capaz de, pela reinterpretação do passado, trazer luz a questões fundamentais do presente.

Palavras-Chave: *Luiz Werneck Vianna; Repúblia; Democracia; Pensamento Social e Político Brasileiro.*

This work pays tribute to the work of Luiz Werneck Vianna as a classic work of Brazilian social and political thought. The author's work is analyzed in its original contribution by combining the republican dimension of our authoritarian tradition, with the democratic dimension of our liberal tradition. We argue that such a synthesis is capable of, by reinterpreting the past, bringing light to fundamental issues of the present.

Keywords: *Luiz Werneck Vianna; Republic; Democracy; Brazilian Social and Political Thought.*

Este trabajo rinde homenaje a la obra de Luiz Werneck Vianna como obra clásica del pensamiento social y político brasileño. Se analiza la obra del autor en su aportación original, combinando la dimensión republicana de nuestra tradición autoritaria con la dimensión democrática de nuestra tradición liberal. Argumentamos que dicha síntesis, al reinterpretar el pasado, es capaz de arrojar luz sobre cuestiones fundamentales del presente.

Palabras clave: *Luiz Werneck Vianna; Repùblica; Democracia; Pensamiento Social y Político Brasileño.*

Prólogo¹

“É clássico aquilo que tende a relegar a atualidade à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo. É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”.

Italo Calvino – Por que ler os clássicos.

No final de 2010, o programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora organizou o I Seminário da Cátedra Luiz Werneck Vianna. O evento

contou com a participação de vários pesquisadores do campo do pensamento social e político brasileiro, conformado, em grande parte, pela atuação destacada de Werneck Vianna – então homenageado

¹ Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil, durante as atividades do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre 10 e 13 de setembro de 2013, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador-BA. O texto retoma algumas discussões anteriores sobre a agenda do pensamento social e político brasileiro, centrando sua análise na obra e atuação de Luiz Werneck Vianna. Além de constituir uma proposta de reflexão sobre temas candentes da agenda em questão, o texto se propõe como uma homenagem ao professor Werneck Vianna. Os autores agradecem ao Prof. Milton Lahuerta, coordenador do GT à época, pela acolhida do trabalho e pela oportunidade de debate.

com o nome da Cátedra inaugurada pelo seminário-autor de numerosas pesquisas e importantes ensaios de interpretação do país. À época, o próprio Werneck Vianna ficou encarregado de encerrar os debates, com uma conferência que foi posteriormente publicada no livro “*Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*”, organizado por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (2012). Nela ouvimos, e agora lemos, Werneck Vianna dizer em tom de memória, dirigindo-se, sobretudo, àqueles que não o conhecem:

Eu não nasci, meus queridos jovens aqui presentes, para me tornar por vocação, por desejo, nome de Cátedra universitária. Eu queria ser um dirigente político, um republicano das ruas, um tribuno da plebe: era essa a minha natural vocação. Ridículo, reconheço, dizer-vos isso hoje; mas não tenho como lhes ocultar. E esse fenômeno foi endêmico. Era um insulto para muitos de nós sermos empurrados para a vida ordinária civil, nós queríamos nos tornar dirigentes políticos integrais. E aí, um componente francês, jacobino, na nossa formação: a falta de mercado, a presença do Estado em tudo. Como viver com esse ar rarefeito que era o ar de pós 1964? (Vianna, 2012, p. 474).

As declarações do sociólogo corroboram, de certa forma, com a proposta do presente trabalho: discutir a obra de Luiz Werneck Vianna como a síntese de duas tradições de pensamento – matrizes ou família intelectuais, conforme proposta que vem sendo avançada por importante estudo acerca do pensamento social e político brasileiro (Brandão, 2007) – sem desfocar, contudo, seu elemento singular de tomada de posição com relação ao

presente. Isso porque, para além da agenda de pesquisa em discussão, Werneck Vianna permanentemente propôs a atualização da tradição a partir das aflições contemporâneas, recuperando, em parte, a proposta do escritor Italo Calvino sobre o lugar dos “clássicos”.

Na década de 1980, Calvino publicou um conjunto de ensaios sobre aqueles que seriam os “seus clássicos”. O escrito coligiu, numa coletânea que seria posteriormente editada em vários países, textos sobre os escritores, os poetas e os cientistas que, segundo o próprio autor, o influenciaram nos diversos períodos de sua vida. Lá encontramos Xenofonte, Ovídio, Diderot, Balzac, Charles Dickens, Flaubert, Tolstói, Mark Twain, Jorge Luis Borges e outros, precedidos por uma instigante e influente discussão acerca da importância dos clássicos.

No ensaio “*Por que ler os clássicos*”, datado de 1981 e que dá nome à edição brasileira da coletânea, Calvino apresenta e discute quatorze propostas de definição para o que ele considera um “clássico”, fornecendo elementos para pensarmos sua importância na literatura e, de maneira provocativa, na ciência. Em linhas gerais, o escritor aponta o retorno aos clássicos como um processo de permanente descoberta e interpretação, fazendo com que suas (re)leituras figurem como parte integrante das próprias obras e, sobretudo, tornando aquilo que chamamos “clássico” algo que nunca cessa de dizer “*aquilo que tinha para dizer*” (Calvino, 2007, p. 11). Daí a validade da sua leitura, por vezes negligenciada por aqueles que julgam encerrada a contribuição dos autores do passado.

Uma das propostas de definição apresentadas por Calvino mostra-se, contudo, particularmente interessante para a discussão aqui em curso. Trata-se do alerta do escritor para o perigo de abster-nos de “*ler os jornais*”, sob pena de esquecermos de onde partimos quando operamos esse defendido retorno aos clássicos. Segundo Calvino,

O dia de hoje pode ser banal e mortificante, mas é sempre um ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir “de onde” eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, o rendimento máximo da leitura dos clássicos advém para aquele que sabe alterná-la com a leitura de atualidades numa sábia dosagem. [...] Talvez o ideal fosse captar a atualidade como o rumor do lado de fora da janela, que nos adverte dos engarrafamentos do trânsito e das mudanças do tempo, enquanto acompanhamos o discurso dos clássicos, que soa claro e articulado no interior da casa. Mas já é suficiente que a maioria perceba a presença dos clássicos como um reboar distante, fora do espaço invadido pelas atualidades como pela televisão a todo volume (Calvino, 2007, p. 15).

A necessidade de sabermos de “onde se fala” é, conforme Calvino sustenta, ponto inescapável nesse processo de (re) descoberta dos clássicos. Isso porque, sua validade reside precisamente na atualização das questões postas pela tradição, num movimento que é capaz de inquirir o presente a partir do passado, ou

seja, é capaz de buscar no passado as ferramentas para se pensar o presente. Em resumo, os clássicos sempre têm algo a nos dizer precisamente porque fornecem pistas renovadas na leitura dos problemas de hoje.

Este trabalho é, sobretudo, o reconhecimento de Luiz Werneck Vianna como nosso “clássico”, aquele que permanentemente retornou ao passado – em busca dos seus próprios “clássicos” – mas sem negligenciar o “barulho de fundo” do presente.

Duas tradições²

A crescente atenção dedicada ao estudo do pensamento social e político brasileiro, manifesta não apenas no aumento quantitativo de teses e publicações, mas na pluralidade dos estudos desenvolvidos, vem mostrando a potencialidade dessa agenda de pesquisa no andamento das ciências sociais como um todo. Malgrado a persistência de visões simplificadoras ou equivocadas acerca da relevância e atualidade do olhar sobre o passado reflexivo do país, o incremento do campo de estudos sobre nossos intérpretes, suas questões, temas e abordagens atesta a existência de continuidades e descontinuidades entre os denominados ensaios de interpretação do Brasil e as ciências sociais institucionalizadas, sobretudo depois de década de 1930. Com isso, tais pesquisas vêm incorporando à agenda atual o arsenal reflexivo desenvolvido no período anterior

² Esta seção recupera parte das discussões anteriormente tratadas em Sousa (2011).

à consolidação das Ciências Sociais nos círculos universitários, além de mostrar como ideias do passado conformaram a imaginação do presente (Botelho, 2007; Brandão, 2007; Miceli, 2001).

Algo que aponta, sem desconhecer questões de método, a busca pela nossa formação intelectual como estratégia virtuosa também na compreensão do presente, visto que o campo do pensamento social e político tem se ocupado “de mostrar, diferentemente de grande parte das teses sobre o assunto, a não existência de rupturas essenciais (ou de natureza?) entre os denominados *ensaços de interpretação do Brasil e os estudos científicos sobre a sociedade*, produtos da reflexão que se dará na universidade” (Bastos; Botelho, 2010, p. 478, grifo do autor). Nessa direção, o incremento das pesquisas sobre o pensamento social e político no Brasil começa a interessar não somente aos trabalhos inseridos no campo, mas aos cientistas sociais em geral, interpelados pela necessidade de refazer o percurso dos “clássicos” nacionais em busca da apreensão de fenômenos contemporâneos.

Ao contrário do que o processo de institucionalização da disciplina nos círculos universitários havia apregoado, a saber, a condenação dos referidos ensaios ao passado literário ou ideológico, desqualificando seus argumentos em prol de um pretenso cientificismo, os estudos recentes apontam a permanência de questões na agenda das ciências sociais contemporâneas, gestadas numa tradição de longa duração, mesmo com o advento dos ditos “modernos métodos de pesquisa” (Brandão, 2007; Miceli,

2001). Fato que sugere, como há pouco mencionado, o permanente retorno aos “clássicos”, nossos “intérpretes”, como percurso necessário ao desenvolvimento das ciências sociais, não só no Brasil (Alexander, 1999).

Retorno que apresenta, ainda, uma interessante singularidade quando comparado aos demais estudos sobre a história das ideias e das tradições nacionais de teorização. João Marcelo Maia (2009, p. 155-156), ao discutir o campo de pesquisa em perspectiva comparada, aponta a distinção nas interpretações:

No caso brasileiro, essa incessante hermenêutica parece guardar sentido especial, descolando-se do simples inventário sobre matrizes formadoras e assumindo pretensões teóricas maiores. [Com isso] O campo intitulado “interpretações do Brasil” não reúne apenas profissionais interessados na história do ensaísmo nacional, mas também alguns dos mais produtivos estudiosos interessados na explicação da modernidade brasileira.

Característica que permite, segundo o autor, identificarmos uma forma de imaginação teórica entre nossas matrizes intelectuais capaz refletir sobre os dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele construído no mundo europeu e anglo-saxão, assim como nos chamados estudos pós-coloniais. Seu objetivo é, em linhas gerais, salientar a relevância do estudo do pensamento brasileiro para a produção da teoria social, ampliando o interesse sobre os clássicos da disciplina para além do seu campo específico de reflexão, ao identificar similitudes e particularidades na tradição

reflexiva nacional quando comparada, por exemplo, a fabulações teóricas em contextos geográficos semelhantes.

Nessa direção, o trabalho de Gildo Marçal Brandão, *"Linhagens do Pensamento Político Brasileiro"* (2007), inscreve-se nos estudos sobre nossa tradição intelectual como momento exemplar, tanto de reconstituição genética do nosso passado interpretativo, como de exercício normativo para construção da “boa teoria”, ao identificar “um estoque teórico e metodológico” na discussão de problemas e proposição de soluções intelectuais pela imaginação nacional pré-1930 (Brandão, 2007). Trata-se de reconhecer afinidades e distanciamentos entre autores dispersos no tempo, construindo famílias intelectuais ou matrizes de interpretação, elaborando, assim, hipóteses de investigação capazes de jogar luz na relação entre a “constelação de ideias” que povoou o imaginário nacional passado, mas que ainda habita os exercícios interpretativos do presente, e seus problemas históricos específicos.

Segundo Brandão, podemos identificar, por um lado, no liberalismo atual uma continuidade entre autores – como Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman³ – que mesmo guardadas as suas especificidades teóricas e contextuais, coincidem no

diagnóstico comum sobre os problemas do país e sua solução possível, compondo um programa de pesquisa amplamente conhecido na defesa da democracia liberal e adoção de práticas próximas ao liberalismo econômico na consolidação do seu “projeto”: a “proposta de (des) construção de um Estado que rompa com sua tradição ‘ibérica’ e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e ‘delegação’” (Brandão, 2007, p. 33-34).

Por outro lado, encontramos argumentos contrários ao programa liberal acima mencionado, também inseridos numa corrente de ideias de longa duração na história brasileira, defendidos por autores dispersos em nossa formação e com graus significativos de influência sobre a dimensão estatal – como Visconde do Uruguai, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Francisco Campos – que compactuam de um programa de pesquisa comumente denominado conservador, franco em atribuir um papel distinto ao Estado no desenvolvimento da política brasileira, conferindo predominância à autoridade sobre a liberdade: a partir da imagem de um Brasil fragmentado, povoado por indivíduos atomizados, amorfo e inorgânico, o diagnóstico encontra uma sociedade desprovida de solidariedade que depende do Estado para manter-

³ Brandão aponta como igualmente significativos os trabalhos de Carvalho (1999), Mercadante (1972), Santos (1978) e do próprio Werneck Vianna (2004b), autor aqui discutido, no sentido de reconhecer a existência de tais linhagens intelectuais associadas a um programa liberal ou conservador de pesquisa. Em direção semelhante, merecem destaque trabalhos que adensaram a discussão de autores próprios das linhagens, tais como Ferreira (1999), e sobre desdobramento da abordagem proposta por Brandão sobre aspectos específicos do pensamento sociais brasileiro, como Sousa; Perlatto 2010a e 2010b.

se unida. No contexto específico da nossa relação entre Estado e sociedade, a liberdade não sobreviveria sem um Estado forte e tecnicamente qualificado, soberano ao localismo das “facções”, capaz de subordinar o interesse privado ao nacional, controlando os efeitos perniciosos do individualismo possessivo, próprios do funcionamento do mercado, ao adaptar a democracia “importada” ao contexto local adverso (Brandão, 2007).

Ao sugerir a constância de uma linhagem liberal, que afirma a prevalência da livre iniciativa da sociedade civil e a manifestação dos seus interesses contra a opressão de um Estado “asiático”, parasitário, patrimonial; e de uma linhagem conservadora, defensora do Estado como garantidor da ordem e dos direitos contra o arbítrio dos particulares em meio a uma sociedade amorfa e inorgânica, Brandão abre caminho para pensarmos proximidades e distanciamentos entre autores sem, contudo, a pretensão de esgotar, nas linhagens apontadas, o grande matiz de interpretações existentes entre nós. Elide Rugai Basto e André Botelho ressaltam, em outro inventário sobre o campo, tal característica: “um dos aspectos mais produtivos da proposta é justamente o de, cruzando diferentes linhagens, surpreender afinidades eletivas e escolhas pragmáticas onde elas não são evidentes, esperadas, intencionais – seja em termos cognitivos ou normativos” (Bastos; Botelho, 2010, p. 484).

As famílias identificadas por Brandão partem, em certo sentido, da construção de Werneck Vianna sobre o *iberismo* e o *americanismo*, tal como abordaremos a seguir. Esta, com efeito, opera com a apropriação de referenciais clássicos

– como o caso das obras de Gramsci e Morse – na atualização e interpretação da singularidade brasileira. Conforme proposto aqui, Werneck Vianna ocupa-se, sobretudo, da tentativa de encontro entre os elementos positivos oriundos de ambas as tradições: por um lado, a construção do mundo público por meio do processo pedagógico e civilizatório do Estado e do direito; por outro, a possibilidade de interpelação do Estado a partir “de baixo” e por dentro, tal como sugerido pela vertente americana (Carvalho, 2012).

O americanismo e sua saída para a disjunção entre república e democracia no Brasil

Tomando como base a leitura de Antonio Gramsci, Werneck Vianna situa a experiência brasileira como caso por excelência de uma “revolução passiva”. O que Gramsci pontuava como revolução passiva era uma “revolução sem revolução”, um conjunto de mudanças moleculares na sociedade, muito diferentes do movimento explosivo da Revolução Francesa, mas ainda assim transformadoras. Contudo, apesar da nomenclatura, essa revolução não seria necessariamente hostil a um ator político que tentasse lhe imprimir rumo próprio. Pelo contrário, admitiria dois desfechos possíveis: a situação de modernização capitaneada por cima, que não romperia com a ordem vigente, numa modernização conservadora; e a situação em que as mudanças são conduzidas por atores políticos em posição subalterna, capazes de, nesses movimentos moleculares, alterarem efetivamente a composição

social por meio da ação política. Nas palavras de Maria Alice Rezende de Carvalho (2004, p. 9), sob o conceito de Revolução Passiva

Gramsci formalizou a situação em que mudanças moleculares são deflagradas em uma dada formação social [...] podendo acontecer que tais mudanças sejam assimiladas localmente pelas forças da tradição, por condensações culturais e políticas anacrônicas, ou alternativamente, interpretadas por intelectuais de novo tipo, homólogos às transformações estruturais em curso. Em ambos os cenários, afirma Gramsci, a revolução prosseguiria, ainda que, na hipótese de vir a ser assimilada pela tradição, não produzisse impacto visível nas transformações sociais, e a sua extrema lentidão conferisse à sociedade a aparência de imobilidade.

A possibilidade de recurso a Gramsci para a análise da realidade brasileira alimenta-se no paralelo possível entre a realidade do Brasil e a realidade da Itália do *Risorgimento*, que era o foco de análise de Gramsci e que, como o Brasil, também se modernizava sem rupturas sociais profundas. Mas esse paralelo não alimenta apenas a absorção do ferramental de análise do caso italiano, como também pode informar um contraponto comum às duas experiências, brasileira e italiana: o caso dos Estados Unidos. O que por sua vez permitia a incorporação de outra referência gramsciana: na sua análise clássica contida nos cadernos do cárcere, Gramsci via na realidade norte-americana um contraponto à situação italiana, onde, em vez de a revolução passiva e a hegemonia serem costuradas nas superestruturas para se irradiar de cima para baixo para as estruturas

econômicas – lógica da teoria ampliada do Estado – elas teriam origem nas fábricas, isto é, emergiriam da infraestrutura econômica, de baixo para cima – lógica do “americanismo”. Werneck Vianna também irá se apropriar dessa noção gramsciana em sua compreensão do Brasil: um contraponto possível à nossa revolução passiva conservadora e nossa “opção ibérica”, seria o americanismo, isto é, a revolução passiva com renovação da hegemonia que emerge de baixo, das relações sociais espontâneas, ao invés de conduzidas por um Estado demiurgo.

Ou seja: espécie também de revolução passiva, o americanismo, no entanto, ao contrário da reforma conduzida pelo Estado de cima para baixo, poderia se abrir para desfecho positivo: um movimento revolucionário não explosivo, mas que, construído de baixo para cima, comportava a ação progressista do “portador da antítese”. É por intermédio da revolução passiva de moldes americanos que Werneck Vianna começa a trilhar caminho inovador para a superação da nossa própria revolução passiva, de perfil conservador. Nas palavras do próprio Werneck Vianna:

Gramsci não chega ao americanismo pela análise do Risorgimento. Se esses dois temas comparecem juntos em seu plano de estudos, é porque o autor, de algum modo, teria identificado neles um problema comum: a revolução passiva. Sobre a revolução passiva no Risorgimento, conhece previamente o desfecho negativo, e, nesse caso, seu interesse é analítico e orientado para uma explicação paradigmática. Mas, no que se refere ao americanismo como revolução passiva, a intenção é prospectiva e voltada para o agir. [...] Gramsci decerto, não pretende reverter uma revolução passiva em “ativa”. O paradoxo é formal:

ao dominar analiticamente uma situação de revolução passiva, em que há “avanços moleculares” e modificações estruturais na correlação de forças sociais de políticas, o que propõe é uma “arte e uma ciência política” para o portador da “antítese” (Vianna, 2004a, p. 99 e 106).

Logo, o americanismo de Gramsci ofereceria um contraponto à modernização conservadora, sem, no entanto, abandonar lógica da “revolução sem revolução”. Porém, no caso do americanismo, essa revolução não seria, como foi caro ao caso brasileiro, comandada de cima, por um Estado portador do único significado possível para o público. Ao contrário da lógica do Estado ampliado, que desceria sobre a sociedade civil e o mundo da produção, a lógica do americanismo se pauta na “hegemonia nascida da fábrica” que, consequentemente, pode ser a hegemonia burguesa ou a hegemonia proletária, hegemonia do “portador da antítese”, que, no esteio do pensamento marxista, guardaria a chance da real superação e transformação da sociedade capitalista.

Mas o quadro teórico que Werneck Vianna erige em torno da referência ao americanismo pode ser também expandido à oposição que o americanismo supõe entre o norte e o sul do continente americano, isto é, o americanismo como avesso do “iberismo”, característico da América Latina. Tal embate entre “americanistas” e “iberistas” pode ser considerado como uma classificação binária ulterior que serve a enquadrar o pensamento social e político brasileiro e latino-americano em duas linhagens principais: uma visão

de nossa herança ibérica como a origem dos nossos males, o que corresponderia a uma visão americanista – isto é, que toma a experiência da América não ibérica como uma referência bem-sucedida e a ser imitada aqui; e uma visão de nossa herança colonial sob um prisma mais benfazejo, o que corresponderia a uma visão iberista – isto é, que não entenderia o Brasil e demais países da América Latina como casos a serem corrigidos de acordo com o modelo dos Estados Unidos, mas como sociedades dotadas de modelo civilizacional próprio, inclusive, com possíveis vantagens sobre a civilização norte-americana. Em artigo conjunto com Fernando Perlatto, Werneck Vianna destaca que:

De um lado, a matriz iberista seria identificada com processos que levariam à precedência do Estado em relação à sociedade civil, à prática da centralização política, ao primado do público sobre o privado, e ao ideal da unidade nacional. De outro lado, a matriz americanista prescindiria de maiores mediações entre a política e a economia, que deveria ser emancipada de controles externos a ela, privilegiando-se a descentralização, a livre iniciativa, o livre-mercado e a abertura das fronteiras econômicas. Seu ideal reside no self government, de onde deveria emergir naturalmente um indivíduo emancipado e uma cultura cívica (Vianna; Perlatto, 2011, p. 249).

Um exemplo tardio da polêmica entre iberistas e americanistas pode ser encontrado na obra *O Espelho de Próspero*, de Richard Morse (1988), em que a América Ibérica aparece menos como a parte da América que não deu certo, e mais como um contraponto no qual os Estados Unidos poderiam se espelhar para superação de seus

próprios problemas. No caso de Morse e demais iberistas, o paradigma norte-americano é tomado em uma perspectiva negativa, ressaltando aspectos outros da sociedade norte-americana, como o individualismo e utilitarismo. O que significa que, em Morse, a saída para os problemas americanos poderia passar pelo coletivismo caro a formulações ibéricas, comum a muitas das ideias que, no Brasil, fomentaram justamente a nossa revolução passiva, nossa modernização conservadora, capitaneada pelo Estado.

Isto é: a valorização da tradição ibérica, como a proposta por Morse, colocava em destaque como a “opção ibérica”, ao contrário do que sustentavam alguns de seus críticos no Brasil, não se baseava apenas na reprodução acrítica do passado, ou na manutenção do status quo, mas sim conseguia lastro em uma formulação discursiva que apelava a valores republicanos contra o individualismo da opção americana. Pensando a partir do Brasil, terreno fértil para alimentar a polêmica “americanismo versus iberismo”, como bem mostra o embate entre Morse e Simon Schwartzman nas páginas da revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, 24 e 25, Werneck Vianna operacionaliza o americanismo contra a lógica da modernização conservadora, tal como, segundo ele, fizera Gramsci, mas é obrigado a dialogar com a oposição de autores do pensamento brasileiro ao ideal americano como sendo um ideal infenso à composição sociológica do Brasil, de que é destaque a obra do “ibérico” Oliveira Vianna. Como põe em destaque o próprio Werneck Vianna:

Nesse sentido, Oliveira Viana, apesar de muito longe dos temas de uma cultura libertária, inscreve-se

numa posição que o leva a valorizar positivamente a história do país e seu próprio povo, malgrado sua adesão às teorias de superioridade racial, então em voga. A afirmação de que “somos distintos”, ponto de partida de seus estudos de “história social”, não soa como condenação – como nos americanistas – e sim como uma orgulhosa declaração de princípios do iberismo do autor. [...] Como adversário da “liberdade dos modernos”, Oliveira Vianna afirma a prevalência do público sobre o privado, do Estado-nação, entendido como comunidade, sobre o indivíduo, num acento holista e organicista, privilegiador das “virtudes públicas” (Vianna, 2004b, p. 169 e 180).

É sabido, no entanto, que a valorização do público de Oliveira Viana tem como consequência um Estado centralizador e autoritário, em certo sentido avesso à liberdade individual, já que aquele, e não esta, deveria ser o motor, pelo menos num primeiro momento, da instituição da sociabilidade na sociedade brasileira. Isto é, o iberismo é aqui operacionalizado na chave da modernização conservadora, da revolução passiva de cima para baixo. O desafio que Werneck Vianna abraça então passa a ser o de conceber a revolução passiva pela via do americanismo, sem recair na fragmentação individualista que nossos ibéricos denunciavam como consequência da adoção de princípios liberais num contexto sociológico em que os inimigos da liberdade individual, mais do que o Estado, eram as desigualdades privadas alicerçadas nos domínios autocráticos e escravistas da nossa configuração fundiária, conforme a poderosa denúncia de Oliveira Viana.

É nesse contexto que Werneck Vianna busca oferecer um concerto entre as duas tradições digladiadas ao longo

das linhagens do pensamento político brasileiro, conforme destacado no tópico anterior: a tradição que aqui chamaremos de republicana – marcada pela construção do público contra o interesse privado, mas por meio de uma via autoritária – e a tradição que aqui chamaremos de democrática – que pôs em destaque a necessidade de mobilização autônoma da sociedade civil, mas sem o devido cuidado com a gestação desse público, para além da mera concorrência privada. Ou seja, nas palavras de Maria Alice Rezende de Carvalho (2012, p. 41), para Werneck Vianna,

o que se impõe é dissolver o que no Estado brasileiro representa um efetivo bloqueio à democratização contínua da sociedade, mantendo, contudo, a sua tradição civilizatória, isto é, a trajetória brasileira de afirmação do público e da sedimentação de direitos que lhe foi correspondente.

Para dar conta do desafio, Werneck Vianna postula que o americanismo no Brasil não poderia se resolver nos moldes propostos por Tocqueville, isto é, pelo “interesse bem compreendido”, mas sim nos moldes propostos por Gramsci, de formação de uma vontade coletiva, baseada em hegemonia organicamente articulada na sociedade civil. Essa hegemonia, contudo, construída na esteira de uma revolução passiva, precisaria dialogar com a tradição, podendo encontrar nela, inclusive, alicerces para a constituição dessa vontade coletiva se, como é o caso da nossa tradição ibérica, é possível encontrar aí uma matriz republicana capaz de suplantar os problemas de um individualismo endêmico. Avaliando sua própria posição

na arquitetura intelectual brasileira, em contraponto a Raimundo Faoro, autor de *Os donos do poder*, Werneck Vianna pondera que:

O moderno, para Faoro, tem que erradicar o contrário, a tradição. Para mim, não: o moderno tem que assimilar e dirigir o contrário. Também sobre o Estado minha percepção é diversa. Não é possível desqualificá-lo, por definição. Embora eu reconheça que há aí um ponto enigmático mesmo. Mas penso que esse enigma é da nossa natureza, da nossa própria formação. Este Estado que está aí, mais moderno que a sua sociedade, que tem uma “teoria” para ela, um projeto de formar uma nação, era autoritário, sem dúvida. Mas o outro lado, os americanos da regência e antes dela – Frei Caneca e outros – que apontavam para a livre iniciativa, para a liberdade individual, não tinham como resolver a questão estratégica, qual seja, como garantir a unidade nacional. [...] Qual foi então [o caminho teórico] que eu procurei conceber? De que o mundo americano, o mundo da sociedade, especialmente da vida associativa, da livre associação, fosse capaz de se elevar à política e converter o Estado a partir de baixo e a partir de dentro. Um processo de conquista feita ao longo do tempo, em que o direito teria papel a cumprir, um direito criado a partir de baixo (Vianna, 2009 apud Carvalho, 2012, p. 32-33).

Ou seja, a solução que Werneck Vianna encontra é fazer da nossa revolução passiva uma revolução americanista no sentido de ser regida pelas forças populares, de baixo para cima, mas não americanista no sentido de anti-ibérica, já que, para além de sua dimensão autoritária, que deve ser combatida, a opção ibérica trazia consigo também uma

dimensão republicana, que, mais do que a transformação do interesse privatista em interesse bem compreendido, poderia ser útil para dar forma ao ator coletivo da transformação revolucionária em Gramsci. Se o “portador da antítese”, como quer Gramsci, deve ir além de seus interesses corporativos e ser classe dirigente, ele se beneficiaria do lastro republicano da tradição ibérica, permitindo a Werneck Vianna falar, como bem destaca Lucia Lippi Oliveira, não em Iberismo ou Americanismo, mas sim numa complexa fusão de Iberismo e Americanismo (Oliveira, 2012, p. 92).

O americanismo pós-fordista e sua saída pela institucionalização democrática do direito e republicanização institucional da democracia

Nesse ponto, no entanto, caberia a Werneck Vianna superar ainda outro desafio: numa era pós-fordista, não seria, como postulava Gramsci, da fábrica fordista que poderia emergir a nova hegemonia desse ator político, que, no contexto de Revolução passiva, não é apenas levado pelos fatos, mas sabe utilizá-los para a consecução da vontade coletiva. Ou seja: como seria pensar a revolução passiva num contexto em que o “portador da antítese” – eufemismo que foi utilizado até agora justamente para não perder a referência analítica na circunscrição do tempo em que foi formulada – parece não poder ser mais pensado como simplesmente o agente anticapitalismo, como seria o proletariado, mas também o agente anti-industrialismo, antipatriarcalismo, antirracismo etc., que

pode emergir contra diversas instâncias diferentes de repressão da sociedade contemporânea?

A solução que Werneck Vianna encontrará, já começa a aparecer na última citação do tópico anterior: é no campo da construção de direitos que a sociabilidade, e não o restrito ambiente da fábrica fordista, pode encontrar expressão. Ou seja, como destaca, mais uma vez, Maria Alice Rezende de Carvalho (2012, p. 36), Werneck Vianna, em seus trabalhos, desancora o problema do americanismo do pressuposto gramsciano de uma valorização universal do trabalho e da eticidade originária das fábricas para caminhar livremente em um cenário pós-fordista, no qual emprestará centralidade à chamada revolução dos direitos. Segundo o próprio Werneck Vianna,

o fato incontornável, desde a queda do socialismo real na URSS e da perda de substância do welfare-state nas sociedades capitalistas modernas é que o Direito, suas instituições e seus procedimentos vêm-se afirmando como lugar de defesa de uma cidadania inerme diante de uma economia que apenas conhece suas próprias razões. Trata-se, é claro, de um movimento defensivo. Porém, tal movimento começa a conhecer formas novas de manifestação, muitas delas já se traduzindo em ações de caráter offensivo (Vianna, 2006 apud Carvalho, 2012, p. 37).

Qualquer semelhança com o pensamento habermasiano não será mera coincidência e Werneck Vianna encontrará em Habermas um interlocutor importante, interessado também na superação do atomismo liberal e geração da vontade coletiva, mas não uma vontade coletiva imposta de cima, por via

o Estado, ou de uma vanguarda. Em sua teoria do agir comunicativo, Habermas colocou em destaque a importância da sociabilidade e da razão comunicativa exercida pelo homem comum e, quando da elaboração das consequências políticas de sua teoria social, ressaltou, na esteira da Hanna Arendt, como a política democrática deve ser uma política contra o Estado (Habermas, 2004, p. 287). O mundo da vida, animado pelo agir comunicativo, pode assim, oferecer resistência aos imperativos sistêmicos da economia e do poder estatal, chave para a resistência contra um completo “protagonismo dos fatos”, para fazer uso de uma noção gramsciana intersticialmente ligada à sua noção de revolução passiva – lembrando, que, no entanto, essa referência a Gramsci é ausente nos escritos de habermasianos.

Porém, antes mesmo de Habermas, que também viria a realizar a mesma guinada, Werneck Vianna reconheceu ao Direito e suas instituições um papel importante na formação da política derivada dessa nova sociabilidade. Lançando olhar sobre a história brasileira, em que o Direito foi sempre chamado a reger a esfera pública, por exemplo, com a criação do direito eleitoral e do direito do trabalho, Werneck Vianna passou a dedicar especial atenção, em seus estudos, às instituições jurídicas como novo canal de organização política da sociedade. Segundo ele,

É verdade que essa incorporação do Direito no processo de modernização capitalista brasileira serviu aos propósitos autoritários da época. De outro lado, porém, significou a confirmação de elementos de formação que nos vinham do Império, sobretudo a

precedência da dimensão do público sobre a do privado. E também a compreensão de que confrontamos uma comunidade orientada pelos valores civilizatórios do Direito. A democratização do país, institucionalizada pela Constituição de 1988, releu e reviu essa tradição, revertendo o seu sentido autoritário de antes, na intenção de fazer do Direito, seus procedimentos e instituições, um lugar de afirmação da cidadania. Sigo entendendo que o caminho para o aprofundamento da experiência democrática entre nós não está balizado pela ruptura com nossa tradição. É preciso repensá-la e reparar nas grandes vantagens que ela comporta para que a idéia de solidariedade não se reduza à percepção instrumental dos conservadores, tal como no Estado Novo, mas se institua como parte viva na moderna convivência social [...] (Vianna, 2006 apud Carvalho, 2012, p. 40).

Esse contexto permitiu que o autor advogasse em prol de uma democracia pautada por uma representação política expandida, que não se resumiria ao modelo eleitoral. Fazendo referência a Pierre Rosanvallon, Werneck Vianna utiliza a noção de soberania complexa do autor francês para destacar a presença característica no Brasil da chamada “representação funcional”, exercida não por aqueles detentores de mandatos decorrentes das eleições, mas por aqueles que se posicionavam como representantes do povo pela função que exerciam, de falar em nome da Constituição e das leis, dentre os quais, com a Constituição de 1988, ganham destaque atores do mundo do direito, como juízes e Ministério Público.

Nas palavras do próprio Werneck Vianna, em texto escrito em conjunto com Marcelo Burgos:

A soberania complexa encaminharia para uma resposta o problema não resolvido em 1789, quando a vontade geral e a Liberdade dos Modernos se afirmaram como polos contrapostos, tal como se faz presente na perspectiva contemporânea a convergência entre as duas Revoluções [a Francesa e a Americana]. Nas sociedades atuais, essa complexidade se faria presente pelo fenômeno emergente da pluralidade das formas expressivas de soberania, como atestam os processos de afirmação da democracia deliberativa, da democracia participativa e das organizações não governamentais, significando que, ao lado da cidadania política formalmente vinculada aos ritos eleitorais, tem feito presença uma "cidadania social". Paralelamente, verifica-se que a pluralização da soberania tem coincidido com a ampliação dos níveis de representação, que passam a compreender, além dos representantes do povo por designação eleitoral, os que falam, agem e decidem em seu nome, como a magistratura e as diversas instâncias legitimadas pela lei a fim de exercer funções de regulação. Pode-se, portanto, falar com Rosanvallon em uma dupla representatividade: a funcional, derivada das leis, sobretudo da Constituição; e a procedural, emanada diretamente do corpo eleitoral, a única reconhecida pela visão monista do político (Vianna; Burgos, 2003, p. 370-371).

Trazendo isso para a realidade brasileira após a promulgação da Constituição de 1988, é possível a Werneck Vianna ressaltar como a proceduralização da criação e da aplicação do direito que acompanhou a redemocratização do país dialogou com nossa tradição republicana, fazendo com que nossas duas matrizes constitutivas, a americana e a ibérica,

fossem de alguma forma conciliadas no plano político-institucional. Nas palavras do próprio autor:

Ao aderir a esse movimento, a Carta de 1988 realiza uma surpreendente confirmação da tradição republicana brasileira, que, ainda nos anos de 1930, recobria duas dimensões cruciais à modernidade – o mercado político e o mercado de trabalho – com o direito, suas instituições e procedimentos, por meio da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. Decerto que a leitura crítica dessa tradição, situada em um tempo democrático, terá como alvo a erradicação daquela cultura política autoritária, como exemplar na legislação sobre o mundo do trabalho que vinculava os sindicatos ao Estado. Nisso, ela será claramente descontínua à tradição republicana, mas, em suas inovações institucionais, optará por uma inequívoca linha de continuidade com ela (Vianna, 2008, p. 98).

A referência dotada de certo otimismo que Werneck Vianna faz aos caminhos jurídicos que a Constituição de 1988 abriu à participação cidadã não pode obscurecer, no entanto, que essa opção comporta riscos. A via judicial seria *mais um caminho possível* para a expressão de um americanismo nos moldes propostos por Gramsci, mas não pode significar nem a oclusão dos canais tradicionais de representação pelo voto, nem prescindir de outras inovações democráticas que mantêm o laço entre a sociedade e a produção e aplicação desse direito, como deixado a referência de Werneck Vianna a mecanismos de democracia participativa e deliberativa, além de organizações não governamentais. Nesse ponto não se deve perder de vista a importância de uma esfera pública vibrante, que não permita

que uma judicialização, que traria consigo a possibilidade de ampliação da república, na verdade, acabe por converter os cidadãos em clientes de uma burocracia judiciária, mitigando a democracia. Ponto em que, como é de se supor, ocupam posição central os intelectuais, tema de estudo que acompanha desde o início as reflexões de Werneck Vianna, e cuja importância não deve ser negligenciada, já que sua substituição por uma *intelligentzia* judiciária culminaria num retorno à lógica da teoria ampliada do Estado, em detrimento de uma opção efetivamente americanista.

Mais uma vez, o paralelo com a obra habermasiana pode ser feito. Conforme já dito, a aproximação com Habermas não é gratuita, havendo uma série de angústias comuns aos dois autores e uma identificação que levou Werneck Vianna a se referir com cada vez maior constância ao pensador alemão. No entanto, conforme ficará claro mais adiante, a referência a Gramsci é ainda mais fundamental e Werneck Vianna não deixa de censurar Habermas por não fazer referência a Gramsci, autor que, segundo ele, teria intuições relevantíssimas acerca de muitos dos temas tratados por Habermas. Portanto, voltando a Gramsci, o apelo de Werneck Vianna às instituições judiciais reside em sua compreensão de como, no caso brasileiro, esses institutos, sem abrir mão do suporte de outros canais democráticos e fomentadores de mais democratização, podem fazer emergir a vontade coletiva vinda de baixo, num americanismo que, enquanto revolução passiva, não deixa de dialogar com a tradição, no nosso caso, republicana. Como destaca Gisele Araújo, a respeito

da compreensão de Werneck Vianna sobre os novos mecanismos judiciais trazidos à tona pela nossa Constituição:

A Constituição de 1987 [...] não será exclusivamente liberal e privatista, positivando a valorização do público típica da Ibéria. Além disso, institui novos canais de acesso ao Estado através do judiciário, ao lado da democracia representativa. Se a fábrica gramsciana pode não sustentar, nos tempos atuais, a formação do ator capaz de interpelar a revolução passiva, talvez a judicialização, somada àqueles princípios republicanos, possa assumir uma face positiva, se mobilizada pelos próprios novíssimos seres sociais, convertendo interesses em direitos, numa estatalização por baixo. A tradição, tal qual em Gramsci, pode se converter em vantagem (Araújo, 2012, p. 83).

É Gramsci que ancora o pensamento marxista de Werneck Vianna, que, assim, não se desliga completamente do horizonte comunista postulado por Marx. Por isso, se em Habermas, Werneck Vianna encontra uma série de pontos de contato e de formulações intelectuais importantes para sua reflexão acerca da política, da democracia e do direito contemporâneos, nem por isso ele perde de seu horizonte de expectativas, como parece ter sido perdido, no caso de Habermas, a necessidade do fim do Estado como única possibilidade real de acesso ao reino da liberdade. É o que fica claro nas palavras do próprio Werneck Vianna, novamente em seu texto escrito em parceria com Marcelo Burgos, quando destaca que:

Se o americanismo em Gramsci pode ser compreendido como uma possibilidade positiva de revolução passiva, vale dizer, de uma democratização contínua

e progressiva da vida social, o deslocamento do centro de sua modelagem da fábrica moderna para as instituições do direito pode significar, especialmente se se tem consciência disso, a preservação desse caminho para a mudança social, não necessariamente mais longo e incerto que outros já experimentados com frustração, fazendo delas mais um lugar de produção e difusão generalizada de uma eticidade que parta do homem comum e se escorre naquilo que a história da integridade do direito conserva do princípio da igual-liberdade. Como Nonet e Selznick perceberam, bem pode estar aí a sinalização para uma progressiva evanescência do Estado, em uma desestatalização como revolução silenciosa que, tendo como horizonte a auto-instituição do social, se oriente contra uma centralidade hierarquicamente sobreposta à sociedade, informada por uma eticidade que não consulta a sociabilidade, e que lhe chega do exterior e “por cima” (Vianna; Burgos, 2003, p. 380, grifo nosso).

Se Giddens, em *As consequências da modernidade* (1991), nos fala da necessidade de composição de “realismos utópicos” que nos permitem guiar o “carro de Jagrená” que é a sociedade contemporânea ao experimentar em seu nível mais profundo as consequências de uma modernidade reflexiva na qual tempo e espaço se dissociam radicalmente, talvez possamos dizer que esse seja o realismo utópico – ou a utopia realista – que nos apresenta Werneck Vianna, sem perder de vista que a modernidade, para Werneck Vianna, assim como para Habermas, é menos um carro de Jagrená do que um programa ainda por ser completado. Ou seja: a conciliação, entre nós, da democracia e da República, no pensamento de Werneck Vianna,

deve ser feita e radicalizada, tendo lugar de destaque nesse processo os meios disponibilizados pelo direito e sua positivação de princípios caros ao projeto moderno de igual-liberdade. Mas esse não é o fim do processo, e sim uma de suas etapas, já que essa aproximação deve ser conduzida até o ponto de não ser mais necessária, na situação em que sociedade política e sociedade civil, nos termos propostos por Gramsci, não são mais distinguíveis, não se podendo falar de um polo conduzindo o outro. Essa é a epítome do projeto de Werneck Vianna, que orientou sua atuação enquanto intelectual público e a construção de sua “sociologia indignada”, como destaca Lilia Moritz Schwarcz (2012, p. 55). É com base nesses pressupostos que Werneck Vianna falou sobre o Brasil, permitindo-lhe bater reiteradamente na tecla de que o país já conta com décadas de modernização, faltando-lhe ainda, no entanto, o moderno.

Conclusão

Os ruídos ouvidos da janela são muitos. Pode-se mesmo, por vezes, ouvir o estilhaçar da própria janela. Enquanto isso, procedemos à leitura dos clássicos dentro de casa, e em seu discurso articulado buscamos por ordem nos rumores que vêm de fora, como destacado por Calvino. Werneck Vianna perscrutou seus clássicos de dentro e fora do Brasil, querendo entender o sentido do barulho que vinha das notícias do presente. Em nossas principais tradições de pensamento político, que chamamos aqui de vertentes republicanas e democráticas, encontrou diagnósticos conflitantes que

ajudavam a compreender esse presente, mas de maneira unilateral. A república sem a democracia e a democracia sem a república não davam conta de ultrapassar, de um lado, um autoritarismo sufocante que não reconhece a individualidade e o pluralismo, e, de outro, um individualismo pernicioso, que não reconhece a solidariedade e valores comuns. Reconciliar, portanto, república e democracia, sob as possibilidades do presente, aparecia como projeto a ser desenvolvido por aquele leitor dos clássicos, que era também leitor dos jornais e que, assim, interpelava o passado para compreensão do presente e chamava atenção do presente para que escutasse o passado.

Com isso Werneck Vianna chegou à síntese teórica instigante, perante a qual podemos realizar o mesmo processo que o autor realizara com relação aos seus próprios clássicos, como Gramsci, Tocqueville, Tavares Bastos, Oliveira Viana etc. Se hoje lemos os jornais e ouvimos os ruídos da janela ao mesmo tempo que prestamos atenção às lições de Werneck Vianna, enquanto nosso próprio clássico, os ruídos também parecem tomar corpo mais lógico.

Por exemplo, a mobilização de procedimentos jurídicos em um contexto de judicialização da política e das relações sociais, presente em tantas notícias contemporâneas, faz mais sentido enquanto caminho não necessariamente antidemocrático, mas dotado de riscos próprios, quando contamos com sua interpretação americanista, avessa ao institucionalismo, que nos permite visualizar tanto sua faceta especificamente democratizante, quanto sermos alertados de seus possíveis

desvios. No mesmo sentido, estes casos de invasão da política pelo direito tornam-se menos conformados pela disputa político-partidária, se compreendemos o embate entre política e judiciário como possível de ser pautado por um sadio embate entre a democracia e a república e sua difícil síntese entre nós, para o quê o pensamento de Werneck Vianna também fornece preciosos insumos.

Não por acaso, Werneck Vianna se destacou como um de nossos principais analistas de conjuntura, o que podemos expandir para além de suas próprias intervenções diretas, incluindo também sua influência sobre análises de autores outros, que bebem das águas de seu pensamento, tratando-o já como um de nossos clássicos. É daí que o “desvio” de sua vocação original para dirigente político, em vez de “nome de cátedra”, talvez de alguma forma se desfaça por um caminho circular, se se reconhece o poder das ideias na organização da vida pública, tomando a política sob uma acepção mais ampla do que as atividades internas ao Estado, como entendia a política aquele que é o clássico mais caro a Werneck Vianna: Antonio Gramsci.

Assim, para encerrarmos a exposição, nada melhor do que trecho de um texto de análise de conjuntura do próprio Werneck Vianna, que tanto destaca algumas das principais nuances de seu pensamento, quanto se volta para a análise de um momento específico e convida à atuação política concreta, sem perder de vista a relação, que fundamenta o presente texto, entre a democracia e a república no Brasil:

A democratização da vida social é fato entre nós, e segue seu curso de modo cada vez mais intenso.

Contudo, o problema agora se inverte: se temos democracia, estamos longe da república. Não há república sem vida ativa da cidadania na esfera de uma livre sociedade civil, protegida das políticas de cooptação do Estado e do poder do dinheiro. O constituinte de 1988 foi um bom intérprete da nossa realidade político-social ao dotar a sociedade de meios, inclusive judiciais, para a defesa da sua república, entre os quais o Ministério Público e

a Justiça eleitoral. O legislador não menos, quando criou a Lei de Responsabilidade Fiscal. A democracia de massas não pode abdicar da república, uma vez que, sem ela, é presa fácil para intervenções messiânicas, quando a decisão de um pode se justificar em nome do interesse geral de que ele seria o intérprete privilegiado. [...] Jásão décadas de modernização, chegou a hora do moderno (Vianna, 2011, p. 153).



Referências

Alexander, J. (1999). A importância dos clássicos. In: A. Giddens; J. Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp.

Araújo, G. S. (2012). Luiz Werneck Vianna: as duas faces da Revolução Passiva brasileira e um programa democrático radical. In: R. Barboza Filho; F. Perlatto (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 57-86.

Barboza Filho, R.; Perlatto, F. (org.) (2012). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Bastos, E. R.; Botelho, A. (2010). Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs.

Botelho, A. (2007). Sequências de uma sociologia política brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 50(1): 49-82.

Brandão, G. M. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.

Calvino, I. (2007). *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, M. A. R. de. (2004). Prefácio. In: L. W. Vianna. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 7-37.

Carvalho, M. A. R. de. (2012). *Textos, contextos e um Brasil*. In: R. Barboza Filho; F. Perlatto (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 17-45.

Ferreira, G. N. (1999). *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguaí*. São Paulo: Editora 34.

Giddens, A. (1991 [1990]). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Habermas, J. (2004 [1996]). Três modelos normativos de democracia. In: J. Habermas. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2^a Ed. São Paulo: Edições Loyola, p. 277-292.

Maia, J. M. (2009). Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(71): 155-156.

Mercadante, P. (1972). *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Miceli, S. (org.). (2001). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Sumaré.

Morse, R. (1988). *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Oliveira, L. L. (2012). Tradição e mudança em Werneck Vianna. In: R. Barboza Filho; F. Perlatto (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 91-93.

Schwarcz, L. M. (2012). Por uma cátedra Luiz Werneck Vianna. R. Barboza Filho; F. Perlatto (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 47-55.

Santos, W. G. dos (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

Sousa, D. T.; Perlatto, F. (2010a). Intelectuais, pensamento social e os embates sobre a interpretação do Brasil. *Locus – Revista de História*, 30(1): 29-45.

Sousa, D. T.; Perlatto, F. (2010b). A tradição republicana em três atos: percursos da idéia de 'república' no dezenove brasileiro. *34º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu-MG (mimeo).

Sousa, D. T. (2011). Dois momentos de uma tradição: liberdade e república em frei Caneca e Visconde do Uruguaí. *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba-PR (mimeo).

Vianna, L. W. (2004a [1997]). O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: L. W. Vianna. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 59-116.

Vianna, L. W. (2004b) [1997]. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos. In: L. W. Vianna. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, p. 151-194.

Vianna, L. W. (2008). O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação. In: R. G. Oliven; M. Ridenti; G. Brandão (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec, p. 91-109.

Vianna, L. W. (2011). *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Brasília: Contraponto e Fundação Astrojildo Pereira.

Vianna, L. W. (2012). Conferência de encerramento. In: R. Barboza Filho; F. Perlatto (orgs.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Vianna, L. W.; Burgos, M. (2003). Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: L. W. Vianna (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 337-492.

Vianna, L. W.; Perlatto, F. (2011). Iberismo e americanismo. In: L. Schwarcz; A. Botelho (org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 246-255.

Recebido em 10/01/2025. Aprovado em 25/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Hierarquização de práticas acadêmicas e assimetrias em programas de pós-graduação no Brasil

Hierarchization of academic practices and inequalities in postgraduate programs in Brazil

Jerarquización de prácticas académicas y asimetrías en programas de posgrado en Brasil

**Daniel
GUERRINI**

danielguerrini@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Londrina. Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais, e Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza

**Ana Paula
HEY**

anaphey@uol.com.br

Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia

107

O presente trabalho discute algumas assimetrias em programas de pós-graduação com base em práticas acadêmicas realizadas pelo seu corpo docente. Coletaram-se dados de todas as áreas do conhecimento nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais de instituições públicas e privadas. O objetivo é demonstrar processos de hierarquização das práticas acadêmicas com base no contexto institucional em que se deram e em informações sobre a origem social e familiar dos pesquisadores/professores. O pressuposto é que diferenças de gênero, raça e localização, bem como aquelas relativas à origem social e familiar de membros de programas de pós-graduação repercutem em uma hierarquização das diferentes práticas acadêmicas e, ainda, que o modo como essa hierarquia das práticas encontra ancoragem no contexto acadêmico institucionalizado também contribui para a dinâmica e a reprodução de assimetrias, de modo que desvelá-las é aspecto importante do entendimento do próprio sistema. A aplicação de um survey obteve 916 respostas ao total, em que se analisam atividades como consultoria para empresas, para governos, publicação de livros técnico-científicos, depósito de patentes, divulgação científica, organização de eventos científicos,

entre outras. Com base em variáveis sociodemográficas, realizaram-se análises de regressão logística, determinando quais dessas variáveis aumentam ou diminuem as chances de se realizar cada atividade. Com base em variáveis institucionais, como nota Capes dos programas, variáveis político-culturais, como posicionamento político, e variáveis sociais, como número de filhos e estado civil, realizaram-se testes qui-quadrados para observar a existência ou não de associações e afinidades com as práticas acadêmicas.

Palavras-Chave: Pós-graduação; Análise quantitativa; Práticas acadêmicas; Hierarquias institucionais; Hierarquias científicas; Assimetrias.

This paper discusses some asymmetries in postgraduate programmes based on academic practices carried out by their professorate. Data was collected from all areas of knowledge in the states of Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais from public and private institutions. The aim is to demonstrate processes of hierarchisation of academic practices based on the institutional context in which they took place and on information about the social and family background of the researchers/teachers. The assumption is that differences in gender, race and location, as well as those relating to the social and family origins of members of postgraduate programmes, have repercussions on the hierarchisation of different academic practices, and that the way in which this hierarchy of practices finds anchorage in the institutionalised academic context also contributes to the dynamics and reproduction of asymmetries, and that unveiling them is an important aspect of understanding the system itself. A total of 916 responses were received to a survey analysing activities such as consultancy for companies and governments, publishing technical and scientific books, filing patents, disseminating science and organising scientific events, among others. Based on sociodemographic variables, logistic regression analyses were carried out to determine which of these variables increase or decrease the chances of carrying out each activity. Based on institutional variables, such as the Capes rating of the programmes, political-cultural variables, such as political positioning, and social variables, such as number of children and marital status, chi-square tests were carried out to observe the existence or not of associations and affinities with academic practices.

Keywords: Postgraduation; Quantitative analysis; Academic practices; Institutional hierarchies; Scientific hierarchies; Asymmetries.

El presente trabajo discute algunas asimetrías en programas de posgrado con base en las prácticas académicas realizadas por su cuerpo docente. Se recopilaron datos de todas las áreas del conocimiento en los estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Río de Janeiro y Minas Gerais, tanto de instituciones públicas como privadas. El objetivo es demostrar procesos de jerarquización de las prácticas académicas a partir del contexto institucional en que se llevaron a cabo y de informaciones sobre el origen social y familiar de los investigadores/profesores. Se parte del supuesto de que las diferencias de género, raza y localización, así como aquellas relativas al origen social y familiar de los miembros de los programas de posgrado, repercuten en una jerarquización de las distintas prácticas académicas. Además, se considera que la manera en que esa jerarquía se ancla en el contexto académico institucionalizado también contribuye a la dinámica y reproducción de las asimetrías, por lo que desvelarlas constituye un aspecto importante para comprender el propio sistema. La aplicación de una encuesta obtuvo un total de 916 respuestas, en las que se analizan actividades como consultoría para empresas y gobiernos, publicación de libros

técnico-científicos, registro de patentes, divulgación científica, organización de eventos científicos, entre otras. Con base en variables sociodemográficas, se realizaron análisis de regresión logística para determinar cuáles de estas variables aumentan o disminuyen las probabilidades de realizar cada actividad. A partir de variables institucionales, como la nota Capes de los programas; variables político-culturales, como el posicionamiento político; y variables sociales, como el número de hijos y el estado civil, se realizaron pruebas chi-cuadrado para observar la existencia o no de asociaciones y afinidades con las prácticas académicas

Palabras clave: Posgrado; Análisis cuantitativo; Prácticas académicas; Jerarquías institucionales; Jerarquías científicas; Asimetrías.

Introdução

Toute connaissance est une réponse à une question. S'il n'y a pas de question, il ne peut y avoir de connaissance scientifique. Rien ne va de soi. Rien n'est donné. Tout est construit.

Gaston Bachelard, La formation de l'esprit scientifique, 1938

109

Há mais de cinco décadas, a pós-graduação no Brasil vem se configurando como um pilar exitoso em relação à formação de gerações de pesquisadores e professoras(es) que nutrem a docência das instituições de ensino superior e realizam a pesquisa científica de alto nível no país. Com um notável crescimento desde então, passando de cerca de 100 cursos de mestrado e 30 programas de doutorado, em 1970 (Martins, 1999), para 4.592 programas atualmente¹,

se consolidou como um sistema que vem garantindo a reprodução da dinâmica de realização da prática científica, seja em termos de infraestrutura material e organizacional, de fomentos institucionais, aos docentes e discentes, seja em relação às trocas científicas regionais, nacionais e internacionais.

A pós-graduação, na dimensão adquirida, se constitui como um espaço de relações hierárquicas e com disputas inerentes à sua dinâmica, comportando

¹ Segundo os dados de 2022 da Geocapes, este total se divide em 2.380 programas com mestrado e doutorado, 1283 programas de mestrado acadêmico, 77 programas de doutorado, 794 de mestrados profissionais, 3 de doutorados profissionais e 55 programas de mestrado e doutorado profissionais. Estas últimas modalidades de pós-graduação profissional existem desde 1995 para o caso do mestrado e 2017 para o doutorado. Cf. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

também assimetrias. Essas podem estar relacionadas às diferenças regionais (programas instalados em grandes centros urbanos e econômicos, vínculo mais estreito ou frágil com o campo do poder nacional, estadual ou regional), institucionais (universidades com mais ou menos recursos financeiros, com maior ou menor lastro científico, instituições públicas ou privadas), de recrutamento de professores/pesquisadores (de gênero, idade e raça/etnia, com trajetória internacional, nacional ou regional) e, ainda, à atração de estudantes provenientes de distintos grupos sociais, comportando variados níveis de background educacional.

Nessa direção, este artigo se circunscreve a fazer uma imersão, ainda que introdutória, no sistema da pós-graduação para detectar modos gerais ou específicos de atuação, sobretudo relativos ao perfil docente e a certas práticas acadêmicas. Para avançar e explorar mais a fundo esse espaço de diferenças, optou-se por investigar, com um desenho de pesquisa quantitativa, algumas destas práticas de professores/pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação (com mestrado e doutorado) de todas as áreas do conhecimento, de instituições públicas e privadas, localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O objetivo é demonstrar processos de hierarquização das práticas acadêmicas com base no contexto institucional em que se deram e em informações sobre a origem social e familiar dos pesquisadores/professores. O pressuposto é que diferenças de gênero, raça e localização, bem como aquelas relativas à origem

social e familiar de membros de programas de pós-graduação repercutem em uma hierarquização das diferentes práticas acadêmicas e, ainda, que o modo como essa hierarquia das práticas encontra ancoragem no contexto acadêmico institucionalizado também contribui para a dinâmica e a reprodução de assimetrias, sendo que desvelá-las é aspecto importante do entendimento do próprio sistema.

O interesse na dinâmica das práticas em correlação com diferentes programas e áreas advém da inserção nas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre a pós-graduação no país. De modo geral, constatam-se certas direções: a) o enquadramento como um universo de alta qualidade e em contraste com a diversificação marcante do ensino superior (Oliveira, 1985; Schwartzman, 1988; Durham, 1998; Hey, 2015; Martins, 2018; Neves; Sampaio; Heringer, 2018); b) a frágil conexão entre a produção de ciência e tecnologia e a realidade econômica e social do país (Balbachevsky, 2005; Baumgarten, 2010; Dagnino, 2012; Oliveira; Guerrini, 2012; Laniado; Santos, 2012; Guzzo, 2018; Freitas; Souza, 2018; Soares, 2018); c) a constituição e as políticas para o setor (Arruda, 1999; Martins, 2018); d) as questões institucionais de avaliação e indução da dinâmica da produção científica e tecnológica pelos órgãos de fomento e regulação responsáveis (Hey; Catani 2012); e) uma linha emergente, relativa à produção e à circulação científica decorrente destes programas e ao processo de internacionalização, quase inexorável, que vem ocorrendo nos últimos anos. Nesta direção destacam-se estudos como Azevedo, Catani e Hey,

2017; Feijó, 2019; Hey, Catani e Amorim, 2020; Feijó e Trindade, 2021; Neves, Lavarda e Martins, 2019.

Parte considerável desses estudos se restringe a disciplinas ou áreas específicas, geralmente das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, mas também enfermagem (Zamprogna *et al.*, 2020) e engenharia (Sgarbi *et al.*, 2022) ou, ainda, estudos circunscritos a uma única instituição (Neves; Lavarda; Martins, 2019). Além disso, as análises que manipulam dados quantitativos da pós-graduação atêm-se a aspectos gerais e ao recurso de estatística descritiva (Balbachevsky, 2005; Morosini, 2009; Leite; Codato, 2013; Alves; Oliveira, 2015; Nobre; Freitas, 2017; Almeida, 2018; Barreira; Côrtes; Lima, 2018; Patrus; Shigaki; Dantas, 2018; Paiva; Brito; 2019; Feijó, 2019; Oliveira *et al.*, 2022; Rejowski; Ferro; Sogayar, 2022).

Identifica-se, por fim, uma linha composta por estudos específicos sobre elites acadêmicas/científicas no Brasil, que busca aliar a abordagem teórica de campo científico e elites recorrendo a informações morfológicas e prosopográficas. Desse modo, se analisam acadêmicos pertencentes ao topo da hierarquia científica, seja pelo vínculo a instituições de consagração (Hey, 2016a, 2016b) seja pelo pertencimento a áreas singulares, como as ciências sociais, seja pela influência na gênese dos principais programas de pós-graduação em suas áreas (Hey; Rodrigues, 2017). Compõem esse universo estudos clássicos de carreiras científicas (Oliveira, 1985), mas também aqueles que apontam grandes disparidades regionais, de gênero e raça (Candido; Feres; Campos, 2020) em elites científicas, com polarizações

por área do conhecimento e que têm grande ascendência sobre o arcabouço institucional de avaliação e regulação, o que pode estar na base de alguns mecanismos que tendem à manutenção das posições de poder no interior do sistema da pós-graduação (Hey, 2016a, 2016b, 2021; Oliveira *et al.*, 2022).

Considerando que a pós-graduação representa um aspecto importante e necessário de pesquisa científica, o intuito, aqui, é tão somente realizar um exercício analítico que ultrapasse avaliações panorâmicas e descritivas, buscando demonstrar nexos na formação de hierarquias que estruturam certas práticas acadêmicas.

Feitura da pesquisa

Os dados utilizados na pesquisa foram produzidos por meio de duas estratégias. A primeira por meio de um *survey*, descrito a seguir, e a segunda pela manipulação de informações disponíveis na plataforma Sucupira da Capes, relativas a dados institucionais dos programas dos estados mencionados.

Para o *survey*, inicialmente criou-se um banco de dados alimentado manualmente, acessando cada sítio eletrônico dos programas de pós-graduação e coletando os endereços eletrônicos de professores(as). Muitos sítios não disponibilizam os e-mails de seu corpo docente, alguns tendo isso como política interna. Nessa etapa, foram reunidos 5744 endereços eletrônicos, sendo que 1200 destes foram dados como inexistentes após envio da carta convite (desatualizados, equivocadamente transcritos etc.).

Coletaram-se 927 respostas, o que representa 20,4% de taxa de retorno de um universo de 4544 e-mails enviados. Ainda, dessas 927, 11 foram descartadas por preenchimentos falhos, o que resultou em 916 respostas válidas. A magnitude do trabalho manual necessário para alimentar esse banco de dados impôs diversos limites à coleta de dados, inclusive para que se pudesse expandir a pesquisa a outros estados da federação. Assim, o interesse em começar pelos estados selecionados das regiões Sul e Sudeste se deveu por se tratar, como a literatura o atesta (Balbachevsky, 2005; Candido; Feres; Campos, 2020), de locais que tendencialmente concentram programas com avaliações mais altas da Capes, maior volume de publicações, maiores recursos financeiros e humanos na e para a pós-graduação.

No questionário elaborado para o survey, pediu-se que o(a) respondente marcasse as práticas desenvolvidas em seu ambiente de pós-graduação a partir da seguinte lista:

- *consultoria para empresas*
- *consultoria para governos*
- *depósito de patentes*
- *divulgação científica*
- *cursos para comunidade externa*
- *publicação de livros para o público em geral*
- *consultoria para agências de fomento*
- *atuação em agências reguladoras*
- *atuação em comissões internas de pesquisa*
- *coordenação de graduação*
- *coordenação de pós-graduação*

- *participação em grupos de pesquisa*
- *coordenação de grupo de pesquisa*
- *participação em sociedade científica nacional*
- *participação em sociedade científica internacional*
- *publicação de livros técnicos*
- *parecer em revistas científicas*
- *organização de eventos científicos*
- *participação em eventos científicos*
- *docência na graduação*
- *orientação na graduação*

A lista de práticas contempla (segundo a ordem apresentada) aquelas consideradas extensionistas (consultorias, cursos para comunidade externa etc.), de caráter administrativo (atuar em comissões, coordenações etc.), aquelas especificamente acadêmicas (participar de grupos de pesquisa, de eventos científicos, publicar livros técnicos etc.) e as de ensino (docência e orientação).

Em relação ao conjunto das práticas extensionistas, a ênfase dada recai na importância de debater acerca do caráter pouco conectado da pós-graduação com a realidade econômica e social exterior à universidade. Aqui se ressaltam os diferentes segmentos sociais aos quais essas práticas extensionistas estão orientadas e como isso repercutirá, com base nas análises estatísticas, na identificação e explicação da hierarquização dessas práticas. Isso também é válido para os outros conjuntos, como os âmbitos das práticas administrativas (nacional ou interna à própria instituição), ou das acadêmico-científicas (burocráticas, organizativas, ou mais autônomas).

Essas práticas foram analisadas a partir de variáveis institucionais (área do conhecimento, nota Capes dos programas e categoria administrativa das instituições), individuais (raça, gênero e idade/tempo de instituição), de origem social e familiar (escolaridade e profissão dos genitores, escolarização pública ou privada do respondente) e de perspectivas sociais e culturais dos(as) respondentes (credo religioso, posicionamento político, número de filhos² e estado civil).

Por um erro técnico ao rodar o software de coleta das respostas, não foi possível extrair a informação se o(a) respondente recebia bolsa produtividade, importante dado de capital científico. Igualmente, buscando não inviabilizar a análise estatística, para a lista de práticas não foram consideradas nem docência e orientação na pós-graduação, nem publicação de artigos científicos, uma vez que um número muito exíguo de respondentes afirmou não as realizar e os modelos não detectaram variações sob nenhuma variável.

As variáveis individuais e de origem familiar foram analisadas com base em modelos de regressão logística para captar seu poder explicativo no enveredamento dos respondentes por esta ou aquela prática acadêmica. Esses modelos fazem entrever uma potencial hierarquização das práticas, estando associada a características e origens

sociais mais ou menos favorecidas. As variáveis institucionais e de perspectivas sociais e culturais foram analisadas em tabelas de contingência com as práticas acadêmicas, aplicando testes qui-quadrado para averiguar existência ou não de associação entre elas.

Os testes qui-quadrado para associações entre, por exemplo, perspectivas políticas e práticas acadêmicas revelam, no sentido weberiano, afinidades eletivas entre elas (e.g., prestar consultoria para empresas e considerar-se politicamente de Direita). Esses testes são importantes para analisar a relação das práticas acadêmicas com a realidade externa à universidade. Já os testes qui-quadrado entre aspectos institucionais e as práticas revelam contextos que as abrigam de modo característico (e.g., prestar consultoria para empresas e estar em programas nota 7), reforçando a análise das hierarquias encontradas nos modelos de regressão.

Caracterização geral dos respondentes

Como se pode ver a seguir, dos 916 respondentes constata-se a grande maioria de brancos, ligeira maioria de homens e uma idade mediana de 54 anos. A maior parte estudou majoritariamente ou totalmente em escolas públicas no ensino básico.

² Número de filhos é usado como indicador de um posicionamento social mais ou menos tradicional na escala de quem tem um número maior ou menor de filhos, respectivamente. No polo oposto, a ausência ou menor número de filhos se relaciona com maior grau de escolaridade, inserção laboral das mulheres, moradia em centros urbanos maiores e tendências políticas menos conservadora

Tabela 1. Perfil geral dos respondentes

PERFIL GERAL DOS RESPONDENTES		
RAÇA/ETNIA	N	PORCENTAGEM
Amarela	13	0,01
Preta	12	0,01
Branca	786	0,86
Indígena	3	0,00
Parda	72	0,08
Prefiro não responder	30	0,03
GÊNERO		
Feminino	407	0,44
Masculino	506	0,55
Prefiro não responder	3	0,00
IDADE		
Mediana	54	n/a
Mínima	30	n/a
Máxima	83	n/a
ESCOLARIZAÇÃO		
Particular	330	0,36
Pública	586	0,64
TEMPO DE INSTITUIÇÃO		
Mediana	17	n/a
Mínima	1	n/a
Máxima	55	n/a

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao credo religioso, há prevalência dos que se declaram católicos e ‘sem religião’, com ligeira vantagem para a primeira categoria. Agrupando-se as respostas de agnóstico, ateus e sem religião se tem a maioria das respostas. As demais

indicações estão dispersas. Candomblé e umbanda foram agrupadas em afro-brasileiras para as análises. Em ‘outros’ estão diversas denominações apresentadas pelos próprios respondentes, como gnosticismo, espiritualismo e seicho-no-ei.

Tabela 2. Religião dos respondentes

RELIGIÃO DOS RESPONDENTES		
	N	PORCENTAGEM
Afro-brasileiras	15	0,02
Agnóstico	54	0,06
Ateus	82	0,09
Budismo	13	0,01
Católico	322	0,35
Espiritismo	61	0,07
Evangélico	49	0,05
Judaísmo	10	0,01
Outros	29	0,03
Sem religião	281	0,31

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao posicionamento político, há maioria dos que se declaram de Esquerda. Apesar das categorias serem bastante

fluída e poder agregar várias tendências, o que interessa aqui é demarcar posições individuais de preferências políticas.

Tabela 3. Posicionamento político dos respondentes

POSICIONAMENTO POLÍTICO		
	N	PORCENTAGEM
Centro	205	0,22
Direita	66	0,07
Esquerda	561	0,61
Prefiro não responder	84	0,09

Fonte: Elaboração própria.

Entre as variáveis sociais e culturais coletadas pelo questionário estavam escolaridade e profissão de mãe e pai. Em cada nível de escolaridade

estão incluídos casos completos e incompletos. Observa-se, no geral, pais e mães com menos tempo de escolarização, sendo que tanto para

Tabela 4. Escolaridade dos genitores dos respondentes

ESCOLARIDADE DOS GENITORES				
	MÃE	PORCENTAGEM	PAI	PORCENTAGEM
Sem Estudo	4	0,00	3	0,00
Ensino básico	345	0,38	337	0,37
Ensino médio	306	0,33	212	0,23
Ensino superior	183	0,20	259	0,28
Pós-graduação	78	0,09	105	0,11

Fonte: Elaboração própria.

pais como mães, o que prevalece são níveis de escolaridade fundamental e médio. Há prevalência de ensino superior e pós-graduação entre os pais (39%) em relação às mães (29%).

A variável profissão dos genitores foi deixada para preenchimento do respondente e, posteriormente, categorizada. Isso impossibilitou a diferenciação econômica em cada categoria, por exemplo, entre genitores apontados como empresários, não é possível conhecer o porte ou tipo de empresa. Definiram-se, então, artífices-técnicos (ofícios de pouca exigência escolar como ‘costureira’, ‘manicure’, ‘mecânico’ e “sapateiro”), cargos técnicos (em empresas, como ‘montador’, ‘encarregado de X’), trabalhadores da indústria, cargos administrativos (em empresas), funcionários públicos, setor comercial (agrupando vendedores, comerciantes e corretores de seguros e imóveis), agricultor(a) (também não se tem conhecimento do porte ou tipo de negócio), serviços profissionais (agrupando médicos, advogados e

engenheiros principalmente), militares, empresários(as) e educação (agrupando professores e diretores escolares). Entre os pais, a maior incidência foi daqueles ligados a profissões liberais, seguidos de cargos administrativos e comércio. Para a profissão das mães constituiu-se uma categoria própria - donas de casa - totalizando 314 respostas entre os 916 respondentes, seguida de profissões ligadas à área de educação (238 respostas).

Em relação ao perfil dos programas de pós-graduação dos respondentes, a maioria deles pertence a instituições públicas federais e a minoria a estabelecimentos privados com fins lucrativos, havendo concentração de programas com notas 4 e 5 (56%). Na quarta coluna da Tabela 6, pode-se comparar a amostra com os dados da Plataforma Sucupira para 2020. Segundo essa plataforma, nos estados investigados, havia 43.595 docentes em programas acadêmicos com mestrado e doutorado em instituições públicas e privadas com notas Capes entre 3 e 7. A amostra aqui representa, portanto,

Tabela 5. Profissão/ocupação dos genitores dos respondentes

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS GENITORES				
	MÃE	PORCENTAGEM	PAI	PORCENTAGEM
Dona-de-casa	314	0,34	n/a	n/a
Artifice-técnico/a	55	0,06	74	0,08
Cargos Técnicos	92	0,10	101	0,11
Trabalhador/a Industrial	3	0,00	23	0,03
Cargos administrativos	31	0,03	147	0,16
Educação	238	0,26	57	0,06
Funcionário/a público/a	32	0,03	33	0,04
Militar	n/a	n/a	31	0,03
Comércio	42	0,05	134	0,15
Empresário/a	8	0,01	27	0,03
Profissionais	69	0,08	198	0,22
Agricultor/a	26	0,03	82	0,09
N/a	6	0,01	9	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6. Profissão/ocupação dos genitores dos respondentes

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS GENITORES			
CATEGORIA ADM	N	PORCENTAGEM	SUCUPIRA 2020
PCFL	20	0,02	0,13
PSFL	140	0,15	
PE	257	0,28	0,36
PF	499	0,54	0,50
NOTA CAPES			
3	35	0,04	0,02
4	256	0,28	0,34
5	253	0,28	0,30
6	190	0,21	0,19
7	182	0,20	0,15

PCFL - Programas em instituições com fins lucrativos

PSFL - Programas em instituições sem fins lucrativos

PE - Programas em instituições estaduais

PF - Programas em instituições federais

Fonte: Elaboração própria.

2,1% desse total. Importante ressaltar que o trabalho estatístico de seleção amostral não foi realizado, pois o repositório não disponibiliza o banco de dados dos docentes, apenas tabulações com números absolutos. Igualmente, a coleta manual dos e-mails em cada sítio dos programas de pós-graduação, como descrito anteriormente, não permite esse controle estatístico rigoroso. Ainda assim, percebe-se uma aproximação dos percentuais desta investigação e da base mencionada nas tabelas abaixo. A plataforma não distingue instituições com e sem fins lucrativos, indicando somente que 13% de docentes pertencem a instituições “particulares” em geral, sendo que 17% dos respondentes aparecem nessa categoria, mas com prevalência de

instituições sem fins lucrativos, podendo significar o número maior desse tipo de instituição nos estados avaliados.

Os respondentes estão distribuídos em todas as áreas do conhecimento, com ciências agrárias e linguística, letras e artes tendo o menor percentual, e ciências humanas o maior. Em comparação com os dados de 2020 da plataforma Sucupira, as maiores diferenças residem em ciências da saúde, exatas e humanas, sendo que 24% dos respondentes estão na área de ciências humanas (14% deles na plataforma), seguido de ciências exatas (18% dos respondentes e 12% na plataforma) e ciências da saúde (com 12% dos respondentes e 19% na plataforma). Tais dados podem indicar que a área de ciências humanas é mais propensa a responder enquetes desta natureza.

Tabela 7. Profissão/ocupação dos genitores dos respondentes

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS GENITORES			
CATEGORIA ADM	N	PORCENTAGEM	SUCUPIRA 2020
Ciências Agrárias	55	0,06	0,09
Ciências da Natureza	104	0,11	0,11
Ciências da Saúde	110	0,12	0,19
Ciências Exatas	163	0,18	0,12
Ciências Humanas	222	0,24	0,14
Ciências Sociais Aplicadas	119	0,13	0,10
Engenharias	100	0,11	0,10
Linguística, Letras e Artes	43	0,05	0,06

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, são apresentadas tabelas-síntese das análises realizadas. Primeiramente, são apresentados os resultados das regressões, em que se encontram apenas coeficientes com p-valor igual ou menor que 0,05. Em seguida, são apresentadas as associações, em que também são expostos apenas os resultados que obtiveram o mesmo nível de significância estatística.

Determinantes sociodemográficos das práticas acadêmicas

Nos modelos de regressão que serão expostos na Tabela 8, os coeficientes para cada variável independente (explicativa) - gênero, tempo institucional, profissão e escolaridade dos genitores - trazem a razão de chances (odds ratio) em se marcar uma prática acadêmica (consultoria para empresas, publicar livros técnicos etc.). Vale lembrar que chance é um conceito estatístico calculado pela probabilidade de ocorrência de um evento dividida pela probabilidade de não ocorrência do mesmo evento. Razão de chance explicita uma relação entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de o mesmo evento ocorrer em outro grupo (e.g. consultoria para gênero masculino e para gênero feminino).

O modelo de regressão, para cada variável independente, estabelece um dos valores como referência. No caso da variável gênero, por exemplo, o valor de referência é feminino. O modelo então trará a razão de chances de gênero masculino marcar uma prática, ou seja, a chance de homens marcarem uma prática em relação à chance de mulheres fazerem o mesmo. Se o coeficiente estiver entre 0 e 1, isso indica uma chance menor para homens se comparado às mulheres. Se estiver acima de 1 indica chance maior para homens se comparado à chance das mulheres.

No caso de práticas extensionistas (1a à 6a na lista de práticas), tem-se que: homens têm mais chance de realizar consultoria para empresas e depósito de patentes, ao passo que mulheres a oferecerem cursos para a comunidade externa; quanto mais tempo

na instituição menos os agentes fazem divulgação científica ou ofertam cursos para a comunidade externa; o aumento da escolaridade do pai eleva as chances de práticas de consultoria para empresas e governos e de publicação de livros para o público em geral; as profissões de nível mais elevado dos pais impactam positivamente em publicar livros para o público em geral; o aumento da escolaridade da mãe impacta negativamente em prestar consultoria para governos e ofertar cursos para a comunidade externa, do mesmo modo as mães terem sido donas de casa e desempenharem cargos administrativos impactou negativamente na oferta de cursos para a comunidade externa e na publicação de livros para o público em geral.

Nas práticas administrativas (7a à 11a na lista), tem-se que: homens têm menos chances de compor comissões internas de pesquisa; o tempo maior de atividade na instituição interfere nas chances menores de compor comissões internas de pesquisa e de coordenar a graduação; o aumento da escolaridade dos pais diminui as chances de se compor a coordenação de pós-graduação; cargos mais altos ocupados pelos pais impactam positivamente nas chances para compor comissões de agências reguladoras e comissões internas de pesquisa; a maior escolaridade da mãe impacta negativamente a chance de se compor comissões de agências reguladoras.

Entre as práticas acadêmico-científicas (12a à 19a da lista), tem-se que: homens têm menos chances de realizar pareceres para periódicos, e de participar e de organizar eventos científicos; quanto mais tempo na instituição, os integrantes dos programas têm menos chances de participar de grupos de pesquisa e de participar e organizar eventos científicos; a escolaridade mais elevada dos pais impactou negativamente em dar pareceres em periódicos, ao passo que aqueles cujos pais ocupavam cargos na área comercial têm mais chance de organizar eventos científicos.

Nas práticas de ensino (20a e 21a da lista), tem-se que quanto mais tempo na instituição menor a chance de se praticar a docência e a orientação de estudantes na graduação.

Tabela 8. Síntese dos modelos de regressão logística para cada atividade acadêmica

SÍNTSEZ DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS COM SIGNIFICÂNCIA ESTATÍSTICA						
PRÁTICAS	MASCU-LINO	TEMPO DE INST.	ESCOL. PAI	PROFISSÃO PAI	ESCOL. MÃE	PROFISSÃO MÃE
Consultoria empresas	2,31	–	2,38 (ES)	–	–	–
Consultoria governos	–	–	3,82 (PG)	–	0,34 (PG)	–
Depósitos de patentes	1,55	–	–	–	1,8 (EM)	–
Divulgação científica	–	0,98	–	–	–	–
Curso comunidade externa	0,42	0,97	–	–	0,51 (ES)	0,51 (D. Casa)
Publicar livro público geral	–	–	2,32 (PG)	2,95 (Cargo Adm.) 5,38 (Industrial)	–	0,38 (D. Casa) 0,1 (Cargo Adm.)
Consultoria ag. fomento	–	–	–	–	–	–
Comissões de agências reguladoras	–	–	–	9,68 (Empresário) 5,0 (Comercial)	0,28 (ES)	–
Comissões internas pesquisa	0,72	0,98	–	2,03 Comercial	–	–
Coordenação de graduação	–	0,97	–	–	–	–
Coordenação de programas PG	–	–	0,48 (EM) 0,46 (ES)	–	–	–
Participação em grupo de pesquisa	–	0,97	–	–	–	–
Coordenação de grupo de pesquisa	–	1,03	0,65 (EM) 0,53 (PG)	–	–	–
Sociedade científica nacional	–	–	0,62 (EM)	–	–	–
Sociedade científica internacional	–	–	2,36 (PG)	–	–	–
Publicar livro técnico	–	–	–	2,18 (Cargo Adm.) 2,81 (Industrial)	–	–
Parecer em revista científica	0,42	–	0,27 (EM)	–	–	–
Participação evento científico	0,47	0,97	–	–	–	–
Organização evento científico	0,64	0,98	–	2,09 (Comercial)	–	–
Docência na graduação	–	0,94	–	–	–	–
Orientação na graduação	–	0,97	–	–	–	–

Fonte: Elaboração própria.

Nos diferentes conjuntos de práticas observam-se elementos de hierarquização: há diferenças de gênero mostrando, por exemplo, que homens têm menos chances de se envolver com práticas consideradas burocráticas (comissões internas, coordenação de graduação), sendo elas delegadas às mulheres; há muitas práticas cujas chances de realização diminuem em razão do maior tempo que se tem na instituição (divulgação científica, cursos para a comunidade externa). Em relação à origem familiar, a escolaridade do pai mostrou-se relevante em mais modelos relativamente à escolaridade da mãe, que aparece em poucos casos e de maneira inversa à escolaridade do pai, por exemplo, no caso de consultoria para governos.

Em nenhum modelo de regressão a variável raça-etnia mostrou-se significativa, sendo que a prevalência de brancos é marcante, conforme exposto anteriormente.

Práticas acadêmicas e seus contextos institucionais, sociais e culturais

Como esperado, a associação das práticas acadêmicas com as grandes áreas do conhecimento foi a que mais apresentou resultados significativos. Os testes foram aplicados agrupando as grandes áreas, pois para disciplinas isoladas é muito comum obter casas vazias nas tabelas de contingência, o que inviabilizaria a aplicação do teste qui-quadrado. Para situar o leitor, nas tabelas foram destacados em cinza os maiores valores de cada associação, estando presentes somente valores com significância estatística menor que 0,05. Por essa razão, não se encontram presentes as variáveis: atuar em agências reguladoras, participar de grupos de pesquisa, parecer em periódicos, docência na graduação, orientação na graduação e, ainda, categoria administrativa das instituições e a perspectiva religiosa dos respondentes.

Na Tabela 9, a seguir, estão as práticas extensionistas, sendo que duas delas se conectam ao mercado econômico,

consultoria para empresas e depósito de patentes, encontrando forte associação com as engenharias e programas com nota 7. No caso de consultoria para empresas, esta ainda se associa à posicionamento político (de Direita) e número de filhos (3 ou mais). Segundo o modelo de regressão, esta prática tem mais chances de ser realizada por homens do que por mulheres e por aqueles cujos pais possuem ensino superior.

Um contraponto se observa no quesito ofertar cursos para a comunidade externa, prática associada às ciências humanas e à linguística, letras e artes, e a respondentes que se declaram de Esquerda e que não possuem filhos. Segundo o modelo de regressão, mulheres mais jovens, cujas mães possuem menor escolaridade, têm mais chance de optarem por tal prática.

A desigualdade é nítida e ela não aponta para uma escala hierárquica linear (e.g. quanto mais favorecida for a origem familiar mais se pratica A ou B), mas a uma diferenciação social e cultural significativa. As práticas ligadas ao mercado econômico tendem a ser exercidas por homens de origem familiar mais favorecida, de composição social mais tradicional e conservadora – se declaram mais de Direita e possuem mais filhos. As associações encontradas pelos testes estatísticos aqui expostos não podem ser consideradas resultado do acaso. Pelo contrário, toda lógica do teste implica exatamente um esforço em excluir a hipótese do acaso para essas associações. Deste modo, se homens, com pais detentores de ensino superior, declarados de Direita e com família numerosa fazem consultoria para empresas e esta prática encontra ancoragem em programas nota 7 e especialmente entre as engenharias, isso denota um perfil social associado ao institucional: o pertencimento social marcado por pais com escolarização mais elevada correlaciona-se com a ocupação de posições altas na hierarquia acadêmica (atuação em programas com maior nota e em área de prestígio profissional). A escala das práticas se confunde aqui com a posição social de origem e, também, com a hierarquia institucional.

Tabela 9. Síntese dos testes qui-quadrado entre variáveis institucionais, sociais e culturais e as práticas acadêmicas

SÍNTSE DAS ASSOCIAÇÕES ENTRE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E ASPECTOS INSTITUCIONAIS, SOCIAIS E CULTURAIS										CURSO COMUN. EXTERNA			PUBLI. LIVROS GERAL			
GRANDE ÁREA	CONSULT. PARA EMPRESAS			CONSULT. PARA GOV.			PATENTES			DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA			Não		Sim	
	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Ciências Agrárias	0,75	0,25	0,89	0,11	0,82	0,18	0,62	0,38	0,65	0,35	0,93	0,38	0,35	0,93	0,38	0,07
Ciências da Natureza	0,91	0,09	0,74	0,26	0,82	0,18	0,53	0,47	0,63	0,38	0,86	0,41	0,38	0,86	0,41	0,14
Ciências da Saúde	0,88	0,12	0,87	0,13	0,80	0,20	0,57	0,43	0,59	0,41	0,89	0,41	0,41	0,89	0,41	0,11
Ciências Exatas	0,87	0,13	0,90	0,10	0,79	0,21	0,69	0,31	0,70	0,30	0,92	0,30	0,30	0,92	0,30	0,08
Ciências Humanas	0,96	0,04	0,83	0,17	0,99	0,01	0,59	0,41	0,44	0,56	0,77	0,44	0,44	0,77	0,44	0,23
Ciências Soc. Aplicadas	0,91	0,09	0,81	0,19	0,98	0,02	0,62	0,38	0,57	0,43	0,86	0,43	0,43	0,86	0,43	0,14
Engenharias	0,49	0,51	0,89	0,11	0,63	0,37	0,76	0,24	0,76	0,24	0,97	0,24	0,24	0,97	0,24	0,03
Ling., Letras e Artes	0,91	0,09	0,91	0,09	0,98	0,02	0,65	0,35	0,44	0,56	0,74	0,56	0,56	0,74	0,56	0,26
NOTA CAPES																
3	0,89	0,11	—	—	0,83	0,17	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	0,90	0,10	—	—	0,89	0,11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	0,87	0,13	—	—	0,87	0,13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	0,86	0,14	—	—	0,91	0,09	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	0,77	0,23	—	—	0,75	0,25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
POSICIONAMENTO POLÍTICO																
De Centro	0,79	0,21	—	—	—	—	—	—	—	—	0,67	0,33	—	—	—	—
De Direita	0,76	0,24	—	—	—	—	—	—	—	—	0,74	0,26	—	—	—	—
De Esquerda	0,90	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	0,54	0,46	—	—	—	—
Prefiro não responder	0,82	0,18	—	—	—	—	—	—	—	—	0,58	0,42	—	—	—	—
FILHOS																
0	0,88	0,12	—	—	—	—	—	—	—	—	0,52	0,48	—	—	—	—
1	0,85	0,15	—	—	—	—	—	—	—	—	0,58	0,42	—	—	—	—
2	0,87	0,13	—	—	—	—	—	—	—	—	0,63	0,37	—	—	—	—
3	0,74	0,26	—	—	—	—	—	—	—	—	0,68	0,32	—	—	—	—
LOCALIZAÇÃO																
Interior	—	—	0,89	0,11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital	—	—	0,82	0,18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Elaboração própria.

Em continuidade, a Tabela 10 contém as práticas administrativas. O destaque recai no quesito consultoria para agências de fomento como fortemente associado a programas com nota 6 e 7, demonstrando que a hierarquia institucionalizada conforme as notas dos programas se relaciona com a ocupação dos espaços que determinam a política de fomento à pesquisa em âmbito nacional. Por outro lado, coordenar a graduação, prática considerada burocrática e que demanda esforço significativo de trabalho, está associada a ser solteiro, sem filhos e exercido com mais chances por aqueles com menos tempo na instituição.

Como observado nos modelos de regressão, há muitos fatores que diminuem as chances de se realizar práticas administrativas, como ser homem, ter mais tempo na instituição e genitores com escolaridade mais alta.

Para as práticas acadêmico-científicas constantes na Tabela 11, destacam-se a forte associação de quase todas as práticas com a grande área de linguística, letras e artes, bem como a associação entre participar de sociedades científicas nacionais e o posicionamento político de Esquerda e, logo em seguida, de Direita.

No caso das sociedades científicas internacionais, essa participação incide significativamente em programas localizados nas capitais dos estados analisados, mas chama atenção o fato de as notas dos programas dos respondentes não estarem associadas a tal participação. Uma hipótese pode ser a ausência de quesitos que especificasse melhor o processo de internacionalização das instituições e suas práticas, como a participação em consórcios transnacionais de pesquisa, a coordenação ou composição de equipes internacionais de investigação, a atuação como professor visitante, os estágios de pesquisa, entre outros.

De um modo geral, as três áreas - linguística, letras e artes, ciências humanas e ciências sociais aplicadas - concentram o exercício de práticas acadêmico-científicas apresentadas. Em relação à organização de eventos científicos, constata-se essa prática em todos os programas avaliados com as

notas entre 3 e 7, mas com maior incidência neste último estrato, conformando a importância da atividade na circulação de pesquisadores e do conhecimento produzido.

Interpretações preliminares

Respondendo aos pressupostos desta investigação, constata-se que a origem social e familiar dos(as) respondentes mostrou-se relevante para a hierarquização das práticas acadêmicas. Observou-se a alta frequência de estruturas matrimoniais tradicionais (casados) e assimétricas (mães donas de casa) em favor dos genitores masculinos, sendo a escolaridade destes decisiva em mais modelos de regressão em comparação com as mães. Igualmente, as mulheres ao lado daqueles com menos tempo na instituição tendem a mobilizar práticas de menor prestígio, com demandas maiores de tempo de trabalho e de responsabilidades internas e organizacionais.

Outro elemento importante foi o tempo de instituição e a dinâmica institucional das práticas. O que se explicitou nas análises é o perfil de respondentes mais jovens, solteiros e sem filhos (potencialmente dispondo de mais tempo para atividades acadêmicas) serem responsáveis por práticas marcadas pelo trabalho rotineiro (docência e orientação na graduação aí incluídas) e administrativas.

Mesmo considerando-se os limites dos dados aqui coletados, posto que recorrem à nota dos programas e às grandes áreas de conhecimento já definidas pela Capes, as análises levantam aspectos importantes do funcionamento do sistema da pós-graduação e suas frestas internas. Por exemplo, ao se constatar que a consultoria para empresas está fortemente associada a programas nota 7, pode-se estabelecer uma relação entre a posição mais elevada dos programas e o recrutamento de professores/pesquisadores com recursos válidos em outros espaços que não o acadêmico.

Assim, a análise das práticas extensionistas tornou-se um ponto relevante na presente pesquisa, uma vez que a hierarquia institucional e a diferenciação de tais práticas conectam os programas de pós-graduação ao mundo exterior. Ao relacionar a consultoria

Tabela 10. Síntese dos testes qui-quadrado entre variáveis institucionais, sociais e culturais e as práticas acadêmicas (continuação)

	SÍNTSEZ DAS ASSOCIAÇÕES ENTRE PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS E ASPECTOS INSTITUCIONAIS, SOCIAIS E CULTURAIS							
	CONSULT. PARA AG. FOMENTO		COM. INTERNA DE PESQUISA		COORD. DE GRADUAÇÃO		COORDENAÇÃO DE PPG	
GRANDE ÁREA	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ciências Agrárias	—	—	0,45	0,55	0,95	0,05	—	—
Ciências da Natureza	—	—	0,52	0,48	0,87	0,13	—	—
Ciências da Saúde	—	—	0,33	0,67	0,93	0,07	—	—
Ciências Exatas	—	—	0,55	0,45	0,88	0,12	—	—
Ciências Humanas	—	—	0,48	0,52	0,88	0,12	—	—
Ciências Soc. Aplicadas	—	—	0,35	0,65	0,91	0,09	—	—
Engenharias	—	—	0,55	0,45	0,85	0,15	—	—
Ling., Letras e Artes	—	—	0,44	0,56	0,70	0,30	—	—
NOTA CAPES								
3	0,83	0,17	—	—	—	—	0,66	0,34
4	0,62	0,38	—	—	—	—	0,79	0,21
5	0,57	0,43	—	—	—	—	0,78	0,22
6	0,49	0,51	—	—	—	—	0,78	0,22
7	0,41	0,59	—	—	—	—	0,87	0,13
POSICIONAMENTO POLÍTICO								
De Centro	—	—	—	—	—	—	—	—
De Direita	—	—	—	—	—	—	—	—
De Esquerda	—	—	—	—	—	—	—	—
Prefiro não responder	—	—	—	—	—	—	—	—
FILHOS								
0	—	—	—	—	0,82	0,18	—	—
1	—	—	—	—	0,89	0,11	—	—
2	—	—	—	—	0,90	0,10	—	—
3	—	—	—	—	0,94	0,06	—	—
ESTADO CIVIL								
Casada/o	—	—	—	—	0,90	0,10	—	—
Divorciada/o	—	—	—	—	0,85	0,15	—	—
Solteira/o	—	—	—	—	0,79	0,21	—	—
União estável	—	—	—	—	0,90	0,10	—	—
Viúva/o	—	—	—	—	0,85	0,15	—	—

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 11. Síntese dos testes qui-quadrado entre variáveis institucionais, sociais e culturais e as práticas acadêmicas (continuação)

	SÍNTSEZ DAS ASSOCIAÇÕES ENTRE PRÁTICAS ACADEMICO-CIENTÍFICAS E ASPECTOS INSTITUCIONAIS, SOCIAIS E CULTURAIS									
	COORDENAÇÃO GP		SOC. CIENTÍFICA NACION.		SOC. CIENTÍFICA INTERNACION.		PUBLICAR LIVROS TÉCNICOS		ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	
GRANDE ÁREA	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ciências Agrárias	0,38	0,62	0,64	0,36	0,85	0,15	0,38	0,62	0,36	0,64
Ciências da Natureza	0,50	0,50	0,62	0,38	0,84	0,16	0,54	0,46	0,39	0,61
Ciências da Saúde	0,42	0,58	0,66	0,34	0,85	0,15	0,45	0,55	0,35	0,65
Ciências Exatas	0,48	0,52	0,69	0,31	0,83	0,17	0,63	0,37	0,29	0,71
Ciências Humanas	0,30	0,70	0,52	0,48	0,80	0,20	0,25	0,75	0,19	0,81
Ciências Soc. Aplicadas	0,31	0,69	0,56	0,44	0,80	0,20	0,35	0,65	0,25	0,75
Engenharias	0,48	0,52	0,66	0,34	0,85	0,15	0,48	0,52	0,48	0,52
Ling., Letras e Artes	0,23	0,77	0,42	0,58	0,74	0,26	0,23	0,77	0,21	0,79
NOTA CAPES										
3	—	—	—	—	—	—	—	—	0,43	0,57
4	—	—	—	—	—	—	—	—	0,33	0,67
5	—	—	—	—	—	—	—	—	0,33	0,67
6	—	—	—	—	—	—	—	—	0,28	0,72
7	—	—	—	—	—	—	—	—	0,22	0,78
POSICIONAMENTO POLÍTICO										
De Centro	—	—	0,62	0,38	—	—	—	—	0,34	0,66
De Direita	—	—	0,59	0,41	—	—	—	—	0,36	0,64
De Esquerda	—	—	0,57	0,43	—	—	—	—	0,27	0,73
Prefiro não responder	—	—	0,76	0,26	—	—	—	—	0,39	0,61
LOCALIZAÇÃO										
Interior	—	—	—	—	0,86	0,14	—	—	—	—
Capital	—	—	—	—	0,79	0,21	—	—	—	—

Fonte: Elaboração própria.

125

para empresas como prática exercida com mais chances por homens de pais altamente escolarizados, na área das engenharias, em programas muito bem avaliados pela Capes, declarados politicamente de Direita (em seguida de Centro) e com três ou mais filhos, tem-se um perfil da dinâmica do sistema.

Aqui se pode inferir que o capital social advindo da origem social mais favorecida, com maiores possibilidades de criação de

grupos de afinidades e de formação de laços de sociabilidade, que podem ser mobilizados quase de modo ‘natural’, geram lucros no mercado das transações pessoais e profissionais. Incitar os ganhos provenientes do pertencimento a uma família numerosa, com pais estabelecidos social e profissionalmente e a adesão a perspectivas políticas mais conservadoras é, nesse sentido, fundamental e não mero acaso.

Por outro lado, outra prática de extensão marcante é a oferta de cursos para a comunidade externa, realizada com mais chances por mulheres, sem filhos, mais jovens, das áreas de linguística, letras e artes e ciências humanas, declaradas politicamente de Esquerda e cujas mães tiveram menor escolaridade. O contraste com o caso anterior parece ir além de diferenças de gênero, idade e posicionamento político, mas, antes, indica uma posição social conjugada a áreas particulares do conhecimento. Enquanto na prática de consultoria para empresas podem estar em jogo a manutenção de laços de sociabilidade revertidos em ganhos financeiros, na prática dos cursos para a comunidade externa busca-se o reconhecimento simbólico tanto ao atuar em prol de causas sociais quanto ao dar o retorno social, de modo compensatório, à sua própria origem de classe.

No caso das consultorias para governos, as análises indicam alta escolaridade dos pais, baixa escolaridade das mães e instituições situadas nas capitais, sendo que sua interpretação se demonstra frágil e restrita a aspectos de possibilidade de melhores relações garantidas pela localização institucional em grandes centros urbanos.

Considerações finais

Na esfera da ciência, não só o destino, mas também nosso objetivo é o de nos vermos, um dia, ultrapassados. Não nos é possível concluir um trabalho sem esperar, ao mesmo tempo, que outros avancem ainda mais. E, em princípio, esse progresso se prolongará ao infinito.

Max Weber, Ciência e política: duas vocações, 1919.

O presente artigo buscou se inscrever na tradição de estudos sobre práticas científicas, ainda que não esteja baseado em etnografias, estudos microssociológicos e suas redes (ver Latour, 2000; Lynch, 1979; Marini; Marras, 2022; Matos; Ipiranga, 2017), procurando, assim, se manter fiel a uma abordagem que entende as práticas como inscrições das estruturas sociais na realidade fenomenológica observável. Por isso, coletaram algumas informações sobre a origem

social e familiar dos professores/pesquisadores tornou-se essencial para lançar luz sobre o papel dessas heranças na estruturação do espaço institucional da pós-graduação. Com isso, percebe-se como diferenças de origem podem ser observadas em hierarquias institucionais - refletida na classificação de áreas e no escalonamento dos programas -, e em assimetrias internas aos programas de pós-graduação, guiando lógicas específicas e criando uma hierarquia das práticas (Bourdieu, 2004, 2012; Albert; Kleinman, 2011).

Os processos tácitos de hierarquização que se dão em espaços como o acadêmico nem sempre se observam diretamente ou por meio de números absolutos disponíveis, sendo que a constituição de dados mais extensos e que permitam o estabelecimento de relações entre a configuração do sistema e as clivagens no interior dos programas oferecem um caminho importante de análise. As práticas acadêmicas, assim, não se tornam mera atividade, mas assumem o estatuto de parte estruturada e estruturante do campo acadêmico. Elas estão em relação entre si não do ponto de vista de interações empíricas entre seus agentes, mas como espaço que reflete posições desses professores/pesquisadores em função de suas trajetórias e origens. Tem-se então um espaço hierarquizado na medida em que se detectam certas diferenças de origem social e familiar (mais ou menos favorecida) ocupando posições (em termos de práticas) determinadas, relações estas aqui validadas estatisticamente.

Sobre os dados institucionais, entende-se que o presente trabalho está bastante aderente às definições das agências reguladoras, como a nota dos programas e as áreas de conhecimento definidas pela Capes, o que poderia implicar a adesão a um parâmetro oficial. Todavia, a arbitrariedade da classificação pode ser relativizada ao considerar que os próprios pesquisadores são os responsáveis pelo estabelecimento de padrões que resultam na avaliação dos programas e áreas. Ressalta-se, assim, a autonomia relativa que o campo acadêmico brasileiro usufrui de ser moldado pelos pares, bastante singular em comparação a outros países.

Por fim, nota-se que os estudos sobre a pós-graduação brasileira tem se restringido a técnicas de estatística descritiva e, em boa medida,

às ciências humanas e sociais. Aprofundar a investigação sobre as hierarquias e assimetrias na pós-graduação com dados sobre todas as áreas do conhecimento, pode aportar um panorama mais detalhado e de conjunto desta realidade. O que se evidencia aqui é que um modo de hierarquia institucional dos programas se revela também pelas diferenças de origem social e familiar dos seus membros. Aspecto inédito para pesquisas nesse domínio.

Ainda, tal hierarquia diz respeito às práticas que refletem assimetrias internas nos distintos programas. Assim, vemos aliadas duas ordens de questões que podem ser investigadas: o modo de reprodução da hierarquia dos programas de pós-graduação que caracteriza o sistema; e a divisão das práticas acadêmicas em seu interior legitimando formas de escalonamento das funções docentes e do exercício da pesquisa acadêmica.



Referências

Albert, M.; Kleinman, D. L. (2011). Bringing Pierre Bourdieu to Science and Technology Studies. *Minerva*, 49: 263–273. <http://dx.doi.org/10.1007/s11024-011-9174-2>

Almeida, G. C. C. D. (2018). *A mulher na pesquisa em jornalismo teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 149 p.

Alves, M. F.; Oliveira, J. F. de. (2015). Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30(2): 351-376,. <https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>

Arruda, M. A. N. (1999). A nova política de Pós-Graduação no Brasil. *Tempo Social*, 11(2): 219-229. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200012>

Azevedo, M. L. N. de; Catani, A. M.; Hey, A. P. (2017). Circulação das ideias e internacionalização da Educação Superior: inferências a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Educação*, 40(3), 296-304. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28980>

Balbachevsky, E. (2005). A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In. C. Brook; S. Schwartzman (orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 285-314.

Barreira, I.; Côrtes, S.; Lima, J. C. (2018). A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(13): 76-103. <https://doi.org/10.20336/rbs.259>

Baumgarten, M. (2010). Ciência, tecnologia e desenvolvimento–redes e inovação social. *Parcerias Estratégicas*, 13(26):101-124.

Bourdieu, P. (2004). *Usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora Unesp.

Bourdieu, P. (2012). *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

Candido, M. R., Feres, J.; Campos, L. A. (2020). Desigualdades na elite da ciência política brasileira. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19: 564-582. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488>

Capes. Geocapes - Sistemas de Informações Georeferenciadas. 12 de junho de 2023. Disponível em <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em 18 de abril de 2024.

Dagnino, R. (2012). Why science and technology capacity building for social development?, *Science and Public Policy*, 39(5): 548–556, <https://doi.org/10.1093/scipol/scs068>

Durham, E. R. (1998). *As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil*. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo 09/98. São Paulo, Nupes.

Feijó, R. N. (2019). *A política de internacionalização da pós-graduação no Brasil e a prática dos programas Proex em Ciências Sociais*. Tese (Doutorado Políticas Públicas), Porto Alegre, UFRGS, 196 p.

Feijó, R. N.; Trindade, H. (2021). A construção da política de internacionalização para a pós-graduação brasileira. *Educar Em Revista*, 37, e76211. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76211>

Freitas, M. de F. Q.; Souza, J. (2018). Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação stricto sensu. *Educar em Revista*, 34(71): 9-18. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62549>

Guzzo, R. S. L. (2018). Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em Psicologia. *Educar em Revista*, 34(71): 143-156. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62651>

Hey, A. P. (2015). Educação Superior e produção do conhecimento: interfaces entre atores, instituições e política. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (orgs.). *Educação Superior e Produção do Conhecimento*. Campinas: Mercado de Letras, v. 1, p. 231-252.

Hey, A. P. (2016a). "The Brazilian Academy of Sciences as a means to build the Brazilian scientific field". Apresentação no Colóquio Advanced Research on Brazilian Studies: Inquiries and Perspectives. King's College London, Londres, 21/01/2016 a.

Hey, A. P. (2016b). "Building the Brazilian scientific field: the case of Brazilian Academy of Sciences". Apresentação no congresso biannual da British Sociological Association (BSA) no Bourdieu Study Group. British Sociological Association e University of Bristol, Bristol/UK, 05/07/2016b.

Hey, A. P. (2017). "Les élites des Sciences Sociales au Brésil : les ruses entre les usages du pouvoir académique et les rapports avec l'État", Annalies du XVII Congress de l'Académie Française de Sociologie. Amiens, France, 03-06 Juillet 2017.

Hey, A. P. (2021). "Field of Power and New Symbolic Market in Post-Dictatorship Brazil: The Performance of Social Scientists", ISA - International Sociological Association, 2021.

Hey, A. P.; Catani, A. M. (2012). Campo universitário e novos doutores: discutindo as Humanidades no Brasil. In: M. de L. P. de Almeida; N.

Thomé (orgs.). *Educação, História e Política: uma discussão sobre processos formativos e socioculturais*. Campinas: Mercado de Letras, v. 1, p. 23-38.

Hey, A. P.; Catani, A. M.; Amorim, A. M. (2020). Internacionalização e transnacionalização na Pós-Graduação em Educação no Brasil: alguns embates. *Inter-ação (UFG online)*, 45: 670-687. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v45i3.62129>

Hey, A. P.; Rodrigues, L. S. (2017). Elites acadêmicas: as ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências. *Tempo Social [online]*, 29(3): 9-33. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964>

Laniado, R. N.; dos Santos, R. S. (2012). A importância do conhecimento e da C&T para a consolidação das instituições e da democracia. *Liinc em revista*, 8(1): 68-87.

Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.

Leite, F.; Codato, A. (2013). Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. *Revista Agenda Política*, 1(1): 1-21. <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero>

Lynch, M. E. (1979). *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*. University of California, Irvine.

Marini, M.; Marras, S. (2022). Expose and protect: reflections on experimental scientific practices based on a case study. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 19: e19603. <https://doi.org/10.1590/1809-43412022v19e603>

Martins, C. B. (2018). As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(13): 9-26. <https://doi.org/10.20336/rbs.256>

Martins, R. C. de R. (1999). A pós-graduação no Brasil: situação e perspectivas. *Sociedade e Estado*, 14(02): 273-297. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44361>. Acesso em: 19 mar.2024

Matos, L. B. de S.; Ipiranga, A. S. R. (2017). The translations and the organizing of scientific practices in R&D biotechnology. *Revista de Administração (São Paulo)*, 52(2): 199-211. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.006>

Morosini, M. C. (2009). A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. *Revista Argentina de Educación Superior*, 1: 125-152.

Neves, C. B.; Sampaio, H.; Heringer, R. (2018). A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 06(12): 19-41. <https://doi.org/10.20336/rbs.243>

Neves, T. K.; Lavarda, R. A. B.; Martins, C. B. (2019). Práticas estratégicas de internacionalização de programas de pós-graduação: estudo de caso em uma universidade pública do Sul do Brasil. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais (Internext)*, 14(2): 93-110. <https://doi.org/10.18568/internext.v14i2.465>

Nobre, L. N.; Freitas, R. R. (2017). A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 3(2): 26–39.

Oliveira, A.; Melo, M. F.; Pequeno, M.; Rodrigues, Q. B. (2022). O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia. *Sociologias*, 24(59): 170-198. <https://doi.org/10.1590/15174522-106022>

Oliveira, J. B. A. (1985). *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Oliveira, R. de; Guerrini, D. (2012). A universidade brasileira e a inserção da semi-periferia no sistema econômico mundial. *Liinc em Revista*, 8(1): 11-19. <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i1.459>

Paiva, F. M.; Brito, S. H. A. D. (2019). O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil (2010-2016). *Avaliação: Revista da*

Avaliação da Educação Superior (Campinas), 24: 493-512. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772019000200009>

Patrus, R.; Shigaki, H. B.; Dantas, D. C. (2018). Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. *Cadernos EBAPE*, 16: 642-655. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395166526>

Rejowski, M.; Ferro, R. C.; Sogayar, R. L. (2022). Pós-graduação em Turismo, Hospitalidade e Lazer no Brasil: da consolidação dos mestrados à emergência dos doutorados. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16: e22174. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2217>

Schwartzman, S. (1988). Brazil: opportunity and crisis in higher education. *Higher Education*, 17(1): 99-119. <https://doi.org/10.1007/BF00130902>

Sgarbi, V. S.; Santos, C. N. dos; Nascimento, M. L. F.; Luis, S. M. B.; Sgarbi, E. dos S.; Alves, C. H. A. (2022). Pós-graduações brasileiras em engenharia e a formação pedagógica docente: um estudo dos dados na Plataforma Sucupira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 27(1), 91–117. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000100006>

Soares, P. C. (2018). Contradições na pesquisa e pós-graduação no Brasil. *Estudos Avançados* [online]. 32(92): 289-313. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180020>.

Zampogna, K. M.; Backes, V. M. S.; Menegaz, J. D. C.; Fraga, F. M. R.; Tristão, F. R.; da Silva, G. T. R. (2020). Formação para a docência universitária: tendência dos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem no Brasil. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 10: e45.

Received on 08/05/2025*. Approved on 13/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Desigualdade negada: O discurso de Jair Bolsonaro sobre raça e ações afirmativas raciais no Brasil

Denied Inequality: Jair Bolsonaro's Discourse on Race and Racial Affirmative Actions in Brazil

Desigualdad negada: El discurso de Jair Bolsonaro sobre raza y acciones afirmativas raciales en Brasil

**Allan Cavalcante
Lira MAGALHÃES**

allan.c.lira@gmail.com

Doutorando em Filosofia
na Universidade Federal de
Santa Catarina.

**Luis Fernando
Cardoso e CARDOSO**

luiscardt@gmail.com

Professor Titular da
Universidade Federal do Pará.

130

Este artigo analisa manifestações do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro sobre raça e ações afirmativas raciais no Brasil. Empregando a metodologia da análise de discurso, o estudo examina vinte e sete pronunciamentos realizados entre 2006 e 2020. Na seção analítica, observou-se que Bolsonaro se vale de categorias retóricas de perversidade, futilidade e ameaça para influenciar sentimentos e opiniões contrários às políticas afirmativas. E manipula deliberadamente os conceitos de igualdade formal, unidade nacional e neutralidade racial a fim de obscurecer as profundas desigualdades e os conflitos inerentes à história de opressão racial no país, além de subverter a agenda de combate ao racismo. Sua prática discursiva ameaça pilares democráticos fundamentais, salientando a necessidade de vigilância e de resistência contínuas.

Palavras-Chave: Ações afirmativas raciais; Raça; Bolsonaro; Análise de discurso; Retórica conservadora.

This article analyzes former president Jair Messias Bolsonaro's statements on race and racial affirmative actions in Brazil. Using discourse analysis methodology, the study investigates twenty-seven statements made between 2006 and 2020. The analytical section reveals that Bolsonaro employs rhetorical categories of perversity, futility, and threat to influence sentiments and opinions against affirmative action policies. He deliberately manipulates the concepts of formal equality, national unity, and racial neutrality to obscure the deep-seated inequalities and conflicts inherent in the country's history of racial oppression, while also subverting the anti-racism agenda. His discursive practices threaten fundamental democratic pillars, underscoring the need for ongoing vigilance and resistance.

Keywords: Racial affirmative actions; Race; Bolsonaro; Discourse analysis; Conservative rhetoric.

Este artículo analiza las manifestaciones del expresidente Jair Messias Bolsonaro sobre raza y acciones afirmativas raciales en Brasil. Empleando la metodología del análisis del discurso, el estudio examina veintisiete pronunciamientos realizados entre 2006 y 2020. En la sección analítica, se observa que Bolsonaro recurre a categorías retóricas de perversidad, futilidad y amenaza para influir en sentimientos y opiniones contrarias a las políticas afirmativas. Además, manipula deliberadamente los conceptos de igualdad formal, unidad nacional y neutralidad racial con el fin de oscurecer las profundas desigualdades y los conflictos inherentes a la historia de opresión racial en el país, además de subvertir la agenda de combate al racismo. Su práctica discursiva amenaza pilares democráticos fundamentales, resaltando la necesidad de una vigilancia y resistencia continuas.

Palabras clave: Acciones afirmativas raciales; Raza; Bolsonaro; Análisis del discurso; Retórica conservadora.

131

1. Introdução

"Raça" e "ações afirmativas raciais" (AAR) são categorias entrelaçadas em complexas contendas retóricas que impregnam os ambientes acadêmico, jurídico, midiático e político do Brasil. Além de meras divergências de opinião, essas disputas ressaltam a luta pela definição dos significados que irão preencher e moldar as narrativas dominantes sobre o tema. Neste artigo, analisamos manifestações proferidas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro sobre raça e AAR. A escolha

do objeto de estudo justifica-se pela posição institucional proeminente então ocupada por ele de 2019 a 2022 e pelo impacto significativo da sua retórica sobre o eleitorado que o respalda, bem como sobre a população em geral. Esta análise não apenas oferece pistas sobre suas perspectivas individuais, mas também lança luz sobre a paisagem sociopolítica mais ampla na qual se inserem suas falas.

A raça, assim como quaisquer outras categorias sociais criadas para diferenciar e identificar pessoas e grupos, surge do

confronto dos diferentes. O negro, que antes não se autocompreendia desse modo, adquire identidade e *status* a partir da figura do homem europeu branco, cuja imagem foi convertida em sujeito universal pelo pensamento moderno. Nesse encontro, o corpo negro foi visto pelo seu colonizador não como semelhante, não como alguém, mas como algo imediatamente inferior. Como a diferença costuma causar medo e repulsa, esse sujeito, definido agora pela exterioridade da pele, foi encarado como ameaça a ser subjugada e exterminada (Fanon, 2008; Mbembe, 2014).

Portanto, quando falamos de raça, não nos referimos a um fato natural explicado biologicamente. Referimo-nos, antes, a uma ideia construída a partir de sentimentos e de paixões, transformada em crença e recebida como dado natural pelo imaginário coletivo. Com a raça, nasce também o racismo, uma forma de estruturação da sociedade que distribui poder, oportunidade, riqueza, privilégio e respeito segundo os estereótipos raciais (Almeida, 2018; Campos, 2017). No Brasil, em especial, por mais de três séculos, o tráfico negreiro e a expropriação da força de trabalho escravo movimentaram a economia local. Embora as consequências dessa história de esbulho da vida e do corpo, além da diáspora e do extermínio de culturas e comunidades, não sejam sempre evidentes, elas atravessam as instituições e práticas sociais, como o Estado, o mercado e a linguagem.

A aparente ausência de conflito racial, por exemplo, nos sentidos de democracia racial e miscigenação, gestados pela academia¹ e amplamente aceitos pela sociedade, desfaz-se rapidamente diante das estatísticas de raça referentes à violência, à política, ao mercado de trabalho e ao acesso à educação (IBGE, 2019). O cenário apresentado pelos números é alarmante por indicar o quanto a realidade da desigualdade econômica local está intimamente relacionada às dinâmicas do racismo. As políticas afirmativas são, portanto, urgentes, por mais limitadas que sejam. É o que ocorre com as AAR de ingresso no ensino público superior: elas são incapazes de corrigir os quadros brutais de desigualdade racial no país, bem como o racismo compreendido estruturalmente, mas seus benefícios são bem-vindos, além de contribuírem para o avanço da agenda dos movimentos antirracistas.

Contudo, políticas afirmativas costumam provocar animosidades na sociedade porque não atendem diretamente a interesses gerais e, por isso, parecem ofender intuições básicas sobre igualdade e justiça. Como resultam na redistribuição de oportunidades para uns em detrimento de outros, estes tendem a reagir como se as AAR representassem um ataque direto aos seus direitos básicos. Quando sentimentos reacionários desse tipo são mobilizados em larga escala, toda e qualquer conquista contra o racismo e a discriminação é colocada em risco.

¹ A exemplo da obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Em especial, se o chefe máximo do Executivo participa desse discurso e mobiliza esses sentimentos, a intransigência racista que escorre da sua narrativa sai do subterrâneo das ideias ganhando aparência de legitimidade institucional. A sua retórica não se sustenta fática ou cientificamente, sustenta-se, antes, no escárnio e na negação de fatos e fenômenos que temos por verdadeiros no estado atual do pensamento crítico, como o racismo. Trata-se de uma retórica que ameaça valores e compromissos democráticos essenciais, tais como o respeito, a pluralidade, a inclusão e a eliminação de todas as formas de violência. Tudo em nome da preservação dos privilégios daqueles que se encontram confortavelmente posicionados em disposições estruturais dominantes.

Considerando o que está em risco e é imprescindível ocupar este debate, analisamos, neste artigo, vinte e sete manifestações do ex-presidente Jair Bolsonaro realizadas entre 2006 e 2020 sobre ações afirmativas raciais e a raça, visando compreender o discurso, os sentidos e as ideologias que ele articula. O trabalho dialoga com análises discursivas de grande relevância sobre as AAR, a saber, o trabalho de Karine Pereira Goss (2009, 2010), que analisa os argumentos de intelectuais brasileiros sobre o tema, e o de Luiz Augusto Campos (2019), que, de modo semelhante, cataloga e sintetiza os posicionamentos publicados nos dois jornais de maior circulação nacional durante a década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas.

Como as formas da retórica da reação elaboradas por Albert Otto Hirschman (1992) – perversidade, futilidade e ameaça – foram utilizadas diretamente por Goss e equiparam-se aos tipos de argumento examinados por Campos, optamos por adotá-las como categorias teóricas de análise nesta pesquisa. Adicionamos a essas categorias os sentidos mais reiterados nas manifestações de Bolsonaro: igualdade, mérito, unidade e neutralidade racial. Assim, o trabalho descreve, na primeira parte, o método adotado: a análise de discurso. Na segunda parte, aborda as categorias teóricas de análise. Por fim, examina as manifestações coletadas à luz do método e das categorias adotadas.

I - Percorso metodológico: a análise de discurso

A palavra é um instrumento interessante, sempre que falamos sobre o mundo em que vivemos atribuímos forma e sentido a ele, ao mesmo passo que articulamos e reiteramos formas e sentidos socialmente constituídos. Alguns sentidos são repetidos há tanto tempo que costumamos percebê-los como dados naturais do mundo, fatos imparciais. Mas a fala é atravessada pelo poder (Foucault, 2021), porque reflete emaranhados ideológicos (Althusser, 2003; Pêcheux, 1995) e, por isso, nunca é inocente² ou neutra (Haraway, 2023). O discurso ocorre, como nota Orlandi (2022), precisamente na interação entre a ideologia e a linguagem. Nos termos de

² Para Haraway (2023), a linguagem não é inocente, porque está sempre comprometida com algum(ns) dos interesses em jogo.

um encadeamento analítico, o conteúdo da ideologia manifesta-se nos sentidos que compõem o discurso, que, por sua vez, se materializa na fala.

A análise do discurso propõe-se a fazer o caminho inverso: ir da fala de um determinado sujeito aos sentidos e às formações ideológicas que o interpelam (Orlandi, 2022). Por isso, esse é o método que nos interessa neste trabalho. Com ele, podemos analisar os conjuntos de sentidos, imagens e ideologias nas falas de Bolsonaro, formando seu discurso sobre as AAR e a raça. Assim, demonstraremos como, com frequência, as manifestações de ideais, tais como justiça e igualdade, ocultam os ímpetos de dominação que impregnam as posições políticas do ex-presidente. Como o movimento promovido pelo método implica o aprofundamento para além da superfície falada, ele abrange e demanda um largo aparato teórico³ para o procedimento analítico.

A análise do discurso envolve, por um lado, os fundamentos teóricos que definem o método e, por outro, as ferramentas escolhidas pelo analista para viabilizar a análise do texto conforme o tema de pesquisa definido. Primeiramente, considerase a *ideologia*, o sentido e a própria definição de *discurso* (Brandão, 2004; Florencio et al., 2009; Orlandi, 2001). Em seguida, no contexto deste trabalho, são utilizadas categorias teóricas que

auxiliam na catalogação das falas e na interpretação do discurso sobre AAR e raça. Essas categorias incluem as três formas de retórica da reação formuladas por Hirschman, bem como os conceitos de igualdade formal, mérito, unidade nacional e neutralidade racial. Todas as categorias teóricas selecionadas para o estudo, que serão detalhadas na seção seguinte, foram escolhidas com base na catalogação e na leitura prévia das manifestações coletadas.

Foram identificadas vinte e sete manifestações do ex-presidente Bolsonaro em plataformas digitais, proferidas entre 2006 e 2020. Destas, dezessete foram analisadas, enquanto as outras 10 correspondem a fragmentos do material examinado. O conteúdo analisado inclui oito manifestações disponíveis no Youtube, oito no Twitter (X) e uma no Facebook. As falas foram listadas e agrupadas em “comentários relacionados às AAR” e “comentários relacionados à raça”. Com as falas catalogadas e as categorias teóricas estipuladas, partimos para a análise. Optamos por utilizar, primeiro, a retórica da reação de Hirschman, porque seus três tipos – perversidade, futilidade e ameaça – ilustram jogos retóricos de persuasão que, apesar de ardis, ocorrem no nível da superfície discursiva. No passo seguinte, com as categorias de igualdade, mérito, unidade e neutralidade – todas representativas de formações

³ Um dos primeiros formuladores da análise de discurso, Michel Pêcheux, a quem se deve em grande medida a versão francesa do método, era leitor de Foucault e de Althusser, dos quais tomou por empréstimo, respectivamente, os conceitos de discurso e de ideologia. Além disso, o método comunica-se com a linguística, a psicanálise, o estruturalismo e outras contribuições do pensamento crítico.

ideológicas –, exploramos os sentidos compreendidos pela estrutura discursiva reproduzida por Bolsonaro. Nessa ordem, podemos promover o aprofundamento objetivado pela análise do discurso. Na próxima seção, abordaremos as definições escolhidas.

II - Caminho teórico

A retórica de reação às ações afirmativas raciais

Hirschman (1992)⁴ analisou manifestações reativas a grandes eventos tidos como progressistas: a Revolução Francesa, a conquista do Sufrágio Universal, as *Poor Laws* e o *Welfare State*. Ele concluiu que a retórica da reação assume três formas básicas: argumento de perversidade, argumento de futilidade e argumento de ameaça. Hirschman (1992) entende o “progresso” como o domínio discursivo em disputa permanente, de modo que as conquistas possibilitadas pela conjuntura política de uma determinada época e de um determinado local podem ser abandonadas ou a própria compreensão do que essas conquistas significam pode ser alterada com o tempo.

A forma retórica da perversidade resume-se na ideia de que “a tentativa de empurrar a sociedade em determinada

direção fará com que ela, sim, se move, mas na direção contrária” (Hirschman, 1992, p. 18). Portanto, as consequências trágicas de qualquer tentativa de mudança levarão a sociedade a um resultado oposto ou distante do objetivo inicial. Na retórica da futilidade, Hirschman (1992) sugere que o propósito é convencer o outro de que a medida ou a posição adotada produzirá os resultados desejados, porém serão insignificantes ou meramente cosméticos. Embora menos incisiva que a perversidade, a futilidade pode ser ainda mais persuasiva precisamente por sua sutileza. Por fim, o argumento da ameaça associa o receio de custos sociais inaceitáveis à política em questão. Busca-se, assim, convencer o público de que medidas que possam ameaçar valores fundamentais da sociedade devem ser desencorajadas desde o início, independentemente da desejabilidade da proposta e de seus benefícios potenciais (Hirschman, 1992).

Embora o contexto não seja o mesmo, os tipos de argumentos identificados por Hirschman possuem valor elucidativo em outros temas controversos que costumam despertar reatividade entre os conservadores. Assim, Goss (2009, 2010) utilizou as categorias do autor para catalogar manifestações de intelectuais brasileiros sobre as AAR em universidades públicas, proferidas por pessoas que

⁴ Albert Hirschman (1915-2012) foi um economista e cientista político alemão, reconhecido por suas contribuições à teoria do desenvolvimento econômico e à análise de sistemas políticos. Lecionou em universidades de prestígio, como Columbia, Harvard e o Institute for Advanced Study em Princeton. Sua obra “A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça”, publicada originalmente em 1991, examina os padrões argumentativos conservadores contra as transformações sociais, desde a Revolução Francesa até os ataques contemporâneos ao Estado de Bem-Estar Social.

reivindicam uma posição neutra em relação ao tema. Os argumentos desses cientistas, no entanto, manifestam reiteradamente posições políticas e relações de poder. A autora identificou a perversidade em manifestações que sustentam com veemência que as AAR provocam e intensificam o racismo, em vez de combatê-lo, o que se percebe na fala de Yvonne Maggie, antropóloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): “esse critério da UnB é estarrecedor porque institui o racismo para combater o racismo” (Goss, 2008, p. 104).

Quanto à futilidade, Goss (2009, 2010) observou-a em manifestações que reconhecem que as AAR objetivam combater a discriminação racial e a desigualdade educacional, mas sustentam serem inaptas para enfrentar a complexidade desses problemas. Estes intelectuais insistem em afirmar que a política afirmativa tira o foco, recursos e a energia de medidas que poderiam promover efetivamente a igualdade, como o investimento maciço em educação básica.

Goss (2009, 2010) observou, por fim, o argumento da ameaça na afirmação segundo a qual as cotas introduzem o negro como figura jurídica e institucionalizam a divisão de grupos de acordo com a raça, criando classes diferentes de direitos. Dito dessa forma, põe-se em risco a visão harmoniosa de um país que não vive conflito racial,

apesar de não corresponder à realidade (Feres Júnior; Campos, 2016), e isso parece acarretar um custo inaceitável.

Com objetivo semelhante ao de Goss, Campos (2019) analisou os posicionamentos midiáticos emitidos nos dois jornais de maior circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, durante a década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas, em 2012. Uma vez identificados e agrupados, os argumentos foram divididos em cinco enquadramentos centrais⁵: a) a AAR racializa a sociedade, criando conflitos e divisões; b) as desigualdades não são raciais, são sociais; c) a AAR fere o Estado de direito e a cidadania; d) a AAR ameaça a qualidade e a isonomia na educação; e) a AAR é uma solução ineficiente ou paliativa. As contribuições oferecidas por essas categorias somam-se às discutidas por Hirschman e Goss. Podemos, inclusive, distribuir os cinco enquadramentos interpretativos segundo as teses da retórica conservadora, de modo que a letra “a” se refere a possíveis consequências perversas das AAR opostas aos efeitos pretendidos, exemplificando a tese da perversidade. As letras “b” e “e” salientam a ineficiência das AAR, seja porque são paliativas, seja porque se equivocam em relação ao problema combatido; por isso, alinharem-se à tese da futilidade. Por fim, as letras “c” e “d” reproduzem a tese da ameaça na medida em que retratam riscos

⁵ Campos (2019, p. 147), com o auxílio de integrantes do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação afirmativa (Gema) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), agrupou 815 textos desfavoráveis às AAR em 53 subenquadramentos, os quais, por fim, foram reunidos em cinco enquadramentos interpretativos principais.

inaceitáveis contra os valores e objetivos constitucionais, o Estado de direito, a cidadania e a qualidade da educação.

As pesquisas de Goss e de Campos convergem em diversos pontos da análise, como era de se esperar, considerando a proximidade nos temas, nos problemas e nos materiais empíricos coletados. Os autores debruçam-se sobre espaços aparentemente distintos, academia e mídia jornalística⁶, demonstrando como a mesma retórica dos tipos identificados por Hirschman costuma repetir-se entre diferentes agentes. Assim, considerando que as pesquisas de Goss e Campos reforçam o valor explicativo da retórica da intransigência, este artigo utiliza suas categorias argumentativas como parte do dispositivo analítico para examinar as manifestações de Jair Bolsonaro, sujeito conhecido pelas falas polêmicas, cujo impacto discursivo é evidente, dada sua popularidade e seu capital político.

III - Itinerário analítico

Uma mente intransigente

Nas manifestações analisadas que tratam diretamente de AAR, Bolsonaro destaca o quanto a política promove efeitos indesejados contra a igualdade e o mérito e, por isso, fomenta conflitos sociais. Essa é uma questão muito clara na primeira tese da retórica conservadora⁷. O efeito perverso das consequências

opostas às pretendidas, da racialização da sociedade e da intensificação de conflitos e divisões não é automático, provável nem sequer factível, mas a sua apresentação é revestida de evidência. Por exemplo, durante entrevista concedida à TV Cidade Verde em 2018, Bolsonaro foi questionado se as AAR reforçariam o preconceito no Brasil com o passar do tempo. Ele respondeu com convicção, como se se tratasse de um resultado óbvio que nem sequer devesse ser discutido. Ele fala como um revelador da verdade, alguém com a capacidade de ver o que ninguém viu e antecipar o resultado perverso (TV Cidade Verde, 2018).

Bolsonaro também fala da separação e da *discriminação* promovidas pelas AAR, relacionando-as ao Partido dos Trabalhadores (PT). Acusa a AAR de ser “tão separatista” e “ocasionar briga entre nós”, de modo que “estamos alimentando ódio entre brancos e negros, e o PT é especialista nisso” (Bolsonaro, 2013). Ou: “a política da luta de classes largamente usada pelo PT jogando negros contra brancos [...] parabéns Dilma Rousseff [...] o teu partido sempre pregou a divisão [...] pra poder governar” (Bolsonaro, 2014). Ele quer que seu ouvinte encare o efeito perverso como verdade, associando-o ao PT, a personificação desse resultado. Bolsonaro usa, ainda, a expressão “cotas do ódio” (Bolsonaro, 2015) para se referir às AAR e promete que “qualquer política que tenha como consequência

⁶ Que se sobrepõem quando as publicações nos jornais analisadas por Campos (2019) são assinadas por acadêmicos.

⁷ Assim como no primeiro enquadramento principal apresentado por Campos (2019, p. 147): a AAR racializa a sociedade, cria conflitos e divisões.

a segregação da sociedade, como se os fins justificassem os meios, não receberá nosso apoio. Chega de colocarem [...] negros contra brancos" (Bolsonaro, 2018a). Na prática, separação e discriminação são características marcantes da vida política de Bolsonaro, observadas na constante política de ataque aos inimigos e de ódio aos grupos e pessoas vulneráveis (Avritzer, 2020; Nunes, 2022).

A perversidade, assim, é facilmente instrumentalizada segundo os propósitos retóricos de Bolsonaro. Ela dispensa qualquer lastro científico e não exige compromisso de comedimento, pois baseia-se exclusivamente no medo. No primeiro plano, está o medo de que tentar fazer algo resulte invariavelmente na ocorrência ou no agravamento daquilo que se quer combater – o medo de um mundo separado, marcado por ódio e violência. No segundo plano, há temores inconscientes que emergem ante a possibilidade de que se realizem as medidas pretendidas – medo, portanto, de diminuição dos próprios privilégios ante o benefício reparador que as AAR almejam promover para os seus destinatários (Bento, 2022; Maia et al., 2023).

Há momentos⁸ em que Bolsonaro parece assumir que existem desigualdades ligadas à raça, mas afirma que as cotas raciais não têm aptidão para lidar com a questão, porque privilegiam indivíduos já privilegiados na ordem dos potenciais beneficiários.

Seu instrumento, nesse momento, é a futilidade. Aqui o sujeito afirma que os resultados pretendidos pelas AAR podem ser concretizados, mas apenas parcialmente. E isso não significa necessariamente que ele deseje ou preze a alteração profunda da realidade, uma vez que a alegada ineficiência pode ser manipulada a favor da conservação do status quo. Os sentidos presentes no discurso do ex-presidente Bolsonaro, portanto, são articulados em prol da manutenção de privilégios, seus e de seus semelhantes. Então, quando acusa a ineficiência das AAR, ele o faz unicamente para desacreditar as medidas.

Importa salientar que, em nenhuma das manifestações coletadas sobre as AAR, Bolsonaro destaca que a raça é apenas um subcritério para a concessão do benefício. De fato, o critério central na Lei de Cotas é a proveniência do ensino público:

A quase totalidade dos negros pobres não serão beneficiados pelo projeto acirrando [...] esse projeto privilegia o negro privilegiado, porque o filho do negro que tem condições, que não trabalha, que pode fazer o cursinho e vai ser aprovado nesse concurso, então o projeto privilegia o negro privilegiado (Bolsonaro, 2014, grifo nosso).

Se há duas maneiras ou mais de se dizer o mesmo dentro de uma formação discursiva dada, a opção por uma e não por outra é um tipo de esquecimento

⁸ Por exemplo, durante o Plenária da Câmara dos Deputados, realizada em 26 de março de 2014, quando se apreciava o PL 6738/2013, sobre a reserva de vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos para os negros (Bolsonaro, 2014) e em entrevista concedida à TV Cidade Verde em 2018, citada antes.

que diz algo, como “não dito” ou “dito de outro modo” (Pêcheux, 1995). Trata-se, portanto, de “escolher” silenciar certas informações para que determinados sentidos sejam constituídos. Por isso, seu discurso e sua oposição irredutível às ações afirmativas assumem um sentido quando o sujeito destaca exclusivamente o critério da raça. Por meio desse esquecimento, Bolsonaro constitui o sentido da futilidade contido na afirmação de que “o projeto privilegia o negro privilegiado”. Também é desse modo que os cenários hipotéticos de grave conflito social devidos ao efeito perverso causam mais impacto no imaginário do ouvinte.

De todo modo, Bolsonaro fala das ações afirmativas em termos exclusivamente de raça até 23 de outubro de 2018, acinco dias do segundo turno das eleições presenciais, quando afirma: “a política de cotas está completamente equivocada, 70% dos afrodescendentes que entram pela política são bem de vida, você tem que ter uma cota social, onde inverte isso, aí você vai atender 70% dos afrodescendentes pobres” (TV Cidade Verde, 2018). Esse é o único momento, entre todos os catalogados, em que ele parece aceitar as ações afirmativas. É possível que essa moderação tenha ocorrido em razão das fortes críticas que sofreu após a entrevista oferecida ao programa Roda Viva em agosto de 2018 e da proximidade do segundo turno de votação.

Ainda, é na futilidade que o seu ponto de vista reacionário mais se aproxima do pensamento de alguns acadêmicos brasileiros de Esquerda (Goss, 2008, 2009), bem como de dois dos enquadramentos argumentativos – “As desigualdades não são raciais, mas sim

sociais” e “A AAR é solução ineficiente ou paliativa” – mais produzidos pela mídia brasileira na década que antecedeu a promulgação da Lei de Cotas, também pertinentes ao pensamento de Esquerda (Campos, 2019). A proximidade inusitada ocorre porque, mesmo entre aqueles que assumem os propósitos sociais de Esquerda, há quem reaja com desprezo e discriminação indireta à raça e às pautas de luta dos movimentos negros. Nas palavras de Hirschman (1992, p. 59), “ódios compartilhados forjam estranhas camaradagens”. Isso não significa que acreditamos que as AAR podem promover efetivas transformações estruturais. O equívoco da futilidade, nesse caso, não consiste em apontar a superficialidade dos ganhos, mas em menosprezá-los sobremaneira e supor que eles são dispensáveis, quando não são.

Por fim, em diversas ocasiões, Bolsonaro contrapõe os ideais de igualdade e mérito à raça, apontando, segundo sua perspectiva, o problema moral que as AAR criam quando reduzem ou eliminam o critério do merecimento no cenário de disputa por oportunidades (Bolsonaro, 2016, 2018b, 2018d, 2018f, 2018g; TV Cidade Verde, 2018). Em duas ocasiões, ele afirma que não entraria em avião pilotado por um profissional que foi cotista ou não aceitaria ser operado por um médico formado na mesma condição (Bolsonaro, 2013; CQC, 2011). Manifestamente racistas, essas falas apelam aos riscos de diminuição da qualidade do ensino público superior e dos profissionais formados nele.

Esses são os seus argumentos mais intuitivos. Como símbolo socialmente construído, o mérito preenche o

imaginário social como demarcador de oportunidades justo e eficiente. Em alguma medida, todos os indivíduos envolvidos no debate sobre o ingresso no ensino público superior concordam que o merecimento deve ser estimado no momento da distribuição de vagas. A ameaça a esse critério e a suposição de que destinatários de AAR viram profissionais menos capacitados – o que compromete a qualidade do ensino superior – são argumentos mais apelativos ao senso comum que o recurso à perversidade ou à futilidade.

Os argumentos de ameaça são mais eficientes do que os da perversidade, porque estes operam no plano do medo irracional, sem muita sofisticação, e exigem a visualização de cenários de conflito que não são necessariamente óbvios. E são mais eficientes do que os argumentos da futilidade, porque estes pressupõem o consenso sobre a existência de desigualdades que autorizam as ações afirmativas, embora elas sejam medidas inúteis. Certamente esse consenso não é amplamente aceito.

Contudo, mesmo quando utiliza a ameaça, o discurso de Bolsonaro sustenta-se em fundamentos frágeis: a inconsistente métrica meritocrática e a imatura suposição de que cotistas viram profissionais menos capacitados. Apesar de apelarem mais ao senso comum, ou melhor, apesar de serem mais evidentes para o imaginário coletivo, ambos os fundamentos não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, porque o mérito individual só pode ser considerado um critério justo quando os sujeitos que concorrem às oportunidades em disputa compartilham as mesmas condições de vida, mas esse quadro não é factual. O

propósito das AAR é precisamente corrigir as diferentes condições de existência, para que o mérito possa operar como critério isonômico e justo. Em segundo lugar, porque os processos seletivos sob os quais as ações afirmativas operam não medem as capacidades gerais dos concorrentes, mas tão somente a aptidão para lidar com as exigências formais e específicas de conteúdo e de interpretação constantes em seus editais. Por isso, não é possível aferir qualquer conclusão sobre as capacidades e habilidades profissionais futuras a partir da avaliação limitada que ocorre em cada processo seletivo.

Portanto, em sua retórica reativa e intransigente, o ex-presidente Bolsonaro articula argumentos e apelos sem qualquer compromisso com o conhecimento científico produzido sobre o tema e sem fidelidade à realidade. Quando manipula o medo por meio da perversidade, quando manuseia a futilidade em desfavor das AAR ou quando apela para o senso de ameaça no imaginário dos ouvintes, ele objetiva provocar no seu público sentimentos de repulsa e de rejeição às AAR. E, apesar de formular sentenças que não são complexas ou bem elaboradas, esse agente certamente assume papel de grande impacto na promoção e no manejo desses sentimentos retrógrados.

Sobre a igualdade formal

Antes mesmo da aprovação da Lei de Cotas, Bolsonaro apresentou um projeto para reservar 50% das vagas de deputados federais a negros. Na justificativa, afirmou que as medidas às quais a população é submetida,

referindo-se às AAR em universidades, deveriam se aplicar também aos representantes do povo (Câmara dos Deputados, 2006). Afirmou também que, por questão de coerência, votaria contra o próprio projeto. Em 18 de dezembro de 2013, durante uma manifestação feita em Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara que apreciou o PL 6738/2013 (sobre reserva de vagas para negros em concursos públicos), ele invocou o projeto de sua autoria, criticando a comissão por nunca o ter aprovado (Bolsonaro, 2013). Ele repetiu esse discurso em 26 de março de 2014, durante Plenária da Câmara dos Deputados realizada para tratar do mesmo objeto (Bolsonaro, 2014).

Ciente de que os membros da Câmara dos Deputados seriam menos receptivos à proposta de reserva de vagas na casa legislativa, Bolsonaro valeu-se da incoerência na postura dos seus pares para obliterar, em 2006, o avanço das AAR no ensino público superior e, em 2013 e 2014, a deliberação e o avanço do projeto de AAR em concursos públicos. Nessas ocasiões e nas demais descritas a seguir, Bolsonaro usa o conceito de igualdade em desfavor das ações afirmativas, reiterando constantemente o slogan “todos são iguais e devem ser tratados igualmente”.

No programa televisivo CQC⁹, em 2011, quando questionado acerca das AAR, ele declarou oposição absoluta às medidas afirmando “[sou contra] porque todos nós somos iguais perante a lei”. Para o sujeito analisado, os ditames da igualdade resumem-se a meras exigências superficiais de tratamento semelhante. A expressão “todos são iguais perante a lei” remonta ao tempo dos anseios e promessas insurgentes que fundaram o Estado moderno. Mas o ideal que um dia revolucionou um mundo dividido entre nobreza e castas inferiores rapidamente se converteu em recurso discursivo utilizado pela burguesia para manter seus privilégios econômicos (Barros, 2013; Boarin, 2018; Dworkin, 2002; Losurdo, 2015).

Ao longo dos anos, o conceito de igualdade foi testado por inúmeras lutas e reivindicações, sendo forçado a se adaptar aos novos estágios das relações sociais. Hoje se comprehende que os indivíduos vivem em condições materiais desiguais e que as desvantagens enfrentadas pelos mais vulneráveis são normalmente injustas, de modo que a igualdade conferida pela expressão descrita se restringe aos elementos comuns a todas as pessoas, independentemente das condições em que se encontrem – os quais se convencionou denominar direitos humanos ou direitos fundamentais. Além

⁹ Ainda nessa entrevista, questionado por Preta Gil sobre o que faria se algum filho se apaixonasse por uma mulher negra, Bolsonaro respondeu: “Ó, Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja, eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu” (CQC, 2011). A resposta rendeu-lhe acusação de racismo. Apesar da clareza e da objetividade da pergunta, o entrevistado afirmou, em sua defesa, que imaginou que a pergunta se referia a um romance homossexual.

dessas garantias, situações injustas de desigualdade exigem medidas de reparação ou de compensação, como as AAR, para garantir que a igualdade se realize de fato (Azeredo, 2005; Dworkin, 2002; Schulz; Wienke, 2012).

Mais do que isso, reivindicações culturais fizeram irromper da igualdade o direito à diferença e à dignidade cultural. Nesse contexto, a igualdade materializa-se por meio da inserção e da valorização das diferentes formas de vida, valores e símbolos no conjunto dos padrões oficiais da sociedade. Trata-se da igualdade de consideração e de apreciação da diferença. Nesse caso, medidas como as ações afirmativas não se destinam apenas à compensação de desigualdades materiais, mas visam também a valorização de grupos cujas existências e valores têm sido reiteradamente excluídos e marginalizados (Taylor, 1993).

Sobre o mérito

Sob a égide da perspectiva liberal da igualdade, que cria e reforça um cenário ficcional da realidade social, o que justifica o sucesso de uns poucos sobre o fracasso de muitos é o mérito. A partir da lógica do merecimento, estar na universidade, nos cargos de alto escalão do serviço público ou do mercado privado depende exclusivamente do esforço individual. Assim como viver precariamente em empregos mal remunerados também é resultado do mérito. E, como salienta Bento (2022), como há mais brancos ocupando essas preciosas posições, somos levados a pensar que eles são mais esforçados, competentes e talentosos, e, por isso,

mais merecedores. Esse discurso justifica moralmente a condição das pessoas negras, pois, se há desigualdade no gozo da vida boa, tratar-se de desigualdade justa decorrente de como cada um escolhe viver a vida.

Bolsonaro recorre a essa narrativa diversas vezes: “competência e caráter estão acima de sexo, raça, sexualidade, classe social, etc. [...] Vamos lutar para que as pessoas recebam destaque por postura, respeito, qualidades e virtudes” (Bolsonaro, 2018b); “nossa valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença” (Bolsonaro, 2018d); “quem, por exemplo, se empenhar, se dedicar pelo mérito, logicamente vai ter uma vida mais tranquila do que aquele que resolveu não se dedicar no seu tempo de jovem” (TV Cidade Verde, 2018); “a melhor forma de mostrar respeito às pessoas é tratando-as de igual pra igual, valorizando-as por seu caráter e competência, não cor ou sexualidade, nem como se fossem mais frágeis e incapazes. Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho” (Bolsonaro, 2018f); “não estou preocupado com a cor, sexo ou sexualidade de quem está na minha equipe, mas com a missão de fazer o Brasil crescer” (Bolsonaro, 2018g). Por fim, afirma textualmente, acrescentando uma imagem (ver Figura 1), que “a cor da pele não define seu futuro, suas escolhas sim!” (Bolsonaro, 2016).

Para sustentar sua visão de mundo meritocrática, Bolsonaro recorre, também, a duas estratégias retóricas: universaliza casos particulares reais e elabora exemplos que demonstram

Figura 1. Imagem anexada à publicação feita no perfil pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro no Twitter em 9 de abril de 2016



Fonte: Bolsonaro, 2016.

a残酷度 das AAR. No primeiro caso, o ex-presidente cita exemplos próximos a ele: “na Academia Militar das Agulhas Negras, vários negros se formaram comigo, alguns abaixo de mim, outros acima de mim” (Roda Viva, 2018). Cita ainda sujeitos específicos, como o médico militar negro altamente qualificado que o operou em determinada ocasião (Bolsonaro, 2013). Os

exemplos descrevem pessoas negras que alcançaram sucesso por mérito exclusivamente pessoal.

A segunda estratégia consiste em descrever cenários hipotéticos nos quais pessoas humildes são prejudicadas em razão de privilégios estabelecidos pelas AAR: o estudante, filho de nordestino, que não é aprovado no vestibular embora tenha tirado nota superior ao candidato

cotista, ou ainda o assessor nordestino que precisaria ser, eventualmente, afastado para dar lugar a um cotista, referindo-se às AAR para o serviço público (Bolsonaro, 2013; Pântico, 2016; Roda Viva, 2018).

O discurso racista caracterizado nas manifestações de Bolsonaro apoia-se, portanto, em duas dinâmicas de humilhação complementares relacionadas ao mérito. De acordo com a primeira e mais óbvia, se um negro pretende valer-se de uma AAR, então é um “coitado”, alguém que escolhe deliberadamente se afirmar como incompetente e mau-caráter, alguém que aceita deliberadamente prejudicar pessoas em condições piores. Na segunda dinâmica, como os símbolos da meritocracia reforçam que pessoas negras são ontologicamente menos esforçadas, competentes e talentosas, então ser negro significa ser inferior, não se trata de uma questão de escolha.

Sobre a unidade nacional

O terceiro sentido, o de unidade nacional, é utilizado por Bolsonaro para invocar a imagem de um país unificado e livre de conflitos. Na projeção da realidade feita por ele, o brasileiro é representado pela imagem do homem branco que veste a camisa do Brasil e grita com peito estufado que nossas cores – com alusão à raça – são o verde e o amarelo. Como se todo cidadão brasileiro fosse semelhante ao seu eleitor médio ou como se o único cidadão que importasse fosse esse. Os esquerdistas, os vermelhos, os petistas, os comunistas, os manifestantes, os

estudantes ou membros de qualquer movimento social associado à Esquerda são encarados como ameaça na representação estável e pacífica que integra o seu discurso. De junho de 2013 até a eleição de Bolsonaro em 2018, o estandarte da unidade nacional tem sido um significado frequentemente utilizado para anexar os sentimentos nacionalistas ao bolsonarismo (Marinho, 2022; Nunes, 2022).

Notamos que, quando Bolsonaro é interpelado sobre questões relacionadas à raça, o sentido de unidade nacional, assim como o de neutralidade racial, é invocado para omitir os conflitos raciais no país, desde o seu passado escravista ao genocídio racial institucionalizado levado a cabo por policiais militares – por exemplo, quando afirma que “somos um só povo, embaixo de uma só bandeira, um só coração, verde e amarela” (TV Cidade Verde, 2018). Em outro momento, ressalta que devemos “resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas” (Bolsonaro, 2018e).

Sobre a neutralidade racial

No CQC (2011), quando questionado sobre quantos chefes negros teve ao longo da vida, Bolsonaro afirmou que não contava porque não se importava com isso (a raça do chefe). Em 2018, durante a campanha eleitoral, ele afirmou que, “se escolhido, seria ‘daltônico’, todos teriam a mesma cor!” (Bolsonaro, 2018c). Dois anos depois, durante discurso realizado no encontro do G20, ele manteve a posição, afirmando dessa vez que “como homem e como presidente

enxergo todos com as mesmas cores, verde e amarelo, não existe uma [...] pele melhor do que as outras, o que existem são seres humanos" (Foco do Brasil, 2020). Naquele momento, os olhares midiáticos do mundo dirigiam-se para o Brasil, pois, dois dias antes da abertura do encontro, João Alberto Silveira Freitas, um homem negro, havia sido brutalmente assassinado em uma das unidades do Carrefour de Porto Alegre. Sua fala pretendia desviar esses olhares.

Na narrativa, como insiste Bolsonaro, a cor nunca é vista. Nos corredores de supermercados, nas entrevistas de emprego, nas batidas policiais, ela é tudo o que se vê. Aqui há, novamente, um hiato entre o que é dito e o que ocorre no mundo: na linguagem, uma pretensa neutralidade equalizadora que considera a todos igualmente; no discurso, a afirmação do corpo branco como padrão universal e neutro (Bento, 2022; Conceição, 2020; Gemaque *et al.*, 2023) – padrão considerado bom porque, supostamente, não é racialmente marcado e por isso serve de métrica da marginalização dos outros diferentes, na medida da alteridade desses corpos.

Esse racismo impõe-se não por meio do exercício físico do poder, mas mediante o estabelecimento de consensos inherentemente incoerentes sobre como nos percebemos socialmente enquanto sujeitos racializados. A pessoa negra

é marcada demais para se perceber como racialmente neutra, embora seja discursivamente constrangida a isso. E a pessoa branca, que reproduz com facilidade os significados ideológicos da neutralidade racial, não consegue conceber sua própria cor, história e inserção no cenário contextual e presente de colonização racial. Quando percebe, sente-se incomodada por sua posição privilegiada e pode, direta ou indiretamente, agir para manter-se nela (Bento, 2022; Maia *et al.*, 2023). A ideia de uma "cor neutra" não aniquila a raça em si, como se poderia pretender, mas aniquila a possibilidade de que esses sujeitos se reconheçam em suas culturas.

Esse processo de reconhecimento refere-se à construção do eu por meio das relações intersubjetivas que estabelecemos com outras pessoas ao longo da vida, desde a mais tenra infância¹⁰. Evidencia como nos vemos mediados pelos olhares dos outros e suas tendências, que podem nos valorizar ou diminuir. E como somos influenciados pelos afetos que somos legitimados a desenvolver com eles. Portanto, reconhecer-se como negro numa sociedade que reiteradamente afirma a neutralidade dos corpos brancos frequentemente implica interpretar-se como corpo desajustado, objeto de afetos negativos, quando não de violência física, e moralmente desvalorizado; implica, para a subjetividade, internalizar essas

¹⁰ Para um argumento sobre a realização da política do reconhecimento, ver Charles Taylor (1993). Axel Honneth (2009 [1992]) oferece uma perspectiva fundada na psicanálise, demonstrando como o reconhecimento se realiza por meio dos afetos, da conquista de direitos e da expansão do horizonte de valores normalmente aceitos pela comunidade. Para uma abordagem com substrato na psicanálise feminista, ver o diálogo entre Judith Butler (2000) e Jessica Benjamin (2012).

imagens distorcidas na psique na forma de reconhecimento não realizado ou errôneo (Fanon, 2008; Taylor, 1993). Como notou Fanon (2008), por ser impedida de ter acesso a sua cultura e a seus valores, de exaltar suas origens e de reconhecer a si mesma valorizando suas particularidades, sua beleza e sua moralidade, a pessoa negra é forçada a tentar constantemente se transformar em algo que não pode ser, o outro branco – não pode ser porque, por mais que tente, sempre será, sob o olhar desse outro, negro.

Para legitimar sua perspectiva racial, bem como sua oposição às AAR, Bolsonaro relembra em três ocasiões distintas, entre as catalogadas (Bolsonaro, 2013, 2014; TV Cidade Verde, 2018), a resposta de Morgan Freeman a questões sobre celebração e valorização da consciência¹¹ negra e racismo. A entrevista com o ator estadunidense foi ao ar em 2012, no programa *60 minutes* do canal CBS. Naquela ocasião, o ator afirmou que a celebração da consciência negra é ridícula, que toda sua história não poderia ser resumida a um mês e que, para se combater o racismo, seria necessário parar de falar dele¹² (Haque, 2012). Diferentemente de Bolsonaro, a fala de Freeman reconhece a existência do racismo, embora acredite que a melhor solução seja ocultá-lo.

Bolsonaro, por outro lado, nega o racismo tão radicalmente que rejeita ou distorce fatos cuja compreensão histórica

se encontra consolidada, tal como o tráfico negreiro e a escravidão, elementos que compõem a formação da sociedade brasileira (Roda Viva, 2018). Hamilton Mourão, seu então vice-presidente, compartilha do mesmo negacionismo. Quando questionado sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, Mourão afirmou com convicção que não há racismo no Brasil¹³, apesar de reconhecer que existe certa correspondência entre a raça e a brutal desigualdade econômica no país. No final da manifestação, refere-se a si mesmo como pessoa de “pelo duro” em contraponto a outro indivíduo presente na ocasião, Guilherme, de “pelo mais sofisticado” (Peixoto, 2020). É oportuno lembrar que, em 2018, Mourão elogiou a beleza do neto usando a expressão “branqueamento da raça” (Bresciani, 2018).

O caso de Mourão pode ser um exemplo de branquitude como *performance*. Ou melhor, uma forma de participar da branquitude e da neutralidade mesmo sendo um corpo não branco. Não falar sobre consciência, história e cultura negra, negar o racismo ou endossar o branqueamento são indícios disso. Mas assumir os símbolos discursivos dessa formação ideológica não faz o dominado se transformar efetivamente em dominador. O sucesso performático de um corpo negro nunca será o mesmo que o de um corpo branco no universo da branquitude (Alexander, 2021). Por vezes,

¹¹ A expressão equivalente em inglês é *black history month*.

¹² Tradução livre.

¹³ Em sua perspectiva, a ampla divisão de espaços que caracterizou a vigência do lema “separados, mas iguais” nos Estados Unidos, algo que presenciou no final da década de 60, configura-se como racismo. Para ele, não há nada parecido no Brasil e, por isso, não há racismo aqui (Peixoto, 2020).

sua presença em certos espaços, não importa quão boa seja a sua *performance*, ainda estará relacionada a uma dinâmica de autorização.

“Tem um negro aqui do meu lado aqui, tá ok, tenho certeza que não vai brigar comigo” (Pânico, 2016), “mas o meu sogro é o Paulo Negão” (Roda Viva, 2018), assim como a constante demonstração de proximidade com o deputado federal Hélio Negão, do PSL do Rio de Janeiro, são alguns dos exemplos em que Bolsonaro autoriza a presença e o destaque da imagem de corpos negros. Sempre para ratificar sua visão de mundo. Não se trata de efetivamente dar voz, considerar como igual ou respeitar, mas de repetir a dinâmica de objetivação da pessoa em nome de seus próprios propósitos retóricos.

Considerações finais

Compreender o horizonte reacionário agregado em torno de políticas sociais destinadas à realização material da igualdade e ao combate de todas as formas de opressão precisa ser um dos objetivos centrais do pensamento crítico. E, como se trata de um campo de disputa discursiva, é necessário ocupá-lo contrapondo a retórica conservadora da reação e as artimanhas ideológicas que prezam a manutenção de privilégios que devem desmoronar. Mais de uma década após a criação da Lei de Cotas, pessoas historicamente subalternizadas e silenciadas chegam em números mais expressivos ao ensino público superior. A universidade mudou de cor, de etnia e de classe. Já não é tão “neutra”, aliás, branca, e isso é bom. Mas, se o objetivo das AAR é combater e eliminar o racismo

e demais dinâmicas de desigualdade, ainda estamos falando de um projeto inacabado. A disputa permanece.

Por isso, analisamos o discurso do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro de oposição às AAR e de subalternização racial. Concluímos que ele usa a retórica conservadora para manipular sentimentos e intuições irracionais em oposição às políticas afirmativas e em prol da sua própria agenda política. Faz parte da sua retórica afirmar, com frequência, que as AAR provocam efeitos perversos, quando supõe que nos conduzem a cenários de conflito e de ódio generalizado. Além disso, ridiculariza a potencialidade da política e apela ao senso de ameaça contido nas suposições de violação do merecimento e de diminuição da qualidade do ensino público superior. Sempre em manifestações apartadas do conhecimento produzido sobre o tema e da realidade em si.

Observamos, também, que ele recorre reiteradamente aos sentidos de igualdade formal, mérito, unidade nacional e neutralidade racial para ignorar todas as reivindicações dos movimentos sociais que exaltam a experiência negra ou se prestam ao combate das desigualdades e violências estruturalmente enraizadas na realidade brasileira. Assim, ele defende a igualdade formal, segundo a qual todos são iguais perante a lei, para rejeitar qualquer proposta que estabeleça tratamento redistribuidor. Usa o sentido de mérito para justificar moralmente as desigualdades sociais. Recorre ao símbolo da unidade para mascarar os conflitos e as formas de violência que operam segundo dinâmicas de opressão racial. E sustenta a pretensa

neutralidade racial ao passo que impõe discursivamente a imagem do sujeito branco como padrão hegemônico e universal de existência subjetiva.

Os sentidos reiterados em seu discurso evidenciam sua própria condição privilegiada. Para aqueles que compartilham sua visão de mundo e ocupam posições semelhantes, as lutas por justiça social, reconhecimento e valorização das experiências socialmente subalternizadas, além de outras formas de resistência, são indesejadas porque evidenciam as veias abertas da desigualdade no país e por isso ameaçam os privilégios desfrutados por eles. É preciso destacar que não estamos nos referindo a um punhado isolado de indivíduos, cujas opiniões detestáveis ecoam no vazio ou em pequenas bolhas. Bolsonaro foi um

presidente populista representativo de ideias que ressoam em muitos redutos políticos, em especial da extrema Direita, no Brasil e fora. Por isso, não podemos negar que sua capacidade de formar e de articular sentidos que compõem o imaginário coletivo tende a causar grandes impactos. Nesse sentido, seu discurso, produzido e localizado nessa posição de destaque, ameaça as ações afirmativas raciais e todas as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais.

Bolsonaro apresenta-nos uma advertência incômoda de que o retrocesso está sempre à espreita. Mas acreditamos que os caminhos estão abertos para a manutenção dos avanços sociais concretizados e a conquista de novos. Como nos ensinam Gal Costa, Gilberto Gil e Caetano Veloso, precisamos estar atentos e fortes.



Referências

Alexander, B. K. (2021). Pele negra/máscaras brancas: a sustentabilidade performativa da branquitude (com desculpas a Frantz Fanon). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 37, e21303. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21303.a>

Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte, Letramento.

Althusser, L. (2003). *Ideología y aparatos ideológicos del Estado: Freud e Lacan*. Buenos Aires, Nueva Visión.

Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo, Todavia.

Azeredo, S. (2005). Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença: pensando a política de cotas na universidade. *Revista Estudos Feministas*, 13(3): 738-755. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300017>

Barros, J. A. (2013). Leitura sobre igualdade: considerações sobre as oscilações de um conceito na perspectiva de alguns autores do século XVII ao XX. *Revista Debates*, 7(2): 173-192.

Benjamin, J. (2012). Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler. In: N. Ricken; N. Balzer (ed.). *Judith Butler: Pädagogische Lektüren*. [S. I.], Springer VS, p. 283-301. https://doi.org/10.1007/978-3-531-94368-8_11

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo, Companhia das Letras.

Boarin, P. V. (2018). Liberdade na igualdade ou igualdade na liberdade? Notas sobre o liberalismo e a democracia na teoria política moderna. *Revista Prelúdios*, 6(6): 83-1000. <https://doi.org/10.9771/revpre.v6i6.26159>

Bolsonaro, J. M. (2013). Bolsonaro e as cotas. *YouTube*, 26 dez. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A-qzUopE18k>. Acesso em: 12/12/2019.

Bolsonaro, J. M. (2014). Cotas do ódio. *YouTube*, 26 mar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6tLjZuj4No0>. Acesso em: 12/12/2019.

Bolsonaro, J. M. (2015). O “dedinho” de FHC. *Facebook*: Jair Messias Bolsonaro, 23 fev. Disponível em: <https://web.facebook.com/jairmessias>. bolsonaro/photos/a.213527478796246/448935801922078. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2016). A cor da pele não define seu futuro. Suas escolhas sim! *Twitter*: @jairbolsonaro, 9 abr. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/718761420767260672>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018^a). Qualquer política que tenha como consequência a segregação da sociedade, como se os fins justificassem os meios, não receberá nosso apoio. Chega de colocarem pais contra filhos, homens contra mulheres, negros contra brancos. Para o Brasil voltar a crescer, também é preciso união! *Twitter*: @jairbolsonaro, 22 jan. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/955467471347044353>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018b). Competência e caráter estão acima de sexo, raça, sexualidade, classe social, etc. A esquerda divide a sociedade para enfraquecê-la e assim conquistá-la. Nossa desafio é fazer diferente. Vamos lutar para que as

pessoas recebam destaque por postura, respeito, qualidades e virtudes. *Twitter*: @jairbolsonaro, 27 jun. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1012025234407477248>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018c). Cotado para ser presidente da Comissão de Direitos Humanos em 2014, deixei claro: se escolhido, seria “daltônico”, todos teriam a mesma cor! Devemos lutar para que sejamos iguais perante a lei. Com um governo comprometido com o Brasil, não com partidos, todos terão oportunidade! *Twitter*: @jairbolsonaro, 12 set. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1039859861641732096>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018d). Está chegando o momento da mudança; de nosso valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença; de governar pelo exemplo; de se espelhar em grandes nações; de se livrar das amarras ideológicas; de por fim ao sistema falido que impera há décadas no Brasil! *Twitter*: @jairbolsonaro, 2 out. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047287005892292608>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018e). Momento de resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas; de resgatarmos nosso direito de ir e vir; Falta pouco para darmos o primeiro passo em direção à grandeza! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! *Twitter*: @jairbolsonaro, 2 out. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047287089354735616>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018f). A melhor forma de mostrar respeito às pessoas é tratando-as de igual pra igual, valorizando-as por seu caráter e competência, não cor ou sexualidade, nem como se fossem mais frágeis e incapazes. Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho. O Brasil é um só! É de todos nós! *Twitter*: @jairbolsonaro, 24 out.

Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055210728653766656>. Acesso em: 20/03/2020.

Bolsonaro, J. M. (2018g). Não estou preocupado com a cor, sexo ou sexualidade de quem está na minha equipe, mas com a missão de fazer o Brasil crescer, combater o crime organizado e a corrupção, dentre outras urgências. Twitter: @jairbolsonaro, 7 nov. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1060175570837876736>. Acesso em: 20/03/2020.

Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.

Bresciani, E. (2018). Bolsonaro só me pediu para não falar nenhuma bobagem, diz General Mourão. *O Globo*, 27 out. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-so-me-pediu-para-nao-falar-nenhuma-bobagem-diz-general-mourao-23191497>.

Butler, J. (2000). Longing for Recognition: Commentary on the Work of Jessica Benjamin. *Studies in Gender and Sexuality*, 1(3), p. 271-290. <https://doi.org/10.1080/15240650109349159>

Câmara dos Deputados. (2006). *Projeto de Lei Complementar n.º 354, de 19 de abril de 2006*. Dá nova redação ao art. 1º e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=0FA-94F003765AAE649163B69BF0802E2.proposicoesWebExterno2?codteor=388940&filename=PLP+354/2006. Acesso em: 14/09/2019.

Campos, L. A. (2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Sociologia*, 32(95): 1-19. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>

Campos, L. A. (2019). *Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Rio de Janeiro, EDUERJ.

Conceição, W. L. da. (2020). *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens.

CQC. (2011). O povo quer saber com Jair Bolsonaro. YouTube, 28 mar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-Z4CoY_82LAQ. Acesso em: 05/07/2020.

Dworkin, R. (2002). *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*. Cambridge, Harvard University Press.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA.

Feres Júnior, J.; Campos, L. A. (2016). Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? *Lua Nova*, 99: 257-293. <https://doi.org/10.1590/0102-6445257-293/99>

Florencio, A. M. G.; Magalhães, B.; Silva Sobrinho, H. F.; Cavalcante, M. S. A. O. (2009). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió, EDUFAL.

Foco do Brasil. (2020). Bolsonaro dá resposta sobre Caso Carrefour e Protestos, Raças, OMC e mais! Discurso no G20. YouTube, 21 nov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohycAKR-DBSg>. Acesso em: 22/11/2020.

Foucault, M. 2021. *Microfísica do poder*. São Paulo, Paz e Terra.

Gemaque Neto, J. C.; Silva Neto, A. S.; Araújo Neto, Z. A.; Menezes, R. A. de O. (2023). Reflexões sobre o branqueamento e branquitude no Brasil. *Revista Contemporânea*, 3(6): 6603-6622. <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-102>

Goss, K. P. (2008). *Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil*. Florianópolis, SC. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 186 p.

Goss, K. P. (2009). Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. *Ciências Sociais Unissinos*, 45(2): 114-124. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4891

Goss, K. P. (2010). O debate intelectual sobre as ações afirmativas para estudantes negros no Brasil. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, 33: 23-48. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/9032>

Haque, F. (2012). Black History month: A source of pride or a hindrance? *The Washington Post*, February 1st. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/blogs/therootdc/post/black-history-month-a-source-of-pride-or-a-hindrance/2012/02/01/gIQA3SU6hQ_blog.html. Acesso em: 12/09/202.

Haraway, D. (2023). *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo, WMF Martins Fontes.

Hirschman, A. O. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.

IBGE. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.º 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10/11/2019.

Losurdo, D. (2015). *Contra-história do liberalismo*. São Paulo, Ideias e Letras.

Maia, K. S.; Tinoco, P. R. A.; Zamora, M. H. N. (2023). A branquitude sob o olhar transdisciplinar das psicologias sociais psicológica e crítica. *Revista Contemporânea*, 3(6): 5840-5861. <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-061>

Marinho, L. (2022). De junio de 2013 al bolsonarismo: prensa, estética y nacionalismo. *Revista Barda*, 8(13): 13-36. Disponível em: <https://www.cefc.org.ar/assets/files/Barda-13-Leandro-Marinho.pdf>

Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona.

Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. Rio de Janeiro, Ubu Editora.

Orlandi, E. P. (2001). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.

Orlandi, E. P. (2022). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes.

Pânicco. (2016). Jair Bolsonaro. *YouTube*, 8 jul. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=orlv9ojQL3o>. Acesso em: 12/12/2019.

Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp.

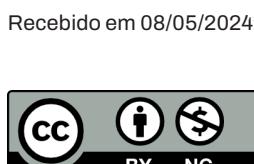
Peixoto, S. (2020). ‘No Brasil, não existe racismo’, diz Mourão. CNN, São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mourao/>. Acesso em: 20/02/2022.

Roda Viva. (2018). Jair Bolsonaro. *YouTube*, 30 jul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=987s>. Acesso em: 12/12/2019.

Schulz, R.; Wienke, F. F. (2012). O combate à injustiça racial à luz do princípio da igualdade: o caso do sistema de cotas no Brasil. *Revista TOMO*, 20: 87-105. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i20.863>

Taylor, C. (1993). La política del reconocimiento. In: C. TAYLOR, *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 53-116.

TV Cidade Verde. (2018). Jair Bolsonaro concede entrevista exclusiva à TV Cidade Verde. *YouTube*, 23 out. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lDmxo-6GYDWg&t=131s>. Acesso em: 12/12/2019.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Poder de barganha e oferta de trabalho dos casais heterossexuais e homossexuais no Brasil

Bargaining power and job supply of heterosexual and homosexual couples in Brazil

Poder de negociación y oferta de trabajo de las parejas heterosexuales y homosexuales en Brasil

**Lais de Sousa
Abreu SOARES**

laiis.abreu@gmail.com

Doutoranda em Economia Aplicada no Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Evandro Camagos
TEIXEIRA**

evandro.teixeira@ufv.br

Professor Associado III no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

**Salime Nadur
Duarte FERREIRA**

salimenadur2@gmail.com

Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

153

O presente estudo tem como objetivo investigar a dinâmica da tomada de decisão em relação a alocação de horas ofertadas no mercado de trabalho formal de casais heterossexuais e homossexuais brasileiros. Para tal, foram utilizados dados relativos à quinta visita da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o período 2016-2019, sendo estimados modelos de Regressões Aparentemente Não Relacionadas. O principal resultado atesta a existência de barganha entre os cônjuges na alocação das horas destinadas ao trabalho formal, com diferenças notáveis entre casais heterossexuais e homossexuais. Para os casais heterossexuais, verifica-se maior poder de barganha dos maridos sobre as esposas, dadas as diferentes atribuições previamente impostas em termos de gênero. Por sua vez, para os casais homossexuais, o poder de barganha é menor, dada a existência de maiores similaridades nas atribuições entre os indivíduos que compõem os casais.

Palavras-Chave: Oferta de trabalho; Modelo de racionalidade coletiva; Casais heterossexuais e homossexuais; SUR; Brasil.

The present study aims to investigate the decision-making dynamics regarding the allocation of hours offered in the formal labor market for Brazilian heterosexual and homosexual couples. For this purpose, data from the fifth visit of the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) for the period 2016-2019 were used, and Seemingly Unrelated Regressions models were estimated. The main result confirms the existence of bargaining between spouses in the allocation of hours dedicated to formal work, with notable differences between heterosexual and homosexual couples. For heterosexual couples, husbands are found to have greater bargaining power over their wives, given the preexisting gender-based role assignments. In contrast, for homosexual couples, bargaining power is lower due to the greater similarities in role assignments between individuals within the couple.

Keywords: *Labor supply; Collective rationality model; Heterosexual and homosexual couples; SUR; Brazil.*

El presente estudio tiene como objetivo investigar la dinámica del proceso de toma de decisiones en relación con la asignación de horas ofrecidas en el mercado laboral formal de las parejas heterosexuales y homosexuales en Brasil. Para ello, se utilizaron datos correspondientes a la quinta visita de la Encuesta Nacional por Muestra de Hogares Continua (PNADC) para el período 2016-2019, estimándose modelos de Regresiones Aparente No Relacionadas (SUR). El principal resultado confirma la existencia de negociación entre los cónyuges en la asignación de las horas destinadas al trabajo formal, con diferencias notables entre las parejas heterosexuales y homosexuales. En el caso de las parejas heterosexuales, se observa un mayor poder de negociación de los maridos sobre las esposas, dado el peso de los roles de género tradicionalmente asignados. Por su parte, en las parejas homosexuales, el poder de negociación es menor debido a la existencia de mayores similitudes en los roles asumidos por los miembros de la pareja.

154

Palabras clave: *Oferta laboral; Modelo de racionalidad colectiva; Parejas heterosexuales y homosexuales; SUR; Brasil.*

1. Introdução

No Brasil, em 2018, foram registrados 1.043.947 casamentos entre heterossexuais. Concomitantemente, tem ocorrido aumento substancial no número de casamentos entre homossexuais no país, que passou de 5887 registrados, em 2017, para quase 10 mil registrados em 2018. Dessa forma, verifica-se mudança na dinâmica dos casamentos entre casais com distintas orientações sexuais no

Brasil, destacando-se a elevação na quantidade de casamentos de indivíduos homossexuais (IBGE, 2018).

Nesse sentido, conforme o Art. 226 da Constituição Federal de 1988, a identificação de entidade familiar consiste na união estável entre homem e mulher. Contudo, o reconhecimento de união civil entre indivíduos do mesmo sexo foi adotado pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, conferindo a eles os

direitos matrimoniais similares àqueles existentes aos casais de sexo distinto. Ademais, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 175/2013, proibiu os cartórios de recusarem a celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

No entanto, muitas famílias compostas por casais homossexuais ainda se encontram à margem do conceito “familiar” empregado pela sociedade, evidenciando a indispensabilidade da ampliação desta concepção para além da tradição heteronormativa¹ (Cecílio; Scorsolini-Comin; Santos, 2013). Após a primeira década do século XXI, padrões sociais previamente impostos estão sendo cada vez mais refutados, tornando ultrapassados determinados hábitos e crenças discriminatórias na sociedade, como aqueles que fazem referência à composição familiar e à forma de divisão do trabalho entre cônjuges. Nesse sentido, conforme Barbosa et al. (2020), verifica-se progresso em termos da inclusão da população LGBTQIAPN+² nas pesquisas sociais nos últimos anos, inclusive no âmbito da teoria econômica.

Nesse sentido, com o intuito de maximizar o bem-estar familiar, casais heterossexuais e homossexuais (gays e lésbicas) se deparam cotidianamente com tomadas de decisões em seus domicílios. Para Manser e Brown (1980), a própria decisão a respeito do

casamento pode ser explicada através de uma comparação entre a utilidade obtida em viver conjuntamente e a utilidade de se viver sozinho. Destaca-se a vivência intrafamiliar, sendo composta pela conciliação dos interesses próprios junto a beneficiação coletiva do casal. Essa organização das preferências individuais no contexto familiar é diretamente associada a existência de um poder de barganha entre os cônjuges, onde os indivíduos que compõem os casais expõem suas preferências, assegurando que seu parceiro não seja prejudicado (Browning; Chiappori, 1998).

No ambiente familiar, decisões são tomadas em conjunto e podem impactar a capacidade produtiva, com destaque para a oferta de trabalho. A maior parte dos estudos utiliza dados relativos à oferta de trabalho de cada membro individualmente. Contudo, quando a análise é referente ao consumo dessas famílias, são utilizados dados agregados (do casal), evidenciando, assim, a necessidade de se utilizar métodos que considerem o comportamento coletivo (Chiappori, 1988).

Dessa forma, para a análise do comportamento dos indivíduos, deve-se levar em consideração as negociações e tomadas de decisões intradomiciliares, que impactam de forma significativa o nível de utilidade de cada membro. Considerando-se as preferências dos

¹ Heteronormatividade é um termo utilizado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterosexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

² A sigla do Movimento LGBTQIAPN+ brasileiro representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras orientações/identidades sexuais.

indivíduos que compõem as famílias homossexuais e heterossexuais, um fator de extrema importância é o orçamento familiar. Analisando-se as diferenças em termos de nível de renda dos cônjuges, evidencia-se a existência de um poder de barganha entre eles, que é um fator crucial para explicar mudanças na alocação de tempo, consumo e ocupação.

Nos últimos anos, alguns autores se propuseram a analisar o comportamento dos casais mediante a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho para o modelo de racionalidade coletiva no Brasil, tanto para casais heterossexuais (Melo, 2007; Silva; Cunha, 2017) como para casais homossexuais (Gruppi, 2018), além dos que consideraram ambos os arranjos familiares (Martell; Roncolato, 2016).

Observando-se a literatura concernente ao tema é possível verificar a existência de lacunas no que diz respeito às características dos cônjuges que são utilizadas como poder de barganha e como essas afetam diretamente o processo de decisão em termos de oferta de trabalho ao se considerar casais heterossexuais e homossexuais. Baseando-se nas pesquisas já realizadas, o presente estudo tem como objetivo analisar, com base nas características individuais e na promoção do bem-estar coletivo, a dinâmica da tomada de decisão em relação às horas ofertadas no mercado de trabalho formal dos indivíduos que compõem os referidos casais. Salienta-se que são utilizados dados empilhados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referentes ao período 2016-2019, que é um diferencial do trabalho.

Ademais, espera-se que a partir dos resultados obtidos, o estudo possa auxiliar a promoção de políticas públicas voltadas a atenuação das disparidades socioeconômicas, visando a incorporação de indivíduos de todos os gêneros e orientações sexuais no mercado de trabalho formal, o que garantiria plena utilização de suas capacidades produtivas e consequente quebra de paradigmas culturais que ainda prevalecem na sociedade. Para sua consecução, além dessa seção introdutória, o trabalho está dividido em mais cinco seções. Na próxima seção, apresenta-se o referencial teórico utilizado, seguido das evidências empíricas relacionadas ao tema, metodologia, resultados e considerações finais.

2. Referencial teórico

Diante do objetivo de estimar a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, encontra-se na teoria econômica modelos capazes de representar o contexto familiar. A princípio, a teoria neoclássica do consumidor adotou o modelo unitário como ponto de partida para representar as escolhas das famílias, vide Becker (1981), que considerou as preferências dos casais de forma única para todos os membros da família.

No entanto, essa abordagem torna-se incompleta por não considerar o processo de decisão intradomiciliar. Nesse contexto, surgem os modelos coletivos, em que as funções de utilidade dos membros de uma família são convertidas em um único equilíbrio,

capaz de resultar em uma situação Pareto-eficiente³, dadas as decisões intradomiciliares.

O modelo baseado na racionalidade coletiva dos indivíduos surgiu por meio dos estudos realizados por Chiappori (1988), que propôs uma abordagem alternativa aos ideais neoclássicos. Em seu modelo, considera-se a família composta por dois indivíduos (chefe do domicílio e seu cônjuge), de modo que ambos ofertam mão de obra. De maneira geral, este modelo apresenta apenas duas alternativas para alocação de tempo dos indivíduos, podendo ser destinado ao mercado de trabalho ou para o lazer (Vermeulen, 2002).

Para tanto, ressalta-se a existência de dois tipos de agentes: egoístas, que estão preocupados apenas com o próprio lazer e consumo; e os altruístas, que têm sua utilidade positivamente afetada a partir de incrementos na utilidade do cônjuge (Chiappori, 1988). Essa imposição faz-se necessária, uma vez que se pretende analisar também as preferências individuais de consumo dos indivíduos, sendo a solução dos problemas de otimização de utilidade das escolhas intradomiciliares de cada cônjuge.

Com o intuito de aprimorar seus estudos, Chiappori et al. (2002) desenvolveram um modelo capaz de testar a suposição de existência do equilíbrio de barganha diante das escolhas dos membros da família. Primordialmente, as preferências

obtidas com a tomada de decisão caracterizam uma função de satisfação familiar proveniente da soma ponderada dos interesses individuais, sendo esta denominada de poder de barganha.

Em outras palavras, a barganha fornece um mecanismo em que as diferenças existentes nas funções de utilidade dos membros do domicílio sejam conciliadas, permitindo que os problemas alocativos e distributivos sejam resolvidos. Nesse contexto, a estrutura do modelo de racionalidade coletiva é resultado de um equilíbrio no processo de maximização da utilidade de cada indivíduo, respeitando a restrição orçamentária agregada da família.

Ressalta-se nesse modelo a adoção de fatores distributivos, que são definidos por Browning e Chiappori (1998) como variáveis capazes de alterar o processo decisório intrafamiliar. Mais precisamente, são aquelas que não influenciam as preferências individuais e a restrição do orçamento familiar, estando relacionadas a mudanças no poder de barganha dos indivíduos. Assim, considerando-se a necessidade de informações a respeito das decisões individuais, além das preferências no processo decisório intradomiciliar, utiliza-se como base do presente estudo o modelo restrito proposto por Chiappori (1988), levando em consideração que os agentes possuem atitudes egoísticas.

³ O Pareto-eficiente representa o equilíbrio mediante decisões individuais, tornando impossível aumento do nível de bem-estar de um indivíduo sem que ocorra redução no bem-estar do outro (Botelho, 2016).

Nesse modelo, são estabelecidas duas etapas necessárias para a definição da oferta de mão de obra. Inicialmente, toda renda que a família possui e que não seja derivada do trabalho principal, deve ser repartida entre todos os membros, sendo que essa divisão atenderá a uma regra denominada *sharing rule* (ϕ) ou "regra de compartilhamento". Esta descreve como a renda não laboral é dividida entre os membros da família, em função dos salários, da renda não laboral, dos fatores de distribuição, além de outras características observáveis dos indivíduos (Chiappori *et al.*, 2002).

A posteriori, com base na renda obtida, os indivíduos realizam sua tomada de decisão entre alocar o tempo para a oferta de trabalho ou para lazer, de forma a maximizar suas preferências individuais. Nesse contexto, a decisão a respeito da oferta de mão de obra do cônjuge 1 é impactada mediante alterações no salário, na renda não laboral e/ou em algum fator distributivo do cônjuge 2, devido ao efeito causado na "regra de compartilhamento".

Em vista disso, mediante a exposição do modelo teórico de Chiappori *et al.* (2002), sintetiza-se a forma funcional das funções individuais de oferta de trabalho com dois fatores de distribuição da seguinte forma:

$$h^1 = \beta_0 + \beta_1 \ln w_1 + \beta_2 \ln w_2 + \beta_3 y + \\ \beta_4 \ln w_1 \ln w_2 + \beta_5 s_1 + \beta_6 s_2 + \beta_7 z \quad (1)$$

$$h^2 = \alpha_0 + \alpha_1 \ln w_1 + \alpha_2 \ln w_2 + \alpha_3 y + \\ \alpha_4 \ln w_1 \ln w_2 + \alpha_5 s_1 + \alpha_6 s_2 + \alpha_7 z \quad (2)$$

Sendo h^1 as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio; h^2 as horas de trabalho ofertadas pelo cônjuge; $\ln w_1$ o

logaritmo natural do rendimento do chefe do domicílio, $\ln w_2$ o logaritmo natural do rendimento do cônjuge, y a renda não laboral; s_1 e s_2 os fatores distributivos; e z o vetor de variáveis de controle.

À vista disso, para que seja estimada a oferta de mão de obra dos cônjuges são estimadas regressões a partir das equações (1) e (2), propostas pelo modelo de racionalidade coletiva com fatores distributivos de Chiappori *et al.* (2002). A partir dessas estimativas, pretende-se alcançar o objetivo central proposto no presente estudo, que se refere a análise e comparação da tomada de decisão intrafamiliar no que tange a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho, levando-se em consideração o poder de barganha existente entre casais heterossexuais e homossexuais brasileiros.

3. Evidências empíricas

Inicialmente, destaca-se que a literatura que trata da oferta de trabalho dos casais homossexuais, a partir de modelos coletivos, é mais restrita. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Orefice (2011), que foi o primeiro com tal objetivo. Utilizando dados do Censo de 2000 dos Estados Unidos, a autora observou que diferenças em termos de idade entre os cônjuges e diferencial com relação à renda não trabalhista eram os principais fatores capazes de influenciar a tomada de decisão intrafamiliar, determinando qual dos cônjuges aloca mais ou menos horas ao mercado de trabalho.

Ainda com base em dados dos Estados Unidos, Hansen *et al.* (2019) analisaram como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo no país impactou a oferta de trabalho dos casais

homoafetivos. Em seus resultados, verificou-se redução de 6% na oferta de trabalho anual de mulheres lésbicas, que realocam esse tempo dedicado ao trabalho sobretudo para cuidar do lar. Para os homens gays, não houve alterações.

Para o caso brasileiro, Gruppi (2018) utilizou o modelo de racionalidade coletiva para exprimir os fatores que impactam na tomada de decisão intradomiciliar. Levando-se em consideração o poder de barganha dos casais homoafetivos, dentre os distintos cenários analisados, os resultados indicaram que o melhor equilíbrio da alocação de tempo destinado ao mercado de trabalho foi representado por casais em que ambos os cônjuges estavam trabalhando e não possuíam filhos.

No que tange aos casais heterossexuais, apesar de constatarem considerável aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, Silva e Cunha (2017) verificaram que este cenário muda quando os casais possuem filhos menores de 14 anos. Nesse caso, os autores concluíram que houve redução na oferta de trabalho das esposas e aumento na oferta dos maridos, enfatizando a visão arcaica de que cabe ao homem assegurar o sustento do domicílio enquanto a mulher se encarrega de trabalhos domésticos e cuidados com os filhos.

Nesse sentido, Maciel (2008) apontou que a participação de famílias em programas sociais de transferência de renda contribui para a redução de horas destinadas ao mercado de trabalho, principalmente para as mulheres, levando

em consideração aspectos culturais como possíveis determinantes para a sobrecarga desta dedicação doméstica feminina. Por sua vez, Melo (2007) levantou informações a respeito das diferentes características dos maridos e das esposas. Os resultados constataram que aspectos como idade e nível de escolaridade dos cônjuges são de grande relevância para denotar sua participação no mercado de trabalho.

Ainda considerando características dos cônjuges capazes de afetar as decisões intradomiciliares, Coile (2004) observou que alterações no estado de saúde dos maridos ou das esposas pode resultar em perda significativa da renda familiar, uma vez que eles tendem a ofertar menos horas de trabalho. Contudo, a autora destaca que o chamado “efeito adicional do trabalhador” pode proteger a família de tais impactos, uma vez que os cônjuges negociam entre si e realocam as horas destinadas ao trabalho de tal forma que a redução da oferta de mão de obra do chefe do domicílio implica em aumento por parte do cônjuge.

Similarmente, o estudo de Fernandes e Scorzafave (2009) utilizou a teoria da racionalidade coletiva para investigar este processo decisório. Os autores puderam constatar que a discrepância de um ano de idade do casal acarretou a redução de oferta de trabalho das esposas e aumento na oferta por parte dos maridos, enquanto para a *sex-ratio*⁴ verificou-se novamente acréscimo de horas trabalhadas pelo marido.

⁴ Definida como a razão entre o total de homens com as mesmas características do marido e o total correspondente de homens e mulheres de uma determinada região (Fernandes; Scorzafave, 2009).

Além dos referidos trabalhos, alguns autores dedicaram-se a analisar e comparar resultados de famílias homoafetivas e heterossexuais, como no caso do trabalho de Martell e Roncolato (2016). Os autores investigaram a alocação do tempo de gays e lésbicas, que homens gays que possuem filhos dedicam aproximadamente uma hora e meia a mais por dia no trabalho doméstico quando comparados aos homens heterossexuais casados.

Para muitos estudiosos, essa relação é explicada por uma “ética igualitária” existente nos casais de mesmo sexo, que muitas vezes não ocorre entre os casais heterossexuais, que são regidos por hierarquias entre os cônjuges.

4. Metodologia

4.1 Dados

Para consecução do trabalho, foram utilizados microdados longitudinais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNADC disponibiliza informações a respeito do mercado de trabalho, além de características socioeconômicas, educacionais e demográficas dos indivíduos. De acordo com Gonçalves e Menezes Filho (2015), a pesquisa consiste em um painel no qual os indivíduos do mesmo domicílio são entrevistados até cinco vezes. Por sua vez, a disponibilização dos dados ocorre de forma mensal, trimestral e anual.

Importante destacar que a PNADC também disponibiliza informações acerca de temas específicos em suas diferentes

visitas domiciliares, sendo a primeira e a quinta as mais completas. Dessa forma, no caso do presente estudo, são utilizados dados relativos à quinta visita empilhados para o período 2016-2019, que compreende informações relativas a “Rendimentos de outras fontes”. Ressalta-se que todas as variáveis relativas aos rendimentos foram deflacionadas de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2019.

Adicionalmente, para o período considerado, a pesquisa disponibilizou informações referentes ao cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo de forma autodeclarada. Nesse sentido, as pessoas são classificadas como homossexuais quando coabitam com indivíduos do mesmo sexo e formam uma família. De acordo com Mize (2016), a limitação desse método de análise é que a amostra não é aleatória e nem representativa da população homossexual, pois não são considerados indivíduos solteiros, o que pode causar vieses. Logo, na amostra considerada, não são identificados todos os indivíduos que têm orientação sexual homossexual, mas apenas aqueles que coabitam com seus/suas parceiros(as).

Além disso, com o intuito de assegurar as proposições do modelo de racionalidade coletiva desenvolvido por Chiappori *et al.* (2002), foram considerados os indivíduos que ofertam horas de trabalho somente no mercado formal (que possuem carteira de trabalho assinada e/ou são contribuintes da previdência⁵) e que possuem idade entre 15 e 65 anos.

⁵ Critério similar ao adotado por Wroblevski e Cunha (2021).

Contudo, ainda que o modelo teórico utilize apenas indivíduos que estejam ofertando horas de trabalho, o presente estudo levou em consideração também aqueles que não ofertam horas de trabalho, mas que vivem com um cônjuge que esteja trabalhando formalmente. Tal imposição é importante, uma vez que este segmento é fundamental na análise do poder de barganha entre os casais e suas respectivas tomadas de decisões. Por fim, destaca-se que foi considerada a complexidade da amostra, por meio da inserção dos pesos amostrais nas estimações econométricas realizadas.

4.2 Estratégia econométrica

Para a realização da estimativa econométrica, como já salientados, foram utilizados dados empilhados correspondentes ao período de 2016 a 2019. Este empilhamento em forma de painel possui algumas vantagens, tais como discriminação de diferenças individuais e temporais, sendo possível identificar efeitos que não seriam detectados isoladamente se utilizados dados em corte transversal ou séries temporais, como por exemplo a presença de maior número de graus de liberdade, implicando em uma amostra superior tratando-se de observações individuais (Wooldridge, 2001).

Ademais, as equações (1) e (2), que representam o modelo coletivo de oferta de trabalho de casais heterossexuais e homossexuais, foram estimadas utilizando o modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR). O referido modelo possibilita a estimativa simultânea das equações supracitadas e assegura que cada uma delas tenha uma forma funcional única.

Ademais, outra vantagem desse método está relacionada à correlação contemporânea entre os erros, isto é, os erros das equações de cada indivíduo são correlacionados, tornando o sistema de equações propriamente relacionado, aumentando, assim, a precisão da estimativa de seus parâmetros. Desse modo, o modelo SUR infere que o intercepto e os parâmetros são distintos entre os indivíduos e constantes no tempo, partindo do princípio de que a variância do erro seja constante e varia de uma equação para outra.

Conforme apresentado por Duarte et al. (2007), as variáveis explicativas das equações a serem estimadas são idênticas, contudo, ainda que todas as informações que explicam a variável dependente não estejam presentes no modelo, elas são captadas pelo erro de cada um dos indivíduos e, assim, caracteriza-se a correlação entre o erro de um com o outro.

Em síntese, levando-se em consideração as equações (1) e (2), referentes ao modelo coletivo de oferta de trabalho, torna-se possível a estimativa das equações para cada um dos cônjuges que formam os casais heterossexuais e homossexuais por meio do modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR):

$$\begin{aligned}
 h_{\text{chefe}} = & \beta_{01} + \beta_{21} \log W_1 + \beta_{31} \log W_2 + \\
 & \beta_{41} \log Y + \beta_{51} \text{Escol}_{\text{diff}} + \beta_{61} \text{Idade}_{\text{diff}} + \beta_{71} \text{Raça} + \\
 & \beta_{81} \text{Filhos} + \beta_{91} \text{Nordeste} + \beta_{101} \text{Norte} + \beta_{111} \text{Sul} + \\
 & \beta_{121} \text{CentroOeste} + \varepsilon_{131} \quad (3)
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 h_{conjuge} = & \beta_{02} + \beta_{22} \log W_1 + \beta_{32} \log W_2 + \\
 & \beta_{42} \log Y + \beta_{52} Escol_{diff} + \beta_{62} Idade_{diff} + \beta_{72} Raça + \\
 & \beta_{82} Filhos + \beta_{92} Nordeste + \beta_{102} Norte + \beta_{112} Sul + \\
 & \beta_{122} CentroOeste + \varepsilon_{132} \quad (4)
 \end{aligned}$$

As variáveis dependentes representam o total de horas ofertadas no mercado de trabalho formal, sendo que h_{chefe} consiste no total de horas trabalhadas do chefe de domicílio para os casais heterossexuais e homossexuais, enquanto $h_{conjuge}$ corresponde ao total de horas trabalhadas do(a) respectivo(a) cônjuge. Já as variáveis W_1 e W_2 representam os rendimentos do chefe do domicílio e do cônjuge, respectivamente; Y simboliza o total de renda proveniente do não trabalho, isto é, o rendimento obtido através de outras fontes. Para maior adequação do modelo, optou-se por utilizar o logaritmo em todas as variáveis relacionadas à renda; $Escol_{diff}$ representa o fator distributivo que relaciona o diferencial de anos de estudo existente entre os cônjuges; $Idade_{diff}$ representa o segundo fator distributivo acerca do diferencial de idade dos cônjuges; além das variáveis de controle $Filhos$, que configura a presença de filhos menores de 14 anos no domicílio; $Raça$ que corresponde a uma variável binária que assume valor igual a 1 para indivíduos brancos e amarelos e 0 para pretos, pardos e indígenas; e para as regiões foram utilizadas *dummies* que indicam as regiões de residências dos indivíduos, a saber Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, com Sudeste sendo a base na estimação.

O critério de seleção das variáveis teve como base da teoria da racionalidade coletiva com fatores

distributivos de Chiappori *et al.* (2002), além da literatura relativa ao tema, vide Silva e Cunha (2017), Fernandes e Scorzafave (2009), Gruppi (2018) e Maciel (2008). Além disso, a Tabela 1 apresenta a descrição das variáveis inseridas na estimativa econométrica, assim como seus sinais esperados.

5. Resultados

5.1 Análise descritiva

A base de dados considerada na análise é composta apenas por casais que residem no mesmo domicílio, formando assim as famílias heterossexuais e homossexuais. Especificamente, a relação intradomiciliar é constituída pelo(a) chefe de domicílio e seu(sua) respectivo(a) cônjuge, sendo estes do mesmo sexo ou de sexos distintos. Dessa forma, após as restrições impostas, constatou-se que a amostra considerada a partir das quintas visitas dos anos de 2016 a 2019 da PNADC é composta por 638.162 indivíduos, nos quais 635.946 (99,65% do total) compõem as famílias heterossexuais e 2.216 (0,35%) as famílias homossexuais. A Tabela 2 apresenta detalhadamente as principais características das famílias que compõem a amostra.

Analisando-se os dados referentes à oferta de trabalho e remuneração das famílias, nota-se que tanto os chefes de domicílios quanto os cônjuges das famílias homossexuais dispõem de mais horas dedicadas ao mercado de trabalho, na média. Esse resultado também foi verificado no trabalho de

Tabela 1. Descrição das variáveis a serem utilizadas no modelo econométrico.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO
h_{chefe}	Total de horas trabalhadas pelo chefe do domicílio na semana de referência no trabalho principal.	Variáveis dependentes
h_{conjuge}	Total de horas trabalhadas pelo cônjuge na semana de referência no trabalho principal.	
$\log W_1$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do chefe de domicílio.	Segundo Maciel (2008), o sinal esperado das variáveis de rendimento de um cônjuge em relação ao outro é negativa, ao passo que se o sinal de W_1 for negativo, W_2 será positivo, e vice-versa.
$\log W_2$	Logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal do cônjuge.	
$\log Y$	Logaritmo do total de renda obtida de outras fontes, como de pensões, assistências etc.	Para Fernandes e Scorzafave (2009), a relação da renda do trabalho não laboral com as horas ofertadas é inversa, sendo o sinal estimado negativo.
$Escol_{\text{diff}}$	Diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio e os anos de seu respectivo cônjuge.	No estudo de Maciel (2008), o sinal estimado foi negativo para cônjuge do sexo masculino e sinal positivo para cônjuge do sexo feminino.
$Idade_{\text{diff}}$	Diferença entre a idade do chefe do domicílio e a idade de seu respectivo cônjuge.	Nos trabalhos de Fernandes e Scorzafave (2009) e Gruppi (2018), encontrou-se resultado positivo para a diferença de idade para os homens e sinal negativo para as mulheres.
Filhos	Presença de filhos com idade inferior a 14 anos morando no mesmo domicílio.	Segundo Silva e Cunha (2017), a presença de filhos impacta negativamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo feminino e positivamente nas horas ofertadas de cônjuges do sexo masculino. Para Martell e Roncolato (2016), ter filhos impacta negativamente a oferta de horas, independente do sexo.
Raça	Variável dummy, representando 1 para brancos e amarelos, e 0 para pretos, pardos e indígenas.	Conforme Gruppi (2018), para os indivíduos brancos, a relação com as horas de trabalho ofertada é positiva.
Nordeste	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Nordeste, e 0 caso contrário.	
Norte	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Norte, e 0 caso contrário.	De acordo com Gruppi (2018), para domicílios das regiões Norte e Nordeste, são esperados sinais negativos, enquanto para as demais regiões a relação é positiva.
Sul	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Sul, e 0 caso contrário.	
Centro-Oeste	Variável dummy, sendo 1 caso o domicílio esteja situado na região Centro-Oeste, e 0 caso contrário.	

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2. Média da oferta de trabalho dos casais homossexuais e heterossexuais

MÉDIAS	FAMÍLIAS HETEROSSEXUAIS		FAMÍLIAS HOMOSSEXUAIS	
	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM
AMOSTRA	635.946	99,65%	2.216	0,35%
Média de horas ofertadas do chefe de domicílio	61 horas/semana		65 horas/semana	
Média de horas ofertadas do cônjuge	55 horas/semana		65 horas/semana	
Rendimento mensal médio recebido pelo chefe de domicílio	R\$ 788,98		R\$ 701,98	
Rendimento mensal médio recebido pelo cônjuge	R\$ 589,27		R\$ 733,50	

Fonte: Elaboração própria

Jacinto *et al.* (2017), assim como em Oliveira, Monteiro e Irffi (2019). Em outra perspectiva, Oliveira, Monteiro e Irffi (2019) apontam que indivíduos homossexuais dedicam mais tempo à formação educacional e especialização, uma vez que, no geral, seus rendimentos salariais não são compatíveis com seus níveis de escolaridade. Desse modo, eles procuram elevar seus níveis educacionais para mitigar tal discrepância de cunho discriminatório.

No que tange a remuneração mensal, evidencia-se a baixa média apontada para cônjuges de famílias heterossexuais, sendo que cerca de 73% dos indivíduos que se autodeclararam como cônjuge são mulheres. De acordo com Fetro (2018), ainda é possível observar que as mulheres se dedicam

mais ao trabalho doméstico, ao passo que os homens se encarregam de ofícios voltados ao mercado de trabalho formal. À vista disso, Madalozzo, Martins e Shiratori (2010) constataram que constantemente as mulheres são designadas à dupla jornada, considerando o trabalho exercido em atividades domésticas em conjunto com as atividades voltadas ao mercado de trabalho, corroborando assim com a pressuposição do baixo rendimento salarial dos cônjuges estar diretamente associado à questão de gênero.

Por outro lado, ao se analisar o rendimento das famílias homossexuais, observa-se que, na média, os casais homoafetivos possuem rendimentos mais elevados que os casais heterossexuais. Esse resultado também

foi verificado no estudo realizado por Suliano *et al.* (2016) a partir dos dados do Censo de 2010.

A Tabela 3 apresenta a estrutura familiar, considerando a presença ou não de filhos menores de 14 anos no domicílio. Assim, foi possível observar que 75,91% das famílias heterossexuais possuem filhos, enquanto 71,39% das famílias homossexuais não possuem filhos vivendo em seus domicílios. Dentre os 2.216 indivíduos que compõem famílias homoafetivas, apenas 634 possuem filhos.

Conforme discutido por Martell e Roncolato (2016), a presença de filhos ou enteados menores de 14 anos no domicílio é capaz de afetar consideravelmente a oferta de mão de obra dos casais, tendo em vista a dependência em relação a seus pais e responsáveis para atividades cotidianas, seja alimentação, ensino escolar etc.

Em concordância, Talaya (2000) demonstrou que quanto mais novas forem as crianças no domicílio, menor seria a oferta de trabalho dos pais. Ademais, Black *et al.* (2007) apontam o fato de que os custos envolvendo crianças são mais elevados para famílias homoafetivas em comparação com as famílias heterossexuais, sendo observado pelos autores tanto o processo de adoção e até mesmo os custos não monetários associados ao tempo e determinados esforços que as famílias heterossexuais muitas vezes não são submetidas.

4.2 Resultados econométricos

Nesta subseção, por meio da Tabela 4, são apresentados os resultados econôméticos encontrados a partir da estimativa do modelo SUR. Para melhor apresentação, optou-se por apresentar

Tabela 3. Estrutura familiar dos casais homossexuais e heterossexuais considerando a presença de filhos

PRESENÇA OU NÃO DE FILHOS	CASAIS HETEROSSEXUAIS		CASAIS HOMOSSEXUAIS	
	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM	OBSERVAÇÕES	PORCENTAGEM
Possui filhos	482.732	75,91%	634	28,61%
Não possui filhos	153.214	24,09%	1582	71,39%
TOTAL	635.946	100,00%	2.216	100,00%

Fonte: Elaboração própria

conjuntamente os resultados obtidos a partir da alocação de horas de trabalho para famílias heterossexuais e homossexuais. Nesse sentido, foram estimadas conjuntamente duas regressões, referentes a horas de trabalho ofertadas pelo(a) chefe do domicílio e seu(sua) cônjuge.

Com o intuito de melhor adequar o modelo estimado, realizou-se um teste para diagnosticar a colinearidade existente entre as variáveis utilizadas. Segundo Belsley *et al.* (1980), o resultado de correlação em uma matriz acima de 30 é considerado como um problema de colinearidade entre os parâmetros da estimação. Isto posto, após a realização do teste, o valor de interação encontrado na equação referente às famílias heterossexuais foi de 15,38; e para as famílias homoafetivas essa interação foi de 13,75, indicando níveis de colinearidade adequados para a estimação. No caso das famílias heterossexuais, foi possível verificar que a maioria dos coeficientes estimados foi estatisticamente significativo a pelo menos 10%, sendo que a maior parte dos sinais estimados para os coeficientes corrobora com a literatura relacionada ao tema.

Conforme apresentado na literatura, os fatores distributivos são ferramentas essenciais na tomada de decisão intradomiciliar quando se trata da melhor alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho. Estes fatores distributivos afetam diretamente o poder de barganha que os indivíduos possuem dentro do processo decisório. Nesse caso, apresenta-se os resultados dos dois fatores distributivos utilizados na

análise, o diferencial de escolaridade e o diferencial de idade entre os cônjuges, ambos estatisticamente significativos.

Inicialmente, verifica-se que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio e seu cônjuge apresentou coeficiente negativo. Este resultado corrobora com o conceito de poder de barganha, evidenciando a utilização desse fator como decisivo para a alocação de menos horas de trabalho por parte dos cônjuges. Gonçalves e Menezes Filho (2015) apontaram que essa diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges é capaz de afetar as horas de trabalho ofertadas para ambos, considerando-se que quanto mais elevado o diferencial de escolaridade entre o chefe de domicílio e seu cônjuge, maior será o poder de barganha do primeiro e menor horas ofertadas. Dessa forma, os resultados encontrados comprovam a existência de poder de barganha, uma vez que o diferencial nos anos de estudo entre os cônjuges de um mesmo domicílio impacta na oferta de horas no mercado de trabalho.

Na continuação, o segundo fator distributivo da análise, a diferença entre a idade do chefe do domicílio e seu(sua) respectivo(a) cônjuge, apresentou coeficiente estimado positivo e relativamente diminuto nas duas estimações. Com estes resultados, observa-se que o aumento de um ano de diferença entre os cônjuges corresponde a uma elevação de aproximadamente 0,48 hora por mês de trabalho do chefe de domicílio e aumento de 0,26 hora mensal de trabalho do cônjuge.

Chiappori *et al.* (2002) expõem que para os fatores distributivos, quando se trata do diferencial de idade entre o chefe

Tabela 4. Resultados da estimativa do modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR) para as famílias heterossexuais e homossexuais

VARIÁVEIS	COEFICIENTES		NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA P> t 	
	CHEFE DO DOMÍCILIO (CASAL HETEROSSEXUAL)		CHEFE DO DOMÍCILIO (CASAL HOMOSSEXUAL)	
Log Rendimento chefe	0,2626	0,006	-1,783	0,129
Log Rendimento chefe	1,4781	0	3,2733	0,004
Log Rendimento de outras fontes	-17,77	0	-24,9588	0
Diferença Escolaridade	-21,0772	0	-31,8892	0
Diferença Idade	0,4736	0	0,4377	0,586
Cor	2,3404	0,006	19,1181	0,031
Filhos	-24,3255	0	-15,525	0,218
Nordeste	-5,5893	0	-241,350	0,116
Norte	-6,1295	0	2,4182	0,923
Sul	1,1528	0,251	-3,435	0,824
Centro-Oeste	-1,1881	0,391	29,2699	0,162
Constante	288,3718	0	378,3202	0
VARIÁVEIS	CÔNJUGE DO DOMÍCILIO (CASAL HETEROSSEXUAL)		CÔNJUGE DO DOMÍCILIO (CASAL HOMOSSEXUAL)	
Log Rendimento chefe	0,295	0,002	-2,0568	0,081
Log Rendimento chefe	1,4465	0	2,9342	0,019
Log Rendimento de outras fontes	-17,6323	0	-24,4455	0
Diferença Escolaridade	-21,8125	0	-32,6237	0
Diferença Idade	0,2604	0,002	0,1935	0,793
Cor	2,6457	0,002	21,1316	0,019
Filhos	-26,4029	0	-14,0406	0,262
Nordeste	-6,3543	0	-26,174	0,104
Norte	-6,0462	0	6,4056	0,807
Sul	1,5383	0,12	-7,5977	0,613
Centro-Oeste	-1,5725	0,252	29,6482	0,164
Constante	287,1792	0	381,608	0

Fonte: Elaboração própria

do domicílio e o cônjuge, há impacto positivo das horas ofertadas pelo chefe, implicando que para diferenças elevadas de idade, mais horas são destinadas ao trabalho pelo chefe. Similarmente, Gruppi (2018) apontou que o diferencial de idade produz maior poder de barganha às esposas mais jovens, gerando mais oferta de trabalho por parte de seus maridos. Nesse caso, ainda que os coeficientes estimados sejam relativamente pequenos, a existência de um poder de barganha é novamente verificada, dado que a existência de diferença de idade entre os cônjuges é capaz de impactar no total de horas dispendidas de trabalho.

Com relação ao nível de renda, mediante a estimação realizada, as horas ofertadas no mercado de trabalho são relacionadas às suas três formas: a renda do próprio indivíduo, a renda de seu cônjuge e a renda que é obtida através de outras fontes, como pensões, algum tipo de assistência que a família recebe, entre outras.

Considerando-se que tais variáveis foram estatisticamente significativas, parte-se para a análise dos seus coeficientes e sinais estimados. Tanto na estimação das horas ofertadas do chefe do domicílio quanto de seu cônjuge, o rendimento do chefe apresentou sinal positivo, implicando em uma relação positiva. Este resultado vai ao encontro da literatura, uma vez que quanto maior o rendimento mensal obtido, mais horas são destinadas ao trabalho. Por outro lado, no caso do cônjuge, o sinal encontrado difere daquele esperado. Nesse sentido, Suliano, Irffi e Veras (2014) concluem que independente do gênero, quanto maior o total de horas destinadas ao trabalho, mais elevados são os ganhos provenientes desse.

Na sequência, ao se analisar o rendimento mensal dos cônjuges, novamente encontra-se o mesmo sinal para os coeficientes estimados. Esse resultado é passível de interpretação similar ao analisado do ponto de vista do cônjuge, implicando em relação direta entre nível de rendimentos e oferta de horas de trabalho. Situação oposta é verificada quando se analisa as horas de trabalho ofertadas pelo chefe do domicílio, já que seu sinal esperado era negativo. Nesse caso, em concordância com os resultados obtidos por Silva e Cunha (2017), observa-se que o rendimento mensal dos cônjuges possui pouco efeito sobre sua oferta de horas de trabalho.

Examinando-se o coeficiente estimado para a variável relativa aos rendimentos obtidos através de outras fontes, além desse ser estatisticamente significativo, seu sinal negativo expressa a relação inversa com o total de horas ofertadas tanto do chefe de domicílio quanto do cônjuge. Este resultado sinaliza que os rendimentos obtidos do não trabalho influenciam diretamente a redução da oferta de mão de obra dos indivíduos. Conforme Browning e Chiappori, (1998), o rendimento não laboral pode ser considerado como o primeiro passo no processo de tomada de decisão intradomiciliar, já que levando-se em consideração a regra do compartilhamento, os casais dividem esse rendimento e a partir de então, barganham entre si para negociar a quantidade de horas a serem destinadas ao mercado de trabalho.

No que tange aos demais controles, a variável cor também foi estatisticamente significativa e apresentou sinal positivo para seu coeficiente tanto para chefes

como para cônjuges. Logo, indivíduos brancos e amarelos ofertam mais trabalho que pretos, pardos e indígenas, indo ao encontro do que foi verificado por Suliano, Irffi e Veras (2014). Por sua vez, para a *dummy* que indica se o casal possui ou não filhos menores de 14 anos vivendo no mesmo domicílio, coeficiente estimado negativo valida a hipótese de que a presença de filhos dependentes reduz as horas direcionadas ao mercado de trabalho, assim como constatado por Guiginski (2015).

Para as *dummies* referentes às regiões brasileiras, tendo o Sudeste como referência, nota-se que os sinal negativos estimados para os coeficientes relativos ao Norte e Nordeste indicam que residir nessas regiões impacta negativamente a oferta de horas no mercado de trabalho do chefe de domicílio e do cônjuge. Por sua vez, os coeficientes estimados para as regiões Sul e Centro-Oeste não foram estatisticamente significativos na análise das famílias heterossexuais.

Diferentemente do que foi constatado para o caso das famílias heterossexuais, nos resultados obtidos na estimação para as famílias homossexuais, a maioria dos coeficientes estimados não foram significativos estatisticamente. Para a análise das variáveis referentes aos fatores distributivos, salienta-se que somente a diferença entre os anos de escolaridade do(a) chefe de domicílio e seu(sua) cônjuge apresentou-se estatisticamente significativa. Assim, a menor diferença em termos de anos de escolaridade entre os cônjuges se relaciona diretamente com a elevação das horas que esses casais dispõem para o mercado de trabalho. Nesse aspecto, Black *et al.* (2007)

observaram que casais homoafetivos apresentam tendência de possuir níveis de escolaridade similarmente mais elevados em comparação aos casais heterossexuais. Os autores afirmam que este fator é capaz de explicar o fato de que entre os casais homossexuais, geralmente, ambos estão inseridos no mercado de trabalho.

Com relação às variáveis relativas ao nível de renda, somente o coeficiente estimado para o rendimento mensal do chefe de domicílio não foi significativo para as horas ofertadas pelo chefe. Para as demais variáveis, seus coeficientes demonstraram sinais esperados, além de serem estatisticamente significativos.

Na estimação da oferta de horas para o chefe do domicílio, o sinal negativo encontrado na variável referente à renda obtida do não trabalho está de acordo com a literatura. Nesse sentido, este rendimento é considerado como um fator capaz de influenciar o processo de alocação intradomiciliar, pois o aumento no rendimento individual proveniente de outras fontes gera redução no estímulo à oferta de horas dedicadas ao mercado de trabalho (Browning; Chiappori, 1998).

Já na estimação referente ao cônjuge, os resultados de todas as variáveis relativas ao nível de rendimentos estão de acordo com o que a literatura concernente determina. Assim, observa-se que o rendimento mensal do chefe de domicílio apresenta sinal negativo, apontando que quanto maior o rendimento mensal obtido pelo chefe de domicílio, menos horas são ofertadas pelo cônjuge. O sinal encontrado é similar ao esperado, similarmente ao que acontece com o rendimento mensal do próprio cônjuge, que apresenta sinal positivo.

Ademais, Gruppi (2018) concluiu que chefes e cônjuges pertencentes ao mesmo grupo familiar não devem apresentar sinais idênticos quando se trata dos coeficientes estimados para seus rendimentos individuais. Essa constatação baseia-se na teoria desenvolvida por Chiappori *et al.* (2002), na qual os autores apontam que a alocação do tempo destinado à oferta de mão de obra advém de uma decisão coletiva entre os cônjuges. Para tanto, o equilíbrio a ser encontrado representa que quanto mais elevada a carga de trabalho do chefe de domicílio, menor tende a ser a de seu cônjuge. Nesse sentido, a variável que representa os rendimentos obtidos de outras fontes também possui relação inversa com a oferta de trabalho dos indivíduos que compõem as famílias homossexuais, ao passo que quanto maior for a renda proveniente do não trabalho, menos horas são alocadas no mercado de trabalho.

Por sua vez, quanto aos demais controles, a variável relativa à cor dos indivíduos foi estatisticamente significativa, resultado similar àquele encontrado no caso das famílias heterossexuais. Adicionalmente, as *dummies* regionais e as que atestam se as famílias possuem filhos menores de 14 anos nos domicílios não foram estatisticamente significativas.

6. Considerações finais

Analizando-se a dinâmica das relações entre casais heterossexuais e homossexuais brasileiros, observa-se a existência de distintas tomadas de decisões intradomiciliares no que diz respeito às horas ofertadas no mercado de trabalho. Cada indivíduo procura

maximizar seu bem-estar, levando em consideração também o bem-estar do respectivo cônjuge. Contudo, esse acordo é baseado em um processo decisório, que leva em consideração diversas características dos cônjuges.

Isto posto, o presente estudo teve como finalidade investigar o poder de barganha existente entre os cônjuges capaz de influenciar a alocação de horas destinadas ao mercado de trabalho formal. Para tal, utilizou-se o modelo de Regressões Aparentemente Não Relacionadas (SUR), que estimou simultaneamente uma regressão para o chefe de domicílio e outra para seu respectivo cônjuge. Ademais, a análise dos resultados considerou casais heterossexuais e homossexuais.

Os principais resultados obtidos foram aqueles relacionados aos fatores distributivos das famílias, isto é, os diferenciais de idade e de anos de escolaridade entre os cônjuges. Tais fatores são caracterizados como o poder de barganha dos indivíduos, assumindo que tais diferenciais são capazes de influenciar na tomada de decisão dos cônjuges.

Em primeiro lugar, analisando-se o diferencial de escolaridade, tanto para as famílias heterossexuais quanto para as famílias homossexuais, os resultados obtidos indicam que a diferença entre os anos de estudo do chefe do domicílio em relação ao seu cônjuge impacta de forma negativa as horas ofertadas de trabalho de ambos os cônjuges. Tal relação é tida como poder que os casais possuem de negociar entre si, implicando no fato de que quanto maior a diferença de anos de estudos que cada indivíduo possui em relação ao seu cônjuge, menos horas são dedicadas ao mercado de trabalho.

No que tange ao segundo fator distributivo, o diferencial de idade, que consiste na diferença de idade entre o chefe do domicílio e seu respectivo cônjuge, foi possível constatar para ambas as famílias o efeito positivo dessa variável. Este resultado sugere que quanto mais velho o indivíduo, maior será seu poder de barganha em relação ao seu cônjuge e, consequentemente, mais horas são destinadas ao mercado de trabalho. Nesse caso, considerando-se as famílias heterossexuais, verifica-se que o marido mais velho ofertará mais horas de trabalho em relação a sua esposa mais jovem.

Com relação aos demais controles, foi possível observar que o rendimento salarial dos indivíduos é diretamente proporcional às horas que os indivíduos dedicam ao mercado de trabalho, mas quando se analisa a relação dos rendimentos salariais entre os cônjuges, são observados sinais estimados positivo e negativo para os coeficientes relativos ao rendimento salarial das famílias heterossexuais e homossexuais, respectivamente.

Acredita-se que a relação positiva no caso dos casais heterossexuais seja proveniente das desigualdades existentes nas atribuições domiciliares entre maridos e esposas. Nesse sentido, ainda que as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, é notório que a cultura de que elas são responsáveis pelos

afazeres domésticos e os maridos por trabalhar no mercado de trabalho formal e garantir o sustento da família ainda é bastante enraizada na sociedade. Por outro lado, a relação negativa que esses mesmos coeficientes apresentaram no caso das famílias homossexuais pode ser explicado a partir da maior igualdade na divisão de tarefas dentro dos domicílios.

A partir dos resultados obtidos, foi possível atestar que o poder de barganha identificado por meio dos fatores distributivos é capaz de impactar as horas destinadas ao mercado de trabalho pelos cônjuges. Entretanto, observou-se que os casais heterossexuais e homossexuais barganham de forma distinta entre si.

Ademais, uma limitação existente no trabalho se refere a possível existência de variáveis omitidas na estimação, que poderia ser controlada pela inclusão de efeitos fixos dos indivíduos. No entanto, não foi possível essa inserção, dado o elevado número de parâmetros a serem estimados.

Por fim, diante da desigualdade ainda existente na sociedade envolvendo principalmente gênero e orientação sexual, seria primordial a formulação e implementação de políticas públicas, particularmente em forma de conscientização, educação e leis, que sejam capazes de diminuir tal discrepância, fundamentando a criação de uma sociedade cada vez mais justa e inclusiva.



Referências

Barbosa, A. L. N. de H.; Vital, C. L. de C.; Russo, F. M., & Costa, J. S. (2020). *Rendimentos e jornada de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual*. Mercado de trabalho, conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9992/1/bmt_68_Rendimentos_jornada.pdf

Becker, G. S. (1981). *A treatise on the family*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

Belsley, D., Kuh, E., & Welsch, R. (1980). *Regression Diagnostics: Identifying Influential Data and Sources of Collinearity*. Wiley, New York. <http://dx.doi.org/10.1002/0471725153>

Black, D. A., Sanders, S. G., & Taylor, L. J. (2007). The Economics of Lesbian and Gay Families. *Journal of Economic Perspectives*, 21(2), p. 53–70. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.21.2.53>

Botelho, M. M. (2016). A eficiência e o efeito Kaldor-Hicks: a questão da compensação social. *Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*, 2(1), p. 27-45. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2016.v2i1.1595>

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226.asp

Browning, M., & Chiappori, P. A. (1998). Efficient intra-household allocations: A general characterization and empirical tests. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 66(6), p. 1241-1278. <https://doi.org/10.2307/2999616>

Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F, & Santos, M. A. (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia* (Natal), 18(3), p. 507-516. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300011>

Chiappori, P. A. (1988). Rational household labor supply. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 56(1), p.63-90. <https://doi.org/10.2307/1911842>

Chiappori, P. A., Fortin, B., & Lacroix, G. (2002). Marriage market, divorce legislation, and household labor supply. *Journal of Political Economy*, 110(1), p. 37-72. <https://doi.org/10.1086/324385>

Coile, C. C. (2004). *Health shocks and couples' labor supply decisions*. National Bureau of Economic Research. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w10810/w10810.pdf

Duarte, P. C., Lamounier, W. M., & Takamatsu, R. T. (2007). *Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças*. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. p. 1-15. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod_resource/content/1/Artigo%20-%20Modelos%20em%20Painel.pdf

Fernandes, M. M., & ScorzaFave, L. G. (2009). Estimação da oferta de trabalho com modelos de racionalidade coletiva: Uma aplicação para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 39(2). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5112/1/PPE_v39_n02_Estimacao.pdf.

Gonçalves, S. L., & Menezes Filho, N. A. (2015). *O salário-mínimo e a oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem coletiva com os dados da PNAD Contínua (2012-2015)*. (No. 2015_40). University of São Paulo (FEA-USP). http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Goncalves_MenezesFilho_40WP.pdf

Gruppi, M. G. (2018). *Uma análise coletiva da oferta de trabalho de casais de mesmo sexo e casais de sexo oposto brasileiros*. 97 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56421?show=full>

Guiginski, J. T. (2015). *Mercado de Trabalho e Relações de Gênero: Associação entre a Presença de Filhos e as Condições de Acesso ao Trabalho das Mulheres*. 97 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, Programa de Pós-Graduação em Demografia. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-A-FSJEZ/1/disserta_o_vers_o_final.pdf

Hansen, M. E., Martell, M. E., & Roncolato, L. (2019). A labor of love: The impact of same-sex marriage on labor supply. *Review of Economics of the Household*, 18, p. 1-19. <https://doi.org/10.1007/s11150-019-09454-1>

IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2018. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20189-registro-civil.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

Jacinto, O. P., Frio, G., Uhr, D., & Uhr, J. Z. (2017). Offer of work and sexual orientation: evidence of Brazil. *The Empirical Economics Letters*, 16(7), p. 663-667.

Maciel, M. C. (2008). *A divisão do trabalho doméstico e a oferta de trabalho dos casais no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3719>

Madalozzo, R., Martins, S. R., & Shiratori, L. (2010). Participação no mercado de trabalho doméstico: Homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, 18(2), p. 547-566. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>

Manser, M., & Brown, M. (1980). Marriage and household decision-making: A bargaining analysis. *International Economic Review*, 31(1), p. 31-44. <https://doi.org/10.2307/2526238>

Martell, M. E., & Roncolato, L. (2016). The homosexual lifestyle: time use in same-sex households. *Journal of Demographic Economics*, 82(4), p. 365-398. <https://doi.org/10.1017/dem.2016.14>

Melo, F. L. B. de. (2007). Casais na grande São Paulo: investigando a diversidade. *Nova economia*, 17(2), p. 207-240. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512007000200001>

Mize, T. D. (2016). Sex orientation in the labor market. *American Sociological Review*, 81(6), p. 1132-1160. <https://doi.org/10.1177/0003122416674025>

Oliveira, J. P. C., Monteiro, V. B., & Irffi, G. (2019). Existe diferença salarial em função da orientação sexual? Análise para o mercado de trabalho cearense. *Revista Gênero*, 20(1), p. 119-134. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61060/1/2019_art_jpcoliveira.pdf

Oreffice, S. (2011). Sexual orientation and household decision making.: Same-sex couples' balance of power and labor supply choices. *Labour Economics*, 18(2), p. 145-158. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2010.09.003>

Silva, C. da., & Cunha, M. S. da. (2017). *Oferta de trabalho de casais nas grandes regiões metropolitanas brasileira de 2002 a 2015: Evolução e determinantes*. https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i6-4941cbb43450b9596c0ca9cfb0c00070.pdf

Suliano, D., Irffi, G., & Veras, M. (2014) *Diferenciais salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense*. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Textos para Discussão, nº 105. https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_105.pdf

Suliano, D., Irffi, G., Corrêa, M. V., Cavalcante, A., & Oliveira, J. (2016). Orientação Sexual e Diferencial de Salários no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Economia Aplicada*, 20(3), p. 195. <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea123974>

Talaya, B. Z. (2000). *La participación laboral de la mujer y los bienes públicos en el marco de los modelos colectivos del hogar*. Tesis Doctoral. Universidad Carlos III de Ma-

drid. Departamento de Economía. Getafe.
<https://portalcientifico.uned.es/documents/63930b9e7a05941066fa7950>

Vermeulen, F. (2002). Collective household models: principles and main results. *Journal of Economic Surveys*, 16(4), p. 533-564. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00177>

Wooldridge, J. M. (2001). *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge (MA); London (UK): The MIT Express.

Wroblevski, B., & Cunha, M. S. da. (2021). Duração do Desemprego e Crise Econômica: Uma Análise sob Riscos Competitivos para o Brasil no Período de 2012 até 2019. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 15(3), p. 489-511. <https://doi.org/10.54766/rberu.v15i3.742>

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 22/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Do crime à violência urbana: Desafios para o estudo do medo na América Latina

From crime to urban violence: Challenges in the study of fear in Latin America

Del crimen a la violencia urbana: Desafíos para el estudio del miedo en América Latina

**André Luiz
Gomes SOARES**

andreluiz.gsoares@gmail.com

Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ)..

**Joana Domingues
VARGAS**

jovargas@uol.com.br

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

175

Neste artigo pretendemos mostrar como o contexto latino-americano impõe desafios ao estudo do “medo do crime” por exigir uma análise do medo em sua associação com a violência, que tem forte presença na região. Inicialmente, discutimos as dificuldades de se conceituar medo, crime e violência e propomos algumas formas de tratamento destes termos. Com base em revisão de estudos, elencamos as especificidades da violência na América Latina e situamos, em um “gradiante do medo”, as abordagens que consideramos, segundo alguns critérios, as mais profícias na associação medo e violência. Ao fazê-lo, corroboramos a aplicabilidade do modelo de gradiente e identificamos algumas insuficiências na abordagem da associação violência e medo que podem despertar novos estudos.

Palavras-Chave: Medo; Violência urbana; América Latina.

In this article, we intend to show how the Latin American context poses challenges to the study of "fear of crime" by requiring an analysis of fear in its association with violence, which has a strong presence in the region. Initially, we discuss the difficulties of conceptualizing fear, crime and violence and propose some ways of treating these terms. Based on a review of studies, we list the specificities of violence in Latin America and place, on a "gradient of fear", the approaches that we consider, according to certain criteria, to be the most fruitful in the association of fear and violence. In doing so, we corroborate the applicability of the gradient model and identify some shortcomings in the approach to the association between violence and fear that could prompt new studies.

Keywords: Fear; Urban violence; Latin America.

En este artículo pretendemos mostrar cómo el contexto latinoamericano impone desafíos al estudio del "miedo al crimen", ya que requiere un análisis del miedo en su asociación con la violencia, que tiene una fuerte presencia en la región. Inicialmente, discutimos las dificultades de conceptualizar miedo, crimen y violencia, y proponemos algunas formas de abordar estos términos. Con base en una revisión de estudios, enumeramos las especificidades de la violencia en América Latina y situamos, en un "gradiente del miedo", los enfoques que consideramos, según algunos criterios, los más fructíferos en la asociación entre miedo y violencia. Al hacerlo, corroboramos la aplicabilidad del modelo de gradiente e identificamos algunas insuficiencias en el abordaje de la asociación entre los fenómenos que pueden estimular nuevos estudios.

Palabras clave: Miedo; Violencia urbana; América Latina.

Introdução

O grande desafio colocado às ciências sociais para o estudo do medo foi desprender-se do entendimento do senso comum de que o medo é uma condição fisiológica, concedendo à psicologia e à biologia autoridade científica quase exclusiva sobre ele. Na área de investigação do social, o medo tem sido estudado

principalmente associado ao crime e à violência urbana. Os primeiros estudos foram de natureza dedutiva e quantitativa e centraram-se na necessidade de se buscar as causas do medo. Na última virada de século, no entanto, a análise etiológica do medo deixou de ser a principal abordagem, abrindo espaço para uma série de

estudos qualitativos desenvolvidos principalmente fora do contexto anglo-saxão onde as primeiras abordagens do “medo do crime” tiveram origem.

O objetivo deste artigo é compreender o porquê de a América Latina ser um universo de pesquisa tão relevante para se pensar o medo. O estudo busca explorar: as particularidades da interpretação da violência e de sua persistência no tempo na América Latina; a influência dessas particularidades nos estudos sobre o medo do crime na região; o que uma organização destes estudos (Soares, 2024) pode nos dizer a respeito da associação medo e violência urbana; e quais desses estudos apresentam, neste aspecto, as interpretações mais profícias para estabelecer essa relação.

Na primeira seção, após breve contextualização da emergência do medo associado ao crime no contexto urbano como objeto de estudo, discutimos as dificuldades de se conceituar medo, crime e violência, buscando mostrar se tratar de objetos polissêmicos, escorregadios e que variam no tempo e no espaço.

Na segunda seção, tratamos das especificidades latino-americanas que tornam essa sub-região a mais violenta do globo. Apresentamos dados sobre mortes violentas, abordamos a questão da conformação dos estados-nação na região, os efeitos das desigualdades sociais sobre a violência urbana e a desigualdade na distribuição da violência, bem como o déficit de cidadania pré-existente e de como essa é impactada pela violência. No caso do Brasil, chamamos a atenção para uma particularidade: o fato de ser a população negra a mais afetada pela violência.

Na terceira seção, iniciamos utilizando uma organização analítica proposta por Soares (2024) para situarmos a nossa discussão dentro de um conjunto específico, identificado pelo autor, na literatura sobre o medo do crime e o medo da violência urbana latino-americanos. Em seguida, detalhamos dois estudos centrados nas perspectivas da construção social e das representações sociais que consideramos mais profícias para interpretar a associação medo e violência urbana na América Latina.

Com base nessas discussões, concluímos chamando a atenção para como a interseção entre medo e violência urbana amplia as possibilidades sociológicas para o estudo de ambos os fenômenos.

Medo, Crime e Violência

1.1. Contextualizando a emergência da associação medo e crime como tópico de estudo

Durante muito tempo o medo humano concentrou-se nos fenômenos da natureza. As maiores perdas de nossa espécie, no entanto, se devem mais às nossas próprias ações no mundo do que a qualquer outro evento (Delumeau, 2009). Basta lembrar do progressivo aumento no poderio bélico dos conflitos armados nos últimos séculos, culminando nas duas guerras mundiais do século XX. Apesar desse avanço na nossa capacidade autodestrutiva concentrada nas mãos do Estado (Bauman, 1998), alguns autores postularam que, ao longo do tempo, a insegurança e a violência diminuíram gradualmente sua

presença na sociabilidade rotineira das pessoas. Dois autores seminais que argumentaram nessa direção foram Norbert Elias (1990, 1993) e Michel Foucault (1977). Enquanto o primeiro verá nessa mudança, iniciada na Idade Média, um processo civilizador de longa duração, o segundo a ela irá se referir como um processo de normalização, situando-o em um período posterior e mais curto. O certo é que ao longo do tempo, o uso da força física passou a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (polícia e justiça) e, em tempos excepcionais, na luta socialmente legitimada entre inimigos internos e externos. Todo esse processo significou a criminalização do recurso individual à violência para resolver conflitos interindividuais, especialmente a severa criminalização do homicídio e dos crimes cujo desenvolvimento dependia do uso (ou ameaça de uso) da violência (Misse, 2019).

A partir dos anos 1960, esse processo de relativa pacificação das relações sociais sofreu um reverso que se fez sentir nos países ocidentais (Gurr, 1981). As cidades e sua relação com o medo passaram a oferecer cada vez mais recursos para pensar como as ações humanas se tornaram uma das principais fontes de perigo na contemporaneidade (Tuan, 2005). Foi a partir de então que o medo associado ao crime ganhou relevância na reflexão acadêmica e nas políticas públicas e isso se deu especialmente no contexto anglo-saxão, onde surgiram os primeiros estudos. Seus autores postularam que o medo seria uma resposta a símbolos tidos como perigosos no ambiente (Ferraro; LaGrange, 1987; Garofalo,

1981) e passaram a defini-lo como uma reação emocional (Ferraro, 1995). Assim, para esses autores, o medo é visto prioritariamente pelo seu viés corporal, ainda que sejam consideradas suas consequências para o tecido social. Nessa concepção, o “medo do crime” é visto como um problema social disruptivo, com sérias consequências para a qualidade da vida individual e comunitária em uma região ou tecido urbano, passível de ser conhecido e anulado. Embora se tratasse de uma perspectiva importante para fomentar políticas públicas, esta foi criticada pela sua frágil construção conceitual do fenômeno que acabou impactando metodologicamente na sua mensuração (Ditton et al., 1999; Farrall et al., 1997).

A globalização acelerada das cidades ao fim do século XX e a sensação de que o medo está em toda parte foram levando a uma crescente obsessão por segurança (Bauman, 2009). Nesse movimento, reorientar as aspirações das abordagens do medo do crime tornou-se imperativa de modo a contemplar novos aspectos na forma de se colocar o problema. Essa nova orientação (Bauman, 2009; Beck, 2010; Castel, 2019) influenciou os primeiros estudos sobre a realidade latino-americana, que passaram a adotar um entendimento mais abrangente do fenômeno, incorporando a noção de que o medo não teria apenas relação com a dinâmica criminal, mas também com inseguranças que fazem parte da modernidade tardia. O sentimento de insegurança tem sido utilizado mais frequentemente como conceito complementar ao “medo do crime” (Fernandes; Rêgo, 2011). Mas para alguns autores latino-americanos,

o sentimento de insegurança se distinguia do medo do crime por mobilizar um amplo conjunto de ações, emoções e representações sociais (Kessler, 2009). Esse entendimento, no entanto, se deu anterior às mudanças teórico-metodológicas no campo do *fear of crime*. Neste artigo, utilizaremos medo ao invés de sentimento de insegurança por entender que a virada qualitativa no estudo do medo do crime (Lee; Farrall, 2008) ocorrida no fim do século passado permite “sociologizar” essa emoção, evitando a dispersão teórica que concorre pelos sentidos de sua inteligibilidade.

Muitos trabalhos latino-americanos seguiram os estudos seminais anglo-saxões, embora um grande número deles não tenha adotado o desenho metodológico que privilegia a análise quantitativa e o uso de surveys (Soares, 2021). No desenvolver desses estudos, as ameaças e os perigos que causam a reação emocional do medo passaram a ser vistas como frutos de processos sociais e culturais cujas crenças no que é perigoso adquirem uma relevância singular (Borges, 2011). Mais do que isto, conforme procuraremos mostrar, as especificidades da realidade latino-americana acabaram por impor desafios para o estudo do medo nesta parte do mundo. Mas antes de prosseguir, vamos nos deter mais detalhadamente nas tentativas e/ou proficiência de se conceituar esses termos.

1.2. Objetos polissêmicos, escorregadios e relacionais

Boa parte dos estudos que tratam do crime, da violência e do medo tomam esses fenômenos como evidentes ou

dados de antemão. Nesta subseção, buscaremos refletir sobre as dificuldades de conceituação desses objetos.

“Crime” e, em maior medida, “violência” são conceitos escorregadios que cobrem uma infinidade de ações. Na contemporaneidade, quase tudo interpretado como violento sofreu um processo de criminalização e até crimes não violentos carregam em si os signos da violência (Misse, 2016, 2019). No desenvolvimento semântico do conceito de violência, poder (*potestas*) e violência (*violentia*), antes reunidos, não se separar. *Potestas* vai ser então concentrado no Estado, que irá adquirir papel ativo na definição do que são violência privada ilegítima e violência do Estado legítima, obscurecendo a violência da *potestas* (Imbusch, 2003; Misce, 2016; Schinkel, 2010). Desse modo, o Estado moderno atribuirá a si o poder de criminalizar e à sociedade, a violência. Por sua vez, o que é crime exige uma classificação de certos atos como transgressores. Contudo, não se pode interpretar um código penal como um dicionário do que é crime, existem linguagens concorrentes no cotidiano (Machado Da Silva, 2010) e tanto a definição legal quanto as outras definições são problemas sociológicos a serem investigados (Magalhaes, 2004). Se o Estado moderno é a instituição legítima na qual ocorre os processos de classificação e de controle, estes não acontecem sem problemas. Isto porque no cotidiano concreto das acusações e denúncias, os procedimentos que irão definir realmente o que será criminado e sobre quem recairá a incriminação irão depender de avaliações morais. Essas, muitas vezes, são construídas como pânico moral em relação a certos

grupos, especialmente, homens, jovens, de classes populares, com demarcações étnico-raciais (Cohen, 2002). Além delas, vão incidir nesse movimento diferentes medidas de interesses, cuja tendência será aniquilar qualquer pretensão igualitária quanto mais desigual for a sociedade (Misse, 2019)¹. Como observou Zaffaroni (2007, p. 11), tanto as leis como a doutrina jurídica legitimam o tratamento diferenciado reservado a certos suspeitos transformados em inimigos da sociedade. Sobre eles atua o sistema punitivo que os enxerga apenas sob a lente da periculosidade, reforçada pela mídia propulsora de indignação moral e penal. Além de privá-los de seus direitos mais fundamentais, esse processo, ao fim e ao cabo, entra em contradição com o próprio Estado de Direito (Zaffaroni, 2007).

Mais tarde o autor passa a se debruçar sobre as particularidades do poder punitivo no sul global (Zaffaroni, 2021). Nele identifica desenvolvimentos que se retroalimentam: o exercício do poder punitivo ilícito, a estrutura de reprodução da delinquência no cárcere e o processo de subjetivação do estigma do criminoso. Essa abordagem, guardadas as suas diferenças, aproxima o autor dos estudos de Michel Misso sobre acumulação social da violência, sujeição criminal e mercadorias políticas (Misso, 1999, 2010, 2006), que detalharemos mais à frente.

A violência, por sua parte, ao invés de ser um conceito passível de definição é objeto a ser estudado em suas múltiplas

manifestações ainda em construção e que vem sofrendo sucessivos alargamentos em suas significações. Violência física, violência simbólica, violência estatal, violência institucional, violência difusa, violência política, violência urbana, violência no campo, violência estrutural, violência doméstica, violência de gênero, violência etnocida são algumas das formas de entendimento da violência. Se, no mais das vezes as pessoas tendem a diferir em suas interpretações sobre o que constitui e o que não constitui violência, permanece, no entanto, um núcleo duro mínimo: a morte produzida com crueldade, o genocídio, a tortura e outros eventos, cujo sentido é mais universalizável (Schinkel, 2010). Mas, a partir desse núcleo, a noção de violência se torna polissêmica com disputas em torno de sua legitimidade ou mesmo de sua existência. Diante das dificuldades de consenso e unicidade nas definições e nos usos da violência, pode ser profícuo extrair da sua dimensão prática, os recursos para contribuir na sua significação. Portanto, ela seria mais bem tratada, não como um conceito, mas como uma representação social (Machado da Silva, 1993; Misso, 1999; Porto, 2006). Tal estratégia se deve ao perigo do conluio e da mistura de conceitos analíticos e de representações sociais, enviesando o olhar e a análise crítica do objeto (Misso, 1999; Misso; Werneck, 2012). Enviesamento que pode se dar, dentre outros, com base no que seria o politicamente correto

¹ Sobre o processo de construção social do crime ver Misso (2008).

ou na adoção de uma ação corretiva. Deste modo o objeto deixa de ser visto em sua plenitude ou, pior, adotando esta posição corre-se o risco de reproduzi-lo (Schinkel, 2010). Além disso, é preciso considerar que o uso da palavra violência é performático. Ao ser acionado ele convoca uma contraviolência para lhe fazer frente (Misse; Werneck, 2012).

Assim como ocorre com o conceito de violência, o do medo é polissêmico e amorfó. Apesar da falta de unicidade e consenso teórico, a definição mais comum de medo, quando relacionado com a violência, remete a uma reação fisiológica que tem como núcleo elementar a possibilidade de morte (Delumeau, 2009). No entanto, apesar do corpo sentir individualmente alguns de seus efeitos mais perversos, as situações nas quais se pode e se deve expressá-los se alteram ao longo do tempo (Elias, 1990, 1993; Mauss, 1979). Dada essa condição variante do medo, complica-se a busca pela unicidade de seu significado. A diferença de significado em razão da temporalidade, aliás, não seria um empecilho sozinho, pois também não haveria como pontuar uma única condição para sua manifestação devido a sua suscetibilidade às mudanças de acordo com o espaço e a cultura. Então, assim como a violência, é mais interessante buscar entender o medo a partir dos aspectos evidenciados em suas manifestações práticas.

Na seção seguinte, discutiremos como a realidade latino-americana impõe desafios ao estudo do medo, levando em conta a manifestação de uma violência reconhecida enquanto tal pela sua intensidade e gravidade.

2. A violência urbana na América Latina

Uma série de especificidades política, econômica, histórico-social e cultural fazem da América Latina uma região classificada como violenta. Ao discutir certos processos sociais relacionados com a configuração dos estados-nação, as desigualdades sociais, a conformação de mercados ilegais, processos sócio-históricos de déficit de direitos civis e de cidadania pretendemos indicar, ainda que de forma breve, o porquê, nesta região do mundo, possa ser profícuo relacionar o medo com violência, diferentemente, portanto, do que foi realizado nos estudos do *fear of crime* no contexto anglo-saxão onde a preocupação principal foram os crimes de rua (Lee, 2001).

Antes, apresentaremos alguns dados que sustentam essa classificação que coloca a América Latina no topo do ranking da violência. Iniciaremos mostrando alguns dados sobre crimes violentos utilizando o homicídio como indicador, inclusive daqueles perpetrados pela polícia.

A morte por homicídio tem sido utilizada como um indicador geral de violência na sociedade. Trata-se de um crime cujas medidas, em taxas, são razoavelmente acuradas e comparáveis, mesmo que ainda apresentem problemas na sua qualidade, especialmente na América Latina (Borges; Ribeiro; Cano, 2021). Taxas de homicídio podem ser tomadas como barômetro para todos os crimes violentos, colocando-se no ápice de uma escala de violência. Além disso, e que nos interessa realçar, como ocorre com os crimes violentos em geral, o homicídio exacerba o medo do crime e da violência urbana (Acosta; José, 2015; Warr, 2000).

2.1. O que dizem os dados

Entre todas as regiões do mundo, a América pode ser considerada a mais violenta. Segundo o relatório das Nações Unidas (UNODC, 2019a), observada a situação por sub-regiões, a América Central ocupa o topo do ranking com a taxa de 25,9 vítimas por 100 mil habitantes. Esta sub-região é seguida da América do Sul e do Caribe com as taxas de 24,2 e 15,1 vítimas por 100 mil habitantes respectivamente (Borges; Ribeiro; Cano, 2021).

Os dados também indicam que há grandes diferenças entre os países, estados e cidades de cada uma dessas regiões, evidenciando que a distribuição de homicídios intencionais não é homogênea nessa parte do mundo e que encontramos países que não se enquadram nessa classificação. Há, ao invés disto, de se falar em concentração dos homicídios. Na Cidade do México, por exemplo, quatro municípios são responsáveis por mais de um quarto de todos os crimes. Na Colômbia observa-se um *hotspot*² em Bogotá, onde apenas 1,2% dos endereços são responsáveis por 99% dos homicídios (UNODC, 2019a, p. 28).

Quanto ao perfil dos envolvidos, a grande maioria é formada de adolescentes e jovens (15 a 29 anos), do sexo masculino, vítimas e agressores frequentemente envolvidos em gangues ou organizações criminais, assassinados por armas de fogo. Meninas e mulheres são muito menos

vitimizadas do que jovens do sexo masculino, mas elas prevalecem nos homicídios que ocorrem no ambiente doméstico (UNODC, 2019a).

Na América Latina e Caribe há um maior nível de violência onde há conflitos entre grupos rivais de gangues ou quando organizações criminais competem entre si, devido às mudanças nas relações de poder ou nos mercados ilegais (Durán-Martínez, 2015). Segundo o relatório da ONU, um aumento repentino nas taxas pode ser observado recentemente em partes do Brasil, Honduras e México, onde um aumento no fluxo de cocaína fez com que as taxas de homicídio aumentassem em algumas localidades, enquanto outras áreas registraram taxas de homicídio estáveis ou em declínio (UNODC, 2019b, p. 20).

Quanto à tendência no tempo, o relatório revela que as taxas de homicídio foram relativamente estáveis entre as décadas de 1950 e 1970, seguidas de aumento a partir da década de 1980 e aceleração na primeira década do século XXI e lembra que muitos dos países dessa sub-região passaram por conflitos armados e conflitos civis, que influenciaram substancialmente o aumento acentuado dos homicídios (UNODC, 2019a, p. 43)

Finalmente, o relatório (UNODC, 2019a) traz uma comparação entre taxas de homicídios referentes ao ano de 2015 das mortes violentas perpetradas por policiais e as mortes violentas de

² Área que contém um grande aglomerado de incidência criminal.

policiais. Importante notar que esse tipo de comparação apresenta problemas que não cabe aqui detalhar. Os dados mostram que entre os países da América selecionados (El Salvador, Brasil, Estados Unidos e Jamaica) houve, para cada assassinato de um policial, cerca de: sete, vinte, onze e onze homicídios, respectivamente, cometidos pela polícia. Isto coloca o Brasil no topo do ranking desse *ratio*.

Olhando mais de perto os dados referentes ao Brasil, é importante destacar o viés racial que se revela na persistência de altas taxas de homicídios envolvendo negros (pretos e pardos segundo classificação do IBGE). Trata-se de um fenômeno histórico registrado pelo Ministério da Saúde do Brasil e captado ano a ano pelo Atlas da Violência elaborado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Atlas mostra que em 2021, 77,1% de todas as vítimas de homicídio no Brasil eram negras, perfazendo uma taxa de 31 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional, contra uma taxa de 10,8 para pessoas não negras. Há, portanto, um grupo racialmente identificado vitimizado sistematicamente, fenômeno que vem sendo explicado pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) e pelo racismo por denegação (Gonzales, 2020).

2.2. Interpretações sobre a especificidade da violência na América Latina

Uma grande quantidade de interpretações tem sido mobilizada para explicar a natureza multifacetada, endêmica e cumulativa, historicamente sedimentada da violência na América Latina (Imbusch; Misce; Carrión, 2011; Kruijt; Koonings, 2002; Misce, 2019; Vilalta, 2020).

Uma interpretação recorrente é apontar a fraqueza institucional dos estados latino-americanos que não teriam completado o tipo ideal do Estado Moderno detentor do uso legítimo da violência para administrar a justiça³, e nem tampouco alcançado o Estado de Direito que estabelece o agir de acordo com a lei⁴. Isto tem levado à categorização desses Estados como estados fracos ou “democracias violentas” (Arias; Goldstein, 2010)⁵. A ausência da resposta estatal explicaria a presença da “justiça com as próprias mãos”, categoria empregada para caracterizar linchamentos, operações de limpeza social, ações de grupos paramilitares, esquadrões da morte, milícias etc. Nessa percepção, a esses Estados corresponderia uma população que se considera incapaz de se autorregular (Morera, 2022).

³ Atestaria a incapacidade de processamento institucional legal dos conflitos pela polícia e pela justiça a opção recorrente na região pela “justiça com as próprias mãos” (Morera, 2022).

⁴ A ação violenta e fora das regras legais da polícia é um exemplo disto.

⁵ Apesar de flagrante incongruência do termo (Misce, 2019).

As abordagens mais profícias para o entendimento da violência letal na região complexificam a ação do Estado buscando entendê-la em sua disjunção com a sociedade. Identificam legados de processos de longa duração que tornaram a violência endêmica (Kruijt; Koonings, 2002) ou ainda a interpretam como resultante de um processo de “acumulação social” (Misse, 1999, 2019), que não significa apenas aumento da violência, mas a sucessão cíclica de fatores, práticas, representações e personagens que contribuem para um “fomento” da violência e seu espalhamento para áreas antes não atingidas por essa acumulação.

No plano político institucional esses estudos apontam, como um dos pontos críticos, o legado militar das ditaduras implantadas no continente deixado às forças policiais voltadas não para a proteção dos cidadãos, mas para a eliminação do inimigo interno (Kruijt; Koonings, 2002). Tais forças, além de ser elas mesmas a principal fonte de retroalimentação da violência, ainda deram origem a grupos paramilitares, milícias parapoliciais, esquadrões da morte e grupos de extermínio que se alimentam do poder do Estado para obterem vantagens ilegais e para permanecerem na impunidade (Misse, 2019). Observa-se ainda que esse legado vem se reatualizando nas operações conjuntas de exército e polícia, tornadas comuns no Brasil, na Colômbia, no México, Honduras, Guatemala e El

Salvador, indicando uma crescente participação das Forças Armadas na segurança pública e um progressivo processo de militarização das cidades latino-americanas (Vilalta, 2020). O que implica reconhecer que na América Latina as forças armadas seguem como uma espada pairando sobre as cabeças dos três poderes – o executivo, o legislativo e o judiciário – sob o pretexto da garantia da ordem (Kruijt; Koonings, 2002; Misse, 2019).

Não é de hoje que a região latino-americana convive com a miséria, a pobreza e altos níveis de desigualdades sociais, quadro este agravado com as crises econômicas das décadas de 1980 e 1990 (Mattei, 2017)⁶. A busca por explicações sobre a relação entre a desigualdade social e a violência letal tem sido tema recorrente nos estudos de criminologia ou da sociologia do crime. Muito embora, nesses estudos, a relação entre crime e pobreza não tenha sido estabelecida sem considerar alguma forma de mediação (anomia, desorganização social, sujeição criminal), demonstrar a relação entre violência e desigualdade tem sido um desafio. Mostrou-se produtivo associar violência letal a fatores estruturais, tais como a distribuição de renda e o acesso à educação (Ribeiro; Cano, 2016), a industrialização em enclaves, como as maquiladoras no México (Vilalta, 2020) e o crescimento rápido e desordenado dos centros urbanos, aumentando a densidade de zonas pobres e dos níveis de segregação nas cidades (Briceño-León, 2007).

⁶ E, mais recentemente, com a pandemia do Novo Coronavírus.

Para entender o grau de violência letal e sua relação com a desigualdade foi se mostrando essencial considerar a presença de cartéis atacadistas e do tráfico de cocaína a varejo, lucrativos mercados de drogas que se estabeleceram e cresceram, justamente nos períodos de crise econômica e que passaram a oferecer alternativas de ganho sem precedentes, sobretudo se comparadas às ofertas do mercado legal (Duncan, 2006; Lessing, 2018; Misso, 1999, 2006; Zaluar, 1994, 2004). A extensão e grau de violência geradas pelas disputas dentro desses mercados, aliadas ao seu enfrentamento pela polícia (em uma desenfreada corrida armamentista), além da atuação de grupos paramilitares e parapoliciais fizeram com que a violência se generalizasse entre os anos de 1980 e 1990. Período este que marca o retorno dos países latino-americanos à democracia. A violência entrou desde então, em algumas cidades da América Latina, em um processo de acumulação social (Misso, 2019) ou adquiriu caráter endêmico (Kruijt; Koonings, 2002), com forte impacto nas manifestações de medo da população, conforme veremos mais à frente.

Quanto à desigualdade na distribuição da violência, essa é facilmente identificada. Como vimos, um perfil se destaca: são jovens do sexo masculino, pobres e moradores de territórios periféricos em termos de infraestrutura

e qualidade de vida (Dammert; Malone, 2006; Kessler, 2009; Liberatori, 2019). No caso do Brasil sabe-se, já há algum tempo, que esses jovens são em sua maioria negros, pobres, moradores de favelas, conjuntos habitacionais ou da periferia das cidades (Ribeiro; Cano, 2016; Waiselfisz, 2012; Zilli; Vargas, 2013). O grau de violência e crueldade presentes na vida e nas relações desses jovens com o seu entorno levantaram questões sobre que tipo de indivíduo eles conformariam. Nessa direção foi argumentado tratar-se da emergência de um novo tipo de sociabilidade urbana - a "sociabilidade violenta" - na qual o indivíduo não estabeleceria nenhuma relação de alteridade com os outros e adotaria a violência como princípio regulador de todas as suas relações sociais (Machado da Silva, 2004).

Uma explicação alternativa postula que esses jovens vivenciam processos sociais que os tornam sujeitos vulneráveis à estigmatização por conta de características físicas, socioeconômicas e territoriais. São as práticas desses tipos sociais⁷, muitas vezes vistos como irrecuperáveis (incluindo aqueles que nunca praticaram crimes), que conferem o conteúdo do medo despertado, principalmente por serem vistos pela sociedade como integrantes de um mundo à parte e representados como marginais, bandidos, traficantes que se deve exterminar. Trata-se de um

⁷ Tipos sociais são representações que ganham estabilidade durante o processo de tipificação, como o descreveu Alfred Schutz (1979).

processo de “sujeição criminal”⁸ (Misse, 1999, 2004, 2010) que se completa com a incorporação por esses jovens da identidade negativa de “bandido” que não se entrega, enfrenta tiros a polícia e que mata, incorporando a violência e a crueldade que dele se espera.

Esses jovens são excluídos dos direitos mais fundamentais e, em países como o Brasil onde a vidas das pessoas negras em geral tem pouco valor (Flauzina, 2006), são vítimas do racismo estrutural (Almeida, 2019). São sujeitos às graves violações de direitos humanos perpetradas por forças de segurança que praticam a extorsão e, na repressão às suas atividades, se excedem no uso da força com o emprego frequente de torturas e execuções sumárias. Além disso, a “sujeição criminal” não se restringe a esses jovens, mas contamina tudo que está em sua volta: a família, os moradores do bairro, o bairro inteiro (Misse, 1999, 2004, 2010; Vargas; Neri, 2016). Ela é produtora das atuais fronteiras simbólicas nas cidades que impactam e alteram o cotidiano da vida das populações.

Foi observado que não há como esperar dessas forças e de outras autoridades a sua participação na conformação de uma cultura da legalidade — fundamental para o exercício da cidadania e para a pacificação da sociedade. Elas mesmas são frequentemente envolvidas em ações

ilegais pautadas pelo desejo de vingança, por um lado, e pela corrupção por outro. Mais do que isso, trata-se de uma série de transações realizadas em um mercado ilegal de grande alcance que prospera com o comércio de drogas. Essas transações em que o poder concedido pelo Estado ao policial é apropriado por ele para benefícios privados foram definidas como “mercadorias políticas” (Misse, 1999, 2006), por incluírem, além da corrupção, outras atividades como a chantagem e a venda de proteção por grupos armados, como as milícias.

Completando esse quadro, os sistemas judiciais de muitos países latino-americanos são vistos como altamente ineficientes e arbitrários (Imbusch; Misce; Carrión, 2011) e vêm sendo afetados pelo populismo penal (Dammert; Salazar, 2017)⁹. Do mesmo modo, isto ocorre com os governantes que para atenderem às demandas de segurança, adotam políticas “mano dura” ou se elegem prometendo acabar com a criminalidade aumentando a violência policial. Nesse sentido, as demandas sociais pela ordem e pela segurança vêm ocorrendo em paralelo à militarização das cidades e ao arrefecimento das garantias dos cidadãos. Forçoso lembrar que elas são fortemente impulsionadas pelo sensacionalismo midiático, que tem forte presença na região e impacto nas manifestações de medo associadas à violência (Focás; Kessler,

⁸ A sujeição criminal seria fruto da condensação e a reprodução de um imaginário social sobre a “maldade” de alguns sujeitos, passando a imperar a desconfiança sobre seu ser.

⁹ O populismo penal confere autoridade às percepções da população, das vítimas e do senso comum em detrimento dos profissionais e especialistas nos temas relativos à segurança pública e à justiça criminal (Garland, 2002).

2015). Esse sensacionalismo se encarrega, como já observado por Cohen (2002), de gerar e difundir o pânico moral associado a certos grupos (jovens, periféricos, étnico e racialmente estigmatizados) bem como a certos comportamentos (uso e comercialização de drogas).

Finalmente, o grau de violência e de como ela vem sendo enfrentada e percebida nesta região contribuíram para negação e esvaziamento do espaço público, fenômeno que pode ser notado, já nos anos 1990, quando camadas médias e altas passaram a se enclausurar em condomínios, com pretensões homogeneizantes e totais em relação à vida social, pautados, sobretudo, pelo mote da segurança (Caldeira, 2000). A renegação da convivência seria um dos indícios de que, em muitos lugares desta região do mundo, as democracias foram esvaziadas de cidadania por conta da violência (Howard; Hume; Oslender, 2007).

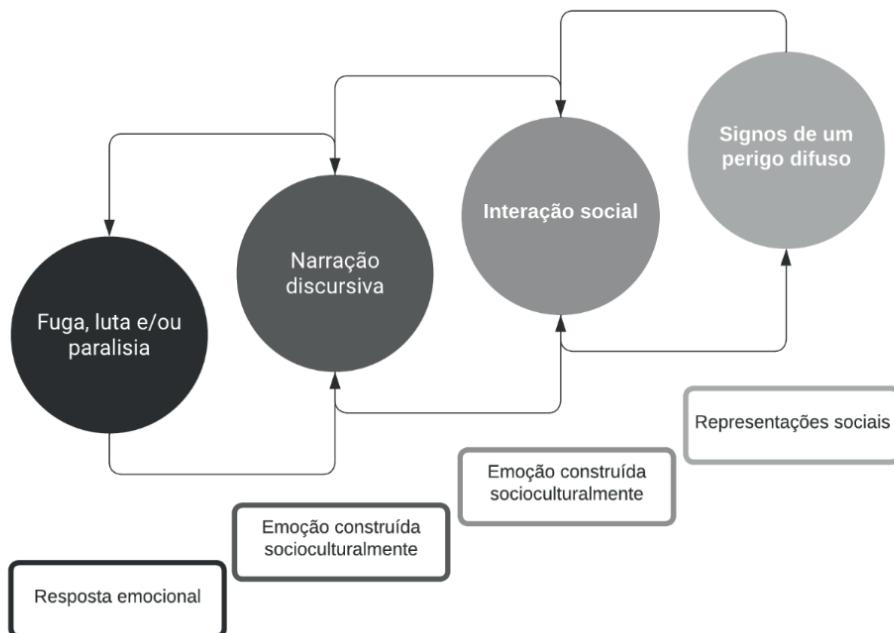
3. Medo e violência na estrutura social latino-americana

3.1. Um continuum do medo

Os estudos sociológicos sobre o medo na América Latina podem ser organizados em um continuum — com base no entendimento que tiveram do medo — de forma a constituir um “gradiente analítico do medo” (Soares, 2024). Nesse gradiente, o medo seria mutável: de uma resposta emocional a uma emoção construída socioculturalmente em que se permite estabelecer narrativas e definir situações, ou ainda, uma representação social, cujos signos de um perigo difuso o tornam um aspecto constitutivo da própria violência (Soares, 2021, p. 13). Essa organização pode ser visualizada no diagrama a seguir (Figura 1).

187

Figura 1. Gradiente analítico do "medo do crime"



Fonte: Soares (2024, p. 12).

A seguir detalhamos brevemente a metodologia utilizada para a construção desse gradiente analítico¹⁰. Embora fundamentado em técnicas tradicionais como a estratégia bola de neve e o critério de saturação, o método teve um ponto de partida não convencional: a construção de um banco de dados para uma análise de redes da literatura sobre “medo do crime” na América Latina, que utilizava a base SciELO. Inicialmente, a busca estruturada empregou descritores em português e espanhol para capturar a diversidade terminológica do “medo do crime”, resultando em um conjunto inicial de 96 artigos, entre cerca de 1000 analisados, publicados entre 2001 e 2020. A leitura de títulos, resumos, palavras-chave e a computação manual de todas as Referências de cada texto selecionado, ofereceu insumos para uma revisão tradicional, conduzida de forma exploratória por meio da identificação de referências centrais e recorrentes nas bibliografias, permitindo a ampliação do escopo para incluir livros e capítulos. Esse percurso metodológico possibilitou a construção de um gradiente analítico do fenômeno, articulando sua dimensão emocional e suas representações sociais, destacando a América Latina como um contexto privilegiado para compreender essa dinâmica (Soares, 2024, p. 5-8).

Conforme essa organização dos estudos no “gradiente analítico do medo”, em um dos polos se situariam

os estudos que acreditam ser o medo uma reação fisiológica que mobiliza simultaneamente aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais mediados por fatores culturais, sociais e ecológicos. Um segundo ponto do gradiente é de estudos nos quais o medo é visto como uma emoção de segunda ordem (Kessler, 2009), construída socioculturalmente, acessada pela narração ou pela observação da interação social, fazendo parte de um complexo cuja manifestação nas ações cotidianas não está dissociada de outras emoções como raiva, ira, aversão, compaixão e ansiedade etc. Por fim, situado no outro polo, estariam estudos que entendem que o medo pode fomentar subjetividades, sendo um importante balizador para a ação social; em alguns casos, como representações sociais, em outros, como fonte cultural de interpretação da realidade. A proposta do gradiente foi uma classificação com fins analíticos, por isso é preciso considerar que os estudos podem transitar entre essas divisões de maneira mais fluída (Soares, 2024).

O gradiente analítico do medo nos pareceu produtivo por duas razões. Em primeiro lugar, porque ele indica que, assim como o medo, as análises sociológicas sobre ele são multifacetadas. Em segundo lugar porque ao classificá-las tendo por referência diferentes dimensões do medo: no corpo, na expressão, na interação ou nas representações sociais (Soares, 2024),

¹⁰ O diagrama apresentado na Figura 1, originalmente publicado em inglês no artigo de Soares (2024), foi traduzido para o português. Para mais detalhes sobre a metodologia e os trabalhos que representam cada polo desse gradiente, também ver Soares (2024).

ele nos permitiu situar com maior clareza as variadas possibilidades de explicação, compreensão e interpretação do medo e, como proposto neste artigo, analisá-las separadamente e de forma mais aprofundada.

Na próxima e última subseção adotaremos como fio condutor os processos sociais nos quais historicamente medo e violência se relacionam na América Latina para apontar que ambos os fenômenos, frequentemente, fazem parte do mesmo “bloco de sentidos”¹¹ (Porto, 2006). Detalharemos os argumentos de autores que situamos no último ponto do gradiente e que adotam uma perspectiva histórico-cultural. Ao nosso ver, esses estudos são os que melhor discutem a associação entre medo e violência, conforme veremos a seguir.

3.2. Subjetividades latentes entre o medo e a violência

A relação entre violência e medo faz parte da formação social da América Latina e da conformação de seus estados-nação e, ao longo do tempo, ela se metamorfoseou em diferentes padrões. Para alguns autores (Kruijt; Koonings, 2002; Misce, 1999) é possível apontar distintos momentos históricos que corroboram o entendimento de que, nesta região do mundo, o medo esteve recorrentemente associado à violência.

A conquista, extermínio e escravização da população nativa, aliada à escravização de africanos trazidos à força pelos europeus no período colonial demarcaram o primeiro período da história da relação medo e violência na América Latina. A formação dos Estados, em muitos casos, foi marcada por conflitos violentos e pela forte presença de governos autoritários. Especificamente em relação à repressão contra as chamadas “classes perigosas” e suas insurreições sociais, a violência foi um instrumento político legitimado pelo medo¹² que essas mobilizações despertavam no processo de consolidação do Estado (Batista, 2003; Chalhoub, 1988; Kruijt; Koonings, 2002).

Em boa parte do século XX, a violência política esteve presente na América Latina: guerras civis, guerrilhas, regimes autoritários e ditoriais. Nesses regimes, ditoriais e militares em sua maioria, o medo esteve relacionado com inimigos internos: os comunistas (Kruijt; Koonings, 2002). A violência institucional que recaiu sobre militantes políticos era acompanhada da tortura e da crueldade como dispositivos centrais do terrorismo de Estado. Em uma guerra interna contra seus cidadãos, a violência era parte de uma engrenagem política motivada pelo medo. No caso do Brasil, estabeleceu-se uma linha de continuidade na produção da violência institucional. O repertório de torturas, castigos e práticas de contenção, antes incidindo sobre negros e

¹¹ Significações tecidas que permitem compreender a sociedade (Porto, 2006).

¹² O medo, em cada uma dessas manifestações, tinha uma dinâmica própria e contingente ao evento no qual estava circunscrito. Os desdobramentos sociais de seu acontecimento também possuem características próprias em cada uma dessas lutas e insurreições.

marginalizados em geral foi usado durante a ditadura na repressão aos militantes políticos e, no período pós-ditatorial, voltou a recair sobre essa população marginalizada (Flauzina; Freitas, 2017; Vargas, 2012).

A violência na América Latina se democratizou no período posterior aos regimes ditatoriais. Tornou-se recurso para resolução de conflitos ou para qualquer um que persegue um fim: gangues, maras, esquadrões da morte e milícias. A sua extensão e grau de crueldade foram generalizando a sensação de perigo e o terror na vida social, permitindo que, a partir de então, as nações latino-americanas fossem caracterizadas como “sociedades do medo” (Kruijt; Koonings, 2002).

Esse processo, marcado pela emergência de uma violência territorializada no ambiente urbano associada a atores criminosos não estatais configurou-se como um dos problemas públicos mais graves da região, segundo a percepção popular e as administrações governamentais. O que provocou não apenas uma mudança nos discursos sobre a violência, como também um aumento nas ameaças percebidas e nos sentimentos individuais de insegurança (Imbusch; Misse; Carrión, 2011).

A resposta do Estado e suas instituições à diversificação criminosa de grupos armados não estatais, embora variável, foi sendo, em relação a alguns desses grupos responder com mais violência, muitas vezes procedendo a punições cruéis e arbitrárias, como também a execuções sumárias. Empregada pelos agentes do estado em suas operações, essa atuação, que frequentemente permanece impune, vêm sendo propulsora de medo, do terror

e de incertezas que impactam e alteram o cotidiano da vida das populações, especialmente as mais precarizadas das cidades (Cavalcanti, 2008).

A cultura do medo, ora latente ora declarada, teria atingido um grau de institucionalidade na América Latina, por conta dessa violência indiscriminada e sistemática, gestada nos próprios aparatos do Estado e reproduzida pelas forças de controle. Sua produção anterior e sua continuidade no período democrático formou o que os autores Kruijt e Kooning chamaram de coluna vertebral das “sociedades do medo”, em que a “inseguridad, ansiedad y suspense se superpuso a cualquier otro sentimento” (2002, p. 37). Esses autores argumentam ainda que não apenas a violência política ou de estado, mas toda uma série de formas de violência: estrutural, associada ao crime, esquadrões da morte, sequestros, desaparecimentos, dentre muitas outras, afetam as relações sociais na América Latina representando uma ampla gama de ameaças ao que pode ser chamado de “segurança da própria sobrevivência”. Desse modo, os autores associam diretamente o medo à violência e diagnosticam que ambos assumem uma forma endêmica na região ao atestarem a falta sistemática de certos parâmetros básicos de segurança.

Assim como esses autores, Misse (1999) parte de uma perspectiva sociocultural para tratar do medo como um dos componentes que alimenta a “acumulação social da violência”. Embora o autor aborde especificamente a cidade do Rio de Janeiro, os conceitos desenvolvidos a partir desse *locus* empírico elucidam a realidade de boa parte das grandes cidades latino-americanas.

Para Misce (1999, 2019), o dito popular “violência gera violência” é aprofundado em cinco direções: 1) a ampliação e o agravamento do significado de violência nas representações sociais; 2) o enfrentamento violento, letal e ilegal da criminalidade pobre, baseada no varejo dos mercados ilegais de furtos, roubos e mercadorias ilícitas; 3) a produção da sujeição criminal de criminosos que operam nesses mercados aos quais é desejada a sua morte; 4) a sobreposição de um mercado de proteção sobre os mercados ilícitos do varejo, com a oferta compulsória de mercadorias políticas por policiais e outros agentes públicos; e, finalmente, 5) o assassinato e encarceramento em massa dos “bandidos”, que formarão, em resposta, coletivos criminais, que organizarão e espalharão a violência como *modus operandi* regular de suas atividades. Faccões, comandos e milícias entrarão no sistema penal e sairão cada vez mais fortalecidos, ganhando abrangência nacional. Para tal, é preciso que os mesmos fatores sejam acionados em novas áreas e a acumulação aconteça.

Na noção de “acumulação social da violência” vê-se que distintos processos sociais criaram a condição de se poder representar a violência urbana como um sujeito social difuso, um verdadeiro “fantasma”. Esse incitaria uma sensação de caos urbano, desordem impelida por transgressões individuais e sociais, rupturas de rotinas, crimes simples e complexos, circulação de histórias e estórias sobre acontecimentos criminais, injustiças sociais, enfim, signos de um “perigo social”, que, em algumas sociedades como a brasileira e outras sociedades latino-americanas, tomam

forma na realidade por meio da oposição (ou ódio) a um inimigo interno, os tipos sociais da “sujeição criminal”.

De forma original, o autor aborda o medo em sua relação intrínseca com a violência urbana (seja a de rua, seja entre grupos armados, ou ainda aquela perpetrada pelos agentes do estado) no nível da representação, postulando que ele participa ativamente do processo de acumulação social da violência. Nesse sentido, o medo não seria uma consequência da chamada “violência urbana”, mas parte constituinte do que faz dela um substantivo, um ator social ativo para a conformação de imaginários sobre as pessoas e os lugares (Soares, 2024).

A partir dessas interpretações histórico-culturais, sedimenta-se o entendimento de que medo e violência, em uma região marcada pela condição endêmica desses fenômenos, fazem parte de um mesmo “bloco de sentidos” capaz de fomentar subjetividades sobre a vida social. Apesar desse caráter espraiado e difuso, as representações socioculturais do medo e da violência não são distribuídas de modo homogêneo. O fantasma da violência urbana gerador do medo que assombra de forma difusa as populações das grandes cidades tem na sua aparição as feições dos tipos sociais da sujeição criminal. No caso do Brasil, como é imperioso insistir, trata-se de jovens negros (e de tudo aquilo que é contaminado pela sua sujeição criminal). São identificados como sujeitos matáveis e seguem sendo exterminados pelos agentes estatais ou mortos por outros grupos armados nas áreas consideradas violentas das cidades.

Considerações finais

Neste artigo examinamos como o contexto latino-americano desafia o estudo do "medo do crime" ampliando a complexidade do fenômeno do medo, permitindo relacioná-lo à violência urbana constituída sobre o patamar de outras formas de violência, como a violência do estado, presentes historicamente na região. Para tanto, apresentamos inicialmente alguns dados sobre a violência homicida nas sub-regiões que configuram a América Latina. Em seguida, abordamos as dificuldades de se conceituar medo, crime e violência. Essa discussão, imprescindível para o propósito deste artigo, também permitiu que nela nos situássemos. Seguimos tratando das especificidades latino-americanas que tornam essa região a mais violenta do planeta. Por fim, argumentamos que a associação medo e violência na América Latina é marcada por processos sociais de longa duração. Estes processos, que procuramos identificar, involucram o medo com a violência estrutural e institucional e com uma nova forma de violência decorrente das transações e regulações de mercados ilegais e da repressão a estes que vêm ampliando o uso da tortura e os assassinatos produzidos de forma cruel.

Nos valendo de um "gradiente do medo" (Soares, 2024), corroboramos nossa hipótese inicial de que os autores que abordaram o medo nessa região do mundo se distanciaram de sua associação unívoca e preponderante com os crimes de rua, ou ainda, de modo mais geral, de referência a ansiedades inerentes à modernidade tardia que tomariam a preocupação com a criminalidade de forma

metonímica. A especificidade da violência urbana, vivenciada de distintas formas no cotidiano das grandes cidades da América Latina proporciona uma ampliação das relações sociais que influenciam a contingência das manifestações de medo.

Situamos no gradiente estudos que consideram o medo como parte da estruturação do social, sendo capaz de fomentar subjetividades. A escolha destes estudos se deve a que eles: 1) interseccionam em processos sociais de longa duração medo e violência sobrepostos (Kruijt; Koonings, 2002) ou 2) retratam o medo em seu aspecto difuso e fantasmagórico como uma das representações sociais da violência urbana, fomentadora da sua acumulação social, sendo esta possível de ser reproduzida quando são encontrados, em cidades da América latina, os processos sociais anteriormente referidos (Misse, 1999).

Contudo, chamamos atenção para a falta de ênfase dada nestes estudos para as características étnico/raciais dos tipos sociais e para a construção de sua subjetividade em razão dessas características que os transformam em signos de perigo e fonte de ansiedade e medo. No caso do Brasil, isso é particularmente importante porque há hoje uma literatura que vem discutindo noções como "violência gratuita" e "violência antinegro" (Flauzina; Freitas, 2017; Pinho, 2021; Vargas, 2017) que dão conta da transformação ontológica do negro em coisa e que revelam como a sua morte social antecede ao seu assassinato, não se restringindo somente a uma abordagem da violência institucional contra a população negra.



Referências

- Acosta, T.; José, W. (2015). Reinforcement of home security for fear to crime and uncivilized conducts. Study of a case at a politically polarized community in Caracas, Venezuela. *Revista Criminalidad*, 57(1): 91–102.
- Almeida, S. L. de (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Polén Livros.
- Arias, E. D.; Goldstein, D. M. (2010). *Violent Democracies in Latin America*. [s.l.] Duke University Press.
- Atlas da Violência 2023 / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2023.
- Batista, V. M. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Bauman, Z. (1998). *Modernity and Holocaust*. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Borges, D. (2011). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Curitiba: Appris.
- Borges, D.; Ribeiro, E.; Cano, I. (2021). Qualidade dos dados de homicídio na América Latina. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 26(3): 639–658. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n3p639>.
- Briceño-León, R. (2007). Violencia Urbana en América Latina: Un modelo sociológico de explicación. *Espacio Abierto*, 16(3): 541–574.
- Caldeira, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- Castel, R. (2019). *La inseguridad social ¿Qué es estar protegido?* [s.l.] Santa Fe, Asociación Civil Mirame Bien.
- Cavalcanti, M. (2008). Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1(1): 35–59.
- Chalhoub, S. (1988). Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, 8(16): 83–105.
- Cohen, S. (2002) Introduction. In S. Cohen, *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Third edition. London: Routledge.
- Dammert, L.; Malone, M. F. T. (2006). Does It Take a Village? Policing Strategies and Fear of Crime in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 48(4): 27–51. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2006.tb00364.x>.
- Dammert, L., Salazar, F. (2017). Fear and insecurity in Latin America, In: M. Lee e G. Mythen (org.), *The Routledge International Handbook on Fear of Crime*. Taylor & Francis Group, p. 339–353.
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Ditton, J., Bannister, J., Gilchrist, E., Farrall, S. (1999). Afraid or Angry? Recalibrating the ‘fear’ of Crime. *International Review of Victimology* 6(2): 83–99. <https://doi.org/10.1177/026975809900600201>.
- Duncan, G. (2006). *Los señores de la guerra: de paramilitares, mafiosos y autodefensas en Colombia*. [s.l.] Planeta.
- Durán-Martínez, A. (2015). Drugs Around the Corner: Domestic Drug Markets and Violence in Colombia and Mexico. *Latin American Politics and Society*, 57(3): 122–146. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2015.00274.x>.
- Elias, N. (1990). *O Processo Civilizador 1*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Elias, N. (1993). *O Processo Civilizador 2*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., Gilchrist, E. (1997). Questioning The Measurement of The ‘fear of Crime’: Findings from a Major Methodological Study. *The British Journal of Criminology* 37(4): 658–679. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a014203>.
- Fernandes, L., Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 15(1): 167–181. <https://doi.org/10.4000/etnografica.869>.
- Ferraro, K. F. (1995). *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*. Albany, New York State: University of New York Press.
- Ferraro, K. F.; Lagrange, R. L. (1987). The Measurement of Fear of Crime. *Sociological Inquiry*, 57(1): 70–97. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1987.tb01181.x>.
- Flauzina, A. L. P. (2006). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado. Brasília, DF. Universidade de Brasília - UNB, 146 p.
- Flauzina, A. L. P.; Freitas, F. da S. (2017). Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*, 25(135): 49–71.
- Focás, B.; Kessler, G. (2015). Inseguridad y opinión pública: debates y líneas de investigación sobre el impacto de los medios. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, 19(S.I.): 41–59. <https://doi.org/10.1016/j.rmop.2015.07.001>.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Garland, D. (2002). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Garofalo, J. (1981). The Fear of Crime: Causes and Consequences. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), 72(2): 839–857. <https://doi.org/10.2307/1143018>.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.
- Gurr, T. R. (1981). Historical Trends in Violent Crime: A Critical Review of the Evidence. *Crime and Justice*, 3: 295–353.
- Howard, D.; Hume, M.; Oslender, U. (2007). Violence, Fear, and Development in Latin America: A Critical Overview. *Development in Practice*, 17(6): 713–724.
- Imbusch, P. (2003). The Concept of Violence. In: W. Heitmeyer e J. Hagan (org.), *International Handbook of Violence Research*. Dordrecht: Springer Netherlands, p. 13–39.
- Imbusch, P.; Misce, M.; Carrión, F. (2011). Violence Research in Latin America and the Caribbean: A Literature Review. *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, 5(1): 87–154. <https://doi.org/10.4119/ijcv-2851>.
- Kessler, G. (2009). *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Kruijt, D.; Koonings, K. (2002). Introducción: la violencia y el miedo en América Latina. In: K. Koonings; D. Kruijt (Eds.). *Las sociedades del miedo. El legado de la guerra civil, la violencia y el terror en América latina*. [s.l.] Universidad de Salamanca, p. 21–49.
- Lee, M. (2001). The Genesis of ‘Fear of Crime’. *Theoretical Criminology*, 5(4): 467–485. <https://doi.org/10.1177/1362480601005004004>.
- Lee, M.; Farrall, S. (2008). *Fear of Crime: Critical Voices in an Age of Anxiety*. [s.l.] Routledge.
- Lessing, B. (2018). *Making Peace in Drug Wars*. [s.l.] Cambridge University Press.
- Liberatori, M. (2019). Las ambigüedades del miedo: un análisis etnográfico sobre inseguridades en una villa de Córdoba, Argentina. *Etnográfica*, 23(1): 27–47. <https://doi.org/10.4000/etnografica.6255>.
- Machado da Silva, L. A. (1993). Violência urbana: representação de uma ordem social. In: E. P. Nascimento e I. Barreira, (org.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, p. 131–142.

Machado da Silva, L. A. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1): 53-84. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>.

Machado da Silva, L. A. (2010). “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, 23(59): 283-300. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v23i59.19104>.

Magalhaes, C. A. T. (2004). *Crime, sociologia e políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva.

Mattei, L. F. (2017). Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 7(2): 242-261.

Mauss, M. (1979). *Marcel Mauss: Antropologia*. São Paulo: Ática.

Misse, M. (1999). *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes - IUPERJ/UCAM, 402 p.

Misse, M. Apresentação. (2004). In: C. A. T. Magalhaes, *Crime, sociologia e políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva.

Misse, M. (2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

Misse, M. (2008). Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: Misso, M. (org.), *Acusados & Acusadores. Estudos sobre ofensas acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, p.13-32.

Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 79: 15-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>.

Misse, M. (2016). Violência e teoria social. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 9(1): 45-63. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v9.n.1.7672>

Misse, M. (2019). Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, 33(96): 23-38. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0003>.

Misse, M.; Werneck, A. (2012). O interesse no conflito. In: M. Misso e A. Werneck (org.), *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 7-25.

Morera, A. R. (2022). La ‘justicia por mano propia’ como un performance moral en Colombia y México: Perspectivas analíticas para un modelo pragmático de la ‘violencia’ en la teoría social contemporánea. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 15(3): 775-802. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n3.44163>.

Pinho, O. (2021). Ontología(s): Perspectivismo e Afropessimismo. *Novos Debates*, 7(2): E72181. <https://doi.org/10.48006/2358-0097-7218>.

Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 8(16): 250-273. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200010>.

Ribeiro, E.; Cano, I. (2016). Vitimização letal e desigualdade no Brasil: Evidências em nível municipal. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 16(2): 285-305. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23066>.

Schinkel, W. (2010). *Aspects of Violence: A Critical Theory*. Erasmus University of Rotterdam, The Netherlands: Cultural Criminology.

Schütz, A. (1979). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Soares, A. L. G. (2021). *O estudo do “medo do crime” na América Latina: estado da arte e uma proposta de organização*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 157 p.

Soares, A. L. G. (2024). The analytic gradient of “fear of crime”: An emotional structuring of the topic from a Latin American literature review. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 17(1), p. e57668. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n.1.57668>.

- Tuan, Y. (2005). *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. Unesp.
- UNODC. (2019a). *Global Study on Homicide: Homicide trends, patterns and criminal justice response*. Vienna, [s.n.].
- UNODC. (2019b). *Global Study on Homicide: Executive Summary*. Vienna, [s.n.].
- Vargas, J. C. (2017). Por uma Mudança de Paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, 48(2): 83–105.
- Vargas, J. D. (2012). Em busca da “verdade real”: tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. *Sociologia & Antropologia*, 2(3): 237–265. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v2310>.
- Vargas, J. D.; Neri, N. E. (2016). From the Desire to Live to the Readiness to Kill. The Result of Legal and Extra-legal Punitive Practices Involving Children and Adolescents in Rio de Janeiro. In: S. Espinosa, A. Fazio, A. F. Vargas (Eds.), *Globalization, Violence and Security: Local Impacts of Regional Integration*. [s.l.] Peter Lang, p. 111–134.
- Vilalta, C. (2020). Violence in Latin America: An Overview of Research and Issues. *Annual Review of Sociology*, 46(1): 693–706. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073018-022657>
- Waiselfisz, J. (2012). *Mapa da Violência 2012: a Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Cebela, Flacso.
- Warr, M. (2000). Fear of Crime in the United States: Avenues for Research and Policy. *Criminal Justice*, 4(S.I): 451-489.
- Zaffaroni, E. R. (2007). *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaffaroni, E. R. (2021). *Direito penal humano & poder no século XXI*. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Zaluar, A. (1994). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Zilli, L. F.; Vargas, J. D. (2013). O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3): 621–632. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300008>.

Recebido em 24/09/2023. Aprovado em 27/03/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Trabalho, cultura e temporalidade na indústria de jogos digitais¹

Work, culture and temporality in the digital games industry

Trabajo, cultura y temporalidad en la industria de los videojuegos digitales

**André Campos
ROCHA**

camposrochaandre@gmail.com

Membro do Laboratório de Pesquisas do DigiLabour.

197

O trabalho na indústria de jogos digitais é atravessado por tendências inscritas no mundo do trabalho contemporâneo, apresentando uma particular combinação entre cultura, subjetividade e temporalidade. Pertencente a um dos setores mais qualificados do trabalho digital, ele explicita novas formas de extração de valor em ambientes de trabalho lúdicos, culturalmente motivados e marcados por uma temporalidade difusa, misturando trabalho e tempo livre. Nesse contexto, ocorre uma extensão e intensificação da jornada de trabalho, exemplificadas pelo fenômeno do crunch time. Utilizando uma literatura sobre as práticas de trabalho na indústria dos jogos digitais, bem como trechos de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores dessa indústria, esse artigo reflete, partindo de uma crítica materialista do trabalho, sobre o conceito de precarização no trabalho digital e a vida profissional que está se gestando sob o neoliberalismo, além de apresentar alguns dos dilemas colocados por essa forma de acumulação flexível para a organização desses trabalhadores.

Palavras-Chave: Trabalho digital; Jogos digitais; Cultura; Neoliberalismo.

¹ Este artigo é uma versão modificada de um trabalho intitulado “Uma crítica do trabalho imaterial sob a perspectiva do trabalho na indústria de jogos digitais” que foi apresentado no 47º Encontro Anual da ANPOCS no GT 23: Teoria crítica do trabalho: novas perspectivas e antigas influências. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem a qual essa pesquisa não seria possível.

Work in the digital games industry is crossed by trends inscribed in the contemporary world of labor, presenting a particular combination of culture, subjectivity and temporality. Belonging to one of the most highly skilled sectors of digital labor, it shows new ways of extracting value in playful, culturally motivated work environments marked by a diffuse temporality, mixing work and free time. In this context, there is an extension and intensification of the working day, exemplified by the phenomenon of crunch time. Using literature on work practices in the digital games industry, as well as excerpts from semi-structured interviews conducted with workers in this industry, this article reflects, based on a materialist critique of labor, on the concept of precariousness in digital labor and the professional life that is being gestated under neoliberalism, as well as presenting some of the dilemmas posed by this form of flexible accumulation for the organization of these workers.

Keywords: Digital labor; Digital games; Culture; Neoliberalism.

El trabajo en la industria de los juegos digitales está permeado por tendencias inscritas en el mundo del trabajo contemporáneo, presentando una combinación particular de cultura, subjetividad y temporalidad. Perteneciente a uno de los sectores más cualificados del trabajo digital, hace explícitas nuevas formas de extraer valor en entornos de trabajo lúdicos, culturalmente motivados y marcados por una temporalidad difusa, mezclando trabajo y tiempo libre. En este contexto, se produce una prolongación e intensificación de la jornada laboral, ejemplificada por el fenómeno del crunch time. Utilizando literatura sobre prácticas laborales en la industria de los juegos digitales, así como extractos de entrevistas semiestructuradas realizadas a trabajadores de esta industria, este artículo reflexiona, a partir de una crítica materialista del trabajo, sobre el concepto de precariedad en el trabajo digital y la vida profesional que se está creando bajo el neoliberalismo, además de presentar algunos de los dilemas que plantea esta forma de acumulación flexible para la organización de estos trabajadores.

Palabras clave: Miedo; Violencia urbana; América Latina.

1. Introdução

Muitos são os termos que têm sido utilizados para dar conta das transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da reorganização produtiva do capitalismo que teve início na década de 1970: “sociedade pós-industrial” (Bell, 1973), “sociedade em rede” (Castells, 1999), “novo capitalismo” (Sennett, 2006),

entre outros. Para distintas tradições teóricas – escola de regulação francesa, autonomismo marxista e vertentes neoliberais –, estariam presenciando o surgimento de uma nova paisagem econômica, possibilitada, em grande parte, pelas mudanças tecnológicas de informação e comunicação na vida social, com todos seus impactos para

as formas de produção, distribuição e consumo (Schumacher, 2006). No âmbito do trabalho, tais teorias apregoam que o conhecimento e a criatividade seriam fatores cruciais para o aumento da competitividade, da produtividade e do crescimento econômico, sendo mobilizados através de arranjos de trabalho flexíveis, nos quais a cooperação substituiria o mando e a hierarquia; as competências mentais e comunicativas, o trabalho físico degradante; e a autonomia e a liberdade, a heteronomia e a alienação típicas da era pregressa do fordismo.

A indústria de games é considerada um modelo arquetípico dentro dos diversos setores que compõem a chamada indústria cultural². Ela é uma indústria global, baseada em projetos e com acentuada mobilidade e circulação de trabalhadores (Kerr, 2017). A produção de um game envolve diferentes tipos de trabalho. Muitos deles exigem habilidades criativas e artísticas, caso dos designers, ilustradores e engenheiros/produtores de som, ou mesmo dos programadores, responsáveis pela criação dos códigos

maquinicos inscritos nas mecânicas de jogabilidade. Juntas, essas atividades criam experiências virtuais extremamente atrativas para bilhões de pessoas, que podem satisfazer seus desejos e fantasias coladas às telas de uma televisão ligada a um console, de um computador, *smartphone* ou, mais contemporaneamente, vestindo óculos de realidade virtual. Não por acaso, a indústria de *games* é a indústria de entretenimento mais lucrativa e que mais cresce no mundo, cujo faturamento supera os das tradicionais indústrias cinematográfica e musical combinadas (Witkowski, 2020).

Utilizando uma literatura que versa sobre as práticas de trabalho na indústria de *games*, bem como trechos de entrevistas semiestruturadas realizadas com um programador, um ilustrador e uma *game designer*, o artigo tenta mostrar que, na verdade, o processo produtivo desse ramo da indústria cultural é muito mais conflituoso e contraditório do que parece. Nele, estão presentes a exploração do trabalho, as hierarquias, o controle vertical da

² Indústria cultural é um conceito amplamente debatido na sociologia. Cunhado pelos teóricos marxistas Adorno e Horkheimer (1985) em meados do século XX, ele se referia a um processo de mercantilização da cultura possibilitado pela conjunção de desenvolvimento técnico e poder concentrado do capital. Os autores falam da indústria cultural enquanto um sistema, no singular, composto, à época, pelas emissoras de rádio, televisão, cinema, esportes e revistas ilustradas, que teria um caráter abrangente e cujos efeitos sobre a subjetividade só poderiam ser sentidos a longo prazo. A partir da década de 70 e 80, e posteriormente com o advento da Internet, o complexo da indústria cultural se diversifica e se complexifica, sendo lícito falarmos de “indústrias culturais”, no plural, que se tornam focos de pesquisa específicos. Considera-se, nesse artigo, a indústria de games como um dos mais pujantes setores dessas indústrias culturais, responsáveis pela produção de bens estéticos e simbólicos, mercadorias cujo valor central é derivado de sua função como portadores de sentido na forma de imagens, símbolos e sons. Contra o uso mais conservador de “indústria criativa”, o termo, segundo Oakley e O’Connor (2015), representa uma boa justaposição, não somente por indicar a mistura de cultura e economia, mas também por ligar o modo tradicional de produção artística – criatividade, astúcia etc. – à produção industrializada de massa.

produção e a quantificação do produto laboral. Esses elementos típicos do fordismo são, contudo, invisibilizados, pois operam em um ambiente de trabalho lúdico, culturalmente motivado por um discurso de amor ao trabalho e marcado por uma temporalidade difusa, que borra as fronteiras entre trabalho e tempo livre. A partir de uma crítica materialista do trabalho, o artigo argumenta que a precariedade desse ramo do trabalho digital é fruto dessa mistura indissociável do “velho” e do “novo”, que resulta extensão e na intensificação das jornadas de trabalho, algo que se reflete no fenômeno do *crunch time*, ou “momentos críticos”, uma prática já naturalizada dentro do contexto de trabalho dessa indústria.

A partir dessa inter-relação entre cultura, subjetividade e organização temporal, o artigo pretende também refletir de forma mais ampla sobre a realidade laboral que está se gestando sob o neoliberalismo, no qual o conceito de precariedade do trabalho deve ser pensado para além de um enquadramento economicista referente a salários e contratos de trabalho. Além disso, o artigo propõe uma breve reflexão sobre alguns dos dilemas que esse modo de acumulação impõe para a organização e para as lutas dos trabalhadores da indústria de jogos digitais.

2. Crítica materialista do trabalho

Desde a chamada reestruturação produtiva do capitalismo posta em marcha nos alvores da década de 1970, o mundo do trabalho tem passado por

tão grandes transformações que muitos autores detectaram ali uma ruptura sem volta com o passado. Na base desse argumento, que se condensou em diferentes abordagens teóricas – escola de regulação, autonomismo marxista e neoliberalismo –, estava o diagnóstico de que o conhecimento seria um fator cada vez mais preponderante no crescimento econômico, exigindo um tipo de trabalhador criativo, interpelado a lidar de modo eficaz com as tecnologias de informação e comunicação que já então faziam enormes progressos, sobretudo com o advento da Internet (Schumacher, 2006). Em um mundo cada vez mais interconectado, conceitos como o de “trabalho imaterial”, de Hardt e Negri (2000), pretendiam captar a paulatina predominância de relações de trabalho mais horizontais e descentralizadas, que davam mais autonomia e margem de decisão aos trabalhadores, agora supostamente libertos das estruturas hierárquicas e verticalizadas do capitalismo fordista.

Com a substituição do trabalho humano pelas máquinas e o incremento das ocupações ligadas ao setor terciário da economia, haveria a perda de um critério que tornasse homogêneas as ocupações laborais, agora mais complexas, reflexivas e desterritorializadas. Na “fábrica difusa” de que fala Negri (2006), o afã de medição e quantificação do capitalismo ficaria comprometido, pois o valor não poderia mais ser determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias. Formas de resistência e organização típicas do fordismo, como o sindicalismo, seriam sobrepujadas, seja pela imposição de

um resignado individualismo, eivado de um discurso de autorresponsabilização e empreendedorismo, seja pelo nascimento de um sujeito político potencialmente rebelde, “capaz de trazer à existência novos modos de ser, viver e se relacionar” (Gill; Pratt, 2008, p. 9, tradução nossa).

Recentemente, com a revolução tecnodigital ligada à Indústria 4.0, à inteligência artificial e, especialmente após a crise financeira global de 2008, à ascensão das plataformas digitais de trabalho, essas teses ganharam fôlego, adquirindo nova roupagem por meio do discurso de um “novo adeus à classe trabalhadora” – tributário das análises teóricas de Gorz (1982) e Offe (1989), feitas na esteira da revolução microeletrônica da década de 1980. Segundo Cavalcanti e Filgueiras (2020), com a predominância de formas de trabalho supostamente flexíveis, abertas e descentralizadas, proliferaram os discursos que afirmavam a autonomia e a autodeterminação dos trabalhadores em sobreposição aos vínculos laborais de teor coletivo e classista.

Dentre as críticas feitas às mencionadas teses, em suas diferentes versões, destaca-se, em primeiro lugar, que elas se afiguram bastante restritivas, tendo sido concebidas de acordo com a realidade econômica e social dos países do Norte Global. Antunes (2020) aponta que o avanço tecnodigital, com a introdução de robôs, inteligência artificial e todo o maquinário da Indústria 4.0 em diversos setores da produção ocorre paralelamente à expansão de um conjunto expressivo de trabalhos manuais em diversas partes do mundo, particularmente em países periféricos como Brasil, Índia, África

do Sul e China. Assim, ao contrário das expectativas de diversos autores à direita e à esquerda do espectro político, que viram nas inovações tecnológicas recentes a possibilidade do nascimento de uma “sociedade pós-trabalho” ou “sociedade do tempo livre” (Brynjolfsson; McAfee, 2014; Ford, 2015; Frase, 2020; Srnicek; Williams, 2015), o processo de substituição do trabalho vivo por trabalho morto, sob a égide do capitalismo financeirizado, estaria produzindo uma clivagem cada vez mais profunda entre polos de produção tecnologicamente avançados e informatizados e zonas cinzentas, caracterizadas pela expansão de uma força de trabalho sobrante, supérflua e subutilizada.

Isso significa que a existência da infraestrutura material que faz funcionar o universo digital só é possível através da exploração de mão de obra barata nas franjas do sistema, mão de obra responsável pela extração de matérias-primas, montagem de hardwares e reciclagem de dispositivos. Como mostram Le Ludec, Cornet e Casilli (2023), mesmo os mais sofisticados sistemas de inteligência artificial, que são utilizados apologeticamente como forma de legitimar a destruição criativa promovida pelos monopólios das mídias e das tecnologias de informação, dependem do trabalho mal pago de centenas de milhares de trabalhadores - caso dos taggers ou rotuladores de dados que alimentam chatbots como o ChatGPT da empresa norte-americana OpenAI (Smink, 2023).

Deste modo, falar da era pós-fordista não significa invalidar a lei do valor de Marx. Como coloca Caffentzis (2005), a existência de uma taxa média de

202

lucro no sistema capitalista depende da capacidade que os ramos da indústria que empregam pouco trabalho e muito maquinário tem de reivindicar o pool de valor criado por aqueles setores produtivos com muita mão de obra e pouca tecnologia. Sem isso, o sistema simplesmente desmoronaria. Nesse sentido, Crawford e Joley (2018) reconstruem, a partir da simples resposta de um aparato tecnológico como a Alexa, da Amazon, encontrado em milhões de lares ao redor do mundo, toda uma complexa e intrincada rede global de extração de recursos naturais não renováveis e exploração de trabalho humano. Essa dissecação anatômica do que há de mais avançado tecnologicamente no mundo de hoje revela não só a ligação umbilical entre diferentes regiões do mundo, mas também, fundamentalmente, que o universo weightless do digital e do informacional está ancorado na materialidade produtiva e criadora do trabalho humano.

A adoção de uma perspectiva holística, baseada na relação dialética entre trabalho material e trabalho imaterial sob a vigência das categorias da lei do valor, implica o reconhecimento de que, por trás do aumento da complexidade das ocupações laborais, continua válida a relação social em jogo, própria ao capitalismo, isto é, a relação assalariada. Ou seja, por mais difusas, independentes, criativas e móveis que sejam as ocupações mais qualificadas do trabalho digital, elas se subordinam, em última instância, à lógica de acumulação do capital, com seus métodos de administração, quantificação e controle do trabalho.

3. A indústria e o trabalho com games

Embora a classe trabalhadora não tenha morrido, já que bilhões de pessoas ao redor do mundo dependem exclusivamente de sua força de trabalho e de seu salário para sobreviver, também é verdade que, comparada ao período taylorista-fordista, essa classe é hoje muito mais ampla, heterogênea e fragmentada, sendo objeto de processos multifacetados e multitendenciais.

Dentre as múltiplas processualidades em curso no mundo do trabalho, nota-se que, se por um lado ampliam-se os contingentes que se precarizam e perdem o emprego, por outro surgem novas formas de extração de sobretrabalho articuladas ao maquinário altamente avançado das tecnologias de informação, que exigem tarefas mais intelectualizadas, cognitivas ou com melhores competências. Daí o desafio teórico e político de compreender a configuração dessa classe de trabalhadores vinculados aos novos mecanismos geradores de valor referentes à produção da esfera informacional da mercadoria (Antunes, 2020).

Não há um único ponto de origem dos jogos digitais. Múltiplos contextos sociais e culturais moldaram sua forma ao longo da história. Seus primeiros exemplares discerníveis, contudo, nasceram na Guerra Fria, no seio do complexo industrial-militar norte-americano, constituindo, a princípio, simulações computacionais de conflitos bélicos. Os primeiros games – como *Tennis for Two*, de 1958, e *Spacewar*, de 1961 – eram um meio lúdico e amigável de tornar palpável

o funcionamento dos computadores quando, no Ocidente, o eixo produtivo estava migrando das fábricas e manufaturas para as indústrias de serviço e informação. Nas mãos dos hackers e estudantes inspirados na cultura libertária de maio de 1968, tornaram-se formas de escapar do tédio do trabalho, mobilizando processos comunitários e colaborativos. Protagonizaram, com isso, o deslocamento e a ressignificação da crítica artística do capitalismo, contribuindo para o design da tecnologia pós-industrial, que mistura, sob o domínio do capital, trabalho e tempo livre, poder e rebeldia, dominação e transgressão (Kirkpatrick, 2013). Logo se tornaram grandes empreendimentos comerciais, com investimentos vultosos de corporações multinacionais, que se envolvem em disputas acirradas por domínio de mercado. Como mostram De Peuter e Dyer-Whiteford (2009), os games são instrumentos de difusão cultural – como no caso da cultura dos mangás japoneses com o sucesso dos jogos da Nintendo – e até mesmo objeto de disputas geopolíticas.

Atualmente, impulsionados pelo poder da Internet, os jogos digitais se tornaram uma forma incrivelmente popular de cultura. Eles são responsáveis por conectar enormes comunidades de jogadores, streamers, fãs e divulgadores de conteúdo, possibilitando trocas e intercâmbios culturais. Em simulações multimídia e experiência de realidade

virtual, eles são usados pelas empresas na seleção de pessoal (*serious games*) e em campanhas de publicidade (*adver games*), ou podem servir para fins militares, como no caso do treinamento de soldados. Nos esportes eletrônicos (*eSports*), os games se converteram em uma atividade profissional, proporcionando espetáculos de massa que até pouco tempo eram restritos a esportes mais tradicionais como o futebol (Loh, 2021)³.

Em termos econômicos, a indústria de games é a indústria de entretenimento mais valiosa e que mais cresce no mundo. Estima-se que em 2020, ano da pandemia de Covid-19, seu faturamento global tenha sido de 180 bilhões de dólares, número maior que o da indústria cinematográfica (101 bilhões de dólares) e da música (20 bilhões de dólares) combinados (Witkowksi, 2020). Não por acaso, àquela altura, o game *Grand Theft Auto V* (GTA V), do estúdio britânico Rockstar, era o produto de mídia mais bem-sucedido de todos os tempos, com 90 milhões de cópias vendidas e 6 bilhões de dólares de receitas no mundo todo. Esse número era mais de duas vezes maior que a receita gerada por Avatar (2,8 bilhões de dólares), até então o filme mais lucrativo da história do cinema.

Porém, para que um jogo digital chegue a seu consumidor final, para que enfim realize seu valor de troca, toda uma gama de trabalhadores do cibertariado

³ Na China, onde calcula-se que há mais de 400 milhões de fãs de esportes eletrônicos, multidões saíram às ruas para comemorar o título mundial de League of Legends da EDG, uma organização de esportes eletrônicos sediada em Xangai.

global deve ser acionada. Os games não são um milagre cibernetico. Quando os jogamos raramente nos damos conta de toda a logística e de todo o processo de criação para aquele momento acontecer. E isso envolve diferentes tipos de trabalho.

Embora na indústria de jogos digitais estipose as condições de trabalho variem bastante, dependendo de diversos fatores (como tamanho da empresa, tipo de jogo a ser produzido, modelos de negócio e monetização associados a determinadas lógicas de produção), encontram-se, esquematicamente, as seguintes ocupações e funções. Primeiramente, há os programadores, responsáveis pela escrita do código que sustenta a *gameplay*. Tal qual os trabalhadores de software no setor mais amplo das tecnologias de informação e comunicação, eles lidam com linguagens de programação, com seus repositórios e bibliotecas de documentação. Os programadores materializam assim as demandas dos *game designers*, cuja principal tarefa, baseada em uma abordagem mais holística do projeto, é pensar em como tornar o jogo mais divertido, competitivo e envolvente, através da comunicação de certas emoções aos jogadores. Os artistas, por sua vez, se dedicam à estética do jogo, a seu ambiente, personagens e interfaces gráficas, seja com um viés ligado às artes plásticas (ilustradores e desenhistas), seja com um caráter mais técnico (*technical artists, rigging, renderização, simulações 3D ou técnicos de áudio*). Considerados cidadãos de segunda classe dentro dos estúdios, os testadores (também chamados de profissionais de *Quality Assurance, QA*)

ajudam o núcleo de desenvolvimento a criar um jogo livre de erros e bugs (Bulut, 2020; Ozimek, 2019). Há também os administradores, gestores, profissionais de recursos humanos, recrutadores, e todo um trabalho de mídia, propaganda e sinopses para que o game se destaque entre os inúmeros títulos lançados a cada ano. Tarefas ligadas à esfera da circulação, sobretudo os administradores de comunidades e aquelas que lidam com extração e análise de dados, têm aumentado ultimamente com a crescente digitalização da distribuição de conteúdo via plataformas (App Store, Google Play e Steam), o que impulsiona pequenos e médios estúdios a explorarem as possibilidades do mercado de jogos mobile (Whitson, 2019).

Deste modo, o trabalho na indústria de games não é meramente um trabalho com informação ou computação. Ele envolve uma distinta combinação de arte digital e design, programação, marketing e papéis relacionados ao negócio e muitos outros, “pessoas que inserem o jogo num contexto local, os administradores de comunidade e operadores de rede” (Kerr, 2017). Segundo De Peuter e Dyer-Whiteford (2005), ele possui certas peculiaridades que o tornam um local paradigmático do trabalho imaterial, devido à natureza emocional, criativa, interconectada e socializada desse tipo de trabalho.

Schreier (2017) assinala que a produção de games borra a fronteira entre arte e ciência, elencando cinco fatores que tornam tal empreendimento, sempre feito em circunstâncias anormais, bastante difícil e arriscado:

1 – *Interatividade*: Ao contrário de um filme de animação, os games não têm uma direção única. Na experiência

maquinica dos jogos digitais, a máquina (o computador, o console, o *smartphone*) deve gerar novas imagens a todo momento de acordo com as escolhas feitas pelos jogadores. Há inúmeras possibilidades de interação inscritas em um game, que se traduzem em desafios de arquitetura e programação para as pessoas envolvidas em sua criação.

2 – *Mudanças tecnológicas*: Com a rápida evolução da capacidade de processamento dos computadores, os fãs estão sempre à espera de melhores gráficos e, com isso, de jogos mais complexos e desafiadores. Deste modo, uma das facetas do trabalho com games é que sempre se trabalha no limite dos avanços tecnológicos. Schreier (2017) cita algumas analogias que descrevem essa situação: fazer games é “como construir um prédio durante um terremoto” ou “filmar um filme e ter que construir uma nova câmera durante cada pausa”. Esse cruzamento de jogo e tecnologia é um fator que explica a diferença dos jogos digitais em relação aos jogos de tabuleiro. Já que os jogos digitais são artefatos tecnológicos, eles herdam algumas de nossas expectativas em relação à tecnologia. Espera-se que eles sejam dinâmicos, que tragam constante inovação e até mesmo que conduzam a mudanças sociais mais amplas (Kirkpatrick, 2013).

3 – *Variedade de ferramentas*: No processo de produção de jogos digitais, programadores, artistas e designers necessitam de uma variedade de softwares, desde programas mais comuns, como o *PhotoShop*, até aplicativos proprietários. Se essas ferramentas não funcionarem adequadamente, a tarefa pode se tornar

hercúlea. Como disse um desenvolvedor a Schreier (2017, p. 4, tradução nossa): “fazer um game é menos sobre ter boas ideias e mais sobre a capacidade de tirar essas ideias do papel e colocá-las no produto”.

4 – *Imprevisibilidade dos prazos*: No desenvolvimento tradicional de software, os prazos podem ser determinados de acordo com o tempo que foram demandados no passado. Na produção de games, que envolve elementos como arte e design, tal previsibilidade é muito difícil, senão impossível.

5 – *É impossível saber quão divertido é um jogo até jogá-lo*: Até você ter o controle nas mãos, é impossível saber se as ações de um jogo serão divertidas. Como diz um designer do estúdio *Naughty Dog*: “Todos nós jogamos fora muito trabalho porque criamos um monte de coisas e isso funciona muito mal. Você faz esses planos intrincados na sua cabeça sobre o quão bem as coisas vão funcionar, e então quando isso realmente acontece e você tenta jogar é terrível” (Schreier, 2017, p. 4, tradução nossa).

Além de uma forma de trabalho, os *games* são sobretudo um artefato cultural com grande valor simbólico. Em torno deles e de seus jogadores, gravita um conjunto de práticas, tradições e comportamentos que se materializam em uma ampla variedade de atividades e interesses, incluindo competições, criação de conteúdo, *streaming*, eventos, arte e música. Por conta desse ambiente cultural, formador de imaginários, desejos e subjetividades, muitas das pessoas que escolhem trabalhar na indústria de videogames o fazem por amor e paixão por aquilo que mais gostam. Todo um vocabulário dos afetos

se faz extremamente presente nesse tipo de trabalho, contribuindo decisivamente para sua configuração.

Contudo, apesar do status *cool* associado ao trabalho na indústria de games, que o coloca como uma atividade paradigmática da *New Economy*, sua natureza é muito mais contraditória e paradoxal do que parece. Nele, elementos novos – afetos, comunicação e criatividade – estão misturados a velhas imposições do capitalismo – controle, monitoramento e quantificação – no sentido de um aumento na extensão e na intensificação dos tempos e ritmos do trabalho. A administração desse trabalho fluido, interconectado e cheio de batalhas criativas ocorre por meio de um arranjo peculiar estabelecido entre as dimensões temporal, espacial e subjetiva do processo de trabalho.

Como assinala Rosa (2019), no contexto da tardo-modernidade capitalista, cujo arranjo institucional é condicionado por uma dinâmica aceleratória de processos e acontecimentos, nota-se que, espacial e temporalmente, as esferas de trabalho e tempo livre se embaralharam, apresentando-se de modo cada vez mais indistinguível. Por um lado, o trabalho pode ser levado diretamente para casa, misturando-se com afazeres e obrigações domésticas, em ritmos alternados e irregulares; por outro, elementos lúdicos e recreativos podem ser integrados diretamente no dia a dia da empresa ou do escritório através da promoção de atividades esportivas ou culturais.

Nos grandes estúdios de games, aqueles que produzem os chamados jogos *triple-A*, é bastante comum a

inclusão de artefatos lúdicos e do âmbito do lazer no local de trabalho. Trata-se de transformá-lo em uma espécie de *playground* rebelde, com pufes, estações de comida, lavanderia, academia ou lugares para massagem, onde as pessoas podem conversar, trocar ideias, jogar *videogame* ou tomar cerveja (Albom, 2013; Bulut, 2020). Não há cubículos. O ambiente de trabalho pode ser personalizado, com fotos de família, pôsteres e outros elementos da esfera afetiva. No “novo espírito do capitalismo”, o trabalho se torna tão espetacular que ele já nem parece trabalho. É algo divertido, lúdico e dinâmico, totalmente diferente do trabalho fabril com suas hierarquias, seu tédio e sua sujeira (Boltanski; Chiapello, 2009).

Essa mistura, contudo, tem como objetivo incrementar a produtividade no contexto da produção criativa. Ao investir no bem-estar dos desenvolvedores, os grandes estúdios incorporam as mais mundanas atividades sociais no processo de produção, amplificando a vida em um ambiente de trabalho não muito diferente de uma sala de estar, cheio de conversas, risadas e lazer. O resultado é uma forte identificação entre trabalho e vida.

Como constata Voss (1998, p. 482, tradução nossa) em sua pesquisa sobre a transformação da conduta de vida de profissionais, a desdiferenciação progressiva entre mundo do trabalho e mundo da vida resulta em uma erosão em favor de uma mais avançada aceleração da produção, distribuição e consumo e, assim, do processo de valorização do capital:

Pode-se constatar, de forma generalizada: quanto mais pronunciada a derrubada das barreiras das relações de trabalho e, com isso, mais pronunciada a obrigação de uma reestruturação ativa do próprio trabalho, maior se torna a necessidade de se orientar todo o cotidiano segundo as exigências profissionais, e organizá-lo de forma eficiente.⁴

Além disso, com as atuais tendências à produção flexível, à desregulação espacial e temporal do trabalho e à produção e fornecimento *just in time*, orientados conforme as flutuações da demanda, vemos cada vez mais, no âmbito do trabalho, elementos de direcionamento à tarefa e ao acontecimento. Com o desacoplamento do tempo de trabalho em relação ao objeto de trabalho, a jornada de trabalho pode não acabar quando o ponteiro do relógio indica o fim do expediente, prolongando-se indefinidamente até que a tarefa seja cumprida ou o prazo estipulado do projeto termine. Tendo em vista a liberdade espacial possibilitada por computadores transportáveis e telefonia móvel, o princípio de orientação à tarefa e todas suas implicações para a organização temporal da vida estão especialmente presentes no trabalho digital que, no geral, pode ser realizado a qualquer hora, de qualquer lugar do mundo (Anwar; Graham, 2020). De fato, segundo dados da Associação Brasileira

das Desenvolvedoras de Games (Abragames), modalidades de trabalho remoto, como o *home office*, tem crescido na indústria de jogos digitais, sobretudo após a pandemia de Covid-19 (Fortim, 2022).

É bastante comum que os estúdios de games implementem políticas de horários flexíveis, que dão aos trabalhadores a liberdade de trabalhar a qualquer hora que desejem, desde que as tarefas sejam devidamente cumpridas. Em sua pesquisa sobre um grande estúdio de games norte-americano, Bulut (2020) identificou que tal regime de trabalho foi muito bem recebido pelos desenvolvedores que, com isso, se sentiam mais motivados e comprometidos com o projeto, servindo também como um poderoso meio de controle social por meio da identificação, pelo grupo, daquelas pessoas que não estavam inteiramente dedicadas. Trata-se de um modo de captura da maioria que envolve uma grande mudança cultural, com uma forte dimensão ética: a produtividade é agora uma questão de responsabilidade moral e individual.

Segundo Bulut (2020), para as esposas dos desenvolvedores, no entanto, essa temporalidade difusa do trabalho significou que os maridos se esqueciam cada vez mais de suas obrigações familiares e afetivas. Levar o trabalho para a casa, com relativa liberdade de escolher a hora de dedicar-

⁴ No original: "Verallgemeinerd kann vor dem Hintergrund der Befunde des Lebensführungsprojekts festgehalten werden: je ausgeprägter die Entgrenzung von Arbeitsverhältnissen und damit der Zwang zur aktiven Restrukturierung der eigenen Arbeit ist, um so starker wächst die Notwendigkeit, den gesamten Alltag gezielt auf die beruflichen Anforderungen auszurichten und effizient durchzuorganisieren".

se a ele, redundou naquilo que Gregg (2011) denomina “invasão da presença” (*presence bleed*) do trabalho na vida privada, muito bem retratada pelo relato de uma das esposas:

O trabalho dele parece mais arraigado em sua vida agora. Ele verifica seus e-mails com frequência, e às vezes parece um pouco – por falta de uma palavra melhor – insensível... Muitas vezes tentei discutir com ele que ele tem uma vida/responsabilidade fora do trabalho. Eu tenho o maior problema com ele ter acesso 24 horas por dia, 7 dias por semana ao seu trabalho nos fins de semana, feriados ou férias. Não há um dia que eu me lembre que ele não tenha feito algum tipo de trabalho... Eu tento explicar a ele que feriados e férias devem ser passados relaxando e não trabalhando. Ele simplesmente não entende isso (Bulut, 2020, p. 307, tradução nossa).⁵

Se a extensão e a intensificação dos ritmos do trabalho é um fenômeno que se torna cada vez mais generalizado no capitalismo neoliberal, sobretudo na área das TIC, na indústria de games, na qual a pressão dos prazos e a desdiferenciação espacial e temporal de trabalho e tempo livre se aliam a um forte comprometimento cultural e afetivo dos trabalhadores, ele já é algo naturalizado, com nome e sobrenome: *crunch time*, ou “momentos críticos”. Nesse período,

que ocorre normalmente perto do prazo de um lançamento de um jogo, os desenvolvedores chegam a trabalhar 85 horas por semana, de segunda a segunda, ao ponto da exaustão, normalmente sem receber horas extras, banco de horas ou adicional por férias.

Em entrevistas realizadas pelo presente autor com trabalhadores da indústria de games, o *crunch time* é visto como algo natural e inexorável. Os entrevistados demonstram ter plena consciência de seus efeitos deletérios para sua vida social e para sua saúde psíquica. Quando questionado se já conhecia o termo, Pedro⁶, um programador que trabalha para um grande estúdio de games brasileiro, disse:

Eu não sei se um dia eu vou deixar de passar por isso. Isso aí, lançamento de jogo é bem isso. A gente tem uma abertura ali que a gente conversa com o RH dessas coisas de exceder horas extras em um dia... como a gente faz, aí a gente ganha mais horas para descansar depois... ganha um dia de folga. As coisas ali são conversadas. Mas desconheço um jogo que não vai ter um crunch. Infelizmente essa é a realidade da indústria (Pedro, programador).

Samuel⁷, um artista e ilustrador freelancer que trabalhou em diversos projetos para estúdios de games brasileiros e estrangeiros, fez questão de

⁵ No original: “His job now seems more ingrained in his life now. He checks his emails often, and it seems a bit – for a lack of better word – insensitive at times... I have often tried to discuss with him that he does have a life/responsibilities outside of work. I have the biggest issue with him having 24/7 access to his job on the weekends, holidays, or vacations. There has not been a day that I can remember that he has not done some type of work... I try to explain to him that holidays and vacation time are supposed to be spent relaxing and not working. He just does not get this”.

⁶ Nome fictício. Entrevista realizada pelo autor em 13 de outubro de 2022.

⁷ Nome fictício. Entrevista realizada pelo autor em 11 de maio de 2023.

falar sobre o crunch time antes mesmo de ser perguntado. Para ele, o crunch time seria uma espécie de maldição, cuja inevitabilidade depende do perfil dos trabalhadores, de seu alto grau de comprometimento com o trabalho e de uma cultura de autocobrança já muito arraigada nesse meio social. Ele questiona se o fenômeno não seria uma “lavagem cerebral”, indagando-se até que ponto isso não seria algo “inconsciente”:

E é muito doido, porque eu entendo essa coisa de que seria talvez uma lavagem cerebral, digamos, porque pô se você ama demais aquilo, você se comprometeu já, você não quer sair e deixar a equipe ali sabe. Mas, ao mesmo tempo, como você sobrevive mentalmente se você leva a porra de um colchonete e dorme embaixo de sua mesa? Se você fica 12, 14 horas trabalhando, se você trabalha final de semana, saca? [...] Mas aí eu acho uma discussão que é interessante é: o quanto do crunch é consciente e o quanto é inconsciente... o quanto isso pode ser um pouco mais consciente assim... Essa noção de que isso a longo prazo vai te matar. Porque eu sinto que quando você é muito apaixonado, você ganha pelo que você faz e muita gente tem esse perfil como o meu... [...] E aí eu também acho o quanto que a empresa acaba explorando desse perfil, sabe? “Ah, o cara já não faz muita coisa, ele ama isso aqui...” É uma coisa muito de autocobrança. Isso pra mim sempre foi um empecilho né? Eu sempre fui muito apaixonado pelo trabalho, eu sempre tive muito orgulho de

falar “ah, trabalho com isso, o trabalho é minha paixão maior e tá acima de qualquer coisa...”. Então é muito esse discurso, um descolamento com a vida social, a vida saudável, e o quanto isso é uma cultura, isso que eu acho que é o mais complicado, sabe? (Samuel, ilustrador).

Izabela⁸, game designer de um estúdio para jogos mobile localizado na cidade de Vancouver, no Canadá, relatou que a prática do crunch é algo comum em seu trabalho, sobretudo quando os prazos de entrega do projeto se aproximam:

E o que acontece é os produtores, o chefe avisam pra gente, “olha isso aqui vai acontecer, a gente tem que entregar isso em tal dia” e qualquer coisa que vocês precisarem de suporte avisa pra gente, mas vai ser uma época difícil. Desde que eu entrei. Eu entrei em agosto de 2022. Eu tive um crunch de três semanas? Não, foi mais, foram cinco semanas. Em julho... Foi julho até começo de agosto do ano seguinte. A gente teve outro crunch em janeiro. O de janeiro foram três semanas e um pequeno de três dias. Alguns dias atrás para entregar alguns dos pedidos que a gente estava fazendo. Então quando chega perto de algumas datas específicas e a gente quer levar alguma coisa, acontece. E foi uma coisa muito interessante de ver porque, nas escolas, todo mundo é muito contra a ideia [...] É exaustivo, a gente perde produção nesse processo e ninguém trabalha da melhor forma possível quando isso tá acontecendo. Então, os efeitos negativos são muito claros (Izabela, game designer).

⁸ Nome fictício. Entrevista realizada pelo autor em 30 de maio de 2024.

Assim, embora esse ambiente de trabalho flexível, comunicativo e subjetivamente motivado imponha certos desafios para o monitoramento, o controle e a administração da força de trabalho, esses elementos não deixam de estar presentes. Os grandes estúdios de games são empreendimentos capitalistas, movidos pelos imperativos econômicos do lucro e do retorno do capital investido. Neles, encontra-se uma classe de trabalhadores que, embora manipulem símbolos e informação, são empregados como sujeitos produtivos dos quais não se espera que exerçam um julgamento independente. Sua *autonomia, flexibilidade e criatividade* subordinam-se, em última instância, como lembra Pelegrini (2023), aos ditames da *responsabilidade, da organização e da operação*. Mesmo que utilizem seu conhecimento e suas faculdades mentais ao invés de sua força física, “o método para extrair valor desse conhecimento reflete bastante os processos padronizados e monitorados da linha de montagem” (Schumacher, 2006)⁹.

Apesar de permear todas as ocupações envolvidas no processo de produção, essa união paradoxal de flexibilidade e controle é mais visível

nos baixos escalões da indústria, como no caso dos testadores. O espaço de teste (*testing ground*) é um ambiente descontraído, mais parecido com um dormitório, onde jogo, vida e trabalho se misturam; porém, ali não deixa de haver supervisores, administradores e inspetores que sujeitam os trabalhadores a hierarquias e códigos de conduta. Não se trata, aqui, de mera diversão, pois os estúdios fazem uso de tecnologias de monitoramento para a medição da produtividade e a quantificação do processo de trabalho. Deste modo, a regulação do trabalho dos testadores é uma combinação híbrida, dificilmente discernível, entre procedimentos formais e elementos culturais em um ambiente de trabalho lúdico, misturando criatividade e diversão com tarefas repetitivas e enfadonhas (Bulut, 2020; Ozimek, 2019).

Sob a sociabilidade do capital, por mais flexíveis, afetivas e culturalmente motivadas que sejam as condições de trabalho na indústria de games, considerada um setor afluente do trabalho digital (Dorschel, 2022), elas não deixam de produzir suas fissuras e contradições. De fato, nos últimos anos temos assistido a movimentos de mobilização e organização coletiva dos trabalhadores na indústria de

⁹ Refletindo sobre esse “paradoxo do trabalho imaterial”, Schumacher (2006) usa como exemplo uma ação judicial movida contra o grande estúdio de games Electronic Arts (EA) para argumentar que, devido a seu teor classista, o trabalho com games, mesmo que contenha elementos imateriais, parece ser conduzido sob condições mais parecidas com os velhos paradigmas da produção. No caso em questão, um empregado de produção de imagens da EA alegou que seu trabalho era feito sob estrita supervisão, portanto sem “julgamento independente”, o que lhe tornava apto a pagamentos extras de acordo com as leis trabalhistas do Estado da Califórnia. Bem-sucedido, esse processo foi seguido por outros, muito bem documentados por Weststar e Legault (2019).

games, com destaque para a criação em 2017, na França, do STJV (*Syndicat des Travailleurs et Travailleuses du Jeu Video*) e em 2018, no Reino Unido, da Game Workers United (GWU), “uma organização de amplo alcance que procura conectar ativistas pró-sindicalização, trabalhadores explorados e aliados entre fronteiras e ideologias em nome da construção de uma indústria de jogos sindicalizada” (Woodcock, 2020, p. 165). Com seções locais em vários países, inclusive no Brasil, a GWU se aliou à IWGB (*Independent Workers Union of Great Britain*), um sindicato nacional que abrange vários tipos de trabalhadores precarizados da economia digital, como os entregadores da Deliveroo e os motoristas da Uber, servindo de exemplo para as lutas em outras partes do mundo. Mais recentemente, game performers e dubladores ligados ao SAG-AFTRA (*Screen Actors Guild – American Federation of Television and Radio Artists*) entraram em greve contra um grupo de grandes estúdios de games colocando em debate o uso indiscriminado de sistemas de inteligência artificial generativa na produção dos jogos digitais (Grayson, 2024).

Para que esses movimentos perdurem e ganhem fôlego, contudo, é fundamental que se levem em conta as particularidades do trabalho na indústria de games, sujeito, como vimos, a formas de acumulação flexíveis, que falam à autonomia e mobilidade desses trabalhadores. Deste modo, por conta da natureza flexível e móvel desse tipo de trabalho, potencializada pela liberdade espacial e temporal proporcionada pelas tecnologias de

informação e comunicação, pode ser que formas de organização setoriais, que enderecem os problemas e as questões da *indústria como um todo*, independente de contextos e empresas particulares, sejam mais viáveis a longo prazo. Valendo-se de uma ação conectada (Amorim; Cardoso; Bridi, 2020), elas poderiam fazê-lo através do fortalecimento daquelas funções dos sindicatos que menos contradizem os princípios de investimento individual afetivo e flexibilidade: a ajuda mútua e a troca de informações sobre salários e condições de trabalho, o que poderia incrementar a transparência do mercado de trabalho e o poder de barganha dos trabalhadores (Park, 2022).

4. Considerações finais

Esse artigo buscou, primeiramente, questionar algumas abordagens teóricas que decretaram uma ruptura radical das formas de trabalho atuais, sobretudo aquelas ligadas às tecnologias de informação e comunicação, com as estruturas hierárquicas e verticais do fordismo. Tomando o trabalho na indústria de jogos digitais como foco da discussão, viu-se, na verdade, como o “novo” se mistura ao “velho”, representando não uma revolução completa nas práticas de produção, mas uma mutação do capital que se transformou em “um modo informacional de conexões e relações, um modo que não vem tanto depois dos modos industrial e pós-industrial de produção, mas que os incorpora dentro de uma lógica contínua de flexibilidade e acumulação” (Schumacher, 2006, p. 153, tradução nossa).

Na realidade laboral gestada no contexto do neoliberalismo, em que as esferas do trabalho e do tempo livre se misturam ao ponto da indistinção, produzindo novos discursos, ideologias e formas de legitimação, o artigo propõe que o conceito de precarização do trabalho deve ser pensado além do enquadramento economicista referente ao valor e à duração do contrato de trabalho, sendo algo estrutural e generalizado, que afeta não só os trabalhadores de baixa renda e pouca qualificação – a exemplo dos motofretistas e dos motoristas de transporte por aplicativo – como também as camadas mais privilegiadas do trabalho digital, com maiores salários e prestígio social (Dorschel, 2022). Como mostra o fenômeno do *crunch time*, o trabalho na indústria de games é marcado pela exaustão física e psíquica dos trabalhadores, que nem sempre veem suas expectativas de trabalhar com aquilo que gostam serem cumpridas.

Essa condição, contudo, é ambígua e paradoxal, pois envolve não só subjugação e controle, mas também certa dose de autonomia e autoempoderamento. Como se tentou mostrar ao longo do artigo, as categorias do trabalho imaterial – amor, afeto e sociabilidade – estão ali presentes, mesmo que não possam ser dissociadas de suas formas de expressão e das relações de poder em que estão inseridas. O trabalho informacional, conectado e culturalmente motivado na indústria de games pode ser capturado pelos dispositivos de administração e controle do capital que, em seu afã de lucro, esforça-se para não perder

as rédeas da produção. Os afetos não são sempre transgressores e anticapitalistas, como colocam Hardt e Negri (2000); eles podem ser normativos e disciplinadores, gerando mecanismos de resignação e consenso por condições laborais que, em última instância, se mostram bastante árduas, cansativas e sujeitas à exploração (Gill; Pratt, 2008).

Os movimentos de mobilização e organização dos trabalhadores na indústria de games, como os citados acima, indicam que a luta contra a exploração capitalista nesse setor do trabalho digital tem se dado não só com os recursos da “multidão” – *modding*, pirataria e produção de jogos com conteúdos subversivos –, segundo os termos dos teóricos do trabalho imaterial, Hardt e Negri (2000), mas também através da sindicalização e do quadro de leis trabalhistas que é resultado da luta de classes típica do período fordista. Sugeriu-se, contudo, que para serem bem-sucedidos em um contexto laboral de acumulação flexível, esses movimentos devem tentar conciliar suas reivindicações coletivas com certos princípios de autonomia e flexibilidade presentes nessa parcela do trabalho digital.

Fundamentalmente, este artigo, através de uma crítica ao conceito de trabalho imaterial, problematiza o discurso do “faça o que você ama” (*do what you love*), já que o amor e a paixão pelo trabalho, como mostram os exemplos da indústria de jogos digitais, podem ser destrutivos e alienantes, com profundas consequências negativas para a saúde psíquica dos trabalhadores. Politizar essa questão,

desnudar sua natureza estrutural e historicamente situada, questionando as concepções liberais do trabalho criativo – que o tomam meramente como uma questão de escolha e prazer, fetichizando a individualidade – é

condição precípua para reconstruir o trabalho em formas mais colaborativas e horizontais fora das relações de dominação capitalista. Só assim o espírito lúdico poderá se libertar de sua instrumentalização.



Referências

Adorno, T.; Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Albom, M. (2013). Live in your office? You might at Google. *Duluth News Tribune*. Disponível em: <https://www.duluthnewstribune.com/opinion/monday-with-mitch-live-in-your-officeyou-might-at-google>

Amorim, H.; Cardoso, A. C.; Bridi, M. A. (2020). Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, Salvador, 35: 1-15. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.49956>

Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo.

Anwar, A. M.; Graham, M. (2020). Trabalho Digital. In. Antunes, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.

Bell, D. (1973). *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.

Brynjolfsson, E.; McAfee, A. (2014). *A segunda era das máquinas: trabalho, progresso e prosperidade em uma época de tecnologias brilhantes*. Rio de Janeiro: Alta Books.

Boltanski, L.; Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Bulut, E. (2020). *A precarious game: the illusion of dream jobs in the video games industry*. New York: Cornell University Press.

Caffentzis, G. (2005). Immeasurable Value? An Essay on Marx's Legacy. *The Commoner*, 10(21): 87-114.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra.

Cavalcanti, S.; Filgueiras, V. (2020). Um novo adeus à classe trabalhadora? In Antunes, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.

Crawford, K.; Joler, V. Anatomy of an AI System: The Amazon Echo As An Anatomical Map of Human Labor, Data and Planetary Resources". (2018). *Anatomy of AI*. Disponível em: <https://anatomyof.ai>.

De Peuter, G.; Dyer-Whiteford, N. (2005). A playful multitude? Mobilising and counter-mobilising immaterial game labour. *The Fibreculture Journal*, 5. Disponível em: <https://five.fibreculturejournal.org/fcj-024-a-playful-multitude-mobilising-and-countermobilising-immaterial-game-labour/>.

De Peuter, G.; Dyer-Whiteford, N. (2009). *Games of empire: global capitalism and video games*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Dorschel, R. (2022). Reconsidering digital labour: Bringing tech workers into the debate. *New Technology, Work and Employment*, 37(2): 288-307. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12225>

Ford, M. (2015). *Rise of the Robots: Technology and the Threat of a Jobless future*. Basic Books.

Fortim, I. (org.). (2022). *Pesquisa da indústria brasileira de games 2022*. ABRAGAMES: São Paulo.

Frase, P. (2020). *Quatro futuros: a vida após o capitalismo*. São Paulo: SP: Autonomia literária.

Gill, R.; Pratt, A. C. (2008). In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work. *Theory, Culture & Society*, 25(7-8): 1-30. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/4114/>.

Gorz, A. (1982). *Adeus ao Proletariado - para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Grayson, N. (2024). As Video Game Industry Goes All-in on AI, Workers Race to Secure Their Rights. *Aftermath*. Disponível em: <https://aftermath.site/as-video-game-industry-goes-all-in-on-ai-workers-race-to-secure-their-rights>.

Gregg, M. (2011). *Work's Intimacy*. Cambridge: Polity.

Hardt, M.; Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Kerr, A. (2017). *Global games: production, circulation and policy in the networked era*. New York: Routledge.

Kirkpatrick, G. (2013). *Computer Games and the Social Imaginary*. Cambridge: Polity.

Le Ludec, C.; Cornet, M.; Casilli, A. (2023). The Problem with Annotation: Human Labour and Outsourcing Between France and Madagascar. *Big Data & Society*. Online First, 1-13. <https://doi.org/10.1177/20539517231188723>

Loh, M. (2021). League of Legends's fans shaved their heads and swarmed the streets to celebrate a Chinese team's world championship win. *Insider*. Disponível em: <https://www.insider.com/chinesegaming-fans-storm-streets-celebrate-leagueoflegends-upset-win-2021-11>.

Negri, A. (2006). *Adeus Sr. Socialismo*. Porto: Ambar.

Oakley, K.; O'Connor, J. (2015). The Cultural Industries: An Introduction. In Oakley, Kate; O'Connor, Justin (eds). *The Routledge Companion to the Cultural Industries*. New York: Routledge, 1-32.

Offe, C. (1989). *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Ozimek, A. M. (2019). Outsourcing digital game production: The case of Polish testers. *Television & Nem media*, 20(8): 824-835. <https://doi.org/10.1177/1527476419851088>

Park, J. (2022). *Revisiting Labor Mobility in Industrial Relations: the case of Korean Game Industry*. Dissertation (Master of Science). The State University of New Jersey, New Brunswick, New Jersey.

Pelegrini, J. G. S. (2023). *As fronteiras do trabalho digital: autonomia, flexibilidade, criatividade e sincronia temporal*. Tese (Doutorado em Sociologia). PPS, CEC-Ufscar, São Carlos.

Rosa, H. (2019). *Aceleração. A transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Unesp.

Schreier, J. (2017). *Blood, Sweat, and Pixels*. New York: Harper.

Schumacher, L. (2006). Immortal Fordism: the paradox of game industry labor. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 1(1): 144-155. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.13169/workorgalaboglob.1.1.0144>

Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Smink, V. (2023). Os milhares de trabalhadores em países pobres que abastecem programas de inteligência artificial como o ChatGPT. *BBC*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gze230pj1o>.

Srnicek, N.; Williams, A. (2015). *Inventing the Future: Post capitalism and a world without work*. London: Verso.

Voss, G. (1998). Die Entgrenzung von Arbeit und Arbeitskraft: Eine subjektorientierte Interpretation des Wandels der Arbeit. *Mitteilungen aus der Arbeitsmarkt- und Berufsforschung*, 3: 473-487.

Weststar, J.; Legault, M.-. (2019). Building momentum for collectivity in the digital games community. *Television and New Media*, 20(8): 848-861. <https://doi.org/10.1177/1527476419851087>

Whitson, Jennifer R. (2019). The New Spirit of Capitalism in the game industry. *Television and New Media*, 20(8): 789-801. <https://doi.org/10.1177/1527476419851086>

Witkowski, W. (2020). Videogames are a bigger industry than movies and North American sports combined, thanks to the pandemic. *MarketWatch*. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/videogames-are-a-bigger-industry-than-sports-and-movies-combined-thanks-to-the-pandemic-11608654990>

Woodcock, J. (2020). *Marx no fliperama: videogames e luta de classes*. São Paulo, SP: Autonomia literária.

Recebido em 08/05/2024*. Aprovado em 29/04/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A militarização da política e a recomposição de poder na democracia brasileira

The militarization of politics and the recomposition of power in Brazilian democracy

La militarización de la política y la recomposición del poder en la democracia brasileña

**Ana Quele
PASSOS**

216
Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O objetivo é realizar uma análise crítica do livro *Poder Camuflado* do jornalista Fábio Victor (2022). A obra se inscreve no campo do jornalismo investigativo, resultado de cinco anos de apuração rigorosa e dezenas de entrevistas com fontes primárias, em especial oficiais do Exército brasileiro. O autor problematiza a atuação do poder militar, principalmente a frente das instituições formais e como esse poder se legitima social e simbolicamente por meio das diferentes narrativas. Em suma, *O Poder Camuflado*, é uma contribuição original, que tem por base uma vasta documentação empírica e cumpre o objetivo de desnudar as formas camufladas de poder que minam o equilíbrio das instituições e da democracia no país.

Palavras-Chave: *Militares, Militarização do Governo, Bolsonarismo, Forças Armadas, Democracia.*

The aim is to carry out a critical analysis of the book *Poder Camuflado* by journalist Fábio Victor (2022). The book is part of the field of investigative journalism and is the result of five years of rigorous research and dozens of interviews with primary sources, especially Brazilian Army officers. The author problematizes the role of military power, especially at the head of formal institutions, and how this power is legitimized socially and symbolically through different narratives. In short, *O Poder Camuflado* is an original contribution, based on vast empirical documentation and fulfilling the objective of uncovering the camouflaged forms of power that undermine the balance of institutions and democracy in the country.

Keywords: *Military, Militarization of Government, Bolsonarism, Armed Forces, Democracy.*

El objetivo es analizar críticamente el libro del periodista Fábio Victor *Poder Camuflado* (2022). El libro se inscribe en el campo del periodismo de investigación y es el resultado de cinco años de rigurosa investigación y decenas de entrevistas con fuentes primarias, especialmente oficiales del Ejército brasileño. El autor problematiza el papel del poder militar, especialmente al frente de instituciones formales, y cómo este poder se legitima social y simbólicamente a través de diferentes narrativas. En resumen, *O Poder Camuflado* es una contribución original basada en una vasta documentación empírica y cumple el objetivo de exponer las formas camufladas de poder que socavan el equilibrio de las instituciones y la democracia en el país.

Palabras clave: *Militares, Militarización del Gobierno, Bolsonarismo, Fuerzas Armadas, Democracia.*

217

Vencedor do Prêmio Jabuti 2023 na categoria Biografia e Reportagem, o livro *Poder Camuflado* de Fábio Victor (2022) se inscreve no campo do jornalismo investigativo, resultado de cinco anos de apuração rigorosa e dezenas de entrevistas com fontes primárias, em especial oficiais do Exército brasileiro. Dessa maneira, o seu foco está na reconstituição da trajetória de Jair Bolsonaro dentro e fora da caserna, e na análise das condições institucionais e simbólicas

que possibilitaram o retorno dos militares ao centro do poder político tanto nos meandros do governo Temer, quanto no governo Bolsonaro. O conceito de “poder camuflado” nomeia precisamente esse movimento: a continuidade da influência militar nos bastidores da política nacional, operando “sem as obrigações e custos de ser governo” (Victor, 2022, p. 9), e sem submissão a controles civis efetivos. Ou melhor, é a atuação militar através de estratégias institucionais sutis e articulações informais.

Ao iniciar sua exposição, o autor estabelece uma distinção metodológica que antecipa ao leitor a delimitação do escopo de sua obra. Dirá que a sua escrita não é um relato de história, “este não é um livro de arquivo”, embora se beneficie de acervos documentais e fontes públicas, e tampouco um compêndio sobre o regime militar brasileiro, ainda que o período autoritário permeie o enredo investigativo, dada sua centralidade histórica na formação política dos militares que hoje compõem a alta cúpula das Forças Armadas. Com isso, Victor recusa os limites do marco temporal que analisam as Forças Armadas delimitado à cronologia restrita de 1964-1985, onde analisa desde os governos de Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer até a ascensão de Bolsonaro.

Uma das contribuições-chave é que em sua análise, o centro da discussão traçada em cada capítulo questiona a suposta neutralidade das Forças Armadas no período pós-ditatorial. Esse poder, marcado pela discreção, é manifestado por meio de redes de influência militar na administração pública e se torna particularmente visível em conjunturas de crise institucional, como foi o caso da gestão da pandemia de Covid-19. Tais redes não apenas existem, mas são altamente influentes nas deliberações estratégicas do aparato estatal.

Frente a esse quadro, a obra evidencia uma lacuna na literatura, a carência de estudos empíricos que sistematizam a atuação das Forças Armadas no período pós-redemocratização, sobretudo, no que tange às formas não evidentes dessa presença. A argumentação do

autor mobiliza documentos inéditos, depoimentos internos e entrevistas com atores militares, oferecendo uma base empírica robusta que confere densidade à sua tese. As evidências apontam que, longe de se retirarem da vida política em 1985, os militares reformularam suas estratégias para manter o seu polo de influência, ora mais adaptada ao novo regime democrático. Uma segunda lacuna constatada é a limitação da compreensão da dinâmica interna dessas redes informais de poder. Ou seja, se faz necessário mais investigações sobre seus processos de formação, contribuindo assim para a explicação dos fenômenos políticos como, por exemplo, o bolsonarismo e a extensão do poder que ainda emana das Forças Armadas.

Contextualizada na conjuntura política nacional, a pesquisa assume contornos críticos, sobretudo diante da reaproximação entre militares e governo, explicitada na administração Bolsonaro, que incorporou um grande número de militares em funções político-administrativas. Este arranjo, segundo o autor, impõe a necessidade de análises mais acuradas, diante dos riscos que representa para a estabilidade do regime democrático, especialmente se considerado o papel histórico e institucional singular das Forças Armadas brasileiras no contexto latino-americano.

Para tanto, os objetivos centrais da obra são revelar, documentar e interpretar os modos pelos quais os militares têm mantido sua influência sobre o poder político no Brasil. O autor conduz a sua problematização de forma articulada em capítulos, ora organizados

em três partes principais. A primeira parte do livro, que abrange os capítulos de 1 a 7, oferece um retrato analítico da persistência do poder militar no Brasil democrático, revelando as estratégias de resistência e reconfiguração institucional adotadas pelas Forças Armadas desde o fim da ditadura. Fábio Victor constrói uma narrativa que mostra como, mesmo afastadas formalmente do poder central, as elites militares se mantiveram na capacidade de voto e influência simbólica sobre os rumos da democracia brasileira. O livro inicia com o estudo de caso da família Etchegoyen, que, ao rejeitar as conclusões da Comissão Nacional da Verdade, exemplifica a recusa sistemática do meio castrense em aceitar qualquer responsabilização histórica. Essa recusa se estende para além do âmbito familiar e ganha contornos institucionais, como demonstra a dificuldade dos militares em aceitar figuras civis e, notadamente femininas, em posições de comando no Ministério da Defesa, como no episódio da nomeação de Eva Chiavon, tratado no segundo capítulo.

Ao abordar a atuação do general Leônidas Pires Gonçalves durante o processo de transição democrática, o autor reforça a ideia de que os militares jamais perderam completamente o controle sobre a esfera pública. Mesmo com a redemocratização, as Forças Armadas preservaram áreas estratégicas e continuaram a exercer um papel de “reserva moral da República”. Os capítulos seguintes aprofundam essa linha interpretativa ao contrastar os governos de Fernando Collor e Itamar Franco, revelando como diferentes estilos de governo ora confrontaram, ora acomodaram os interesses militares.

Collor tentou restringir a influência castrense por meio de reformas institucionais e ações simbólicas, ao passo que Itamar adotou um caminho de apaziguamento, restabelecendo canais de diálogo. Já o governo de Fernando Henrique Cardoso manteve uma postura ambígua: embora reconhecesse a importância da memória histórica, evitou confrontos diretos com os militares, mantendo-os em posições estratégicas.

O livro prossegue, então, com uma análise das complexas relações entre os governos petistas e os militares. Lula, consciente da importância de manter a governabilidade, adotou uma retórica conciliadora, procurando minimizar o passado autoritário em favor de uma convivência pragmática. Sua fala perante a Comissão Nacional da Verdade, ao afirmar que “vocês eram meninos quando alguém mandou fazer”, sintetiza essa tentativa de não hostilizar os militares. No entanto, a relativa trégua construída durante seu segundo mandato começou a se desgastar com a chegada de Dilma Rousseff ao poder. Sua trajetória como ex-militante perseguida pela ditadura, somada à criação da Comissão Nacional da Verdade, mesmo com apoio da oposição, reacendeu tensões latentes, evidenciando os limites da reconciliação institucional.

Na Parte II, Fábio Victor aprofunda a análise da reconfiguração do poder militar, articulando a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência com a mobilização simbólica das Forças Armadas e de seus valores. O autor examina como Bolsonaro, forjado na Academia Militar das Agulhas Negras, se apropriou do imaginário castrense para se apresentar como herdeiro legítimo da

ordem e da autoridade militar, criando uma identidade política indissociável do Exército. Essa construção discursiva foi sustentada por uma estratégia deliberada de revalorização institucional das Forças Armadas, intensificada no pós-impeachment de Dilma Rousseff e amplificada no governo de Michel Temer, que conferiu aos militares um protagonismo inédito desde a redemocratização.

O discurso anticomunista, a ideia da política como território corrompido e a construção de inimigos simbólicos foram elementos centrais na retórica bolsonarista, sendo reciclados com forte apelo emocional e político. O autor mostra, ainda, como o uso estratégico das redes sociais, especialmente por meio de mensagens curtas e simbólicas no Twitter, permitiu às Forças Armadas e a Bolsonaro galvanizar o apoio popular em torno de uma moralização da política. A chamada “onda verde-oliva” de 2018, com a expressiva presença de militares nas eleições, consolidou a simbiose entre prestígio institucional e projeto político conservador, configurando uma nova gramática de poder em que o militarismo se traveste de salvacionismo democrático.

Na Parte III o autor analisa o ponto culminante da reaproximação entre militares e poder político, com destaque para a centralidade inédita das Forças Armadas no governo Bolsonaro, evidenciando como a ocupação maciça de cargos por militares não apenas fortaleceu o protagonismo castrense na formulação de políticas públicas, mas também consolidou um regime de privilégios e blindagens corporativas, revelador de uma lógica de gestão militarizada do Estado. Ao longo dos

capítulos, Victor traça a trajetória desse processo, denunciando os esforços sistemáticos de reescrita do passado ditatorial e a valorização simbólica de figuras associadas à repressão, como Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Paralelamente, o autor identifica divisões internas nas Forças Armadas, entre setores alinhados ideologicamente ao bolsonarismo e aqueles mais tradicionais ou legalistas, sugerindo que a “bolsonarização” não se deu sem fraturas. A gestão da pandemia torna-se um marco emblemático da politização militar, com a recusa das diretrizes sanitárias e a mobilização do Exército como instrumento de legitimação. As crises institucionais que se seguiram foram constantemente tratadas como dilemas pessoais do presidente e não como ameaças sistêmicas à democracia, culminando nas investidas autoritárias de 2021 e 2022, interpretadas por Victor como tentativas de *putsch* simbólico. O epílogo retoma o papel do Partido dos Trabalhadores frente a esse cenário, indicando a dificuldade em restaurar a autoridade civil sobre as Forças Armadas, diante de uma cultura política ainda permeada pelo legado autoritário e por uma tutela fardada naturalizada.

Assim, dois anos após a publicação de *Poder Camuflado*, observamos novos elementos da política brasileira que reforçam a atualidade da análise conduzida por Fábio Victor. Em março de 2025, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, aceitou denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete integrantes do núcleo do governo, entre os quais generais como Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, todos formalmente acusados

de organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito. Tal conjuntura confirma a hipótese central do autor: as Forças Armadas nunca se afastaram da política, apenas passaram a operar maneira camouflada.

Já a consagração do filme *Ainda Estou Aqui* (Salles, 2024), vencedor do Oscar de melhor filme internacional 2024, reavivou o debate público sobre a memória da ditadura e o silêncio institucional que a envolve, questão ora discutida nos capítulos. Soma-se a esse cenário a posse inédita da ministra Maria Elizabeth Rocha na presidência do Superior Tribunal Militar, cuja simbologia de renovação institucional é

tensionada pelas reiteradas denúncias de parcialidade da Justiça Militar e pelos apelos de setores da sociedade civil por sua reformulação, desde então, a obra também lança luz sobre as dinâmicas na composição do poder militar e gênero.

Nesta obra o autor problematiza a atuação do poder militar, principalmente à frente das instituições formais e como esse poder se legitima social e simbolicamente por meio das diferentes narrativas. Em suma, *O Poder Camouflado* é uma contribuição original, que tem por base uma vasta documentação empírica e cumpre o objetivo de desnudar as formas camoufladas de poder que minam o equilíbrio das instituições e da democracia no país.



221

Referências

VICTOR, F. (2022). *Poder camouflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido em 01/04/2025. Aprovado em 20/05/2025.



Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.